



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ALÉM DAS GRADES:
A Integração dos Presídios às Redes Territoriais do Tráfico de Drogas.

Roberto Magno Reis Netto

Belém - PA
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Roberto Magno Reis Netto

ALÉM DAS GRADES:
A Integração dos Presídios às Redes Territoriais do Tráfico de Drogas.

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública.
Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Belém - PA
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

ALÉM DAS GRADES:

A Integração dos Presídios às Redes Territoriais do Tráfico de Drogas.

Roberto Magno Reis Netto

Esta dissertação foi julgada e aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, 21 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.
Universidade Federal do Pará.
Orientador.

Prof. Dr. Wilson José Barp.
Universidade Federal do Pará.
Avaliador Interno

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida.
Universidade Federal do Pará.
Avaliadora Interna.

Prof. Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio.
Instituto de Ensino em Segurança Pública do Estado do Pará.
Avaliador Externo.

DEDICATÓRIA

À Deus, sobre todas as coisas, pois dele recebi a *moedinha* que então deposito neste trabalho. À mãezinha Maria de Nazaré, Santa Rita e São Francisco.

Não temo mais o mar, pois firme está minha fé, no meu barquinho está Jesus de Nazaré.

Àqueles que *sou*.

Aos meus pais, Roberto Magno Reis Filho e Maria Raimunda Prestes Magno Reis, por serem minha primeira e eterna fonte de inspiração.

Ao meu irmão, Gabriel Prestes Magno Reis, por ser ressurreição ao meu espírito e um amigo para todos os momentos.

À minha razão, meu *suporte*, meu *amor*: Clarina de Cássia da Silva Cavalcante. Às minhas *joias raras de intenso brilho*: Jhimmy Cavalcante Magno Reis e Francisco Miguel Cavalcante Magno Reis.

Nada disto é meu... Tudo é nosso!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, sobre todas as coisas, por ter escrito essa maravilhosa melodia de acordes dissonantes, assim como, aos meus distantes e próximos irmãos, santos e inspiradores: Nossa Senhora de Nazaré – Mãezinha Nazica, Santa Rita de Cássia e São Francisco de Assis – São Chico, pessoas-palavras de Deus em meus ouvidos.

Agradeço aos meus pais Roberto Magno Reis Filho e Maria Raimunda Prestes Magno Reis, meus primeiros professores e inspiradores, meus *pais*, no mais literal sentido da palavra, verdadeiros escritores de cada palavra de minha vida.

Ao meu maior amigo, meu irmão Gabriel Prestes Magno Reis, que, sem saber, em muito salvou minha vida e me deu novo rumo, condicionando meu futuro e, desde seu nascimento, me ajudando com meu filho, pela sua presença, as vezes tão silenciosa, mas, inquestionavelmente importante.

A minha família presente. Clarina de Cássia da Silva Cavalcante, esposa e amiga, que dividiu cada momento de alegria e angústia encarnados nestas linhas. A Jhimmy Cavalcante Magno Reis, filho com *patas* que, inesperadamente, São Chico me deu sob o desafio de tornar-me mais *humano*, pelo *não-humano*. E, àquele que foi concebido, nasceu e cresceu contemporaneamente a cada linha deste trabalho, dividindo-o comigo, alegrando-me a cada momento, sendo-me luz: Francisco Miguel Cavalcante Magno Reis, pequeno pedaço de mim no mundo, pequena e infinita razão de meu viver. Amo vocês!

A Maria Clara Almeida da Silva e Inara Mariela da Silva Cavalcante, família que ganhei, pelo sangue, afinidade, fé e vivência, bem como, à Deuzarina Lima Vieira, braço de auxílio em muitos e muitos momentos, e, Suzy Sueli Carreira Reis, que hoje é para meu filho o que um dia uma pessoa especial (Dinha) me foi. Aos familiares que nunca tardaram uma oração em prol de minha família e estudos.

Ao (supremo) mestre e amigo Clay Anderson Nunes Chagas, que, acima de tudo, apostou na capacidade deste (eterno) pupilo, nunca deixando, de outro lado, de oferecer suporte teórico e emocional, bem como, auxílio em cada fase da elaboração deste trabalho. Um orientador no qual passei a me espelhar.

Aos professores do Programa de Mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, em especial, aos Professores Silvia dos Santos de Almeida, Wilson José Barp, Luis Fernando Cardoso e Cardoso e Edson Marcos Leal Soares Ramos, os quais tive a honra de assistir em sala, durante as aulas ministradas no programa, cuja amizade espero levar além do tempo de permanência neste programa.

Aos demais professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, bem como, a todos os professores (alguns, hoje, amigos) que já tive ao longo de minha vida, pois conhecimento é algo que se constrói coletivamente e para as sociedades do amanhã.

Aos (grandes) amigos Wando Dias Miranda e Herick Wendell Antônio José Gomes, pessoas especiais e grandes teóricos com quem dividi boa parte dos momentos deste curso e de minha vida pessoal. Sinto-me honrado de tê-los em minha história.

Aos colegas da turma PPGSP/2016, sem distinções, pelo debate engrandecedor e pela amizade que levo de alguns: Abedolins Corrêa Xavier, Alethea Maria Carolina Sales Bernardo, Alexandra Bernardes Galdez de Andrade, Carlos Stilianidi Garcia, Cíntia Walker Beltrão da Silva, Deiva Duarte Belard Fernandes (a quem desejo boa continuidade), Herick Wendell Antônio José Gomes (novamente), Ismael da Silva Barros, Julita Paes Barreto dos Santos Chaves, Marcos Giovanni Lopes Gomes, Mayara Roberta Araújo Rocha, Michele Maria Brito da Ponte Souza, Regina Ferreira Lobato, Samara Viana Costa e Willami Henrique Freitas Lima. Sucesso a todos!

Aos professores-amigos Luis Roberto Lobato dos Santos, Susan Natasha Lima Brasil, Thales Maximiliano Ravena Cañete, Rodrigo Magalhães Pessôa, Vitor Augusto da Silva Borges, Asmaa Abdullah Hendawy e todos demais professores do curso de direito, bem como, aos diretores da Escola Superior Madre Celeste – ESMAC, Maria Iranilse Brasil Dias Pinheiro, Sandra Cristina F. Dos Santos, Ilton ribeiro dos Santos, Veridiana Valente Pinheiro e Márcia Andreia Jorge de Lima pelo auxílio e compreensão em todos os momentos.

Ao Professor-amigo Itamar Rogério Pereira Gaudêncio, do Instituto de Ensino em Segurança Pública (IESP), sobretudo, pelos engrandecedores debates.

Aos colegas do Fórum da Comarca de Benevides-PA e do TJ/PA (como um todo), em especial, aos amigos Oficiais de Justiça Elder José Pinheiro Chaves, Jaqueane Gama Trindade, Jersonias Alves Paixão, João Gilvandro Miranda, Josué Lima da Trindade, Lucivaldo de Abreu Caldeira, Simone Cabral Rodrigues Menezes e Waldir André Moreira Marçal, que nunca negaram apoio a este colega em qualquer momento vivido ao longo destas paralelas linhas.

A todos os entrevistados nesta pesquisa, cujos nomes omito apenas em palavras, mas ovaciono em agradecimento. A todos que de alguma forma ajudaram na realização deste trabalho, em especial, os colaboradores Alexandre Patrício Silva Barros, Isabela Chaves da Silva e Alexandra Souza da Silva, fundamentais à muitas das linhas escritas.

A todos os meus colegas discentes (especialmente, orientandos). Saibam que olhando para cada um, todo dia, eu exigia o melhor de mim, primeiro, para lhes garantir retorno através de conhecimentos, mas, sobretudo, para tentar ser um exemplo de dedicação em prol daquilo

em que mais acredito: um conhecimento livre de amarras e voltado à transformação do mundo.

Vocês sempre me serão um *espelho*!

Paz e bem!

O descaso diante da realidade nos transforma em prisioneiros dela. Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante de nossos olhos. Enquanto o silêncio acoberta a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o Final
(Daniela Arbex, *Holocausto Brasileiro*)

REIS NETTO, Roberto Magno. **Além das Grades: A Integração dos Presídios às Redes Territoriais do Tráfico de Drogas.** 2018. 254 fls. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP/UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2018.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar quais seriam as estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico de drogas para integração das cadeias às redes territoriais externas da atividade. O estudo adotou o método hermenêutico e dialético, por tomar a linguagem como elemento fundante da análise científica, sem olvidar sua influência por fatores havidos no tempo e espaço, que, portanto, tornam necessária sua análise crítica. A pesquisa se dividiu numa primeira etapa consistente em revisão literária, onde foi possível a delimitação de seis estratégias das quais o tráfico de drogas se valeria, para a referida integração entre o cárcere e suas redes territoriais externas: estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, o estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, o estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, o estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas e, por fim, o enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público. Num segundo momento, em sede de pesquisa de campo, por meio de entrevistas realizadas junto à agentes territoriais da segurança pública do Estado do Pará, foi possível confirmar a pertinência da categorização proposta, bem como, de diversas proposições literárias. De outro lado, foram encontradas divergências em relação à literatura, bem como, dados novos, não apontados pela mesma. Como última etapa, realizou-se um estudo de caso, baseado nas técnicas de cartografia temática e análise documental, baseado em situação concreta, para verificação de como o manejo simultâneo e inter cruzado das estratégias em questão influenciou as relações de territorialidade havidas no Bairro das Águas Lindas – PA. Ao final, além de considerações finais sobre a temática, foram delineadas, ainda, propostas de intervenção e, após o levantamento de considerações teórico-metodológicas, sugestões de continuidade do estudo.

PALAVRAS CHAVE: Tráfico de Drogas. Estratégias e Mediatos. Territorialidade. Presídios.

REIS NETTO, Roberto Magno. **Além das Grades: A Integração dos Presídios às Redes Territoriais do Tráfico de Drogas.** 2018. 254 fls. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP/UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2018.

ABSTRACT

The general objective of this work was to identify the strategies and mediate used by drug trafficking to integrate the prisons into the external territorial networks of the activity. The study adopted the hermeneutical and dialectical method, by taking the language as a foundational element of scientific analysis, without forget its influence by factors that occurred in time and space, which therefore make it necessary its critical analysis. The research was divided into a first step consistent in a literary review, where it was possible to demarcate six strategies of which drug trafficking would be worth, for the said integration between prison and its external territorial networks: establishment/maintenance of Networks and relations between the internal sintagmatical agents to the prison, the establishment/maintenance of relations and co-opting of officers of the penitentiary system, the use of mediate for communication from the prison, the establishment/maintenance of networks and relations with Public or private sintagmatical agents outside the prison, the establishment of internal commercial networks of drug trafficking and, finally, the direct confrontation of sintagmatical agents and reaching symbols linked to the public power. In a second moment, in the field of research, by interviews with the territorial agents of public safety of the State of Pará, it was possible to confirm the relevance of the categorization proposed, as well as, various literary propositions. On the other hand, differences were found in relation to literature, as well as new data, not pointed out by it. As a last step, a case study was carried out, based on the thematic cartography techniques and documentary analysis, based on a concrete situation, to verify how simultaneous and cross-management of the strategies in question influenced the territoriality relations discussions in the neighborhood of the *Águas Lindas-PA*. At the end, in addition to final considerations on the subject, proposals for intervention were also outlined and, after the survey of theoretical-methodological considerations, suggestions for continuity of the study.

KEYWORDS: Drug trafficking; Strategies and mediate; Territoriality; Prisons.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

FIGURA 01 - Anúncios comerciais de medicamentos e gêneros alimentícios, manufaturados a partir de produtos posteriormente declarados entorpecentes e legalmente proibidos, veiculados ao final do Século XIX, nos Estados Unidos e países da Europa.....	27
--	----

CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

ARTIGO CIENTÍFICO 03 - A ASSOCIAÇÃO EXTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará

FIGURA 01 – Avisos Públicos (pichações), atribuídos à organizações locais do tráfico vinculadas à facções criminosas, vedando o cometimento de roubos nas comunidades locais, apostos (à esquerda) no muro de uma Escola Pública no bairro do Centro em Santa Bárbara – PA e (à direita) no muro de residência particular no bairro do Mangueirão em Belém-PA, registrados pelos pesquisadores em dezembro de 2017.....	140
Figura 02 – Foto, via <i>satélite</i> , do Complexo Prisional de Americano e entorno em Santa Izabel do Pará -PA, registrada no mês de janeiro de 2018	141

ARTIGO CIENTÍFICO 04 - O ENFRENTAMENTO AO PODER PÚBLICO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará

FIGURA 01 - Foto, via satélite, do Complexo Prisional de Americano e entorno, em Santa Izabel do Pará -PA, registrada no mês de janeiro de 2018.....	158
Figura 02 - Foto, via satélite, do Complexo Prisional de Americano e entorno, em Santa Izabel do Pará -PA, registrada no mês de janeiro de 2018, com destaque ao CTM III.....	160

ARTIGO CIENTÍFICO 05 - ALÉM DAS GRADES: Um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas

FIGURA 1 – Organograma da Organização Criminosa identificada como atuante no tráfico de drogas no Bairro das Águas Lindas, em Ananindeua-PA, ao longo da Investigação Paradigma, durante os meses de janeiro a agosto de 2016.....	177
FIGURA 02 – Mapa da área situacional do estudo (Bairro das Águas Lindas, em Ananindeua – PA) e de possível área de influência da quadrilha, em interação com o domicílio apurado dos Agentes Territoriais da organização (ATL's e ATM's) e local do óbito dos Agentes Territoriais Mortos (ATM's) pela atuação da quadrilha no período de janeiro a agosto de 2016.....	180
FIGURA 03 – Rede territorial instituída pela organização criminosa junto ao território zona identificado em interação com os presídios do PEM II (Marituba – PA), CRPP III (Santa Izabel do Pará – PA) e com membros de outra organização criminosa (sediada em Belém – PA) ao longo dos meses de janeiro a agosto de 2016.....	182

LISTA DE SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
ASI	Assessoria de Segurança Institucional (órgão interno da SUSIPE).
ATEPE	Agente Territorial Encarcerado em Presídio Estadual
ATAPF	Agente Territorial Encarcerado em Presídio Federal
ATL	Agente Territorial em Liberdade.
ATM	Agente Territorial Morto.
ATP	Agente Territorial Privado
CV	Comando Vermelho
CVRL	Comando Vermelho Rogério Lemgruber
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ENL	Exército de Libertação Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDN	Família do Norte
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEM	Presídio Estadual Metropolitano
CRPP	Centro de Recuperação Penitenciária do Pará
CPASI	Colônia Penitenciária Agrícola de Santa Izabel
PGN	Primeira Guerrilha do Norte
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário
UNODC	United Nations Office for Drug and Crime.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	15
1.1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1.1 Apresentação do Tema.....	15
1.1.2 Sociedade e Criminologia na Atualidade.....	16
1.1.3 O Tráfico de Drogas no Cenário Internacional dos Séculos XX e XXI.....	23
1.1.4 Do Proibicionismo Brasileiro e Suas Consequências Sócio Territoriais no Século XXI.....	35
1.1.5 Delimitação do Problema de Pesquisa.....	41
1.2 DA JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	42
1.3 DOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	44
1.3.1 Do Objetivo Geral da Pesquisa.....	44
1.3.2 Dos Objetivos Específicos da Pesquisa.....	44
1.4 DA HIPÓTESE.....	44
1.5 DO REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA.....	45
1.5.1 Por uma Geografia do Tráfico de Drogas.....	46
1.5.2 Das Relações Territoriais de Poder.....	49
1.5.3 Notas conceituais a respeito do tráfico de drogas.....	52
1.5.4 O tráfico de drogas como agente sintagmático e suas estratégias territoriais.....	56
1.6 DO MÉTODO E DAS TÉCNICAS DE PESQUISA.....	60
1.6.1 Do método Hermenêutico e Dialético Aplicado às Ciências Sociais e ao Estudo do Tráfico de Drogas.....	60
1.6.1.1 Linhas gerais a respeito do método de pesquisa.....	60
1.6.1.2 Do Método Hermenêutico e Dialético.....	63
1.6.1.3 Sobre a Hermenêutica-Dialética e sua aplicabilidade no estudo das ciências sociais e do fenômeno nominado tráfico de drogas.....	65
1.6.2 Da Abordagem.....	70
1.6.3 Das Técnicas aplicadas ao primeiro artigo.....	70
1.6.4 Das Técnicas aplicadas do segundo ao quarto artigo.....	73
1.6.5 Das Técnicas aplicadas ao quinto artigo.....	75
 CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS	 78
2.1 – ARTIGO CIENTÍFICO 01 - ESTRATÉGIAS E MEDIATOS UTILIZADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS PARA INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES TERRITORIAIS EXTERNAS: Uma revisão da literatura.....	78
1 INTRODUÇÃO.....	78
2 DOS MARCOS TEÓRICOS.....	79
3 MÉTODO E TÉCNICAS.....	82
4 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
4.1 DAS OBRAS ANALISADAS E DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS.....	85
4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DA LITERATURA.....	86
4.3 ANÁLISE QUALITATIVA DA LITERATURA.....	86
4.3.1 Das Estratégias de estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os atores sintagmáticos internos ao cárcere.....	87
4.3.2 Da estratégia de estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a atores sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere.....	93
4.3.3 Da estratégia de estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de atores sintagmáticos do sistema penitenciário.....	97

4.3.4 Da estratégia de utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere.....	98
4.3.5 Da estratégia de enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.....	99
4.3.6 Da estratégia de estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	103
2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 02 - A ASSOCIAÇÃO INTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes da Segurança Pública no Estado do Pará.....	109
INTRODUÇÃO.....	110
1 DOS MARCOS TEÓRICOS DO ESTUDO.....	111
2 DO MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	115
3 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	118
3.1 BREVE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS.....	118
3.2 DOS DADOS EM CONFORMIDADE COM A LITERATURA.....	119
3.3 DADOS DISCORDANTES DA LITERATURA.....	122
3.4 DADOS NÃO PREVISTOS NA LITERATURA.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	126
2.3 ARTIGO CIENTÍFICO 03 - A ASSOCIAÇÃO EXTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará.....	130
1 INTRODUÇÃO.....	131
2 DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	131
3 DO MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	134
4 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	136
4.1 BREVE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS.....	136
4.2 DOS DADOS EM CONFORMIDADE COM A LITERATURA.....	136
4.3 DADOS DISCORDANTES DA LITERATURA.....	139
4.4 DADOS NÃO PREVISTOS NA LITERATURA.....	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	142
2.4 ARTIGO CIENTÍFICO 04 - O ENFRENTAMENTO AO PODER PÚBLICO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará.....	146
1 INTRODUÇÃO.....	146
2 DO REFERENCIAL TEÓRICO.....	147
3 DO MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	151
4 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	154
4.1 BREVE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS.....	154
4.2 DOS DADOS EM CONFORMIDADE COM A LITERATURA.....	154
4.3 DADOS DISCORDANTES DA LITERATURA.....	156
4.4 DADOS NÃO PREVISTOS NA LITERATURA.....	157
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	161

2.5 – ARTIGO CIENTÍFICO 05 - ALÉM DAS GRADES: Um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas.....	165
1 INTRODUÇÃO.....	166
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	167
3 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	170
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	173
4.1 BREVE HISTÓRICO DA OPERAÇÃO PARADIGMA.....	173
4.2 – DA APLICAÇÃO PRÁTICA DAS ESTRATÉGIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM RELAÇÃO À TERRITORIALIDADE LOCAL.....	175
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	186
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO E PONDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	190
3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
3.2 DAS SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO.....	192
3.3 DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	193
REFERÊNCIAS DOS CAPÍTULOS 01 E 03.....	196
APÊNDICE	
APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DA REVISÃO LITERÁRA (ARTIGO CIENTÍFICO 01)	202
APÊNDICE B – SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA JUNTO À ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARÁ.....	205
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E PROTOCOLO DE ENTREVISTA.....	207
ANEXOS	
ANEXO 1 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA <i>REVISTA OPINIÃO JURÍDICA</i> (ARTIGO CIENTÍFICO 01)	212
ANEXO 2 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA DIREITO GV (ARTIGO CIENTÍFICO 02)	224
ANEXO 3 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA <i>ESTUDOS GEOGRÁFICOS</i> (ARTIGO CIENTÍFICO 03)	232
ANEXO 4 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA GEOGRAFIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL (ARTIGO CIENTÍFICO 04) ...	235
ANEXO 5 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA <i>GEOSUL</i> (ARTIGO CIENTÍFICO 05)	242
ANEXO 06 – CARTA DE ACEITE DO ARTIGO BASEADO NA INTRODUÇÃO DO TRABALHO.....	248
ANEXO 07 – COMPROVANTES DE SUBMISSÃO RELATIVOS AOS ARTIGOS BASEADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA.....	249

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO¹

1.1.1 Apresentação do Tema

O presente trabalho se propôs a compreender, a partir de uma perspectiva preponderantemente geográfica - inspirada nos ensinamentos do teórico Raffestin (1993) – a relação territorial entre tráfico de drogas e cárcere, tendo como objetivo geral identificar quais seriam as *estratégias* e os *mediatos* utilizados para integração do cárcere às redes territoriais externas daquela atividade.

Neste início do século XXI, o debate relativo ao tráfico de drogas e ao combate de organizações criminosas que o exercem vivenciou uma difícil dicotomia que não pode ser ocultada por qualquer análise a despeito dos esforços públicos e privados realizados (seja numa escala internacional, seja em níveis nacionais ou locais) para enfrentamento dos problemas decorrentes do comércio e consumo de substâncias capazes de alterar a normalidade dos sentidos. Ainda assim, constatou-se um notado aumento do consumo e do tráfico, que despontou como uma das mais lucrativas atividades econômicas do planeta.

Esta constatação, por sua vez, levantou dúvidas a respeito da eficácia das medidas desenvolvidas até o presente momento para combate dessa atividade, o que, por sua vez, trouxe à tona uma série de outros questionamentos a respeito da verossimilhança do próprio discurso oficial que envolve o tema, da classificação de substâncias entorpecentes a seus critérios, da efetividade da política de guerra às drogas – que tem se manifestado como política pública hegemônica no enfrentamento do problema -, de alternativas às políticas proibitivas, etc.

Retornar às origens do fenômeno em busca da reconstituição de suas raízes e discontinuidades históricas, portanto, se colocou como uma atividade fundamental a ser firmada por qualquer estudo que buscasse tratar do tema, sob pena de constituir apenas mais uma análise reprodutiva dos discursos já consolidados e disseminados pelo senso comum.

Diante disto, o capítulo introdutório deste trabalho se propôs à realização de uma genealogia do tráfico (FOUCAULT, 2015) na tentativa de desvelar as razões e fundamentos das políticas proibitivas e intervenções repressivas, bem como entender os motivos político-econômicos que determinaram seu surgimento histórico, que, uma vez conjugados, ocasionaram a atual formatação do que se pode denominar como tráfico de drogas, justamente,

¹ A pesquisa realizada para a confecção desta introdução foi adaptada em artigo denominado *TRÁFICO DE DROGAS E SÉCULO XXI: Uma reconstrução genealógica*, devidamente submetido na chamada do Livro “Atividade de Inteligência e Segurança Pública: O Brasil e as Trincheiras do Século XXI”, da instituição Escola Superior Madre Celeste. Após avaliação, o mesmo foi aprovado e aguarda publicação.

para, num segundo momento problematizar sua relação com o contexto prisional e, assim, explicar o surgimento da questão norteadora desta dissertação.

No entanto, como é natural de se esperar da ciência social, deve-se advertir que o estudo se ateve a certos conjuntos teórico-metodológicos específicos, que, obviamente, não se prenderam a uma ou outra posição política, embora, em alguns momentos, a análise até possa se alinhar a certos posicionamentos e discursos existentes (afastando-se, obviamente, de outros).

Ainda assim, que fique claro: o estudo não se afiliou a qualquer corrente política atual sobre as drogas, senão, constituiu uma tentativa de reconstrução postulados sobre o tema (o que, por óbvio, ocasionou uma aproximação com algumas teorias que realizam esta mesma atividade teórica *genealógica*, como a criminologia crítica, por exemplo).

1.1.2 Sociedade e Criminologia na Atualidade

O século XX representou um dos mais importantes marcos históricos para a compreensão da atualidade do tráfico de drogas, das políticas estatais e fenômenos criminais que o circundam.

Segundo Araújo (2012) e Pereira (2012), embora o consumo de substâncias capazes de alterar a normalidade dos sentidos seja um fato tão longínquo quanto a própria história da humanidade, é inegável que todo o debate em torno do comércio de drogas e da política proibicionista adquiriu contornos diferenciados decorrentes da expansão do modelo capitalista de consumo e das ideias criminológicas vigentes desde a última virada de século (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014).

Para compreensão deste fato, no entanto, mostrou-se necessário voltar os olhos para um período um pouco mais distante desta série histórica, analisando as transformações político-econômicas ocorridas a partir de 1950 – determinantes à formação dos atuais padrões de tratamento do crime.

Garland (2008) afirmou que o período de 1950 a 1973 registrou um breve progresso dos países-modelo da economia liberal (especialmente, Inglaterra e Estados Unidos) com o advento de inovações tecnológicas que permitiram o surgimento de técnicas de produção em massa e, com isso, uma transformação dos hábitos de consumo e comercialização. Este contexto, mais tarde, pautou um novo modelo global de produção, exportado a vários países, inclusive, da América Latina (ANITUA, 2015).

Deste modo, “O capitalismo monopolista se reinventou na forma de capitalismo de consumo” (GARLAND, 2008, p. 188), e, os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial

assinalaram o abandono do paradigma Fordista de produção, “fechado, integrado, centrado na fábrica”, seguido da adoção um modelo mais aberto, “descentralizado e intensivo em serviços” (WACQUANT, 2005, p. 69).

Concomitantemente, este progresso capitalista também propiciou um consenso político a respeito de investimentos sociais, até mesmo, em comunidades mais pobres, decorrente da inserção de uma grande gama de cidadãos no debate democrático e do mercado de consumo (ESPING-ANDERSEN, 1991), assim como, em razão da ideia de que o aumento dos indicadores sociais eliminaria a criminalidade e outros males. Este foi o ambiente de surgimento do *Welfare State* (GARLAND, 2008), caracterizado por um notável crescimento da máquina estatal para o atendimento de inúmeras demandas sociais.

No entanto, esse momento de progresso não sobreviveu à primeira metade da década de 1970 e ao advento de novas crises econômicas que surgiriam no horizonte (especialmente, a crise mundial do petróleo), ocasião em que se iniciou a ruína do paradigma do Bem-Estar Social. Enfrentando a inflação e o crescimento negativo, os Estados capitalistas (sobretudo, os EUA) não mais seriam capazes de equilibrar o livre comércio com a mesma eficiência.

Com isso, também se transformou a concepção das classes hegemônicas a respeito da plausibilidade dos investimentos típicos do *Welfare State* e sua reversão em prol da manutenção da máquina de mercado. Diante desse quadro, abandonaram-se os investimentos sociais, em prol de um liberalismo cada vez maior, sem, no entanto, se promover qualquer mudança quanto ao modelo de produção e consumo em massa surgido naquele período. Produzir se tornou a palavra de ordem e reduzir os entraves se tornou o objetivo da nova agenda econômica.

Associou-se à ideia de progresso à necessidade de privatização e desregulamentação cada vez maior do mercado, sob a ressuscitada crença neoliberal de que a livre competição conduziria a sociedade a novos patamares evolutivos, não mais a partir de uma atuação coletiva, pública, senão, por intermédio do esforço individualizado (BAUMAN, 2001, 2009), ocasionando o progressivo surgimento de um Estado “*Neo-Darwinista*, que se baseia na competição” (WACQUANT, 2015, p.31).

Consequentemente, para abarcar a nova lógica produtiva, as relações de trabalho assalariado foram intensificadas em jornadas e carga, flexibilizadas quanto aos vínculos e formas de contratação com forte descontinuidade dos trajetos e expectativas profissionais (WACQUANT, 2015).

Neste mundo individualizado, onde todo o sucesso não decorreria de mais nada que não fosse o esforço pessoal, e, mais ainda, onde a capacidade de consumo e os bens possuídos

traçariam os novos moldes de construção da personalidade de cada um (BAUMAN, 2001, 2009), mudanças sociais significativas passaram também a ocorrer.

As famílias se transformaram sob relações de trabalho cada vez mais frágeis e flexíveis. Os homens (pais) passaram a assumir maiores jornadas de trabalho ou duplo emprego para sustento de um padrão de vida modal, ao passo que as mulheres (as mães, historicamente, tratadas como mão de obra mais barata) se inseririam cada vez mais no mercado de trabalho (GARLAND, 2008), também, em função de vitórias no campo dos direitos civis (interessantes, obviamente, ao mercado) ainda concernentes ao período do *Welfare State*. Com isso, as unidades familiares se tornaram cada vez menores e constatou-se um significativo enfraquecimento do relacionamento entre pais e filhos.

A tônica do consumo, por sua vez, que passaria a tomar o espaço como um bem valioso e especulável (CARLOS, 2015), ocasionou uma nova ecologia social nos centros urbanos. Ao mesmo tempo em que a apropriação e comercialização territorial propiciava o lucro dos incorporadores e proprietários e a circulação do capital, promovia, também, a supervalorização de áreas, expulsando silenciosamente aqueles que não detivessem condições de suportar o novo padrão de vida local (VOLOCHKO, 2015) num verdadeiro processo de remoção branca da população mais vulnerável (OLIVEIRA J., 2014).

Este fenômeno gerou um distanciamento geográfico cada vez maior das comunidades pobres, que passaram a ser concentradas em bairros distantes (os subúrbios ou periferias), longe dos centros de produtos e serviços, fenômeno responsável por uma desconfiguração de laços comunitários (GARLAND, 2008; BAUMAN, 2001; WACQUANT, 2005) e pelo rompimento de sentimentos de pertencimento territorial (HAESBAERT, 2014), reconstruindo-se uma identidade, daqueles contingentes populacionais, a partir da ideia efetivada de exclusão sócio-territorial (CLAVAL, 1999).

Por sua vez, o empoderamento de minorias (aspecto positivo do *Welfare State*), proporcionou a rediscussão dos direitos civis e uma intensificação do debate em torno dos direitos de grupos historicamente discriminados (negros, homossexuais, encarcerados, etc.). O ponto negativo, entretanto, residiu nessa exigência por novos e múltiplos estatutos de direito, que importou, conseqüentemente, num enfraquecimento de códigos morais preexistentes (BAUMAN, 2009), causando o afrouxamento de vínculos e a transformação dos sentidos comunitários anteriores (GARLAND, 2008). A ideia de certo ou errado tornava-se confusa e diferenciada conforme cada grupo social.

A conjugação de tais transformações, somadas ao desejo de consumo, cada vez mais incentivado pelo mercado (BAUMAN, 2001), atingiria em cheio o âmbito da segurança

pública, propiciando maiores oportunidades para o crime, o aumento da população em situação social de risco, a redução (ou eliminação) de controles sociais informais e, diante do *boom* consumerista, o surgimento de bens de consumo portáteis e de alto valor, facilmente sujeitáveis a condutas criminosas (GARLAND, 2008).

Como resultado, houve um notável aumento da marginalidade. Garland (2008, p. 203) ainda registrou que “evidências sugerem fortemente um liame causal entre a chegada da pós-modernidade e a crescente suscetibilidade ao crime”, acompanhado de um recrudescimento de “crimes contra o patrimônio, delitos sexuais e relacionados às drogas”.

Deste modo, se entre as décadas de 1950 e 1970 o crime era visto como uma consequência do conflito entre classes, típico de uma criminologia crítica que o analisava como fruto de desníveis sociais, nas décadas seguintes, ressurgiriam anteriores posicionamentos conservadores e hostis, que, no momento do declínio do *Welfare State*, rogariam o abandono dos investimentos em reabilitação e combate das causas criminogênicas, seguindo-se de um tratamento cada vez mais repressivo das condutas criminosas.

Não que as políticas do *Welfare State* tenham, em verdade, propugnado avanços em prol da ressocialização de criminosos e da diminuição de delitos (o que foi cientificamente negado nas décadas de 1970 e 1980). Porém, como advertiu Anitua (2015), o êxito do período foi representado pela busca de uma fórmula política de tratamento de problemas sociais e criminais.

De outro lado, também se deve ressaltar que a segurança no fim do século XX, se tornou um produto disponível no mercado de consumo, o que, somando-se aos fatores acima, ocasionou a disseminação de empresas de segurança privada e um forte movimento em prol da privatização de presídios, muito interessante àqueles capazes de pagar (GARLAND, 2008; BAUMAN, 2008). Ao passo, assim como em qualquer outro campo comercial, estes novos serviços necessitariam de uma estratégia de vendas, a qual, como esperado, foi construída através da disseminação (com forte auxílio da mídia) do medo e da alteridade enquanto preconceito (BAUMAN, 2008, 2009; OLIVEIRA J., 2014), que apenas retroalimentou as políticas e teorias tradicionalistas, aqui mencionadas.

Assim, com o fim dos anos de crescimento econômico favorável e diante dos fatores acima delineados, tornou-se mais conveniente às elites políticas o retorno a um tratamento clássico do delito, mais severo e gravoso, pautado em discursos neoconservadores e neoliberais (ANITUA, 2015). Teorias pautadas no controle social e na tolerância zero (década de 1970 em diante) ou ainda em políticas de exceção ou emergência (marcantemente, no século XXI) tomaram o lugar de qualquer visão (res)socializante da figura do criminoso, renovando construções criminológicas que (à imagem e semelhança da postura individualizada de

sociedade do século XXI) voltaram a tomar o crime como escolha exclusiva do criminoso, que deveria, assim, se sujeitar a todo o rigor penal (ANITUA, 2015).

As novas criminologias, portanto, ignorariam aspectos sociais inerentes ao crime, simulando teorias que dissimulavam a reversão de investimentos sociais e a estigmatização social. A consequência natural deste processo foi a criminalização da pobreza e da diferença, bem como, um superencarceramento, que, em termos práticos, atingiu somente os extratos sociais não absorvidos pela economia de mercado do capitalismo globalizado (GARLAND, 2008, WACQUANT, 2015), ou, simplesmente, os mais pobres (preponderantemente).

Em defesa de uma segurança reputada pública, buscou-se a identificação e neutralização da figura do outro, o inimigo externo: o comunista, em tempos de Guerra Fria (FIGUEIREDO, 2005); o terrorista, ameaçador da democracia (ANITUA, 2015; BAUMAN, 2008); o estrangeiro, especialmente, se adepto a religiões não cristãs (BAUMAN, 2008); etc. Igualmente, promoveu-se a caça ao inimigo interno, o anticidadão: o componente da *underclass*, desempregado, sem-teto, mendigo, imigrante, e, assim, potencialmente criminoso em sua desgraça (WACQUANT, 2005, 2015).

Instituiu-se uma política de *Estado Prisional* (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2015), que, da pior maneira possível, utilizou o direito penal e o sistema judiciário para promover uma gestão populacional dos problemas oriundos deste contexto de recrudescimento da pobreza e desigualdade (sobretudo, os crimes) através do encarceramento dos diferentes (sobretudo de jovens, pobres e negros), ainda por cima, sem a tomada de qualquer contrapartida paralela de natureza previdenciária ou social (ao menos, num nível significativo).

Neste contexto, o tráfico representou uma das principais razões constitutivas destas prisões (conforme se discutiu, mais a frente), pelo que seu papel (dentro do discurso de *guerra às drogas*) se afigurou diretamente ligado a essa postura criminalizante do século XXI.

Além disso, foi nesse contexto pós-moderno, de uma sociedade fragmentada, que o tráfico de drogas se renovou como um fenômeno multifacetado, independente e simbiótico em relação à figura do Estado, mas, ao mesmo tempo, alvo de uma repressão interessante a muitos, inclusive, aos próprios traficantes (questão também tratada no tópico a seguir).

Contudo, antes de se prosseguir na análise histórica da construção das atuais imagens do tráfico de drogas, entendeu-se importante tratar a respeito da posição do *Estado-Nação Brasileiro*, neste contexto econômico e político da pós-modernidade.

Primeiramente, foi assente que o Brasil sempre resguardou uma postura patrimonialista e protetiva de interesses político-econômicos de elites hegemônicas (até o século XIX, predominantemente agrárias; no século XX, predominantemente industriais e, por fim, nas

últimas décadas, predominantemente financeiras), o que também foi determinante para a construção de certos postulados científicos, econômicos e ideológicos até hoje adotados no país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Sem pretender adentrar nos múltiplos aspectos da formação de cada região do país e suas peculiaridades administrativas, constatou-se que o Brasil buscou, de maneira predominante, conformações culturais e referências de ações político-econômicas nos programas adotados pelos países-modelo da tradição neoliberal: desde sua emancipação até meados do século XIX, foi muito comum observar a adoção de paradigmas pautados nos padrões Europeus (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Já ao longo do século XX, notou-se uma forte conformação aos padrões de vida e governo norte-americanos (SOUZA, 2015).

Sobretudo, a partir da segunda metade década de 1960 e do advento do *Governo Civil-Militar*, houve uma forte participação norte-americana na realização de investimentos financeiros e no auxílio à elaboração de programas das mais diversas abrangências (políticos, educacionais, científicos, territoriais, etc.) (SOUZA, 2015). Esta participação, decerto, também ocorreria no campo da segurança nacional (FIGUEIREDO, 2005), onde os modelos criminológicos, em muito, se inspiraram nas construções tradicionalistas (de caráter segregador e intolerante), acima assinaladas (SILVA, 2016).

Os paradigmas construídos na escala nacional, por sua vez, foram adaptados pelos governos militares nas escalas regionais (estaduais) e locais, sendo despidendo se falar na repressão comum ao período (FIGUEIREDO, 2005).

Mesmo após o processo de democratização, na década de 1980, quando a legislação brasileira passou a sofrer um processo de adesão a valores ditos progressistas, o aparelhamento relativo à segurança pública, ainda conservaria práticas concernentes ao período do Governo Militar, inclusive, no texto constitucional (ZAVERUCHA, 2010).

Neste sentido, como afirmaram Dorigo e Vicentino (1997) o processo de abertura, instalou uma nova ordem política e econômica, sem, no entanto, destronar as elites de véspera, o que se mostrou um costume histórico no país. Desse modo, manteve-se, no fim das contas, a já mencionada postura patrimonialista, que necessitava, gradualmente, de um sistema policial eficiente a sua proteção (motivo pelo qual, em pouco se transformou a estrutura dos órgãos de segurança pública ao longo do período).

A partir disso, ao menos sob uma dupla perspectiva, o Brasil se mostrou adepto aos modelos neoliberais do século XXI: em primeiro lugar, como país patrimonialista, o Brasil aderiu à cultura do consumo e produção em massa, bem como, aos processos de transformação social destes decorrentes (SOUZA, 2015), o que foi até natural, na conjuntura de uma

globalização histórica que não respeitou quaisquer limites formais ou informais inerentes às fronteiras políticas e culturais dos Estados-Nação (BAUMAN, 2001; SANTOS, 2010).

Em segundo lugar, o país também consubstanciou, em seu sistema jurídico-penal, os moldes criminológicos seletivos e autoritários anteriormente discutidos, alinhando-se a uma política prisional que promoveu a segregação e aprisionamento de vastos contingentes populacionais não absorvidos pelo mercado de consumo e de trabalho (SILVA, 2016).

Por conseguinte, compreendeu-se que, embora o Brasil aparentemente tenha garantido certos direitos típicos do modelo do *Welfare State* (o que é sensível no texto da Constituição Republicana de 1988 e em diversas legislações), na prática, os benefícios jurídicos não se mostraram acessíveis à maioria da população (DIAS, 2013), ainda inserida em larga escala nos níveis da pobreza e da miséria. Portanto, não houve superação do aspecto meramente simbólico da lei, que, especialmente no campo penal, se apresentou apenas como um discurso que legitimaria e esconderia as crueldades seletivamente perpetradas pelo sistema (SILVA, 2016).

Por fim, deve-se asseverar que, se por um lado o Brasil ainda intentava viver a mesma lógica político-econômica dos Estados-Nação do bloco liberal em que historicamente se inspirou, de outro, como país em desenvolvimento que ainda dependia de maneira direta e indissociável dos investimentos realizados pelos países ricos, o mesmo sofreu de maneira mais grave ainda os problemas relativos à dificuldade de equilíbrio da balança econômica e da marginalização da população, típicos da atual fase do capitalismo, o que, por sua vez, repercutiu, diretamente, nos modelos de tratamento criminal no país.

Assim, o que se afirmou em relação ao tráfico e suas políticas de enfrentamento no mundo, igualmente, pode também ser afirmado também em relação ao Brasil, em razão de sua referida vinculação (em larga medida) com as posturas criminológicas debatidas.

Nestes termos, pode-se afirmar preliminarmente que o tráfico de drogas do século XXI e a proibição que se impôs ao mesmo, até então, representou um importante instrumento de ação inerente àquelas políticas de criminalização de comunidades excluídas do mercado formal no mundo e no Brasil. Mais ainda, como se tratou nos tópicos seguintes, a proibição representou o principal mecanismo de seguridade do monopólio de certas substâncias nas mãos de grupos sociais hegemônicos.

E, fugindo da ótica estatal de tratamento do problema, constatou-se que a proibição garantiu o efetivo sucesso das organizações criminosas do tráfico, tornando, pela valorização da droga, a atividade muito oportuna a investidores do mercado global e à gigantesca massa de desempregados, especialmente, em países nos quais os efeitos das transformações relatadas

foram mais intensos ainda. Estas questões, que revelam os aspectos não oficiais dos discursos proibitivos no mundo e no Brasil, foram o alvo de análise das próximas seções deste trabalho.

1.1.3 O Tráfico de Drogas no Cenário Internacional dos Séculos XX e XXI

A partir das relatadas dissimetrias inerentes ao século XXI, oriundas de processos iniciados ainda na segunda metade do século XX, foi possível conceber que o consumo em massa e a individualização da sociedade foram consideráveis consequências da consolidação do capitalismo de consumo pós-moderno, as quais, também resultaram em importantes transformações na atividade inerente ao tráfico de drogas, sobretudo, através das políticas proibicionista, enquanto ação econômica instituída pelos Estados-Nação.

Contudo, deve-se lembrar que, da mesma forma que se afirmou em relação ao consumo, a proibição do uso de substâncias entorpecentes também não é um fenômeno recente na história da humanidade, senão uma construção histórica que adquiriu contornos mais específicos a partir do século XX.

Como bem advertiu Rodrigues (2004, p. 18), a política proibicionista não representou um movimento estritamente jurídico, senão, “terminais, pontos de condensação, cristalizações de ferozes conflitos que se desenrolam no *blasfond* e irrompem no cenário histórico”. Assim, embora o comércio e o consumo do que se intitula como drogas sempre tenham sido um fenômeno marcante na história das civilizações, sua proibição, de outro lado, surgiu como uma ação ligada a conflitos de poderes internos e externos, sobretudo, no plano econômico, como se passou, adiante, a relatar.

Apenas a título exemplificativo, pode-se destacar um primeiro marco proibicionista do uso de drogas surgiu ainda no século I, em meados de 392 D.C., quando o catolicismo assumiu o *status* de religião oficial do Império Romano, colocando-se oficialmente contra qualquer prática religiosa não albergada pela Igreja, o que, nos séculos II e III, importou na edição de leis e decretos proibitivos do uso de ervas e misturas ditas demoníacas em alinhamento à chamada era da caça às bruxas (ARAÚJO, 2012). Entretanto, a mesma Igreja que proibira o uso de entorpecentes, contraditoriamente, aceitou o consumo de vinho em suas celebrações, assim como o uso de opiáceos, derivados do ópio, e de outras ervas por médicos nos períodos medievais e, especialmente, por alquimistas - em razão de sua busca por ouro (ARAÚJO, 2012), motivo que certamente foi considerável para justificar a aceitação da exceção eclesial.

Desde então, a limitação ao uso de substâncias capazes de alterar a naturalidade dos sentidos, através de mecanismos legais e discursos oficiais reputadamente benevolentes à população, manifestava a sua principal marca: *a contradição*. Por trás de um conjunto explícito

de declarações de determinados atores sociais (estatais ou não), constatavam-se, em muitos casos, exceções iníquas e incompatíveis com a própria ideologia declarada.

No século XVII, mais adiante, constatou-se a proibição do uso de tabaco na Inglaterra e seus parceiros comerciais, assim como a proibição do ópio, na China. Os reais motivos que resultaram nestas proibições, igualmente, nem de longe se mostraram altruístas ou voltados à saúde da população, como diziam os discursos oficiais (afinal, os produtos já eram naturalmente consumidos naqueles países - o primeiro, desde sua chegada da América na Europa, e o segundo, desde o século VII, na China).

Pesavam, muito mais, questões de natureza econômica voltadas ao equilíbrio da balança e da dívida externa, geradas pela saída de moeda aos fornecedores externos de cada país (ARAÚJO, 2012). Na época, a China se tornou o maior fornecedor de ópio à Inglaterra, que via suas libras se esvaindo para o estrangeiro e, assim, passou a se valer da proibição para assegurar o valor de sua moeda. O mesmo se deu com a China, maior importadora do chá inglês (ARAÚJO, 2012), que, em contrapartida, passou a taxar o comércio deste produto em seu território. A tensão gerada pelas medidas, inclusive, ocasionou duas guerras entre estas nações.

À questão econômica externa, somou-se ainda outro imperativo de ordem interna na Inglaterra e, posteriormente, na Europa Ocidental: autores como D'elia Filho (2014) e Rodrigues (2004) apontam que a expansão de um modelo de Estado Policial, voltado à instituição de uma gestão tutelar sobre seus súditos e à uma imposição das novas dinâmicas decorrentes da Revolução Industrial, logo se constituiu como um fator determinante ao sucesso do proibicionismo europeu.

O “controle do corpo e da alma” (FOUCAULT, 2015, p, 138) se tornou elemento central para a nova gestão econômica, que organizou dispositivos que assegurariam não apenas a sujeição do cidadão ao sistema instituído, mas, o aumento constante de sua utilidade produtiva. Buscava-se ao aumento real da capacidade econômica do Estado, sob a estrita orientação de uma nova ciência de governo, a ciência política (FOUCAULT, 2008). Impunha-se, dessa forma, um modelo médico-jurídico de gestão dos corpos, muito significativo ao entendimento do movimento proibicionista das drogas da época (RODRIGUES, 2004).

A questão se tornou cristalina diante da proibição do álcool, a seguir, na Inglaterra do século XVIII: a produção de genebra (gim), inicialmente fomentada para fazer frente à produção de vinho francês, acabou por gerar um problema de consumo desenfreado na população, sobretudo, nos trabalhadores da década de 1730 (SHECAIRA, 2014).

Invertendo suas prioridades, o país passou a promover uma forte taxação do produto, por meio do *Gin Act*, de 1736, e, mais adiante, proibiu sua comercialização em 1758, também,

em função da crise de grãos instalada na Europa, à época (SHECAIRA, 2014), e, sob influência de movimentos puritanos de inspiração protestante que, intervindo na política, passaram a cobrar uma posição abstencionista da sociedade e do Estado.

O problema inglês, em seguida, foi exportado aos Estados Unidos, no mesmo século XVIII. E, junto ao incômodo produtivo do consumo do álcool, também o foram os ditames de caráter puritano, que, nos EUA, através do movimento da temperança, chegaram a consolidar ligas bastante representativas e, até mesmo, um partido político (ARAÚJO, 2012), conseguindo impor forte taxação à produção de álcool no país, ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Mais adiante, com as fortes limitações econômicas sofridas pelos EUA e diversos outros países em decorrência da Primeira Guerra Mundial (razão econômica), os puritanos obtiveram sucesso na luta pela proibição do álcool em sua totalidade: Em 1919 (por intermédio da 18ª Emenda à Constituição Norte Americana), impôs-se nos EUA o período histórico conhecido como *Lei Seca* (SHECAIRA, 2014).

Antes de se prosseguir, torna-se interessante registrar dois antagonismos marcantes desta série histórica: primeiramente, o fato de cervejarias norte americanas serem parceiras econômicas de outras cervejarias alemãs foi suficiente, na época, para associação da imagem do álcool a uma tentativa de degradação da nacionalidade do país (SHECAIRA, 2014), aliando um forte elemento ideológico ao aspecto jurídico da proibição.

Em segundo lugar, tem-se que, apesar da proibição do consumo do álcool, era corriqueiro naquele período histórico o uso de derivados da folha de coca (da qual se extrai a Cocaína) e maconha (*Cannabis Sativa* ou *Indica*) nos EUA e na Europa, onde estas substâncias eram livremente manufaturadas pela medicina e indústrias alimentícias (Figura 01, adiante), inclusive, como princípios ativos de diversos remédios (até mesmo, infantis), fato que foi determinante para a posterior consolidação de grandes empresas farmacêuticas que exploravam tais produtos, como a alemã Merck e a americana Park-Davis (ARAÚJO, 2012). Registra-se, inclusive, a utilização de xarope de coca como composto da fórmula originária da Coca-Cola (PEREIRA, 2012).

Com o advento da Lei Seca, milhares de bares foram fechados, relegando o consumo de álcool à total clandestinidade. Ao passo, a política proibicionista criou a imagem estereotipada do alcóolatra, o inimigo da moral, a ser combatido pelos órgãos de segurança pública estatais (SHECAIRA, 2014).

Como resultado, o número de homicídios e aprisionamentos subiu de maneira alarmante no país, exigindo uma versatilidade cada vez maior dos traficantes de bebidas (os *gangsters*), que passaram a associar o comércio de álcool a outras atividades como a prostituição, jogos

ilegais, homicídios por encomenda e corrupção (ARAÚJO, 2012), representando um exemplo histórico marcante de modelos originários de organizações criminosas: as máfias (MINGARDI, 2014), que, posteriormente, acabaram por migrar para outras atividades ilícitas, até, anos mais tarde, se envolverem com o tráfico de drogas, em um ciclo de reinvenção de ações voltadas ao lucro, típico das empresas capitalistas.

Na mesma proporção, registrou-se o aumento de internações compulsórias de inúmeros consumidores de álcool em centros de reabilitação ou hospitais (manicômios) da época, estes últimos, destinados à camada mais pobre da população, numa nítida política de isolamento seletivo das camadas indesejáveis do período (ARAÚJO, 2012).

A proibição do álcool só veio cair por terra ao final da década de 1930 (novamente, por questões econômicas), em função da imperiosa necessidade de arrecadação de impostos no contexto da grande depressão de 1929. Conforme a política do *New Deal*, implementada por Franklin Roosevelt, a taxaçoão do álcool passaria a ser aceitável e interessante em razão das receitas que traria ao Estado Norte-Americano (SHECAIRA, 2014).

Porém, ainda naquele mesmo período, paralelamente ao proibicionismo do álcool, já havia se iniciado no âmbito internacional uma empreitada norte-americana em prol das políticas de caráter proibicionista, motivada agora, além da disseminação dos ideais puritanos na política externa, pela necessidade de enfraquecimento da economia europeia (RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2012).

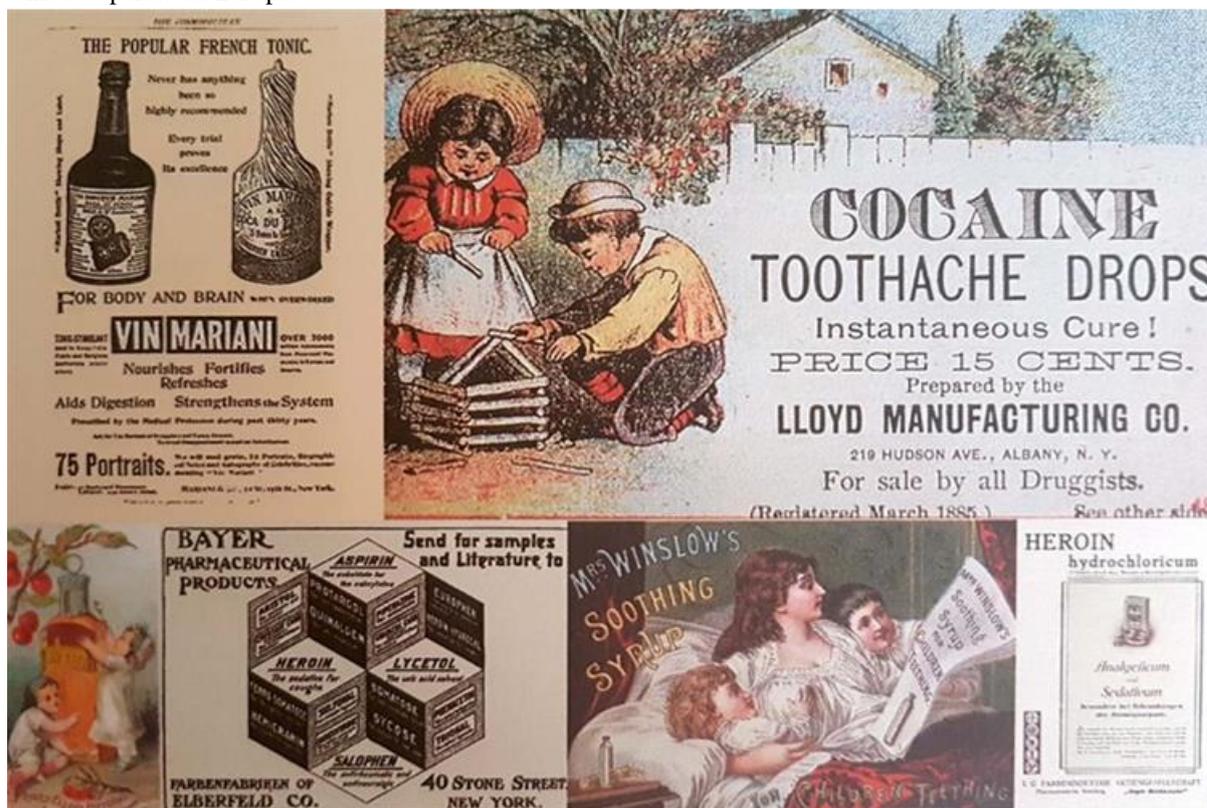
O primeiro passo foi representado pela Conferência de Xangai em 1906, que propiciou uma aproximação comercial entre China e Estados Unidos (ARAÚJO, 2012). Na prática, se tratava de esforço conjunto pela proibição do consumo de ópio, que rendia fortes lucros aos países liberais Europeus – adversários políticos e econômicos dos Estados Unidos e da China, à época (RODRIGUES, 2004).

Estabeleceu-se, após a Conferência de Xangai, uma primeira classificação de substâncias controladas dentro do ambiente doméstico dos EUA (o *food and drug act*, também de 1906), a qual, contudo, não restou aceita ou reproduzida pelos países Europeus, em razão dos já mencionados lucros obtidos, como dito, a partir do livre comércio do ópio (RODRIGUES, 2004). A resistência só veio a ceder mais adiante, quando houve enfraquecimento político-econômico dos países Europeus durante e após a Primeira Guerra Mundial, que, por sua vez, conferiu maior força política, apesar do enfraquecimento econômico, aos EUA (RODRIGUES, 2004).

Entretanto, de forma inesperada aos EUA, como contrapartida à aceitação, forçada, da proibição do ópio pelos países do bloco europeu, estes passaram a cobrar uma maior extensão

do rol das substâncias proibidas, contrariamente à posição norte-americana (e atingindo em cheio sua indústria farmacêutica e alimentícia deste país, que obtinham fortes lucros dos derivados da Coca e Marijuana).

Figura 01 – Anúncios comerciais de medicamentos e gêneros alimentícios, manufaturados a partir de produtos posteriormente declarados entorpecentes e legalmente proibidos, veiculados ao final do Século XIX, nos Estados Unidos e países da Europa.



Fonte: Araújo (2012, p.47).

O proibicionismo, assim, se instituiu numa escala mundial através de seguidas Convenções e Acordos Internacionais: A Primeira Convenção Internacional do Ópio, em Haia, de 1911/1912, marco da proibição do comércio e consumo da Morfina, Cocaína e Heroína); A Conferência de Genebra de 1924, que ampliou o conceito de drogas substancialmente; e o Acordo de Genebra de 1925, que retomou e fortaleceu a postura proibitiva já adotada em Haia (RODRIGUES, 2004). Mais tarde, surgiria ainda a convenção de Genebra de 1936, sobre a qual se comentará adiante.

A grande lição deixada por esta série histórica situada entre a proibição temporária do álcool nos Estados Unidos e a consolidação das políticas proibicionistas dos demais tipos de entorpecentes no mundo, também por influência norte-americana, se atém a três fatos importantes que registram, igualmente, três contradições aos discursos oficiais.

Primeiramente, o período de proibição do álcool não teve sucesso em inibir o comércio de bebidas, e, contrariamente ao esperado, supervalorizou o preço deste produto, tornando sua

comercialização significativamente interessante e lucrativa a grupos criminosos, como no caso já mencionado das máfias, com capacidade financeira e organizacional para sua distribuição clandestina (RODRIGUES, 2004; PEREIRA, 2012; MINGARDI, 2014; SHECAIRA, 2014).

Em segundo lugar, a proibição da utilização de matérias primas pela indústria farmacêutica impeliu, mais adiante, a investigação científica em torno do isolamento de princípios ativos que, então, passaram a ser comercializados na qualidade de remédios, em alinhamento ao discurso de proteção sanitária da população. Esta mudança, mais tarde, colocaria a indústria farmacêutica na qualidade de principal interessada e incentivadora das políticas proibicionistas e, como principal financiadora de candidaturas que apoiassem esta política (RODRIGUES, 2004).

E, por terceiro, a política proibicionista propiciou um salvo conduto para forças de segurança realizarem o aprisionamento de grandes contingentes de consumidores, produtores e comerciantes de bebidas, com apoio midiático, e, em diversas regiões problemáticas do território norte-americano (RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2012). Deste modo, criar a ilegalidade de mercado resultou em duas consequências implícitas: a instituição de um discurso influente na balança econômica internacional e a instalação de mecanismos de legitimação à atuação repressiva do Estado em certas regiões de seu próprio território. Em ambos casos, sob a declarada ideologia de defesa da saúde e incolumidade.

A experiência demonstrou que, muito além de qualquer defesa social, a estigmatização de consumidores, produtores e comerciantes de drogas permitiria uma atuação militarizada legítima do Estado, especialmente, em áreas mais pobres, onde a ausência do poder público e de oportunidades sociais tornava mais propícia a instalação de atividades criminosas (RODRIGUES, 2004).

Em resumo, constatou-se que, na prática, o discurso de proteção popular no campo da saúde e da incolumidade pública, disfarçavam o real propósito das políticas proibicionistas, que era utilizar a vedação ao comércio de certos produtos como estratégia de proteção à balança econômica, que, ainda, concedia um bônus inusitado: a possibilidade de utilização da legitimidade atribuída ao combate às drogas, para intervir em zonas tidas como problemáticas no território dos Estados-Nação.

Confirmou-se essa tese a partir do surgimento da convenção de Genebra, em 1936 (CARVALHO, 2014), que instituiu a pena de prisão às atividades de produção, venda e compra das drogas nela previstas. Esta convenção, apesar de alinhada com a escalada proibicionista, não foi subscrita pelos Estados Unidos, tal qual ocorreu em relação aos documentos internacionais elaborados em Genebra em 1924 e 1925, justamente, em função da ampliação

das limitações inicialmente impostas ao campo da indústria farmacêutica correspondente a importante segmento da elite hegemônica daquele país e em função do mesmo não depender de qualquer convenção para legitimar as práticas repressivas que já vinham se consolidando há tempos em seu respectivo território (D'ÉLIA FILHO, 2014).

Nota-se que o interesse norte-americano ao não subscrever a convenção de 1936 não era a proteção dos interesses públicos reputados em seu discurso oficial, senão, a estabilidade de sua própria economia e dos grupos ligados a ela.

Desta forma, nem de longe se registrou qualquer redução à repressão interna. No ano seguinte, os EUA instituíram o *Marijuana Act* (1937) proibindo a produção, compra e venda de maconha (SHECAIRA, 2014) e, sobretudo, limitando seu uso para fins científicos (ARAÚJO, 2012), já materializando as políticas de monopolização do manejo de entorpecentes pela indústria farmacêutica, como adiantado acima. Garantiu-se, por outro lado, relativa liberdade quanto à comercialização de sintéticos que, uma vez lançados, perpassavam por relativos lapsos de legalidade, sendo proibidos tão logo outros mais potentes, já se encontrassem patenteados junto à indústria farmacêutica, como no caso das anfetaminas (ARAÚJO, 2012), garantindo o monopólio também do lucro deste mercado.

Consequentemente, milhares de cidadãos foram aprisionados (ARAÚJO, 2012), por conta da alta popularidade das substâncias que passavam a ser classificadas. E, enquanto isso, os órgãos de governo sempre se mostraram indiferentes a quaisquer provas científicas a respeito da real potencialidade econômica e do menor risco inerente ao consumo de outras drogas mais populares, como a maconha e o LSD (ARAÚJO, 2012), sobretudo, quando seu uso veio a assumir uma conotação política, vinculada a movimentos contrários à ação capitalista e aos conflitos geopolíticos em que os EUA se envolviam (RODRIGUES, 2004).

Por sua vez, a repressão cada vez maior acabou por desabastecer um mercado que nada diminuía em demanda, o que, decerto, impulsionou a produção e manufatura das drogas no seio de países onde o controle pelos órgãos de segurança não era tão efetivo, sobretudo, no próprio *quintal* dos EUA: o continente americano (ARAÚJO, 2012).

Assim, no início dos anos 1970, o México e a Jamaica se tornaram sedes da produção e tráfico de maconha, sobretudo, em função de uma estratégica proximidade em relação aos EUA (RODRIGUES, 2004). Era o estopim necessário para a ampliação da atuação política norte-americana no continente. E, de fato, não tardou para que aqueles e outros países fossem alvo de intervenções militarizadas e boicotes econômicos para adequação à política internacional.

Aliás, desde a declaração da *Guerra às Drogas* pelo governo Nixon (CAMPOS, 2014) na década de 1960, a intervenção militarizada já era usada pelos EUA e nações aliadas como

um elemento político para estigmatização e combate de reputados adversários políticos, sobretudo, do bloco comunista (SILVA, 2013).

Seguida da promulgação da Convenção Única de *New York* de 1961, que estabeleceu novas diretrizes internacionais de classificação das drogas, pormenorizando, sob critérios metodológicos não muito bem definidos, espécies e delineando a atuação da Organização das Nações Unidas – ONU e dos países no combate internacionais ao tráfico de drogas, instituiu-se uma política internacional de gestão das drogas, que, na prática, se deu através da atuação armada de países com poderio imperial.

Buscava-se, na prática, a legitimação de uma atuação internacional contra as drogas, protagonizada pelo bloco americano, que, em verdade, poderia se estender por diversos outros campos dos países atingidos. Esta política, na década seguinte, apenas foi estendida à América.

Contraditoriamente, no mesmo contexto de Guerra Fria, o tráfico foi utilizado como arma geopolítica norte-americana para favorecer grupos aliados em diversas revoluções e revoltas, noutros países (SILVA, 2013; CAMPOS, 2014; LABROUSSE, 2010), situação em que a atividade, apesar de declarada como nociva pelo discurso oficial, passou a ser tolerada e até incentivada por órgãos de governo, especialmente, os de inteligência, sob a desculpa de combate ao comunismo.

Com isso, a partir da década de 1960, o discurso de combate às drogas foi associado a uma forte xenofobia e a políticas repressivas, que importaram na gênese de novos inimigos internos, como, por exemplo, os negros pertencentes aos guetos territoriais - associados ao tráfico de cocaína-, os imigrantes mexicanos - associados ao tráfico de maconha, e, até mesmo, cidadãos americanos degradados, envolvidos com o movimento *hippie* e a luta contra a guerra [ARAÚJO, 2012] e externos (comunistas russos, mafiosos italianos, etc.).

Após as primeiras intervenções no México e na Jamaica, por conseguinte, a produção foi empurrada em direção à América Latina, onde economias originariamente agrícolas de países como Bolívia, Peru e Colômbia, nos quais as substâncias então proibidas até resguardavam uma certa normalidade dentro da cultura local, por conta das condições climáticas e de solo favorável. Estes países, assim, passaram a ser alvo de intervenções de grupos paramilitares internos em busca do controle dos meios de produção nas décadas de 1970 e 1980, gerando, mais adiante, o surgimento de grandes grupos econômicos que, no século XXI, representariam mais uma das espécies dos atuais oligopólios internacionais das drogas, sobretudo, da produção e tráfico de cocaína (RODRIGUES, 2004).

Naquele período, a disputa pelo mercado ocasionou a eclosão de conflitos territoriais internos que transbordaram em violentas batalhas, com especial destaque para a Colômbia, onde

a guerra entre os cartéis do tráfico de cocaína (inclusive, com envolvimento da esfera político-administrativa do país) na década de 1980, acabou por chamar a atenção da comunidade internacional (CAMPOS, 2014).

Já na década de 1990, com a posterior consolidação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – as FARC’s – e do Exército de Libertação Nacional – ENL -, intensificou-se a intervenção norte-americana no conflito, obviamente, não por força de interesses antidrogas – discurso oficial -, mas sim, por questões políticas relativas ao combate à expansão da frente comunista na América Latina, com a eliminação dos cartéis originariamente existentes, ao menos na forma primária.

Com a lição colombiana, as organizações do tráfico de drogas ao redor do mundo compreenderam que o enfrentamento direto ao Estado não se constituía como a melhor estratégia de consolidação de seu poder, pelo que, alterando seu *modus operandi*, iniciaram atuações mais discretas, simbióticas com o sistema financeiro, em especial, paraísos fiscais de lavagem de dinheiro, e com grupos políticos vinculados à esfera pública (LABROUSSE, 2010).

Diante disso, a partir da literatura mencionada, tornou-se possível afirmar que foi a política da repressão que ensinou uma trilha de sucesso às organizações criminosas, atualmente, envoltas num altíssimo grau de complexidade e aperfeiçoamento de suas redes e sistemas de comércio e proteção. Contudo, este não foi o único impacto decorrente da proibição.

Como afirmou Rodrigues (2004), o controle sobre as drogas se articulou como uma verdadeira política econômica, que, numa dinâmica de *governamentalidade* (FOUCAULT, 2008), movimentou a indústria bélica dos países envolvidos, sobretudo os EUA, e induziu investimentos para determinados setores públicos e privados, dessa forma, garantindo o favorecimento de grupos sociais predeterminados.

Afinal, a guerra ensejou produção. E, naturalmente, houve quem lucrasse com ela: indústria bélica, órgãos militares, instituições de inteligência, empresas privadas ligadas ao ramo da tecnologia da informação, etc. Todos estes, registraram grande lucros ao longo da declara guerra às drogas (CAMPOS, 2014), isso, sem se falar no favorecimento político e econômico da indústria farmacêutica.

A partir das décadas de 1970, a publicação de novos acordos internacionais a respeito do combate e classificação de drogas já se encontrava totalmente alinhada à estratégia de monopolização do manejo e estudo de substâncias capazes de alterar a normalidade dos sentidos nas mãos das farmacêuticas (RODRIGUES, 2002).

Conforme afirmou Rodrigues (2002), este controle jurídico sobre a manipulação das drogas, inclusive, foi aperfeiçoado e consagrado com o advento, em 1971, da Convenção Única

sobre Substâncias Psicotrópicas de Viena, que ampliou, novamente sob critérios questionáveis, a classificação dos produtos proibidos, traçando diretrizes para estudo científico e comercialização ética que, na prática, só poderiam ser efetivados por grandes grupos econômicos de países desenvolvidos.

A proibição, nesta senda, se mostrou uma medida lucrativa aos grupos hegemônicos. E foi sob estes interesses que as medidas de guerra às drogas ganharam maior legitimidade e permanência através de outros acordos subsequentes: a Conferência Internacional sobre o Abuso de Drogas e Tráfico Ilícito de 1977, que estabeleceu medidas sobre o controle de substâncias proibidas e medidas de combate ao tráfico; e, em 1988, com as adaptações à Convenção de Viena de 1971, que ampliaram as listagens de substâncias proibidas e os mecanismos de combate ao tráfico.

Desta forma, a repressão atingiu seu auge nas duas últimas décadas do século XX.

No entanto, a despeito dos altos investimentos internacionais, foi assente que a declarada guerra às drogas não conseguiu combater, nem tampouco, refrear o consumo e o comércio de entorpecentes ao redor do globo.

Conforme dados da *United Nations Office for Drug and Crime* - UNODC (2015), estima-se que, no mundo, 246 milhões de pessoas com idade entre 15 e 64 anos (ou seja, 1 a cada 20 indivíduos), tenha feito uso de alguma droga ilícita no ano de 2013, no mesmo passo em que o mercado internacional de drogas teria movimentado uma cifra correspondente a 320 bilhões de dólares só no ano de 2009.

Em igual sentido, estima-se que mais de 1000 toneladas de cocaína tenham sido comercializadas na Europa, cujos países, em grande parte, fazem parte do bloco proibicionista, só no ano de 2004 (SAVIANO, 2014), tornando-o um, senão o mais lucrativo comércio do planeta no século XXI.

Este sucesso do tráfico, por conseguinte, é atribuível a múltiplos fatores inerentes às transformações econômicas do século XXI. Como atividade comercial, afinal, é constituída por processos de produção, manufatura e comercialização de matérias primas e produtos, é natural que o tráfico também tenha aderido ao modelo produtivo em massa inerente à sociedade de consumo do século XXI, se expandindo nos moldes das empresas capitalistas globais (CAMPOS, 2014). A própria postura individualista das sociedades pós-modernas, aliás, incentivou a tentação pelo consumo desenfreado de bens e substâncias, mesmo as ilícitas (BAUMAN, 2001; BAUMAN, 2009).

Por conseguinte, a simbiótica associação entre vários governos e organizações do tráfico de drogas, bem como, o financiamento ou o favorecimento indireto de organizações envoltas

em conflitos geopolíticos (LABROUSSE, 2010; RODRIGUES, 2004; SILVA, 2013; CAMPOS, 2014), propiciaram o surgimento de grandes oligopólios internacionais cuja atuação e complexidade, agora, escapa ao controle e vigilância dos Estados-Nação mais poderosos. À imagem e semelhança do mercado internacional, conforme argumentado no tópico anterior, o tráfico impôs seus interesses de maneira alheia às fronteiras nacionais, estatutos jurídicos ou realidades locais (D'ÉLIA FILHO, 2014).

Ademais, a repressão em si foi apontada como a maior causadora da supervalorização do preço dos entorpecentes (CAMPOS, 2014) e de sua presença nas grandes capitais, centros comerciais e econômicos do globo (UNODC, 2015), já que o preço alto atribui à atividade uma possibilidade de lucro muito interessante a pequenos ou grandes investidores.

Como consequência, o proibicionismo apenas “concentrou as grandes redes de distribuição em poucas mãos, cada vez mais impermeáveis” (WEIGERT, 2010, p. 37), ocultando as reais faces sociais do problema das drogas e da falta de investimentos assistenciais alternativos (ACSELRAD, 2011).

Desta forma, o tráfico de drogas do século XXI tendeu a reproduzir a lógica capitalista de consumo e de produção em massa inicialmente mencionada: formaram-se grupos de caráter nacional ou transnacional que atuariam no controle do comércio, lavagem de dinheiro e finanças da atividade, aos quais se destinam os massivos lucros, e, de outro lado, amontoaram-se os trabalhadores da droga: agricultores, manufactureiros, comerciantes locais, normalmente, aderentes à atividade em busca da alternativa financeira que não lhes foi oferecida pela legalidade do mundo individualizado e do mercado formal de trabalho (D'ÉLIA FILHO, 2014).

Estes últimos, os pequenos acionistas da droga, que lucram bem menos que os grandes empresários do tráfico, aliás, é que acabaram por se constituir como alvos concretos da política proibicionista e sua repressão (D'ÉLIA FILHO, 2014).

Portanto, é possível afirmar: práticas econômicas produziram o proibicionismo, que, por sua vez, conjugado às transformações sociais ocorridas desde meados do século XX, importou na gênese da atual forma volátil e complexa das organizações do tráfico de drogas.

Diante disto, foi assente na literatura a afirmação de falência das políticas repressivas típicas do século XX (RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2012; D'ÉLIA FILHO, 2014; LEMGRUBER; RODRIGUES, 2014; SHECAIRA, 2014; CARVALHO, 2016; RODRIGUES, 2015), o que, por sua vez, causou estranhamento a respeito da insistência, em sua manutenção em pleno século XXI, de muitos Estados-Nação do mundo.

Não se confunda, no entanto, o teor da afirmação acima: o questionamento aqui lançado em torno da eficácia das estratégias globais de combate às drogas nem de longe constitui um

incentivo ao uso ou comércio de tal espécie de substâncias, que, invariavelmente, se ligam à violência generalizada no globo e a graves danos à saúde.

Pugnou-se, entretanto, pela busca de novos paradigmas de enfrentamento do problema, atualmente, tratado de modo seletivo e hostil dentro de uma política belicista e xenófoba, que pune, essencialmente, classes pobres e permite o consumo legalizado de outras drogas igualmente nocivas (como o álcool e o cigarro) (ARAÚJO, 2012; RODRIGUES, 2004).

Em verdade, a realidade ocultada pelo discurso oficial da *Guerra às Drogas* é muito mais grave. Conforme denunciou Anitua (2015) e nos termos já afirmados, é evidente que a política de Estado-Guerra gera subvenções estatais a determinados grupos que oscilam na hegemonia econômica dos países-modelo do capitalismo moderno e permitem a ampliação da máquina judiciária e de segurança pública num contrassenso ao estado-mínimo liberal para uma melhor repressão dos inimigos sociais eleitos pela criminologia pós-moderna.

E os custos desse direcionamento e favorecimento são duplamente suportados pela população comum, primeiramente, através dos impostos decorrentes de suas rendas e atividades e, num segundo momento, através da repressão que os atinge, sobretudo, em suas parcelas historicamente estigmatizadas e excluídas das fileiras do mercado de trabalho.

E mais: se hoje se alega um arrefecimento da guerra às drogas, de outro lado, há a ampliação de uma guerra ao terrorismo, cujos moldes e políticas interventivas não diferem da primeira, mudando-se apenas os apontados malfeitores (ANITUA, 2015) num verdadeiro círculo vicioso de exploração social.

A insistência nas políticas proibicionistas compôs, portanto, uma clara estratégia econômica aliada ao moderno modelo de repressão ao crime e à pobreza no século XXI, conforme já argumentado no tópico anterior.

Deste modo, repita-se: nos termos apontados por Garland (2008) e Wacquant (2015), diante da ausência de políticas sociais e previdenciárias eficientes, resta aos Estados-Nação tomar como modelo de gestão das comunidades pobres, excluídas do mercado de consumo, do emprego formal e geograficamente isoladas em zonas marginalizadas, justamente, a repressão policial e o encarceramento seletivo.

Para tanto, a luta contra as drogas foi e ainda é uma desculpa perfeita. Afinal, neste contexto de exclusão, o envolvimento com atividades ilícitas é naturalmente potencializado pela falta de oportunidades. E, sabendo-se que, mesmo em casos de inocência, a imagem de alteridade e preconceito construída sobre o cidadão estigmatizado, com o auxílio da mídia e do medo público, certamente afastará questionamentos sobre a legitimidade da ação estatal, a

repressão às drogas se torna um prato cheio para uma contenção governamental da pobreza (D'ÉLIA FILHO, 2014; WACQUANT, 2015).

Enquanto isso, as classes sociais mais abastadas acabam imunizadas em relação às políticas de encarceramento, em função da seletividade penal da legislação antidrogas e do sistema judiciário, assim como, pela dicotômica existência de um modelo jurídico-penal aplicável às classes mais pobres, estigmatizadas, compostas por reputados inimigos sociais e um modelo médico-sanitarista que identifica determinados sujeitos como cidadãos, e assim, doentes, dispensando-lhes um tratamento médico muito mais brando que as medidas de encarceramento (CARVALHO, 2016; ACSELRAD, 2011).

De tal modo, se a guerra às drogas realmente teve algum sucesso comprovado, o foi quanto ao aprisionamento de grande parte da população, sobretudo, a mais pobre.

Igualmente, fez-se bem-sucedida, também, quanto pacote político modelo exportado a diversos países de tradição liberal, inclusive, países pobres e em desenvolvimento, como o Brasil (dentre outros da América Latina), sob as comuns ameaças concretas de imposição de sanções econômicas por parte dos países-modelo da política neoliberal (WEIGERT, 2010).

Especificamente em relação ao Brasil, a já apontada postura de alinhamento aos modelos político-econômicos norte-americanos, sobretudo, a partir da década de 1960 (conforme já tratado), garantiu sua à escalada proibicionista internacional. A partir dessa perspectiva, como se verá no tópico seguinte, as consequências deste alinhamento, somado ao contexto político interno do país, foi determinante para o surgimento de um fenômeno multifacetado e muito discutido no momento: as organizações criminosas.

A seguir, promoveu-se uma breve análise de como o combate às drogas se deu no Brasil e como as consequências desta política somadas aos impactos territoriais da política liberal do século XXI criaram um campo fértil para o surgimento dos territórios do tráfico no país.

1.1.4 Do Proibicionismo Brasileiro e Suas Consequências Socioterritoriais no Século XXI

Assim como no restante do mundo, o Brasil também deteve suas imagens históricas do consumo de drogas e do proibicionismo vinculado a razões políticas². Embora a proibição do uso de entorpecentes seja vislumbrada, legalmente, desde o Código Penal Imperial de 1830,

² Destaca-se como exemplos: a) o consumo de *caium* pelos povos autóctones, anteriormente à colonização portuguesa (FERNANDES, 2002); b) o consumo de cachaça, utilizada no processo de descimento e pacificação dos índios e domesticação de escravos, posteriormente proibida em razão da catequese, do vício que prejudicava as lavouras (FERNANDES, 2002; RICARDO, 2013) e dos prejuízos causados à venda do vinho português - o que a levou a ser traficada, em troca de escravos (AVELAR, 2015); e, c) o consumo de maconha, muito popular em comunidades pobres, até o início do século XX (CARLINI, 2006; BRANDÃO, 2013).

que fazia alusão à nomenclatura *venenos*, foi somente a partir de 1932 que se constatou um efetivo alinhamento do Estado brasileiro à política proibicionista internacional, quando se acrescentou a pena de prisão àquele tipo de delito (CARVALHO, 2016).

Esta nova roupagem do controle sobre as drogas foi à imagem e semelhança do contexto internacional progressivamente implantada a partir do atendimento a interesses comerciais vinculados ao monopólio da produção e administração de medicamentos no país (RODRIGUES, 2015).

A influência médica, inclusive, foi tão significativa que o artigo 281, do Código Penal de 1940, retomou a técnica da *norma penal em branco*, de questionável constitucionalidade, na qual a proibição genérica do uso de estupefacientes necessitava da atuação complementar de outros órgãos governamentais vinculados, justamente, à classe médica para definição de quais substâncias seriam proibidas ou não (CUNHA, 2013).

Com o impacto social desta alteração legal e ainda com a ajuda dos contemporâneos meios de comunicação, constatou-se a construção de uma preocupação social sobre a questão da droga (RODRIGUES, 2015), que, facilmente, passou a ser explicada a partir de estereótipos criados sobre as figuras dos migrantes rurais, jovens, sobretudo os pobres e moradores de favelas (ZALUAR, 1994).

O discurso de luta contra um inimigo ganhava seus contornos próprios no país. Adiante, com o advento do governo militar, a partir de 1964, o modelo sanitarista que impulsionara a política de drogas no Brasil se aliou a um modelo bélico-repressivo (RODRIGUES, 2015).

Num primeiro esforço de adequação da legislação interna à Convenção Única de 1961 – repita-se, considerando que o governo militar brasileiro detinha estreitos laços com a política externa Norte-Americana –, promoveu-se uma reinterpretação e ampliação do conceito de crime de tráfico, nele incluindo a atividade de cultivo (por meio da Lei nº 4.451/64 (BRASIL, 1964) e expandindo-se o rol das substâncias proibidas através do Decreto-Lei 159/67 (BRASIL, 1967) com a inclusão das anfetaminas e dos alucinógenos.

Contudo, a alteração mais marcante foi instituída pelo Decreto-Lei nº 385/68 (BRASIL, 1968): a criminalização e penalização do uso de substâncias entorpecentes, igualando, em termos práticos, as figuras do traficante e do usuário no Brasil, como afirmam Carvalho (2016) e Rodrigues (2015). A revisão daquelas categorias só ocorreu três anos depois com a instituição dos *nomens juris* de usuário, dependente e traficante, por meio da Lei nº 5.726/71 (BRASIL, 1971), sem a eliminação, entretanto, de diversas imprecisões relativas à ação prática dos órgãos de segurança pública.

Em verdade, os aperfeiçoamentos legais apenas legitimaram um conjunto de procedimentos que, há tempos, já eram adotados no país. Conforme apontou Batista, em estudo envolvendo adolescentes, desde o final da década de 1960 a justiça brasileira já levava em conta variáveis como “o estado de abandono, a etnia ou a classe social [...] e reincidência”, para fins de “internação de jovens que portavam pequenas quantidades de droga” (2003, p. 17), critérios estes, certamente, extensíveis à justiça penal como um todo.

Em seguida, atingindo-se no plano internacional o modelo global de controle sobre as drogas encabeçado pelos EUA por meio da Convenção de Viena de 1971, uma nova adequação legislativa foi promovida no Brasil. Em seguida, através da Lei n. 6.368/76 (BRASIL, 1976), que aperfeiçoou as previsões anteriores, guardando as maiores penas à novel figura do narcotraficante, doravante associado à figura do comunista a ser combatido pela política militar da Doutrina de Segurança Nacional (CARVALHO, 2016).

Na prática, esta dicotomia dos modelos médico-jurídico e jurídico-penal serviria para promover uma ampla seletividade dentre os alvos da atuação da repressão: os de classe média ou alta eram tratados como dependentes, doentes a serem curados; os demais, sobretudo se pobres, migrantes ou negros, eram tratados como criminosos (RODRIGUES, 2015).

Inclusive, mesmo após a democratização, o modelo dúplice foi mantido em função da permanência do tratamento criminológico repressivo construído nas décadas anteriores. Nascia a democracia, mas, mantinha-se o sistema jurídico-penal autoritário construído e instituído ao longo do período do Governo Militar (CARVALHO, 2016). Assim, o aprisionamento seletivo se consagrou como um nítido instrumento de gestão populacional no território brasileiro.

Nenhuma perspectiva de mudança ademais foi registrada, mesmo após o advento já no Século XXI da atualmente vigente lei 11.343/06 – a *lei antidrogas* (BRASIL, 2006), que, a despeito de alguns avanços, em especial, no que toca ao tratamento da figura do usuário, em nada contribuiu quanto à prática da repressão às drogas ou quanto ao modelo histórico de enfrentamento do tráfico (CARVALHO, 2016).

O resultado prático desta política, por sua vez, não diferiu daqueles denunciados nos estudos de Wacquant (2015): a) constatou-se a construção de uma preocupação social sobre a questão da droga (RODRIGUES, 2015), que, repita-se, promoveu a estigmatização de estereótipos criados sobre os variados tipos de cidadãos pobres (ZALUAR, 1994); e, b) produziu-se, em seguida, um superencarceramento, que, nos moldes ocorridos em países como os EUA, também se tornou uma realidade brasileira, inclusive, com nítidas tendências à privatização do sistema prisional (SILVA, 2016).

A verossimilhança da afirmação acima foi sensível a partir dos números do sistema penal, abaixo expostos, tanto no âmbito nacional, quanto no âmbito local, do Estado do Pará.

Conforme dados estatísticos do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN, de uma amostra de 234.524 presos colhida no ano de 2014, constatou-se que 28,27% dos encarcerados no Brasil respondiam por crimes classificáveis como tráfico de drogas, números que ficavam atrás, somente, dos registros oficiais de presos por crimes contra o patrimônio (40,49% do total) (BRASIL, 2014a).

No Estado do Pará, por sua vez, conforme dados da Superintendência do Sistema Penitenciário - SUSIPE (2017) entre janeiro de 1995 a dezembro de 2017, registrou-se um aumento da população carcerária de 1272%, com um total de 14.674 presos. Destes aprisionados, dentre os 16.050 homens, 15,39% respondiam por crimes ligados ao tráfico de drogas, proporção que aumentava, dentre as 940 mulheres presas, para um total de 41,8% (SUSIPE, 2017).

Porém, a despeito das prisões realizadas, nem de longe se constatou uma diminuição nas ocorrências de tráfico de drogas. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, em 2014, foram identificados 83.421 registros de crimes de tráfico, o que fez o índice criminal da ocorrência obtido pela divisão do número total de ocorrências pelo valor de 100 mil habitantes saltar de 18,5 em 2004, para 43,7 no ano da pesquisa (BRASIL, 2014a). Igualmente, enquanto as apreensões de maconha em quilos cresceram 87% entre 2001 e 2007, as de ecstasy (droga sintética), por sua vez, aumentaram 1.330% (BRASIL, 2014b).

Dessa forma, o superencarceramento, além de tornar economicamente inviável o sustento do atual modelo prisional Brasileiro e mundial, como informam Lemgruber e Rodrigues (2014), conduziu as cadeias brasileiras à uma situação de total descontrole, e isso, sem dismantelar as redes que vinculavam o tráfico de drogas ao contexto do cárcere. Conforme atestou a UNODC (2015), a cada ano, constatou-se um aumento significativo de presos que se autodeclararam usuários de drogas. O interessante é a ocorrência de tal afirmação no contexto de prisões que não deveriam permitir o ingresso ou consumo de entorpecentes.

Porém, o pior dos problemas inerentes à relação tráfico-cárcere ainda viria a eclodir no Brasil ao final do século XX.

A política prisional encarceradora, as sucessivas crises econômicas enfrentadas pelo país, o recrudescimento do desemprego e a redução de oportunidades (DIAS, 2013), em conjugação à todas as transformações políticas e sociais até então apontadas no âmbito internacional e nacional, serviram como pano de fundo para o nascimento de organizações criminosas vinculadas, sobretudo, ao tráfico de drogas no Brasil.

O mais surpreendente nesse ponto, é que o *locus* de surgimento deste fenômeno, de maneira *sui generis*, foi, justamente, o ambiente carcerário, ou seja, o interior dos muros dos próprios locais escolhidos como ambientes político-administrativos de contenção territorial do crime (AMORIM, 2011) numa infeliz ironia.

Conforme apontou Dias (2013), em meados da década de 1970, enquanto o Brasil ensaiava uma política prisional ressocializadora, que só existiu no texto frio da lei, seu território foi progressivamente inserido nos corredores e mercados das redes internacionais de tráfico de cocaína. Ao mesmo tempo, a estratégia pós-moderna de apropriação dos espaços urbanos como bem de consumo e como mecanismo de segregação social (VOLOCHKO, 2015), além de gerar uma primeira desterritorialização precária das populações vulneráveis, relegando-as a zonas carentes e desvalorizadas das cidades (HAESBAERT, 2014) ao se somar à política criminológica já descrita, impôs a milhares de cidadãos uma segunda desterritorialização mais precária ainda: a do cárcere (SANTOS, 2007).

Como é natural de se esperar, o superencarceramento ocasionou a gênese de conflitos socioterritoriais entre os diversos agentes aprisionados e ainda entre estes e o Estado (RAFFESTIN, 1993). O ambiente do cárcere se tornou ainda mais hostil para qualquer um que nele transitasse (DIAS, 2013). Com isso, no bojo desse ambiente violento e precário, a sobrevivência dos aprisionados os forçou à tomada de estratégias de resistência, na tentativa de consecução/preservação de direitos que compreendiam possuir, numa escala mais crítica, em prol de um mínimo existencial ou de sua própria vida (RIBEIRO, 2015).

Assim, diante de uma das mais graves formas de desterritorialização (SANTOS, 2007) e, em face não só de uma quebra do sentimento de pertencimento ao lugar de origem³, mas também, da submissão a um local de hostilidade e dominação, a ideia de insubmissão e desrespeito à política estatal se tornou um germen que passou a alimentar o ideário comum. Aos poucos, nasciam e se desfaziam diversas facções dentro dos presídios que, a princípio, demarcavam territórios como meio de autopreservação coletiva ou, simplesmente, de reprodução de relações de dominação entre os próprios presos.

No entanto, em função das condenações com base na Lei de Segurança Nacional - o Decreto-Lei 898/69, tornou-se corriqueiro o convívio entre presos comuns e presos políticos, ligados a movimentos genericamente enquadrados como comunistas (AMORIM, 2011; DIAS, 2013). Não tardou para que os conhecimentos dos presos políticos, de cunho ideológico e com ampla formação em táticas de guerrilha e conflitos urbanos, acabassem por se conformar aos

³ O que, conforme Haesbaert (2014), representa uma forma de territorialidade simbólica.

ideários comunitários dos presos, propiciando o surgimento de grupos cuja caracterização ia além da formação das anteriores falanges, como eram chamadas no período).

Deste modo, o final da década de 1970 marcou o surgimento dos chamados coletivos, grupos politizados e hierarquicamente organizados entre os presos, como estratégia de resistência territorial (SANTOS, 2007, p. 92), voltada a busca pela melhoria das condições nas prisões, cujos embriões foram atribuídos ao, atualmente desativado, Presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro (AMORIM, 2011, 2013).

Progressivamente, o que era tomado como uma estratégia de resistência vinculada à simples ideia de sobrevivência digna se transformou num intento de dominação, que, por sua vez, desembocou em violentos conflitos carcerários incontroláveis pelo Estado do Rio de Janeiro em busca da hegemonia interna (AMORIM, 2011, 2013; DIAS, 2013).

Mesmo após a anistia política em 1979, que permitiu a libertação dos presos políticos condenados com base na Lei de Segurança Nacional, a conformação de ideários de unificação das massas aprisionadas, de dominação dos presídios, e, sobretudo, de enfrentamento estatal, já se tornara um processo sociológico irreversível.

Após sucessivos conflitos internos no presídio da Ilha Grande – Rio de Janeiro, nasceria, no ano 1980, o Comando Vermelho – CV, sucessor da Falange Vermelha (AMORIM, 2011), e, sob os mesmos moldes, nasceria na década seguinte o Primeiro Comando da Capital - PCC (DIAS, 2013), no Estado de São Paulo. Conjuntamente àquelas organizações, várias outras se consubstanciariam dentro e fora do cárcere: Terceiro Comando, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos - ADA, dentre várias outras citáveis (AMORIM, 2011, 2013).

Foi questão de tempo para que os coletivos tivessem contato com o processo de escalada dos novos mercados da droga no país, especialmente da cocaína, momento em que agregaram o tráfico às suas atividades e iniciaram uma empreitada pela dominação das redes territoriais locais e nacionais, bem como, a interligação destas à redes internacionais de traficantes, com a eliminação de rivais em verdadeiras guerras urbanas, seguidas do enfrentamento direto ao Poder Público (AMORIM, 2011, 2013; DIAS, 2013).

Com isso, o tráfico brasileiro passou a ter uma característica marcante: embora também tenha seus oligopólios não atingíveis pela política criminal, o país desenvolveu organizações de traficantes cujas lideranças e cúpulas de comando se encontram aprisionadas, e, mesmo nessa situação, comandam as atividades de seus coletivos e controlam o comércio das drogas.

Atualmente, a despeito dos esforços dos órgãos de segurança pública, verifica-se que as estratégias utilizadas por estas organizações criminosas e, em muitos casos até mesmo por simples comerciantes de menor expressão, têm superado os muros e grades do cárcere e, com

isso, promovido uma eficiente e concreta interligação de agentes territoriais encarcerados às redes territoriais externas do tráfico de drogas (RODRIGUES, 2004; AMORIM, 2011, 2013; DIAS, 2013; D'ELIA FILHO, 2014).

Portanto, o combate às drogas, na forma em que se apresentou, não demonstrou qualquer sucesso prático na contenção da atividade: O tráfico se impôs e se impõe além das grades.

1.1.5 Delimitação do Problema de Pesquisa

Diante de todo o exposto e superando os discursos oficiais, constatou-se o tráfico de drogas do Século XXI é um fenômeno originário de uma série de transformações sociais típicas da pós-modernidade e das consequências que as mudanças do capitalismo impuseram às sociedades dos países vinculados ao bloco neoliberal.

A ideologia de guerra às drogas sempre se mostrou historicamente vinculada, no Brasil e no mundo, a fatores políticos e econômicos inerentes a grupos socialmente hegemônicos, bem como, a interesses relativos ao equilíbrio da balança comercial e de dominação internacional, em alguns casos, de caráter nitidamente intervencionista, para não dizer imperialista. Em especial, verificou-se que a própria política proibicionista acabou por impulsionar o caráter lucrativo da atividade.

Este caráter interessado da política de enfrentamento ao tráfico, por sua vez, foi determinante para a imprecisão das legislações inerentes ao tema e, sobretudo, para aplicação seletiva das políticas de repressão praticadas pelos órgãos oficiais, que, como de praxe, atingiram e atingem significativamente as parcelas mais vulneráveis da população: pessoas pobres, estigmatizadas por sua cor, idade ou território estabelecido (ou, imposto pela exclusão).

Isso, somado à natural segregação gerada pelos interesses do capitalismo pós-moderno, consagrou uma desterritorialização precária que, em casos mais graves, impeliu verdadeiros contingentes populacionais ao interior do cárcere. A estes cidadãos, que viram no tráfico uma importante economia, restou a adoção de estratégias de resistência para sobrevivência interna, e, sobretudo, para manutenção de um meio de manutenção econômica na sociedade de consumo atualmente consagrada.

Especificamente no Brasil, este processo foi determinante à formação de coletivos de criminosos que hoje se espalham e disputam o domínio de redes territoriais do comércio de drogas no país, sob o aval de oligopólios nacionais e transnacionais que gozam de substancial imunidade em relação às políticas repressivas do Estado encarcerado pelos limites de sua própria soberania territorial.

E, mais ainda, suspeita-se que a ausência de medidas ressocializantes concretas (DIAS, 2013), apenas tenha reforçado o referido processo de *resistência* que ocasionou o surgimento das popularmente chamadas *facções*, paralelamente à eficiência de sua atuação, ainda obscura para a ciência e para muitos agentes da segurança pública no país.

Diante deste problema, o presente estudo adotou como problema da pesquisa: quais são as estratégias e os mediatos utilizados pelos atores territoriais do tráfico de drogas para integração dos presídios às respectivas redes territoriais externas ao cárcere?

1.2 DA JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Conforme apontou Deslandes (2011), a realização de um trabalho científico deve ser justificada através da exposição de três ordens específicas de motivos, quais sejam: teóricos, práticos e de âmbito pessoal.

As justificações de ordem teórica ou acadêmica, primeiramente, devem expor a intenção de revisão cognitiva, eliminação de lacunas e ampliação do conhecimento já elaborado em torno de um certo objeto de estudo, associada à busca por avanços metodológicos no tratamento da questão com o escopo de, finalmente, ofertar possíveis caminhos e respostas a problemas da sociedade (DESLANDES, 2011).

Neste sentido, o presente estudo se predispôs a tratar de uma lacuna historicamente observada nas análises a respeito do tráfico de drogas: a ausência de estudos especificamente direcionados à identificação e descrição das estratégias e mediatos (RAFFESTIN, 1993) utilizados pelo tráfico de drogas para integração do cárcere às redes territoriais externas.

Para tanto, promoveu-se a conjugação de ferramentas e abordagens interdisciplinares de pesquisa com o intuito de decifrar o problema proposto, oferecendo-se, a partir dos resultados obtidos, novas proposições e técnicas potencialmente universalizáveis diante de outras realidades externas ao recorte realizado.

A atualidade do objeto de estudo, por conseguinte, se denotou diante do reputado “caos carcerário” (MARTINS; MARTINS, 2017, p. 21) ou crise penitenciária em curso nesta segunda década do século XXI. Além disso, a análise representou a continuidade de estudos históricos realizados sobre a questão do tráfico de drogas, que, certamente, pode servir como base para futuras problematizações em torno do tema.

Aliás, considerando as práticas violentas e multifacetadas, bem como o poder cada vez mais crescente das organizações criminosas envolvidas com o tráfico de drogas, mostrou-se assente a importância social de compreensão do problema de pesquisa, para, de maneira

coerente, propiciar a construção de políticas e ações concretas em contraponto ao quadro de instabilidade relatado no âmbito da segurança pública.

Em segundo lugar, as justificativas de ordem prática, no dizer de Deslandes (2011, p. 46), dizem respeito à potencialidade de construção de “subsídios para modificação da realidade em foco”, ou seja, a possibilidade de fornecimento de *caminhos* para as instituições sociais e estatais envolvidas com o problema.

Nesse sentido, nos termos já discutidos acima, problematizou-se que a atuação do poder público registrou fracassos quanto à desconstrução das redes territoriais do tráfico, a despeito do encarceramento de seus respectivos atores. Isso, no mínimo, deixou claro que a atuação do Estado, intencionalmente ou não, não tem considerado ou identificado importantes aspectos relativos àqueles atores territoriais nem tampouco peculiaridades inerentes a sua atuação.

Noutras palavras, uma má análise dos problemas ora relatados, decerto, ocasionou a péssima eleição de possíveis táticas de ação. Diante disso, o estudo buscou esclarecer diversos problemas relativos às políticas de segurança atuais e sobre o sistema penitenciário, de modo a propiciar reflexões em torno do enfrentamento do tráfico no país, em especial, no cárcere.

Como questões de ordem profissional, ou seja, voltadas à significância do tema dentro da trajetória do pesquisador e demais sujeitos envolvidos no processo de produção acadêmica (DESLANDES, 2011), o estudo representou um esforço cognitivo em prol do desenvolvimento de ferramentas compreensivas e de formação de um conjunto de conhecimentos para o autor, para outros pesquisadores envolvidos com o tema e, ainda, para futuros pesquisadores que, certamente, poderá ser utilizado e aperfeiçoado no futuro.

Ainda, o tema proposto propiciou o desenvolvimento de diálogos concretos entre o ambiente acadêmico e os órgãos de segurança pública, assim como indicou possíveis rumos de desenvolvimento de estudos e projetos de pesquisa dentro da linha de conflitos, criminalidade e tecnologia da informação.

Por fim, a realização deste estudo que, muito além de verificar realidades locais, pode obter resultados e aperfeiçoar estratégias potencialmente universalizáveis, certamente, buscou contribuir para a futura construção de redes de conhecimento com outras universidades, órgãos de pesquisa, grupos de estudo, entidades internacionais, dentre outros, eventualmente interessadas na compreensão das nuances inerentes ao tráfico internacional de drogas e sua relação com o contexto carcerário, dentro do território nacional, enquanto complexo fenômeno de substancial complexidade.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Do Objetivo Geral da Pesquisa

De forma alinhada ao problema de pesquisa proposto, adotou-se como objetivo geral da presente pesquisa:

- Identificar as estratégias e os mediatos utilizados pelos atores territoriais do tráfico de drogas, para integração dos presídios às redes territoriais externas.

1.3.2 Dos Objetivos Específicos da Pesquisa

Por conseguinte, foram adotados como objetivos específicos da pesquisa:

- Descrever, a partir de uma revisão da literatura recente delimitada conforme critérios de inclusão e exclusão específicos especificados no tópico metodológico, seguida de uma atividade de análise de conteúdo, inferência e categorização, quais são as utilizadas pelos atores territoriais do tráfico de drogas, para integração dos presídios às redes territoriais externas, apontados na teoria.
- Descrever a percepção de Agentes Territoriais da Segurança Pública do Estado do Pará, definidos conforme critérios de aproximação teórica, funcionais e éticos a respeito das estratégias identificadas no primeiro objetivo específico.
- Compreender, a partir de um estudo de caso, como as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas condicionaram as relações de territorialidade de um determinado Bairro do Município de Ananindeua – PA.

Estes foram os objetivos definidos, dos quais o primeiro e o terceiro deram origem, cada um, a um artigo do trabalho (primeiro e quinto, do desenvolvimento), e o segundo deu origem a seis artigos, dos quais três compõe a presente dissertação (segundo ao quarto) e três ainda se encontram sujeitos à reanálises para posterior publicação.

1.4 DA HIPÓTESE

Tomando por base proposições teóricas inicialmente consultadas em torno do assunto (DESLANDES, 2011), foi traçada a suposição inicial (OLIVEIRA M., 2014), de que os agentes territoriais do tráfico se valeriam, para integração do cárcere às redes externas, de estratégias de violência, ou seja, do uso constrangedor de um poder de coerção; de fidelidade, isto é, de convencimento à participação voluntária nas atividades do tráfico; e de corrupção, ou melhor, da utilização de vantagens para facilitação de suas atividades dentro do sistema carcerário,

pautadas em mediatos pessoais (familiares, membros da organização, agentes públicos), de coerção (materiais, como o uso de armas; ou, imateriais, como ameaças e chantagens), econômicos (dinheiro e bens materiais), tecnológicos (instrumentos de tecnologia e redes sociais) e sociais (imposição de respeito e imunização de ameaças).

1.5 DO REFERENCIAL TEÓRICO DA PESQUISA

É relevante ressaltar, primeiramente, que nenhuma pesquisa detém um caráter puramente autorreferente, sempre se iniciando a partir de conhecimentos prévios, anteriormente elaborados, que, por sua vez, enunciam conceitos e teorias imprescindíveis a qualquer nova construção (MEZARROBA; MONTEIRO, 2014). Em função disso, é de fundamental valia que se elenque o referencial teórico que circunscreveu os contornos e balizas do presente estudo, questão da qual se ocupou a presente seção.

Parafraseando Flick (2009), a revisão teórica de um trabalho demonstra a coerência das propostas do estudo e, posteriormente, de seus resultados com as pesquisas produzidas a respeito de um determinado assunto, conferindo-lhe um substrato sobre o qual as novas ideias podem se assentar e, assim, se desenvolver. É neste momento que se expõem, cuidadosamente, as “constelações de conceitos que sustentam as ideias de um estudo” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 42), ou seja, sua base teórico-filosófica.

A construção de um referencial, portanto, representa a delimitação dos conceitos básicos para a proposta, a partir da literatura já elaborada a respeito de uma temática, seguindo-se à concatenação teórica necessária à compreensão das ideias em produção.

Dito isto, convém informar que a problemática e a hipótese ora elaboradas se ativeram a três eixos principais: a teoria sobre poder e território elaborada por Raffestin (1993); a aplicação desta teoria à territorialidade desenvolvida pelo tráfico de drogas, especialmente, no contexto do cárcere; e, finalmente, a efetivação de resistências pelos atores territoriais do tráfico, efetivamente aprisionados, manifestadas através de estratégias e mediatos que permitiriam a ligação destes as suas respectivas redes territoriais externas.

Impôs-se, nesta perspectiva, a delimitação dos conceitos de espaço e território, territorialidade, tráfico de drogas, cárcere, resistência, e, por fim, estratégias e mediatos. Obviamente, as mesmas foram tratadas levando em conta o tempo espaço inerente ao século XXI, bem como, as discontinuidades históricas já apontadas na seção introdutória.

1.5.1 Por uma Geografia do Tráfico de Drogas⁴

Equiparado aos crimes hediondos no Brasil, aos quais se dispensa um tratamento penal mais rigoroso, a conduta genericamente denominada como tráfico de entorpecentes, enunciada na literatura sob o conceito tráfico de drogas, alberga em seu pano de fundo uma realidade ausente nos discursos jurídicos oficiais relativos ao seu tratamento: o consumo de substâncias capazes de alterar a normalidade dos sentidos é um fenômeno tão antigo quanto a própria história da humanidade (ARAÚJO, 2012), e que, mesmo assim, tem sido alvo de severas proibições que, a despeito da justificação por um discurso sanitário, sempre estiveram historicamente ligadas a fatores políticos e econômicos (RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2012; CAMPOS, 2014; CARVALHO, 2014; CARVALHO, 2016).

Neste sentido, a declarada guerra às drogas, além de ter se mostrado inútil no combate ao consumo de entorpecentes (RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2012; D'ELIA FILHO, 2014; LEMGRUBER; RODRIGUES, 2014; SHECAIRA, 2014; RODRIGUES, 2015; CARVALHO, 2016), ainda, serviu como justificativa para a adoção de políticas criminológicas estigmatizadoras da pobreza e da raça, assim como voltadas à seleção de inimigos a serem combatidos através de políticas fortemente repressivas (ANITUA, 2015; BAUMAN, 2008).

Em verdade, este processo de retorno a políticas criminológicas clássicas, pautadas na intolerância, representou uma mudança político-econômica comum ao período correspondente ao final da década 1970, quando a transformação do capitalismo industrial em um capitalismo de consumo, intensivo em serviços e totalmente alheio a dinâmica dos Estados-Nação e suas leis, acabou por promover intensas transformações sociais que ampliaram a desigualdade e o progressivo abandono de um Estado do Bem Estar Social (BAUMAN, 2001), o que ocasionou uma significativa segregação sócio-espacial no âmbito das cidades (VOLOCHKO, 2015), seguida de um aumento substancial da criminalidade (GARLAND, 2008).

Por conseguinte, como resultado óbvio, diante da ação repressiva e seletiva dos órgãos de segurança incumbidos da aplicação dos modelos criminológicos hostis (D'ÉLIA FILHO, 2014), por óbvio, registrou-se um superencarceramento populacional, sobretudo, de jovens negros, de classes pobres e baixa escolaridade, num modelo político denominado por Wacquant (2015) de Estado Prisional, típico dos países adeptos às práticas neoliberais do século XXI.

⁴ As seções atinentes ao referencial teórico da pesquisa foram adaptadas em artigo denominado *Por Uma geografia do Tráfico de Drogas: Reinterpretando o tráfico de drogas a partir da teoria de Claude Raffestin*, devidamente submetido à Revista GEOGraphia (UFF), aguardando avaliação.

O tráfico de drogas nesta dinâmica foi uma das principais imputações (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2015) responsáveis pela prisão de cidadãos residentes em zonas classificadas como pobres e estigmatizadas como perigosas (D'ÉLIA FILHO, 2014).

A despeito disto, constatou-se que a política repressiva e encarceradora não conseguiu refrear o tráfico de drogas no mundo (UNODC, 2015) e no Brasil (D'ÉLIA FILHO, 2014), demonstrando a insuficiência do modelo jurídico-repressivo de interpretação e enfrentamento do consumo de entorpecentes.

Especialmente no Brasil, a aplicação desta política criminológica trouxe consequências bastante diferenciadas. O encarceramento generalizado, que, a princípio deveria promover um rompimento das redes do tráfico de drogas, tem sido ineficiente em impedir que indivíduos, mesmo no contexto do cárcere, deixem de ter influência sobre o comércio de entorpecentes e suas inúmeras atividades conexas (AMORIM, 2011, 2013).

Desde o final da década de 1970 no Rio de Janeiro, com o Comando Vermelho Rogério Lemgruber, o CVRL; ao longo da década de 1980, em São Paulo – Com o Primeiro Comando da Capital, o PCC (AMORIM, 2011) -; e, nos últimos anos, em diversos Estados-membros da Federação Brasileira (AMORIM, 2013) – com organizações como a Família do Norte, a FDN -, constatou-se a formação de Coletivos (SANTOS, 2007), que, embora tenham sido criados, originalmente, como forma de reivindicação em torno das condições de sobrevivência dos encarcerados no contexto precário das cadeias brasileiras, atualmente, representam significativas potências comerciais de entorpecentes, que adotam nítidas estratégias de enfrentamento direto do Poder Público.

Inclusive, neste final do ano de 2016 e início de 2017, as disputas territoriais pelo controle das rotas e mercados das drogas assumiram uma proporção nacional, eclodindo em diversos confrontos entre filiais daquelas organizações, registrados em prisões do Norte e Nordeste (ABRANTES, 2016; RODRIGUES, 2017), inclusive, com extensão de confrontos às ruas como registrado no Rio Grande do Norte ao final de Janeiro de 2017.

Inclusive, no Estado do Pará, já se constata a existência de células de diversas organizações criminosas, como, por exemplo, do Comando Vermelho - CV, e do Primeiro Comando da Capital – PCC. Fala-se, assim, no advento de uma crise penitenciária.

Nesta senda, observa-se que, antes de jurídica, a questão inerente ao tráfico de drogas representa um problema social e, por sua dinâmica expansiva e premente de dominação, sem dúvidas, territorial. Aliás, a insistência do Estado numa interpretação meramente jurídica de um fenômeno socioterritorial, com nítidas consequências bélicas, certamente, representa a mais substancial causa do insucesso em suas estratégias de enfrentamento de um problema que, ano

a ano, rende inúmeras mortes de cidadãos civis e de membros dos órgãos de segurança pública (KARAM, 2105).

A partir de Foucault (2015), pode-se compreender que o desenvolvimento de novas políticas e estratégias de enfrentamento de problemas decorrentes da(s) descontinuidade(s) da história dos povos, certamente, impôs uma genealogia que compreendesse os fenômenos sociais como resultantes de fatores que se impõe muito além de ações estatais, envolvendo a própria realidade dos micropoderes dos cidadãos e das instituições sociais como um todo.

Diante deste cenário, este referencial se dignou a buscar uma reinterpretação do fenômeno territorial inerente ao tráfico de drogas e da atual crise penitenciária, a partir de uma dinâmica referente às suas relações de poder e não, simplesmente, com base numa visão político-jurídica exclusivamente estatal.

Para tanto, buscou-se o estabelecimento de um marco teórico que permitisse uma nova compreensão do tráfico de drogas enquanto fenômeno/ator social, envolvido em processos (des)contínuos de territorialidade, e, nesta trilha, dotada de poderes exercitados em busca de sua estabilização, mesmo que através do enfrentamento direto do Estado.

Adotou-se como parâmetro interpretativo a teorização construída pelo geógrafo Raffestin (1993), em sua obra *Por uma Geografia Do Poder*, justamente, pela proposta de concepção do fenômeno de produção socioterritorial de maneira desvinculada da tradição clássica estatal, constatando, na mesma toada dos ensinamentos de Foucault (2015), sua derivação direta de poderes que se expressariam a partir de inúmeras relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

Neste ponto, é importante assinalar que o estudo adotou um referencial histórico pautado na ideia de pós-modernidade exposta por Bauman (2001, 2008), o que, de outro lado, não gerou qualquer incompatibilidade com a teoria base ora adotada. Conforme assinala Ambrozio (2013), a transformação da economia capitalista numa verdadeira economia cultural, onde o consumo se tornou a tônica da vida, impôs territorialidades que não questionam dissimetrias das relações ou sua própria construção histórica. Nesta perspectiva, o autor compreendeu que a teoria elaborada por Raffestin (1993) ofereceu uma importante alternativa teórica para compreensão dos fenômenos ínsitos ao século XXI, justamente, por enxergar o poder desde o microcampo das relações sociais (AMBROZIO, 2013).

Desta forma, a conjugação das teorias se afigurou de importante valia para compreensão do fenômeno, na construção de um substrato apto a permitir, num segundo momento, a pesquisa e aprofundamento em diversos de seus aspectos, conforme se expôs nas seções seguintes.

1.5.2 Das Relações Territoriais de Poder

Na busca pela superação de uma teoria geográfica Ratzeliana clássica, meramente centrada no Estado como única fonte de Poder, Raffestin (1993) consagrou uma preocupação especial em seus estudos: a demonstração de que todas as relações desenvolvidas numa base originária, o espaço, seriam permeadas por inúmeros poderes menores, ou seja, micropoderes, contextualmente manifestados pelos inúmeros agentes territoriais quando de sua interação.

Assim, o Estado-Nação seria só mais um agente territorial, o de maior peso aliás, nos tabuleiros construídos a partir da conformação ou contradição de diversos poderes menores, menos sensíveis e visíveis, exercidos por outros atores em movimento.

Portanto, na mesma perspectiva científica de Foucault (2015), Raffestin (1993) dispensou em seus estudos uma atenção especial a um fenômeno arredo à qualquer conceituação efetiva: o poder. Segundo os autores, o poder se manifestaria quando de seu exercício em relações sociais, ou seja, não poderia ser caracterizado como um bem material ou imaterial passível de apropriação ou alienação, senão, como fenômeno inteligível a partir das interações concretas entre atores sócio-territoriais, por intermédio das quais este se manifestaria no contexto do tempo e do espaço (RAFFESTIN, 1993; FOUCAULT, 2015).

Contudo, percorrendo uma lacuna teórica admitida por Foucault (2015), Raffestin (1993) destacou a importância do elemento espaço nas relações de poder entre os indivíduos, como categoria que, ao mesmo tempo, é condicionante e condicionada pelas interações em questão. Assim, destacou que o “poder se apoia sobre o tempo e espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 35), permitindo a gênese de relações simétricas (equilibradas) ou dissimétricas (desproporcionais, desiguais), onde um ator territorial, conforme suas finalidades político-econômicas, se imporia sobre outros para realização de um plano preestabelecido, portanto, sintagmático, aliando-se a eles, alienando-os, ou, até mesmo, destruindo-os.

Segundo Ambrozio (2013), a compreensão do autor denotaria o território como um veículo, ou um campo, que materializaria a microfísica *foucaultiana*: estabelecendo-se sobre o espaço (dado originário), os poderes fluidos construiriam diversos territórios a partir da edificação de tessituras (superfícies, dentro das quais o poder encontraria seus limites e extensão) e nós, que, por sua vez, se interligariam em linhas, dando origem às redes).

Em sua atuação, os atores territoriais empregariam quantidades e qualidades variadas de energia e informação que, por sua vez, materializariam seu poder relacional, segundo uma ou várias estratégias voltadas à realização de seus objetivos, valendo-se da comunicação possibilitada através da língua e da circulação de bens ou de pessoas (VILAS BOAS, 2015),

dentro do contexto do tempo e do espaço, que, ao mesmo tempo, funcionariam como suportes e como recursos ou, simplesmente, trunfos deste poder (RAFFESTIN, 1993).

Neste processo, o território seria construído a partir da conjugação ou contradição de poderes, ao mesmo tempo, enquanto zona, onde o poder se estende até o limite de determinadas tessituras, e/ou rede, esta última, ligada por nodosidades, que expressariam uma lógica territorial de natureza reticular (RAFFESTIN, 1993).

Contudo, uma terceira dimensão territorial não deve ser olvidada: “Em estreita relação com o espaço real, há um ‘espaço abstrato’, simbólico, ligado à ação das organizações” (RAFFESTIN, 1993). É um espaço *inventado*, que Haesbaert (2014, p. 121) definiu “enquanto prática política e realidade efetiva no cotidiano [...] pois envolve não só as formas físico-materiais do espaço, mas também o seu conteúdo simbólico e vivido”.

O(s) território(s) enquanto fenômeno(s) múltiplo(s), assim, seria(m) uma conjugação de lógicas zonais (zonas limitadas por tessituras), reticulares (linhas, que tecem redes diferenciadas das zonas) e simbólicas, vinculadas à representação de cada ator a respeito de seu vínculo real ou imaginado com um espaço (HAESBAERT, 2014), oriundos da própria multidimensionalidade do poder em suas interações no espaço-tempo (RAFFESTIN, 1993).

Afirma o autor, nesta perspectiva, que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível). Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço. [...]

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, pp. 143-144).

E, essa construção relacional do homem em interação com o território caracteriza o que Raffestin (1993) denomina de territorialidade: uma relação simultânea entre atores e entre estes e o espaço, como dado originário e os territórios já construídos a partir da anterior produção humana e em movimento contínuo, que determina formas de vinculação e desvinculação entre aqueles.

Assim, nesta relação de territorialidade, os atores lançariam sobre o território os seus intentos de vida relativos, por exemplo, ao trabalho, à sobrevivência, aos sentimentos de pertencimento a um solo etc., sendo, ao mesmo tempo, influenciados por dinâmicas totalmente alheias a sua vontade, e que, também, se encontram projetadas sobre o mesmo território, como por exemplo, práticas políticas e econômicas da comunidade em que se insere (RAFFESTIN,

1993). Tudo isto construiria o território. Mas, ao mesmo tempo, permitiria que ele também influenciasse a relação de territorialidade havida com os atores, pelo que se explica sua compreensão como elemento condicionante e condicionado (HAESBAERT, 2014).

E, ao longo desta interação dinâmica, é natural a ocorrência de processos de territorialização, vinculação material ou simbólica ao espaço, desterritorialização, desvinculação material ou simbólica (RAFFESTIN, 1993), e, até mesmo, de reterritorialização, estabelecimento de uma nova vinculação a outros ou ao mesmo espaço (HAESBAERT, 2014), como resultado de vitórias ou derrotas, ou até mesmo, da eventual impotência de atores territoriais nas disputas dissimétricas estabelecidas.

Por conseguinte, em sua busca por uma territorialização motivada por questões como senso de identidade e de segregação no espaço, os atores territoriais elaborariam estratégias de ação, aqui compreendidas como o “resultado de um plano, de um projeto que contém, entre outras, as finalidades” (RAFFESTIN, 1993, p. 42) de controle, dominação ou, até mesmo, de destruição de outros atores. São táticas de poder que se desdobram através de implantações, de distribuições de recursos, de recortes do espaço, de controles instituídos (FOUCAULT, 2015).

Barreira (2014), por sua vez, destaca que as estratégias representariam um uso do domínio político do espaço sob manobras de guerra e sob a produção de discursos, voltadas à consecução de objetivos específicos. E essas estratégias, por sua vez, se valeriam de “um conjunto de elementos a serem convocados para chegar a um objetivo, [...] do recurso a uma série de meios. Os meios, ou mediatos, são convocados para atingir um fim, isto é, para adquirir ou controlar mecanismos” (RAFFESTIN, 1993, p. 42).

Esses mediatos, por sua vez, “são rebeldes a toda classificação simples, e por isso mesmo, a toda generalização [...]”, porém, “[...] têm em comum o fato de serem todos constituídos de energia e informação” (RAFFESTIN, 1993, pp. 42-43). Os mediatos, portanto, podem ser considerados como os meios utilizados para escoar, isto é, permitir a circulação do poder do agente territorial, quando da efetivação de suas estratégias ao longo do jogo das relações territoriais com outros agentes.

Estratégias e mediatos, assim, se tornam elementos cruciais na disputa territorial. Sua conjugação é que determina o sucesso ou insucesso dos atores territoriais em seu intento de estabelecer ou preservar sua territorialidade com um espaço. E, certamente, compreender as estratégias e mediatos de outros atores significa a obtenção de informação, saber que, uma vez acumulado, permite um dispêndio menor de energia quando de sua confrontação em relações de natureza dissimétrica.

Por conseguinte, deve-se assinalar que todo e qualquer processo de des-reterritorialização gera resistências por parte dos atores envolvidos (HAESBAERT, 2014), que podem ser compreendidas como uma ruptura da comunicação entre os envolvidos numa recusa de trocas, seguida da contestação da relação estabelecida e da tentativa de retomada ou manutenção dos poderes daqueles que se encontram em aparente desvantagem numa interação dissimétrica (RAFFESTIN, 1993).

Ribeiro (2015), por sua vez, classifica as resistências como elementos naturais decorrentes dos conflitos de estratégias entre atores territoriais, manifestas por transgressões materiais que abalam práticas e pensamentos, manifestando fissuras nas relações de poder. São, portanto, estratégias opostas às que propugnam uma investida.

Esta oposição de estratégias, aliás, é muito bem delineada por Vilas Boas (2013, p. 120), ao contrapor a lógica das organizações econômicas e do Estado na interpretação da teoria do autor francês: “as organizações econômicas almejam a anulação dos obstáculos territoriais, buscando a isotropia dos territórios. Já as organizações políticas aderem à anisotropia, porque procuram subdividir/recortar o território para melhor controlá-lo”.

A afirmação, inclusive, se adequa perfeitamente ao contexto do presente estudo.

Como a pós-modernidade representa um contexto de nítido enfraquecimento da clássica lógica zonal da gestão pública, diante de uma globalização condicionada por interesses internacionais que ignoram os limites dos Estados-nação (BAUMAN, 2001), certamente, esta diferença de estratégias pode ser muito bem sentida diante da dificuldade dos Entes Públicos em desenvolver estratégias locais para contrapor problemas globais (SANTOS B., 2010).

Em igual medida, a teoria em questão se mostra bastante explicativa da lógica de apropriação dos espaços urbanos como efetivos bens de consumo (RIBEIRO, 2015), das políticas de segregação e contenção territorial da pobreza (WACQUANT, 2015), e dos processos de desterritorialização perversa (HAESBAERT, 2014).

Finalmente, a teoria é frutífera quanto à compreensão da territorialização do tráfico de drogas no século XXI, e, sobretudo, da adoção de resistências históricas que, na atualidade, resultaram na reputada crise do sistema penitenciário.

1.5.3 Notas conceituais a respeito do tráfico de drogas

Por sua vez, para que se promova um correto enquadramento geopolítico do tráfico de drogas enquanto fenômeno territorial, fez-se necessária a realização de notas a respeito de um possível conceito atribuível aquele fenômeno. Esta empreitada, no entanto, representou um problema teórico significativo, uma vez que a imprecisão conceitual do termo droga se denota

como um reflexo de incoerências políticas do tratamento do tráfico pelos Estados-Nação adeptos das políticas de proibição, inclusive, o Brasil.

Conforme anotou Araújo (2012), a imposição normativa do que seria droga, de maneira contraditória, aliás, pela não consideração de outros psicotrópicos como o álcool, o tabaco e, até mesmo, o café, revelou a adesão de verdadeiros valores culturais e morais ao termo jurídico. Fato é que, ao menos no campo jurídico, droga é o que a lei diz ser droga.

Em termos oficiais, o Brasil conceitua o que seria droga a partir da Portaria nº 344/98, do Ministério da Saúde, concernente ao Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Este documento classifica droga como toda e qualquer substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária, diferenciando-a, para fins legais, do conceito de entorpecente que corresponde à qualquer substância que possa determinar dependência física ou psíquica relacionada, como tal, nas listas aprovadas pela Convenção Única sobre Entorpecentes, fielmente reproduzidas nos anexos deste Regulamento Técnico (BRASIL, 1998).

Embora a terminologia legal mais coerente a ser adotada fosse tráfico de entorpecentes, atribuiu-se uma maior popularidade científica e social à terminologia tráfico de drogas (ARAÚJO, 2012). Igualmente, tem-se que as drogas podem ter efeitos semelhantes aos dos entorpecentes, sendo estes, assim, espécies das primeiras. Em função disso, o trabalho resguarda preferência pelas terminologias droga e tráfico de drogas.

Por sua vez, algumas imprecisões devem ser apontadas em relação aquele conceito oficial: primeiramente, a legislação parece ignorar consequências concretas relativas ao uso das substâncias entorpecentes, sequer diferenciando-as quanto a sua potencial natureza estimulante, depressora ou perturbadora do sistema neural (ARAÚJO, 2012). Em segundo lugar, não há uma metodologia clara, quantitativa ou qualitativa, a respeito dos critérios de classificação e definição das substâncias proibidas ou permitidas – mesmo que para fins de estudo científico (RODRIGUES, 2004).

E, ainda, constata-se que a escolha política das substâncias proibidas, ao menos no discurso oficial, acaba se restringindo a uma classe médica, que, juridicamente, não deteria mandato legal, como aquele conferido, constitucional e ideologicamente, ao Poder Legislativo para formalizar normas em nome do povo (RODRIGUES, 2004).

Nestes termos, a partir de uma permissão genericamente confiada por lei, norma penal em branco, admite-se que um preceito de elaboração obrigatória pelo Poder Legislativo seja complementado pela vontade reputadamente científica de agentes médicos-sanitaristas vinculados a uma classe política hegemônica de um certo momento histórico (PEREIRA,

2012), assim, indicados para ocupar as cadeiras de um órgão administrativo vinculado à Presidência da República, o Poder Executivo.

Estas imprecisões, certamente, se explicam em função do próprio interesse econômico historicamente vinculado à gestão territorial das drogas no âmbito nacional e mundial, que utiliza a proibição como questão política e econômica de satisfação de interesses proeminentes nas relações sociais de poder (WEIGERT, 2010), tal como importante elemento de uma política de segregação territorial e gestão da pobreza (WACQUANT, 2015).

Igualmente, a proibição estabelecida através de mecanismos legais, também se explica pelo fato de que o direito penal é uma subsciência do direito que funciona como um instrumento criativo, fabricante, inventivo de condutas vedadas. Por meio dele, ações socialmente tidas como indesejadas passariam a ser categorizadas sob uma dada tipologia e, assim, legalmente proibidas, sob um critério muito mais político do que jurídico (QUEIROZ, 2012). “É a lei, portanto, que cria o crime, é a lei que cria o criminoso. Numa só palavra: só é crime o que o legislador diz que é” (QUEIROZ, 2012, p. 36).

E a definição do que é crime, num segundo momento, também perpassa pela adequação de um fato à uma norma proibitiva por parte do sistema judiciário (D’ELIA FILHO, 2014), num processo de dupla seletividade penal: por intermédio de uma conduta proibida por lei (primeira seleção), vedam-se condutas que, na prática, podem ser identificadas e reprimidas ou não, conforme os sujeitos ou interesses envolvidos (segunda seleção), conforme o julgamento pragmático dos órgãos policiais e judiciários.

Noutras palavras, embora a lei seja *objetiva*, a classificação de um sujeito e sua rotulação conforme as categorias de cidadão ou de criminoso são atividades que serão realizadas sob certo grau de subjetividade policial e judiciária.

A própria tipologia criminal, inclusive, que diferencia a atividade tráfico de drogas, voltada especificamente a substâncias proibidas, do contrabando, voltada à demais espécies de produtos proibidos, em geral (SILVA, 2013), já encerra uma diferenciação de natureza muito mais simbólica do que técnica, como ocorre no caso do contrabando de cigarros falsificados, onde há imprecisa fronteira diferencial do tráfico de drogas.

Deste modo, é certo que a legislação não se afigura como melhor parâmetro para definição conceitual do que seria o tráfico de drogas, o que torna necessária a realização de um esforço zetético que revele as aspirações sociais, culturais e históricas que resultam da aplicação da norma jurídica em apreço (BITTAR, 2016).

Considerando a lição de Lima (2014), confirma-se que a atual normatização em torno do tema (lei nº 11.343/06) não contém um exposto conceito do que seria o crime em questão.

Diante disto, coube à jurisprudência, ou seja, a um conjunto de reiterados julgamentos das cortes pátrias, conformá-lo às condutas típicas tratadas no teor dos artigos 33, caput e §1º, 34, 36 e 37 da referida lei antidrogas (LIMA, 2014).

De uma análise dos tipos penais em menção, por sua vez, observa-se que os “preceitos primários” constantes da lei nº 11.343/06 buscam a proibição de várias atividades (importar, fabricar, vender etc.) voltadas a um único e genérico fim (o mercado, a comercialização), demonstrando que o conceito jurídico de tráfico de drogas, conforme ensina Queiroz (2012, p. 214), se materializa como um “crime de múltipla ação” que acomoda (ou tenta acomodar), sob uma tipologia, diversas ações inerentes a uma atividade dinâmica e multifacetada. Afinal, antes de ser um crime, o tráfico de drogas é um fenômeno histórico-social mais amplo e representativo, merecendo, portanto, um olhar igualmente abrangente.

Segundo afirma D’elia Filho (2014), seria mais fácil compreender o tráfico de drogas como uma ilegalidade de mercado, cuja repressão, mesmo justificada em função de uma reputada proteção do direito à saúde se realiza muito mais sob uma ótica de mercado, ou seja, como uma estratégia de poder aplicada sob um propósito econômico e seletivo.

O tráfico é, desta forma, uma atividade comercial que, em dado momento da história, foi, por fatores políticos determinados, a partir de interesses econômicos estatais e supra estatais, declarada como prática criminosa, não pelo seu caráter comercial em si, mas, pelas substancias envolvidas na comercialização.

Ainda sob um esforço semântico, constata-se que a literatura costuma fazer referência à terminologia tráfico de drogas não só como atividade, mas também um conjunto de indivíduos que, de forma organizada ou não, promovem o comércio das substancias legalmente proibidas em lei.

O tráfico de drogas, nesta perspectiva, seria sinônimo de empresa ou, como certamente definiria Raffestin (1993), o tráfico de drogas pode ser comparado a uma organização de mercado, caracterizável pelos seres e coisas que possui, utilizando-os como trunfos nas disputas territoriais econômicas. O diferencial em relação qualquer outra organização, somente, advém da ilicitude dos produtos ligados à sua atividade.

Assim, num enquadramento à teoria adotada neste trabalho, o tráfico de drogas, como conjunto de indivíduos de posse de bens, ou, ainda, como conjunto de empresas que, de forma ilícita, promovem o mercado em todas as suas fases de substancias politicamente proibidas pelos Estados-Nação, certamente, pode ser genericamente definido como ator territorial (RAFFESTIN, 1993).

Como tal, se vale de estratégias e mediatos em busca de sua territorialização como mecanismo de sobrevivência na sociedade de consumo pós-moderna, do século XXI, adequando-se as suas peculiaridades e, sobretudo, exercendo resistências contra as ações estatais proibitivas.

1.5.4 O tráfico de drogas como agente sintagmático e suas estratégias territoriais.

Na qualidade de organização ou empresa tem-se que o tráfico de drogas, na esteira do mencionado ensinamento de Vilas Boas (2015), manifesta estratégias territoriais que buscam o rompimento de fronteiras e obstáculos (isotrópicas), de forma diversa às estratégias adotadas pelo Estado, que se desenvolvem sob uma ótica preponderantemente zonal (anisotrópicas).

Como agente sintagmático que age sob uma lógica de mercado, afinal depende do consumo para sobreviver, o tráfico busca o estabelecimento de estratégias múltiplas de resistência às ações de combate realizadas e propugnadas pelo Estado, assim como, estratégias de expansão e dominação de novos territórios para permitir uma maior comunicação e circulação tanto de seus agentes como de seus produtos.

E, nos moldes dos empreendimentos do século XXI, pautados no consumo em massa e na fluidez da produção e comercialização (BAUMAN, 2001), o tráfico também adota práticas ostensivas de comércio em oligopólios nacionais e transnacionais, bem como, por intermédio de varejistas locais (D'ÉLIA FILHO, 2014).

Machado (2008), por exemplo, defende que a lógica geopolítica da agricultura não se aplica ao tráfico internacional de drogas, enquanto, de fato, países pobres e em desenvolvimento se configuram como países exportadores de drogas como cocaína e maconha, que exigem condições climáticas e territoriais específicas de plantio de suas espécies originárias, de outro lado, há predomínio dos países ricos no ramo da exportação de drogas sintéticas, o que se dá por conta da participação da indústria farmacêutica e pela detenção de tecnologias por estes últimos; ao passo, todos detêm mercados consumidores apropriados às suas respectivas realidades. Noutras palavras, a realidade do mercado molda a territorialidade do tráfico.

Por outro lado, seu comportamento territorial também é conformado por constantes estratégias de resistência, diante da repressão legalmente praticada em função das políticas proibicionistas adotadas pela maior parte dos Estados-Nação.

Bagley (2013) aponta que a intervenção internacional armada, sobretudo dos Estados Unidos na América Latina sob a ideologia da guerra às drogas, propiciou transformações territoriais que ora representavam a ascensão de novas centralidades (efeito balão) comerciais das drogas, como no caso do desmantelamento de cartéis colombianos, que, como

consequência, gerou o surgimento de novos mercados no Peru e Bolívia. O tráfico como agente sintagmático transnacional se manteve e resistiu às investidas.

Ainda conforme o mesmo autor, as mesmas intervenções também ocasionaram estratégias de divisão de centralidades em vários microcosmos comerciais do tráfico (efeito barata), de modo a dificultar a ação territorial repressiva (BAGLEY, 2013).

No Brasil, por sua vez, desde o final do século XX, constata-se a existência de estudos que descrevem este comportamento territorial do tráfico. Souza (1996), por exemplo, apontava a lógica reticular do tráfico e sua forte estratificação e divisão interna de funções nos moldes de um verdadeiro empreendimento comercial, assim como, sua lógica zonal, estabelecida em níveis locais, nacionais e internacionais.

Barreira (2014), de forma muito semelhante à Bagley (2013), defendeu que o único êxito do Estado do Rio de Janeiro em sua estratégia político-militar de instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, teria se dado somente em relação ao afastamento do mercado do tráfico de certos locais economicamente interessantes ao turismo e serviços, sem contudo, eliminá-lo da realidade carioca.

De outro lado, deve-se lembrar que o território, enquanto elemento que também é condicionante das relações de territorialidade, uma vez que alberga uma série de fenômenos políticos e econômicos, também detém forte influência sobre a territorialização do tráfico.

Zaluar afirma que (2004), embora o tráfico seja uma realidade em zonas de qualquer nível socioeconômico das cidades, afinal, sempre há potenciais consumidores em quaisquer delas, é nas regiões mais pobres que a repressão territorial é mais sentida.

Como destacado por Haesbaert (2014), Volochko (2015) e Ribeiro (2015), a apropriação do espaço como bem de consumo, a segregação social da pobreza as áreas mais precárias dos ambientes urbanos, o fechamento territorial e o isolamento dos centros de produtos e serviços, promoveu uma ruptura territorial que, associada à impossibilidade de captação populacional pelos mercados de consumo pós-modernos e da criação de estigmas sobre a figura da pobreza (BAUMAN, 2008; GARLAND, 2008; WACQUANT, 2015), institui a imagem de zonas perigosas às regiões pobres das cidades.

Em casos como o do Rio de Janeiro e São Paulo, em verdade, estas áreas precarizadas chegaram a albergar grandes organizações do tráfico de drogas, como o Comando Vermelho - CV, o Primeiro Comando da Capital - PCC, e, os Amigos dos Amigos - ADA (AMORIM, 2013). Contudo, na maioria das vezes, as zonas pobres se afiguram como sede de pequenos revendedores, que encontram no tráfico de drogas a alternativa inviabilizada pelo mercado

formal de trabalho e que, nessa qualidade, são extremamente vulneráveis à atuação proibicionista (D'ÉLIA FILHO, 2014).

CHAGAS (2014), por exemplo, aponta esta realidade de precarização, pobreza e tráfico de drogas em relação a cidade de Belém do Pará, afirmando também a partir da teoria de Raffestin, que a ausência do poder estatal é determinante para a instalação do tráfico de drogas em áreas pobres da cidade, conforme os fatores de segregação urbana já apontados acima.

E é especialmente a estes pequenos revendedores varejistas, sujeitos a um processo de desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014), que se dispensará atuação política conforme uma lógica jurídico-penal do Estado, duplamente seletiva e geradora de um superencarceramento seletivo (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2015), que, por sua vez, ocasiona uma segunda desterritorialização precária da população pobre, agora, no degradante contexto do cárcere (SANTOS, 2007).

Aliás, é importante assinalar que as prisões desde o contexto do século XX, podem ser compreendidas como verdadeiros depósitos humanos despreocupados com qualquer propósito ressocializador prático, a despeito das simbólicas declarações contrárias em lei (FOUCAULT, 2015). Em verdade, o ambiente carcerário apenas serviria ao propósito de segregação de camadas sociais indesejáveis, bem como, para justificar uma classe violenta que, uma vez não ressocializada, voltará futuramente à delinquência, tornando, assim, imprescindível a existência de instrumentos policiais autoritários que, na prática, só servirão à defesa de interesses patrimoniais específicos de grupos socialmente favorecidos (FOUCAULT, 2015).

É ilusória, então, a concepção de que o encarceramento inibirá a propensão ao delito: diante de um contexto de exclusão social, onde os locais criam uma relação simbólica entre o cidadão e o território (CLAVAL, 1999), no seio de um ambiente no qual os signos de vida e representação de um papel social (RAFFESTIN, 1993) serão totalmente diferenciados daqueles criados pelo Estado junto ao restante da sociedade, o aprisionamento acabará por construir simbolismos totalmente diferenciados, incentivando uma falta de identidade e/ou uma repulsa pelos demais valores sociais ditos comuns.

Surgirão as resistências (RAFFESTIN, 1993) e, por sua vez, a adoção de estratégias que buscarão a retomada do poder pelos atores atingidos pelo conflito de forças havido nesta relação naturalmente dissimétrica.

Sendo o tráfico a mais atraente alternativa de inserção, mesmo que ilícita e irregular, no âmbito da sociedade de consumo, acaba por haver uma adesão voluntária à conduta criminosa, que, diante da impossibilidade de resistência natural à territorialidade imposta, se torna, se houverem outras, a mais viável das escolhas a disposição dos encarcerados.

Mesmo no contexto do cárcere, surgem estratégias de imposição de desígnios e de resistência que tendem a imitar a lógica capitalista do mundo livre (DIAS, 2013). A organização dos espaços, mesmo no cárcere, é objeto de apropriação e comercialização, sujeitando internos a relações dissimétricas e desterritorializantes (ARRUDA; SÁ, 2006). A redução dos fluxos de informação ocasiona um transbordamento de violência nas relações (SANTOS H., 2007) e novas estratégias de sobrevivência vão sendo reinventadas a cada dia.

Por sua vez, diante do descaso registrado pelo Estado em relação ao sistema penitenciário nas últimas décadas, associado ao processo de superencarceramento e à inserção do país na nova lógica do tráfico de drogas, a ausência do Poder Estatal propiciou o desenvolvimento de outros níveis estratégicos entre os detentos (DIAS, 2013).

Desde a década de 1980, com a já mencionada inserção do país nos circuitos do tráfico internacional de cocaína, interessava aos envolvidos com o tráfico de drogas estabelecer o controle, mesmo que a partir do contexto carcerário, das rotas (redes) e áreas (zonas) de transporte e comercialização dos produtos ilícitos, como forma de permanecer no tabuleiro das relações locais, regionais e transnacionais do tráfico (DIAS, 2013).

Estratégias foram elaboradas e postas em prática. E foram bem-sucedidas: primeiramente, porque importaram na manutenção de redes, a despeito do encarceramento de seus respectivos agentes (AMORIM, 2011, 2013) e, em segundo lugar, porque possibilitaram o atingimento de condições concretas de enfrentamento estatal, a exemplo das disputas territoriais que ora se observam, sob a genérica expressão crise carcerária.

Diante de toda a exposição realizada, pode-se inferir que o tráfico de drogas, aqui já compreendido como empresa, nos termos da teoria de Raffestin (1993) é um agente territorial sintagmático que age independentemente da (e, na maior parte das vezes, contrariamente à) vontade Estatal, conforme objetivos próprios.

Em seu intento de dominação de um território notadamente comercial, afinal, visa a obtenção do lucro em uma sociedade permeada pela lógica do consumo, cujas práticas reproduz em suas ações, empreende estratégias e se utiliza de variados mediatos para consecução de seus objetivos e neutralização de adversários.

No entanto, confrontado pelo desígnio proibitivo, também, fortemente motivado por questões político-econômicas, o tráfico acaba adaptando suas estratégias para um enfrentamento mais efetivo daqueles que se colocam à frente de seus planos, e, considerando o rigor da atuação estatal proibitiva, acabam elaborando formas de resistência também manifestamente violentas e juridicamente ilegais.

Especialmente no contexto territorial precário do cárcere, onde, sobretudo para os mais pobres não há mais nada a se perder, é natural que estas estratégias importem numa ruptura com os valores do Estado, agente territorial adversário, o que, decerto, explica em muito a atual da crise carcerária e o sucesso do tráfico de drogas, inclusive no contexto do cárcere, a despeito da proibição imposta legalmente e da declarada guerra às drogas.

Como se vê, a teoria de Raffestin (1993) constitui uma forte base teórica para superação do paradigma político-jurídico de compreensão do tráfico, que acaba por propugnar planos de ação repressivos e bélicos, ao passo que, por permitir a compreensão de outras lógicas e ações externas à dinâmica meramente estatal, proporciona uma análise mais eficiente do problema.

Ao fim, retirando-se o véu de uma visão meramente estatal da questão, e, partindo-se de teorias que concebam o fenômeno do tráfico como ele realmente é, uma realidade de mercado marcada por jogos de disputa de poder, certamente, será possível admitir o surgimento de análises mais compromissadas em dar nova significância à história e dissimetria das relações sociais, e, assim, encontrar soluções realmente efetivas ao problema, além da mal-sucedida repressão inadvertida e seletivamente aplicada.

1.6 DO MÉTODO E DAS TÉCNICAS DE PESQUISA

Este tópico se ocupou da demonstração do percurso metodológico utilizado ao longo do estudo. Iniciou-se, primeiramente, pela exposição e justificativa do método adotado, enquanto marco teórico-epistemológico do estudo, seguindo-se a demonstração das técnicas utilizadas em cada artigo, em tese, capítulos da pesquisa.

1.6.1 Do método Hermenêutico e Dialético Aplicado às Ciências Sociais e ao Estudo do Tráfico de Drogas⁵

1.6.1.1 Linhas gerais a respeito do método de pesquisa e sua função epistemológica.

Considerando que o diferencial inerente ao conhecimento científico reside, justamente, em sua proposta de utilização da razão para interação, interpretação, modificação e aperfeiçoamento do senso comum com a superação de seus não raros postulados fragmentários e, em muitos casos, preconceituosos (MATALLO JR., 2012), é certo que aquele não pode, de maneira alguma, prescindir de um método que o conduza.

O método (do grego *methodos*), por sua vez, pode ser compreendido como o caminho conducente a um determinado fim (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), ou seja, o “procedimento

⁵ As seções atinentes ao método utilizado no estudo, foram conglobadas e transformadas em um artigo, submetido à revisa..., pendente de análise e avaliação.

adequado para estudar ou explicar um determinado problema[...]”, ou “[...] o caminho que se deve percorrer [...]” (OLIVEIRA M., 2014, p. 48) para atingir os objetivos de uma pesquisa.

Trata-se, portanto, do modo de abordar concepções a respeito de um ou mais fenômenos, numa transparente visão de como o pesquisador encara a realidade e os elementos contextuais que a compõem (MARTINS; THEOPHILO, 2016). A ideia de método, portanto, diz respeito à identificação do eixo filosófico/epistemológico de um estudo (TEIXEIRA, 2011), necessário à coerente aplicação das abordagens, técnicas ou instrumentos de pesquisa e análise adotados.

Trata-se de uma questão de responsabilidade (OLSEN, 2015) e de honestidade intelectual (MEZARROBA; MONTEIRO, 2014), na medida em que expõe o substrato a partir do qual o pesquisador interpreta o mundo a seu redor, assim como, representa uma verdadeira “teoria da investigação” (MARCONI; LAKATOS, 2016, p. 66) que sistematiza as etapas de apreensão do conhecimento concretizadas pelo autor de um estudo.

Compreender, no entanto, que o método representaria um conjunto de regras infalíveis no processo de apreensão do saber, decerto, seria um equívoco, uma vez que aquele estaria sempre em devir (MARTINS, THEÓPHILO, 2016): o método seria uma estratégia mais apropriada diante de um caso concreto para superação das sombras que ocultariam as conclusões buscadas pelo pesquisador e que ainda deveria levar em conta sua própria experiência dentro do mundo científico.

À medida em que o cientista mergulha nas águas do conhecimento que o cercam enquanto ser humano, este também se depara com o próprio drama de (re)construir sua própria identidade (BAUMAN, 1998) de acordo com os conhecimentos acumulados e as novas concepções que os saberes lhe fornecem sobre seu lugar e papel dentro da realidade. O cientista e suas visões, por consequência, também são variáveis dos rumos de uma pesquisa (MINAYO, 2002).

Afinal, “a ciência e a tecnologia são boas e más também em razão de que, uma vez subvertidas por interesses econômicos e políticos, não podem mais ser livres de valores (*value free*) – se é que algum dia o tenham sido” (MORAIS, 2012, p. 108). Ou seja, as ciências e os cientistas, a despeito do mito da neutralidade científica, sempre deixarão transparecer nas entrelinhas de suas proposições e teorias isentas ou não de influências, sua forma de conceber e interagir com o mundo (ALVES, 2013; OLSEN, 2015).

Expôr o método, repita-se, é uma questão de honestidade e autorreflexão.

Diante de uma sociedade plural, é natural que se observe a existência de uma pluralidade métodos ditos convencionais e outros ditos não convencionais (MARTINS; THEÓPHILO,

2016), conforme o posicionamento de cada cientista ou grupo de pesquisadores a respeito da realidade e da própria ciência.

E, a partir da compreensão desta ideia de liberdade cognitiva, tem-se observado um novo fôlego relativo a posturas interdisciplinares ou multidisciplinares neste primeiro quartil do século XXI, sobretudo, em função da necessidade de análises mais amplas e multifocais em torno de fenômenos complexos que exurgem (BICALHO; OLIVEIRA, 2011), propugnando-se, assim, o uso de métodos mistos como altamente viáveis e desejáveis (OLSEN, 2015).

Contudo, é importante a reflexão prévia a respeito da potencialidade do uso de cada método e técnicas de pesquisa e análise que o compõe a certos objetos de estudo, tomando por base as características e complexidades inerentes a estes últimos, justamente, para não incorrer no velho problema de afirmação de verdades parciais e blindadas por recortes seletivos de uma realidade (FEYERABEND, 2011) numa mostra de pseudociência (ALVES, 2012).

Neste contexto, o presente optou pela utilização do método hermenêutico-dialético (MINAYO, 2002) como forma de interpretar e analisar a complexidade inerente ao fenômeno social, político, econômico e territorial caracterizado como tráfico de drogas, de modo a fornecer um possível substrato teórico consistente para interpretação e análise de resultados de posteriores pesquisas que o elenquem como objeto.

A complexidade inerente ao fenômeno, aliás, se coloca desde a discussão que envolve sua conceituação: embora o termo se origine de uma política de Estado (a lei), de natureza jurídico-penal proibitiva (CARVALHO, 2016), a noção de tráfico de drogas se encontra historicamente definida por fatores políticos e econômicos voltados a consagração de interesses ligados à indústria e à balança comercial, assim como a um discurso médico-jurídico, que, no fundo, em nada se identifica com a reputada proteção da saúde da população (RODRIGUES, 2004; ARAÚJO, 2012).

De igual maneira, tem-se que o tráfico detém múltiplas realidades analíticas, cada uma, detentora de uma visão diferente sobre o mesmo fenômeno: a realidade dos órgãos oficiais, que o compreendem sob a visão hegemônica de um inimigo a ser combatido, sob o discurso de guerra às drogas (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014); a realidade dos sujeitos envolvidos com práticas criminosas e suas construções simbólicas, linguísticas e identitárias (MARQUES, 2014); a realidade da população que, sem um maior aprofundamento sobre a questão, tem sua opinião diretamente influenciada por ações externas, sobretudo, midiáticas (D'ÉLIA FILHO, 2014) etc.

Acima de tudo, deve-se destacar que a aplicação prática da política antidrogas, em verdade, revela uma atuação seletiva e, em muito, preconceituosa que, comprovadamente,

atinge de maneira significativa camadas pobres e estigmatizadas da população (RORIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014), a despeito do tráfico ser presente em todo e qualquer extrato social.

Por estes motivos, especialmente, o estudo do tráfico depende de uma visão científica tão pluralista quanto o mesmo, de modo a buscar, rigorosamente, transparência e objetividade quanto aos resultados de investigações que o envolvam (MEZARROBA; MONTEIRO, 2014; OLSEN, 2015). Pela interdisciplinaridade do método, desta maneira, propôs-se a maturidade de superar os obstáculos científicos a partir de uma análise do objeto, paralela à uma autoanálise do pesquisador e do tempo-espço em que os mesmos se inserem.

1.6.1.2 Do Método Hermenêutico e Dialético

Propugnado a partir de interpretações dos estudos desenvolvidos por Habermas (1987) em crítica à teoria do agir comunicativo (MINAYO, 1994) e ao modelo hermenêutico desenvolvido por Gadamer (GONZALES, 1987), o método hermenêutico-dialético se propôs à categorização e interpretação de dados empíricos, tendo por base uma perspectiva transdisciplinar que congregasse o mundo dos sentidos e das relações de poder.

O ponto de partida da compreensão hermenêutico-dialética foi a linguagem (MINAYO, 2002). Como afirmou Gonzalez (1987), a linguagem se encontraria na base da atuação do ser no mundo, conforme condições e convenções operacionalizadas e, ao mesmo tempo, limitadas pela mesma.

Assim, toda manifestação (ou produção) do conhecimento seria concebida a partir de conjuntos de símbolos (não adstritos à fala ou escrita, mas a toda e qualquer simbologia capaz de trazer significados compreensíveis, como números, códigos, mapas, organogramas etc. [MINAYO, 2002]) que, uma vez interpretados por intermédio da razão, permitiriam a compreensão humana sobre um fenômeno ou mensagem (GONZALEZ, 1987).

Segundo Minayo (2002), foi com esta aproximação entre a visão hermenêutica e a fenomenologia, como forma de interpretar fenômenos sociais a partir dos significados – e simbologias – assumidos no âmbito da razão humana (MARTINS; THEÓPHILO, 2016) que se passou a entender que a objetividade da análise hermenêutica (o significado) estava relacionada às condições de vida do ser que agia por meio da comunicação (a intencionalidade).

Noutras palavras, constatou-se que uma análise pretensamente objetiva dos significados da linguagem perpassaria por condições subjetivas que, por sua vez, estariam diretamente vinculadas à qualidade da (sobre)vivência do interlocutor num tempo-espço determinados. Objetividade e subjetividade, nesta senda, se tornariam elementos inseparáveis.

Desta maneira, o que aparentemente se denotaria como uma verdade capaz de ser abstraída da análise hermenêutica, por outro lado, poderia ocultar uma falsa consciência da realidade, legitimadora de relações de exploração sistematicamente organizadas (GONZALES, 1987). Descobriu-se, então, o que Habermas (1987) denominou de comunicação sistematicamente perturbada, ou seja, uma comunicação surgida no contexto de uma sociedade em que se admite a linguagem humana como alienável, ideologicamente influenciável, por estruturas de poder que lhe privariam de qualquer liberdade preliminar.

Inaugurou-se, assim, além de uma negação à universalidade hermenêutica (STEIN, 1983), a necessidade de se aliar o esforço interpretativo hermenêutico a uma crítica social que desvelasse o contexto de alienação em que a linguagem se encontrava através do estranhamento e negação da informação fracassada em sua transparência (MINAYO, 2002).

Minayo (2002), indo além, asseverou ainda que o próprio pesquisador seria um sujeito inserido num dado contexto tempo-espaco e, nessa qualidade, também condicionado por relações desiguais de poder e pré-juízos que influenciariam sua análise, derrubando, portanto, o mito em torno da observação científica imparcial, o que, certamente, passou a exigir um cuidado redobrado por parte dos pesquisadores de qualquer estudo.

Em suma, o método questionou o tecnicismo inerente às posturas científicas meramente empiristas, condicionando um contexto histórico às simbologias da linguagem; propugnou a adoção de uma postura de autoconhecimento do pesquisador - como sujeito inserido num contexto espaço-temporal e invariavelmente interessado/influenciado pelo objeto de pesquisa; e, finalmente, incentivou a adoção de uma postura de superação das próprias visões parciais de um fenômeno (MINAYO, 2002), na busca de conclusões coerentes.

O método hermenêutico-dialético, sendo assim, muito além de uma forma de investigação científica, representou, segundo Stein (1983), uma postura filosófica e epistemológica de perceber e compreender, através da razão a realidade posta aos olhos.

Em termos científico-metodológicos, por sua vez, Minayo (2002) sugeriu que a construção hermenêutico-dialética impenderia de alguns cuidados e posturas, o quais poderiam ser consolidados da seguinte forma: a) deve-se realizar uma análise dos aspectos históricos e conjunturais vinculados às fontes de pesquisa; b) é imperioso preservar um respeito pela racionalidade, por mais superficial que seja, de fontes empíricas, documentais e/ou bibliográficas analisadas, para ampla compreensão espaço-temporal do conhecimento produzido; c) deve-se buscar o sentido, intenção do emissor das mensagens quaisquer que sejam suas origens, ao invés de se crer numa verdade essencialista pré-formulada, colocando-se o pesquisador numa posição de abertura a outras visões de mundo além da sua.

Em termos de potencialidades, o método em questão, ainda segundo Minayo (2002), propiciaria uma atitude crítica em relação aos dados empíricos, respeitando-se o aspecto histórico e espacial vinculado ao conhecimento produzido, e, ainda assim, buscando a superação das visões parciais e seletivas da realidade em um pluralismo metodológico apto a desvelar fenômenos complexos por meio do casamento de técnicas qualitativas e quantitativas.

Como maneira de afastar a parcialidade autoral, propôs Minayo (2005) a realização de uma atividade de triangulação de métodos e dados, que pode ser alcançada tanto por intermédio de avaliações consecutivas do conhecimento produzido mediante o auxílio de outros pesquisadores, quanto pela comparação dos achados com outras teorias e estudos já desenvolvidos em torno da temática analisada. O objetivo, justamente, seria garantir a pluralidade de visões sobre um fenômeno para desvelar (negação) uma verdade alienada por conjunturas sociais, revelando, ao fim, resultados mais próximos da realidade (síntese).

Conforme Gomes et al (2005), após uma primeira etapa de coleta de dados, seguida de uma segunda etapa, de categorização de dados analisados, seria nessa terceira etapa (de triangulação) que se buscaria a síntese dialética, por meio de uma reinterpretação dos achados voltada à compreensão dos conflitos inerentes ao processo interpretativo.

Essa fase (GOMES *ET AL*, 2005), por sua vez, seria marcada pela: a) comparação entre as teorias que já promoveram análise de dados empíricos semelhantes; b) análise dos textos com base nos contextos em que eles foram produzidos, com a devida crítica de situações histórico-espaciais influentes; e, c) avaliação comparativa entre os pressupostos do estudo (teoria-base) e os dados empíricos colhidos.

Com esta triangulação, se perfaria uma crítica à primeira visão geral obtida pelo autor (após coleta de dados), e, ao mesmo tempo, uma autocrítica sobre suas pressuposições (anteriores ao próprio estudo), de modo a negar e sintetizar (movimento dialético), em face da história e de outros saberes, os pré-conceitos que embasariam a pesquisa.

O cientista, conseqüentemente, se tornaria um crítico da realidade e de si mesmo.

Logo, enquanto a hermenêutica realizaria a busca por aparentes consensos linguísticos num tempo-espço determinado pelo estudo, a dialética orientaria o estudo em direção a uma atividade de negação e crítica, tanto dos resultados obtidos, quanto, sobretudo, da compreensão do próprio autor (ALENCAR; NASCIMENTO; ALENCAR, 2012).

Seriam derrubados mitos objetivos e subjetivos no processo de pesquisa.

1.6.1.3 Sobre a Hermenêutica-Dialética e sua aplicabilidade no estudo das ciências sociais e do fenômeno nominado tráfico de drogas

O estudo em ciências sociais sempre se mostrou, por sua natureza, complexo.

De acordo com Martins e Theóphilo (2016, p. 2), “O homem é um ser demasiadamente complexo para ser reduzido ao estado de objeto. O homem não pode ser observado sem ser influenciado e não pode ser isolado de seu contexto sem perder sentido e coerência”, razão pela qual há quem até negue cientificidade às ciências sociais em razão dos naturais problemas de testagem e verificação de hipóteses relativas ao humano, como informou Feyerabend (2011).

E, essas limitações atingiram níveis mais problemáticos ainda quando da pesquisa relativa a temas espinhosos, como é o caso típico dos estudos em segurança pública.

O fato é que a ciência não pode fechar os olhos aos problemas de pesquisa oriundos de searas sociais, importante campo de necessário desenvolvimento à humanidade, de onde substanciais questões brotam incessantemente desafiando a estabilidade de comunidades e de estruturas sociais e orgânicas.

Conforme afirmaram Somekh *et al* (2015), a pesquisa social, marcada pela imprevisibilidade do comportamento humano, depende de teorias e métodos que levem sua natural complexidade em conta, exigindo, deste modo, um desenvolvimento epistemológico voltado a esta realidade. E, especialmente, considerando o potencial objeto de estudo denominado tráfico de drogas, como visto, bastante complexo, é que esta afirmativa se torna mais válida ainda (ROCHA, 2010).

Diante disto, entendeu-se que o método hermenêutico-dialético ofereceria uma interessante alternativa de análise a objetos complexos, (como o tráfico de drogas, em especial, razão pela qual o mesmo foi adotado, em razão dos motivos a seguir.

Primeiramente, deve-se recordar que, conforme propugnou Minayo (2002), o método analisado se predispõe: a) análise de aspectos espaço-temporais; b) respeito à racionalidade das fontes; c) busca pela intencionalidade (sem olvidar as perturbações sistêmicas). Logo, essa seria uma proposta preliminar de análise do fenômeno ora eleito.

O estudo sobre o tráfico, dessa forma, deveria ter início a partir de uma reconstrução histórica do conhecimento já produzido em torno do tema, o que, diga-se de passagem, é de considerável importância dentro de qualquer análise que o tome como objeto.

Posto que, o consumo de substâncias capazes de alterar a normalidade dos sentidos é um fato presente ao longo da história humana (ARAÚJO, 2012), em franca contradição ao discurso das políticas proibitivas, nascidas a partir de interesses políticos e econômicos de certos grupos sociais, e, ideologicamente, disfarçados por um discurso médico-jurídico (de defesa sanitária) e de guerra às drogas (RODRIGUES, 2004; CARVALHO, 2016).

As políticas estatais, nesta perspectiva, acabaram por ocasionar a aplicação de uma legislação que, em momento algum, se preocupou em definir de maneira profunda e reflexiva o que seria realmente o tráfico de drogas (CARVALHO, 2016), ignorando seu caráter comercial e intrinsecamente ligado às lógicas de oferta/demanda do mercado, assim como, sua estratificação em grandes oligopólios (de agenciadores e produtores, atravessadores, grandes comerciantes, membros de grupos logísticos, etc.) e pequenos acionistas (pequenos produtores locais, revendedores de pequeno porte, dentre outros) (D'ÉLIA FILHO, 2014).

Tal contexto redundou em ações seletivas que, pragmaticamente, enfrentaram o problema apenas de maneira superficial: como se vê da prática jurídica, somente as parcelas e áreas mais vulneráveis e estigmatizadas da população foram atingidas pelas políticas de repressão, sem qualquer contrapartida social (D'ÉLIA FILHO, 2014), ao passo que o problema da produção, comércio e consumo em nada foi diminuído ou solucionado (*United Nations Office On Drugs And Crime* - UNODC, 2015), sobretudo, pela relativa intangibilidade dos grandes comerciantes e produtores (RODRIGUES, 2004).

A segregação social gerada por esta política repressiva, por sua vez, ocasionou a gênese de diferentes visões de mundo apreensíveis pela ciência social: a dos órgãos oficiais, dirigidos por um discurso oficial jurídico-legal de repressão às drogas (CARVALHO, 2016); outra, de mercado, utilizada de maneira extremamente eficiente pelos grandes oligopólios do tráfico num âmbito transnacional (SAVIANO, 2011); e, ainda, uma realidade inerente aos pequenos investidores no mercado da droga, mais suscetíveis de atingimento pelas políticas de repressão e por medidas de segregação (D'ÉLIA FILHO), e que, nessa qualidade, acabam por desenvolver meios cada vez mais complexos de resistência, o que resultou, no Brasil do século XX, no surgimento de complexas organizações criminosas (AMORIM, 2011; 2013).

Em linhas mais diretas, neste início de século XXI, o tráfico se apresenta como outros objetos suscetíveis nas ciências sociais (BAUMAN, 2001), como um problema transnacional enfrentado com políticas meramente locais.

Aliando-se a essa compreensão histórica do fenômeno, o método hermenêutico-dialético propiciaria também um considerável trunfo relativo à análise de dados relativos ao tráfico: diante das variadas realidades produzidas no contexto do tráfico de drogas, marcadas por conflitos políticos, sociais e econômicos, foi natural, também, o surgimento de simbologias próprias a cada grupo de sujeitos envolvidos com aquele fenômeno, variáveis, ainda, conforme o território levado em conta em cada estudo (o âmbito dos órgãos de segurança, o âmbito dos órgãos médicos e sanitários, o âmbito dos órgãos educacionais, o âmbito de organizações criminosas ligadas às classes altas ou médias, o âmbito das organizações criminosas vinculadas

à áreas mais pobres – como favelas e baixadas -, o âmbito dos traficantes que trabalham no contexto do cárcere, etc.) e o nível socioeconômico e educacional dos envolvidos.

O respeito à racionalidade de cada uma destas fontes, por conseguinte, se impõe como movimento fundamental à compreensão deste objeto de estudo. Visto que ignorar esta complexidade linguística poderia importar numa incorreta interpretação de construções sociais diversas da lógica estatal-oficial ainda preponderante, como, por exemplo, ocorre em relação aos mecanismos de julgamento realizados nos debates das organizações criminosas, que, embora sejam comparáveis a verdadeiros julgamentos, detém normas muito voláteis e flexíveis, bem como, compreensões de igualdade totalmente alheias àquelas estabelecidas pela legislação nacional (MARQUES, 2014).

O mesmo se diga sobre pesquisas documentais em torno de dados oficiais, fontes muito comuns no estudo do tráfico de drogas que, normalmente, se atém a uma linguagem/conhecimento produzido conforme parâmetros técnico-jurídicos, ignorando, ao passo, simbolismos diferenciados, inerentes aos demais grupos sociais.

É possível constatar, diante disso, que esta consideração do contexto espaço-temporal do fenômeno, aliada ao respeito pela racionalidade das fontes linguísticas de dados, certamente, rogaria, também, uma terceira atividade: a realização de uma comparação entre os dados teóricos e empíricos, capaz de desvelar as inevitáveis dissimetrias inerentes às relações de poder que, como dito, perturbariam aquela linguagem constatada junto às fontes de pesquisa.

Daí a importância da *atividade triangulação de dados e teorias* (MINAYO, 2002), que comparará a teoria e os dados coletados à luz de outros estudos e seus postulados.

Não se trata somente de negar o conhecimento corrente, o que tem levado alguns autores à uma defesa, pouco refletida, de uma desmedida legalização de entorpecentes, por exemplo, mas sim, trata-se de amadurecer as ideias trabalhadas em relação ao fenômeno, e, então, comparar as hipóteses levantadas com a opinião de outros autores e achados de outros estudos.

Com isso, permitir-se-ia, além do alcance de uma pluralidade de visões sobre um dado fenômeno, a própria confrontação dos resultados de uma pesquisa corrente com os de outras análises, confirmando ou negando as conclusões de quaisquer deles em um afastamento de hipóteses improvisadas que somente atrapalham o desenvolvimento científico (FEYERABEND, 2011).

É importante ressaltar que, é justamente neste ponto, que surgiriam possíveis problemas relativos ao método em questão: a) a triangulação sempre deve tomar por base momentos e contextos históricos semelhantes, a não ser que se busque revelar dissonâncias ou dissimetrias de diferentes momentos temporais, o que deve ser expressamente manifestado pelo autor do

estudo; b) a triangulação pressupõe a maturidade de se promover uma comparação de achados, perante teóricos, pesquisadores e dados de opinião e conteúdo diferentes daqueles de manifesta preferência do autor, sob pena de nada adiantar em relação à construção da verdade e afastamento de hipóteses improvisadas; e, c) a triangulação deve ser realizada sob um propósito dialético de questionar o real encontrado num estudo, por mais doloroso e frustrante que isto seja ao trabalho do pesquisador.

Assim, sob a construção, reanálise e reconstrução de dados, o método hermenêutico-dialético se denota bastante apropriado ao estudo das ciências sociais, conforme sugerido por Stein (1983), Gonzales (1987) e Minayo (2002), em especial, para o estudo de objetos sociais complexos como o tráfico de drogas, nos termos acima discutidos.

É claro que esta proposta transdisciplinar não se colocou como um método infalível ou proposta irrecusável. Já que, como manifestado nas linhas iniciais deste estudo, a adoção de qualquer método muito tem a ver com as preferências e subjetividades do próprio pesquisador, de acordo com os contornos de sua visão de mundo (MORAIS, 2012).

Porém, é de se afirmar que sua maior potencialidade reside justamente neste ponto: a hermenêutica-dialética não se propõe, como diz Stein (1983), a ser somente um método científico, senão, uma proposta filosófica e epistemológica de ver o mundo a ser pesquisado, e, ao mesmo tempo, de repensar a própria postura do pesquisador como sujeito presente, influente e influenciável pela realidade social.

Desta maneira, complementa-se o movimento hermenêutico, que valoriza a linguagem do ser humano que se considera livre e é importante elemento de construção social, por intermédio de um segundo movimento dialético, que questiona a liberdade e as condicionantes daquela linguagem, em um processo circular que engloba não somente o objeto cognoscível, mas, sobretudo, o pesquisador cognoscente.

Obviamente, o método em questão impende de uma utilização ética e madura, tal qual ocorre com todos as demais propostas existentes convencionais ou não, sob pena de apenas reproduzir conhecimentos consolidados e, talvez, concernentes a programas de alienação social.

É por isso que, também, se deve ter em mente que a proposta transdisciplinar, conforme informa Minayo (1994) não deve ser tomada como uma panaceia para os males científicos atuais, já que depende de disposição e coerência para restabelecer um importante mecanismo que parece ter sido desvalorizado ao longo do desenvolvimento das diversas ciências, talvez de forma intencional: o diálogo e o objetivo de retorno do conhecimento ao meio social em benefício da própria humanidade (ALVES, 2013).

Este, assim sendo, foi o método escolhido para o estudo.

1.6.2 Da Abordagem

Nos termos inferidos no teor da seção anterior, para uma reflexiva análise dos objetos de pesquisa eleitos para o estudo, o mesmo se utilizou de uma dúplici abordagem: a quantitativa (que de maneira menos predominante, se valeu de procedimentos estatísticos, notadamente descritivos, para a interpretação dos dados coletados em campo) e a qualitativa (predominante no trabalho, pautada no estudo detalhado sobre determinado fato, objeto ou grupo social, para obtenção de informações, em profundidade, a respeito de significados e características de seus respectivos contextos) (OLIVEIRA M., 2014).

Como sugerido a partir do método hermenêutico-dialético, o estudo não se limitou a eleger como verdade apenas os dados obtidos apoiados de somente uma daquelas abordagens, senão, tomou o mundo concreto por meio da interpretação conjunta de suas respectivas análises e resultados, de acordo com o possibilitado pelas amostras efetivamente coletadas no mundo concreto (em sua maioria, qualitativas, como exposto ao longo do trabalho), buscando uma maior fidelidade à realidade e seus elementos característicos.

Por sua vez, nos tópicos a seguir, realizou-se a exposição das técnicas metodológicas trabalhados ao longo da pesquisa, isto é, os procedimentos focalizados que operacionalizaram o método, por meios de instrumentos apropriados (DESLANDES, 2011) conforme cada objetivo específico, que, segundo as normativas deste Programa de Pós-Graduação, importaram na gênese de diferentes artigos, os quais, uma vez reunidos, compuseram os capítulos de desenvolvimento da dissertação.

1.6.3 Das Técnicas aplicadas ao primeiro artigo

Como primeira aproximação sobre o tema, o primeiro artigo realizou uma revisão da literatura recente a respeito da relação entre tráfico de drogas e presídios. Para tanto, foi aplicado o já mencionado método hermenêutico-dialético, conforme a seguir explanado.

Mesmo diante da inexistência de estudos especificamente voltados às ações que permitiriam a integração dos presídios às redes externas do tráfico, ainda assim, constatou-se possível a identificação destas estratégias em pesquisas envolvendo a relação cárcere-tráfico com objetos e objetivos diversos, tornando viável o objetivo inicialmente estabelecido por intermédio de uma inferência e de um tratamento semiótico daquelas obras (BITTAR, 2016).

O desafio residiu, deste modo, na escolha de um conjunto de procedimentos aptos a permitir a seleção de registros encontrados em diferentes propostas, com vistas a subsidiar, ao final, uma classificação em categorias científico-analíticas compreensíveis (BARDIN, 2011).

Partiu-se da premissa de que a comunicação é a base do conhecimento sensível (HABERMAS, 1987), e, como tal, deve subsidiar o processo científico-analítico, afinal, cada texto, em seu conteúdo, representava uma comunicação efetiva havida em diferentes contextos, logo, cognoscível (MINAYO, 2002).

Contudo, não se tomou a informação como um dado bruto. Para revelar a essência das obras, foi necessário compreender que a linguagem sempre é afetada pelo contexto social, econômico, político e histórico em que é emitida, denotando-se como uma linguagem sistematicamente perturbada (HABERMAS, 1987) pela dissimetria das relações sociais de poder (FOUCAULT, 2015). Assim, o método propugnou pela sujeição dos dados a um movimento que desvelasse a perturbação linguística e propiciasse uma compreensão do contexto social em que ela se originara, o que, por sua vez, se realizou por meio da consideração dos aspectos históricos de cada obra, do respeito pela racionalidade dos autores; e, pela busca de um sentido (intenção) do emissor das mensagens (MINAYO, 2002).

Seguiu-se, após esses cuidados, a uma atividade de triangulação (MINAYO, 2005), consistente na uniformização interna dos dados, bem como, na confrontação (STEIN, 1983) destes com a teoria fundante do estudo. Assim, restaram comparadas (MINAYO, 2005) diferentes visões, no sentido de transcender parcialidades teóricas e atingir o fenômeno buscado: as estratégias e os mediatos identificados por cada autor, em essência.

Na qualidade de revisão de literatura, o estudo promoveu uma busca seletiva de trabalhos voltados ao objetivo proposto (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), conforme critérios pré-estabelecidos. Primeiramente, procedeu-se ao planejamento quanto à coleta (LEITE, 2008), momento em que foram selecionados: a) trabalhos que tratassem de maneira direta das variáveis tráfico de drogas e cárcere; b) para atualidade linguística, foi estipulado um recorte temporal entre os anos de 2011 a 2017; c) A seleção albergou: c.1) livros (científicos, jornalísticos ou biográficos – nestes dois últimos casos, desde que aprovados por conselho editorial, por questões éticas, de confiabilidade e de validade das amostras [MARTINS; THEÓPHILO, 2016]); c.2) artigos, *papers* e trabalhos apresentados em eventos, desde que gratuitamente disponíveis, cuja busca seria efetivada com o auxílio de bases de dados online - também gratuitas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013); d) a seleção tomaria por base artigos em português, inglês e espanhol.

De tal modo, desde o mês de maio de 2016, foram realizadas buscas bimestrais em livrarias públicas e privadas do Estado do Pará, assim como, buscas em livrarias virtuais. Quanto aos demais materiais, o levantamento teve periodicidade mensal, restringindo-se às bases de dados www.scholar.google.com.br e www.scielo.org, conforme os argumentos:

“tráfico de drogas e cárcere”, “tráfico de drogas e cadeia”, “tráfico de drogas e prisão”, “tráfico de entorpecentes e cárcere”, “tráfico de entorpecentes e cadeia”, “tráfico de entorpecentes e prisão”, “drogas e cárcere”, “drogas e prisão”, “drogas e cadeia”.

A cada mês, eliminavam-se as obras repetidas, retendo-se apenas textos recentes, sem olvidar que revisões literárias não necessitam reter absolutamente tudo sobre um tema, até mesmo, pela infinidade de fontes e potencial inacessibilidade relativa aos meios de busca (FLICK, 2013; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). No entanto, buscou-se ao máximo a obtenção de dados relevantes, o que, inclusive, importou numa atualização final dos resultados, em agosto de 2017.

A análise de conteúdo do material coletado (MINAYO, 2002; BARDIN, 2011), por sua vez, se deu conforme as seguintes etapas: a) procedeu-se à leitura flutuante dos textos, para identificação das estratégias e mediatos enunciados; b) seguiu-se à leitura em profundidade, para delimitação de categorias de análise (BARDIN, 2011) e transcrições de trechos em que se destacavam os dados perquiridos, organizando-os numa tabela de dupla entrada, onde na horizontal (colunas) foram classificadas as estratégias identificadas e na vertical restou inserido o trecho transcrito e demais informações espaço-temporais.

A seleção de *trechos* ou *fragmentos* textuais expositivos de *estratégias* e *mediatos* utilizados pelo tráfico de drogas, seguiu a ideia foucaultiana de *enunciado*, ou seja, uma unidade de um discurso maior, que contém uma informação a respeito de um objeto discursivo apreensível pelo conhecimento humano (BRANDÃO, 2012). Assim, foram selecionados trechos das obras que continham estes enunciados a respeito das estratégias manejadas pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes externas, os quais, por sua vez, foram sujeitos a procedimentos de categorização e análise.

Para aferição da confiabilidade e validade das amostras, considerando seu caráter qualitativo, procedimento de busca e seleção, bem como, a classificação primária, os trechos restaram submetidos à análise de dois juízes (MARTINS, THEÓPHILO, 2016), detentores de conhecimentos sobre o tema. Ao início, ambos concordaram quanto aos procedimentos de busca e seleção. Mais adiante, no mês de maio de 2017, sugeriram a inclusão de duas obras, além das já albergadas ao tempo – uma delas, recém-lançada (ABREU, 2017; TAVARES, 2016). Ao fim, manifestaram concordância com as amostras nas proporções de 95,03% (juiz 1) e 97,06% (juiz 2) (Coeficiente de Pearson [MARTINS; THEÓPHILO, 2016]).

Ambos foram unânimes, ao longo do processo, quanto à inadequação de 24 transcrições em uma amostra originária de 1430 trechos selecionadas pelo autor, 1,67% do total inicial, as

quais foram eliminadas da etapa final da análise de conteúdo e triangulação de dados, respeitando o critério de validade e confiabilidade em questão.

Finalmente, procedeu-se à triangulação interna dos dados, comparando-se elementos linguísticos para adaptação das categorias analíticas, seguida de uma triangulação com a teoria fundante do estudo (RAFFESTIN, 1993). Os resultados, obtidos conforme tais critérios, se encontram expostos no teor do artigo, no capítulo seguinte desta dissertação.

1.6.4 Das Técnicas aplicadas do segundo ao quarto artigo

Por conseguinte, do segundo ao quarto artigo, realizou-se uma pesquisa de campo a respeito das percepções de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará, em torno das estratégias e mediatos discutidos na pesquisa.

Os artigos em questão adotaram uma abordagem qualitativa, focada no conteúdo do discurso dos entrevistados e quantitativa, que, reforçando técnicas de análise de conteúdo, auxiliou na exposição dos resultados do estudo.

Como técnica de pesquisa, utilizou-se a coleta de dados por intermédio de entrevistas, que, no dizer de Olsen (2015), importaria numa interação entre o pesquisador e sujeitos detentores de informações, para apreensão de dados oriundos de saberes e percepções. Para tanto, restou elaborado um protocolo de entrevista (YIN, 2016), com trinta e duas questões semiestruturadas confeccionadas a partir de constatações literárias, controladas pela teoria e voltadas à hipótese do estudo (FLICK, 2009), em torno das seis espécies de estratégias mencionadas, cujas repostas foram classificadas, neste trabalho, somente, em relação à estratégia de estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, conforme objetivo eleito. As demais estratégias deram origem a outros artigos específicos em razão dos limites de extensão desta espécie de trabalho.

É de se reafirmar que as estratégias em estudo são manejadas, como constatou Dias (2013), de forma simultânea e intercruzada, pelo que, embora o protocolo tenha delimitado algumas perguntas relativas somente à estratégia acima, observou-se, quando de sua aplicação, a ocorrência de menções sobre a mesma ao longo de toda a fala dos entrevistados. Assim, para exposição de resultados, valeu-se o trabalho da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para categorização das falas e dados, aproveitando-se uma organização já anteriormente obtida na prévia atividade de revisão literária sobre o tema provocadora do presente estudo.

A escolha dos entrevistados se deu, primeiramente, em razão dos objetivos do programa de Mestrado em Segurança Pública ao qual o estudo se vinculou, voltado à capacitação profissional e ao desenvolvimento de competências para uma atuação neste campo do

conhecimento, o que, obviamente, foi determinante para a escolha de agentes territoriais locais da área da segurança como fonte primária de dados.

Principalmente, a seleção se deu em razão de indicações decorrentes da literatura inicialmente consultada: foram escolhidos entrevistados identificados como diretamente atuantes em órgãos e atividades que, por sua natureza de enfrentamento ao problema ou assessoria, teriam contato efetivo com os agentes territoriais do tráfico e suas respectivas estratégias, sendo detentores de conhecimentos interessantes ao estudo.

Ainda conforme recomendado por Yin (2016), houve uma aproximação cuidadosa junto ao campo de pesquisa, facilitada pela condição de docentes da área de inteligência e segurança pública, ostentada pelos pesquisadores, para verificação das formas de acesso, obstruções a serem removidas, e, finalmente, se, de fato, os entrevistados seriam detentores das informações buscadas, após o que, finalmente, restaram definidos os sujeitos da entrevista.

Foram entrevistados, desta forma: a) Na Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA: O Diretor do Núcleo de Inteligência Policial – NIP - e o Diretor da Delegacia de Narcóticos - DENARC, ambos, delegados em exercício da função no momento da entrevista; b) Na Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA: O comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária – BPOP, oficial no exercício da função, no momento da entrevista; c) Na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE/PA: O diretor da Assessoria de Segurança Institucional - ASI, oficial da polícia militar no exercício da função, no momento da entrevista; d) No Ministério Público do Estado do Pará - MPPA: O Diretor do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado - GAECO -, Promotor de Justiça em exercício da função, no momento da entrevista; e, finalmente, e) Na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará – OAB/PA: o Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, advogado eleito para a função, em exercício no momento da entrevista; e, f) na Polícia Federal: Superintendente da Polícia Federal no Pará, Delegado Federal em exercício da função no momento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas entre o fim do mês de abril de 2017 e o início do mês de janeiro de 2018, em razão de afastamentos e questões emergenciais ocorridas em algumas das instituições na sede dos órgãos indicados ou em locais escolhidos pelos entrevistados, em salas reservadas e em horários previamente agendados, justamente, para manutenção de uma situação de tranquilidade e controle de interferências, gerando um clima amistoso que permitiu manifestações comprometidas com a proposta apresentada.

Como protocolo ético, o estudo: a) Escolheu somente sujeitos que exerciam funções diretivas, caracterizáveis, assim, como representantes legais autorizados a falar em nome dos órgãos e entidades acima (CARVALHO FILHO, 2013), casos em que as autorizações seriam

dadas pelos próprios entrevistados quando a formalidade foi considerada desnecessária ou, no caso de órgãos subordinados, mediante permissão da autoridade competente; b) As entrevistas foram precedidas da leitura, explicação e subscrição de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, expositivo da pesquisa, objetivos, vinculação institucional, interesses e riscos e desconfortos, bem como, da total garantia do sigilo de identidades e informações.

Como a identificação dos entrevistados não seria muito dificultosa, garantiu-se que os resultados não fariam qualquer menção a resposta ou visão de sujeitos ou suas instituições, nem tampouco mencionariam unanimidades, sempre se utilizando de expressões como opinião majoritária ou visão minoritária, por exemplo, em sua exposição, como forma de respeito ao sigilo das manifestações. Além disso, não serão transcritos trechos das entrevistas, senão, somente termos bem representativos das ideias (redução eidética) que serão destacados em itálico, como outro cuidado tendente à não identificação do dono de cada fala.

Ademais, como dito, as respostas foram transcritas, fragmentadas em vários trechos (seguindo a mesma compreensão de *enunciado* exposta por Brandão [2012], explicada no tópico anterior), conforme cada conteúdo específico inferidos do teor da cada unidade da fala dos entrevistados e sujeitas a um procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), pelo qual foram organizadas em uma tabela de dupla entrada e submetidas a um processo de categorização, que tomou por base a anterior revisão literária realizada. Como resultados, foram expostas, em cada artigo, as percepções dos agentes da segurança pública entrevistados a respeito das ações utilizadas pelos atores territoriais do tráfico de drogas, conforme a categorização realizada em sede de revisão literária.

1.6.5 Das Técnicas aplicadas ao quinto artigo

Por fim, o oitavo artigo se propôs a realização de uma atividade *descritiva de relações de territorialidade* identificadas em uma investigação criminal denominada *operação paradigma*, segundo o protocolo ético a seguir especificado referente à apuração de crimes ocorridos no município de Ananindeua, preponderantemente, mas não exclusivamente, no bairro das Águas Lindas, entre os meses de janeiro e agosto de 2016.

O caso apresentou intensa repercussão na imprensa, no mundo da segurança pública e junto ao Poder Judiciário, especialmente, pela participação de diversos agentes territoriais locais, de grupos criminosos aliados externos à área e de agentes territoriais encarcerados tanto em presídios estaduais, quanto federais, bem como, pelas características das mortes causadas ao longo da atuação criminosa, e, especialmente, pela provada vinculação ao tráfico de drogas.

Quanto aos aspectos éticos do estudo, cumpre assinalar, em primeiro lugar, que a operação já foi concluída e, atualmente, compõe peça informativa dos autos ação penal pública em andamento junto ao judiciário paraense, sendo, portanto, plenamente acessível, dado aberto, e livre de qualquer limitação legal ou administrativa quanto ao uso das informações constantes dos autos do inquérito ou do processo, haja vista a não decretação de segredo de justiça, conforme art. 792, do Código de Processo Penal Brasileiro⁶. Inclusive, o próprio sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará destaca algumas decisões proferidas neste processo como representativas da atuação desta colenda corte.

No entanto, mesmo diante da fácil identificação do caso e sujeitos da pesquisa em respeito aos nomes dos envolvidos, sobretudo os mortos, sentimentos dos familiares e amigos, respeito às localidades envolvidas e, acima de tudo, em respeito ao direito ao esquecimento (DIVINO; SIQUEIRA, 2017) dos acusados, optou-se pela não indicação de nomes, endereços, ou quaisquer dados identificadores, principalmente, porque o foco do estudo diz respeito ao fenômeno (OLSEN, 2015) em si e não às pessoas, embora estas perpassem pelos fatos. Assim, os agentes territoriais serão identificados por siglas: ATEPF – Agente Territorial Encarcerado em Presídio Federal; ATEPE - Agente Territorial Encarcerado em Presídio Estadual; ATL – Agente Territorial em Liberdade; ATS – Agente Territorial Subordinado; ATP – Agente Territorial Privado; e, ATM – Agente Territorial Morto pela organização.

Para execução do estudo foi utilizada, primeiramente, uma ampla pesquisa documental sobre o inquérito policial da operação paradigma, fonte primária de análise, de forma paralela à consulta de peças processuais e notícias veiculadas nos jornais, fontes secundárias, produzidas com base na primeira e desde que desprovidas de especulações não apontadas nos documentos) (LAKATOS; MARCONI, 2016). Optou-se pela não realização de entrevistas para evitar eventual deturpação das constatações do estudo e sua utilização como fonte no processo ainda em andamento, como já se observou como inconveniente havido em pesquisas jurídicas de outros casos polêmicos, haja vista a repercussão do caso após seu desfecho público.

Para análise dos dados coletados, por sua vez, o estudo se inspirou no protocolo recomendado por Freitas e Jabbour (2011) com adaptações incentivadas pelos mesmos autores: a) Organização e descrição dos registros e evidências coletadas; b) Análise das evidências à luz

⁶ Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro, em dia e hora certos, ou previamente designados.

§1o Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes).

da literatura; c) triangulação interna e externa das fontes (com a teoria fundante e literatura abarcada pelo estudo), conforme recomendado por Minayo (2005). Cumpre assinalar que a atividade de triangulação afigurou-se de fundamental importância, justamente, porque o inquérito, além de uma linguagem típica dos órgãos policiais envolvidos, igualmente continha registros telefônicos de contatos entre os agentes territoriais do tráfico com linguagem contendo significantes absolutamente diferenciados em uma mostra da natural complexidade do fenômeno e necessidade de tratamento linguístico.

Por sua vez, a exposição dos resultados seguiu a proposta *descritiva* para comparação à teoria, já mencionada acima (VENTURA, 2007), utilizando-se, além da exposição escrita, de organograma explicativo da organização (Figura 1), bem como, de uma representação cartográfica, baseada em mapas temáticos (FITZ, 2008) elaborados a partir de dados constantes das mencionadas fontes de pesquisa e de levantamentos feitos pelos pesquisadores no local para uma melhor compreensão do fenômeno em estudo (MARTINELLI, 2014).

Para tanto, foram elaborados dois mapas temáticos. No primeiro (Figura 2) buscou-se estabelecer uma compreensão do território-zona de atuação da organização criminosa, tomando o contexto situacional do bairro das Águas Lindas, sede do grupo, no município de Ananindeua no Pará, entre os meses de janeiro e agosto de 2016, período em que as relações de poder foram identificadas pela operação, destacando pontos representativos dos domicílios dos agentes territoriais envolvidos na atividade do tráfico de drogas e outros crimes, relacionando-os com pontos representativos das mortes decorrentes das disputas de poder local que puderam ser, inequivocamente, situadas no espaço. Salienta-se que, em respeito ao já destacado protocolo ético, a escala foi mantida a uma distância que não permitisse a perfeita identificação dos domicílios dos envolvidos e locais dos óbitos sem, entretanto, impossibilitar, a compreensão dos fenômenos em estudo.

No segundo mapa (Figura 3), buscou-se a representação da do território-rede da organização e sua clara vinculação com o cárcere em interação com a área zonal estabelecida no primeiro mapa, tomando como contexto situacional a região metropolitana entre os meses de janeiro e agosto de 2016.

Utilizando destes recursos, a seção de resultados buscou a demonstração de como a utilização simultânea e intercruzada das estratégias manejadas pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas influenciou a territorialidade do bairro das Águas Lindas no município de Ananindeua-PA, ao longo do período de tempo em que a criminalidade foi acompanhada na operação de janeiro a agosto de 2016.

CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 01

ESTRATÉGIAS E MEDIATOS UTILIZADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS PARA INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES TERRITORIAIS EXTERNAS:

Uma revisão da literatura

RESUMO: Este estudo teve como objetivo a realização de uma revisão literária em torno da relação droga e cárcere, para identificação das estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico de drogas, para integração dos presídios às redes territoriais externas. Sob um método hermenêutico e dialético, foi proposta a análise de obras selecionadas conforme critérios metodológicos específicos, seguida de uma análise de conteúdo para construção de categorias científico-analíticas. Ao fim, muito além da hipótese originária, foram identificadas seis espécies de estratégias que, aplicadas de forma simultânea e intercruzada, garantem o exercício de poderes no mundo externo por agentes territoriais dentro dos presídios.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de Drogas. Cárcere. Estratégias e Mediatos. Revisão Literária.

ABSTRACT: This study aimed at conducting a literary revision around the drug and prison relationship, to identify the strategies and mediate used by drug trafficking, to integrate prisons to external territorial networks. Under a hermeneutical and dialectical method, the analysis of selected works according to specific methodological criteria followed by a content analysis for the construction of scientific-analytical categories. In the end, far beyond the originating hypothesis, six species of strategies have been identified which, applied simultaneously and intercross, guarantee the exercise of powers in the external world by territorial agents within the prisons.

KEYWORDS: Drug trafficking. Prison. Strategies and Mediates. Literary Review.

1 INTRODUÇÃO

Como uma das atividades mais lucrativas do planeta (CAMPOS, 2014), e, muito além de uma *ameaça* à ordem jurídica e social como é apresentado pelos discursos oficiais (D'ÉLIA FILHO, 2014), o tráfico de drogas se caracteriza como algo comparável a uma verdadeira *empresa* (CHAGAS, 2014), mesmo ilegal.

Nos moldes das organizadas multinacionais, aliás, o tráfico do século XXI compreende, de um lado, um pouco visível oligopólio que articula funções e lucros num nível internacional, e, de outro, uma massa de produtores, atravessadores, distribuidores e varejistas que, à semelhança dos trabalhadores formais, constituem a parcela palpável do negócio (RODRIGUES, 2004). Inclusive, por esta visibilidade, estes traficantes de menor porte acabam por constituir os alvos preferenciais da atuação dos órgãos repressores, razão pela qual os

crimes de tráfico, há tempos, representam uma das maiores causas de aprisionamento no Brasil e no mundo (RODRIGUES, 2004, D'ÉLIA FILHO, 2014).

Em todo caso, seja como empresa, seja como conjunto de atores empenhados em busca do lucro da atividade (ARAÚJO, 2012), o tráfico não poupa *estratégias* para burlar e/ou enfrentar a repressão estatal e, dessa forma, manter vivas suas redes territoriais. A adoção dessas formas de *resistência* à dissolução de seus territórios (HAESBAERT, 2016), inclusive, faz com que o tráfico adote estratificações e manifestações diferenciadas em cada país.

No Brasil, especialmente, onde a adesão à política de *guerra às drogas* importou na consolidação de mecanismos legislativos criticáveis (RODRIGUES, 2004) e na consagração de uma repressão direcionada, sobretudo, a áreas pobres e estigmatizadas, resultando, assim, num superencarceramento seletivo (D'ÉLIA FILHO, 2014) e numa desterritorialização precária de contingentes populacionais (HAESBAERT, 2014), o combate ao crime ocasionou a adoção de resistências excepcionais por agentes encarcerados, resultando no surgimento de organizações sediadas nos presídios - *os coletivos* ou *facções* (SANTOS, 2007; DIAS, 2013).

Aliás, o sucesso desses grupos, criados sob intento de luta em prol das condições de vida dos presos - e que, inseridos no circuito do tráfico internacional (a partir da década de 1980) voltaram sua atuação à droga (SANTOS, 2007) - residiu, justamente, na qualidade das estratégias adotadas, paralelamente, à ineficiência das escolhas estatais (DIAS, 2013).

E se, atualmente, essas *facções* se encontram disseminadas pelo país (com destaque para presídios de toda a federação [MÜLLER; LACERDA, 2017]), é inevitável a conclusão de que elas têm obtido sucesso em integrar as prisões (onde está parte de suas lideranças [DIAS, 2013]) às redes territoriais externas de sua principal atividade: o tráfico de drogas.

Nesse contexto, surgiu o questionamento que norteou o trabalho: quais são as *estratégias e mediatos* (RAFFESTIN, 1993), apontados na literatura recente, utilizados pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas?

Objetivou-se, diante do problema, a realização de uma revisão de literatura para identificar as referidas estratégias e mediatos, na qualidade de uma primeira aproximação sobre o tema, apta a subsidiar estudos subsequentes.

Além disso, almejou-se a superação da análise belicista em torno do tráfico (RODRIGUES, 2004), de modo a permitir a visão das falhas estatais no enfrentamento da espécie, o que, de pronto, justifica as escolhas teóricas esposadas na seção a seguir.

2 DOS MARCOS TEÓRICOS

Inicialmente, é prudente afirmar a insuficiência do conceito jurídico-legal de *tráfico de drogas* para a compreensão da complexidade da atividade (ARAÚJO, 2012). Como advertiu Rodrigues (2004), a criação de leis decorrentes da política internacional de *Guerra às Drogas* não adveio de um compromisso sanitário, como afirmava o discurso oficial, senão, de uma ação de contenção comercial motivada por interesses econômicos.

Essa política, desde o Século XX, além consolidar o monopólio da manipulação e de princípios ativos de substâncias (ditas entorpecentes) nas mãos de grupos farmacêuticos transnacionais (sediados, justamente, nos países líderes do movimento), ainda, incentivou a produção bélica necessária à declarada guerra e o direcionamento de esforços em prol de uma política que se constituiu como principal causa dos preços e lucros do tráfico de drogas no mundo (CAMPOS, 2014; D'ÉLIA FILHO, 2014; SAVIANO, 2014; WEIGERT, 2014).

O Brasil, por sua vez, como adepto do bloco liberal, se alinhou àquela política a partir da Década de 1930 (pela assinatura de tratados internacionais e promulgação de normas proibitivas no Código Penal de 1940), mesmo diante da desvinculação desta postura com o contexto histórico do vício no país (CARVALHO, 2016). Nos anos seguintes, deu-se o advento de novas regras esparsas, que, ao fim, resultaram na promulgação da lei n. 11.343/06.

No entanto, a imprecisão dos dispositivos da *Lei Antidrogas*, a adoção da técnica das *normas penais em branco* (QUEIROZ, 2012) a *discricionariedade* prática conferida aos órgãos do sistema criminal, acabaram por gerar uma forte seletividade penal em sua aplicação concreta (D'ÉLIA FILHO, 2014), bem como, a oposição de argumentos relativos à inconstitucionalidade material daquele diploma (CARVALHO, 2016).

Por sua vez, a partir de uma análise das condutas que conceituariam a atividade de tráfico de drogas (abstratamente previstas nos artigos 33, 34, 36 e 37, da lei 11.343/06), pode-se constatar que o legislador tentou englobar na lei (por meio de verbos de significado amplo), a proibição de uma *cadeia de produção e comercialização* de drogas, sem diferenciação de atores, funções ou níveis de complexidade. É coerente, portanto, a conclusão de D'élia Filho (2014) de que o que a lei chama genericamente de *tráfico de drogas*, fora do âmbito jurídico, representa *uma proibição de mercado*, com causas e consequências mais profundas.

É mais prudente, ao passo, buscar uma compreensão do tráfico de drogas como atividade análoga a uma *empresa* (CHAGAS, 2014), a despeito de sua ilegalidade, ou seja, uma prática comercial, que se articula num nível internacional, regional e local, atendendo a questões de demanda-oferta, e que, se estratifica e adota estratégias em busca de um lucro, sempre, tendo em vista a repressão estatal que lhe é dispensada (RODRIGUES, 2004).

Sobretudo, é uma atividade que ignora as fronteiras políticas dos Estados-Nação, estabelecendo territórios (comerciais) próprios e ações de resistência às investidas que ameacem sua *territorialidade* (RAFFESTIN, 1993), numa postura classificada por Vilas Boas (2013) como *anisotrópica* (contrária à lógica e planejamento estatal).

A partir de um esforço zetético (BITTAR, 2016), torna-se coerente reinterpretar o *tráfico de drogas* conforme seus aspectos territoriais, momento em que se mostra pertinente a discussão proposta por Raffestin (1993) a partir da ideia de *poder* analisada por Foucault (2015). De acordo com Raffestin (1993), o território se constituiria como produto da interação humana com o espaço (dado originário), por meio de relações de poder (simétricas ou não), onde agentes depositariam suas expectativas sobre este, promovendo a construção de *vários territórios* em constante interação (os da política, do mercado, das facções, etc.).

Esses *agentes sintagmáticos* (que agem conforme interesses estabelecidos), por sua vez, se utilizariam de *estratégias* (planos de ação que conjugariam diferentes níveis de *energia e informação*) em prol da realização de seus propósitos, valendo-se, para tanto, de diversos *mediatos* (ou seja, de meios) e recursos (*bens apropriáveis* ao uso) para o exercício/consolidação do poder, assim como, de ações de *resistência*, se ameaçados em seu território, empenhando-se na preservação daquilo que compreendem *ter* (RAFFESTIN, 1993).

Assim, seriam constituídos *múltiplos territórios*, sobrepostos e em constante interação num mesmo espaço (RAFFESTIN, 1993), os quais, além de serem *condicionados* pelos agentes, igualmente, em função dos poderes que lhe atravessam e de elementos que os compõem, seriam também *condicionantes* das suas ações (VILAS BOAS, 2013).

Aplicando esta noção para superação da ideia *jurídica* de *território* (tão limitada quanto o conceito *legal* de tráfico de drogas) conclui-se que este, na teoria de Raffestin (1993) não se denotaria somente como uma *zona* (espaço limitado – preponderante na visão estatal), mas, também, como conjunto de *redes* (pontos no espaço, que se interligariam por meio de *nós* que se conjugam) e como *território simbólico* (permeado por relações de poder que, mesmo diante um agente ausente, propiciaria um vínculo entre este e o espaço, constituindo um território que aquele poderia nominar, mesmo longe, como *seu*) (HAESBAERT, 2014).

Esta teoria é de importante valia para a compreensão dos problemas relativos ao combate ao tráfico no século XXI: a seletiva preocupação dos órgãos de segurança com áreas estigmatizadas (após um histórico processo de segregação Sócioterritorial [VOLOCHKO, 2015]), acabou por determinar uma atuação preponderantemente *zonal*, que encarcera, em regra, agentes territoriais específicos, mais *visíveis* ao sistema judiciário (D'ÉLIA FILHO,

2014), enquanto, de outro lado, redes maiores, articuladas em níveis transnacionais, apenas modificariam seus fluxos sem qualquer interrupção de suas ações (RODRIGUES, 2004).

A remoção dos agentes territoriais, por outro lado, acabaria por gerar somente uma *falsa impressão* de quebra da relação de territorialidade entre o traficante e o território, já que, embora aquele seja, de fato, retirado da *zona* em que se encontrava, não há uma efetiva quebra da *rede* e/ou *relação simbólica* preestabelecida.

A *Guerra às Drogas*, portanto, ao levar diversos agentes territoriais ao cárcere (numa *desterritorialização precária* [HAESBAERT, 2014]), sem maiores preocupações quanto à ressocialização do cidadão (WEIGERT, 2015), apenas desafiou os criminosos à adoção de *estratégias de resistência* e à busca por novas formas de imposição de seu poder em relação ao território originário e ao cárcere. O tráfico de drogas, assim, se impôs *além das grades* e ampliou o problema do comércio das drogas na atualidade: Na mesma medida em que subsiste o controle de atividades externas a partir das cadeias, surge, também, um lucrativo comércio interno, demonstrando a vinculação territorial dos presídios ao mundo externo.

Daí a necessidade do estudo em compreender, justamente, as *estratégias* e os *mediatos* utilizados por agentes do tráfico para integração dos presídios às redes externas. Entretanto, para a própria compreensão crítica do fenômeno, afigurou-se necessária a escolha de um método e de um conjunto de procedimentos e técnicas adequadas à revisão crítica então proposta. A exposição destes elementos, por sua vez, restou realizada na seção a seguir.

3 MÉTODO E TÉCNICAS

Como primeira aproximação sobre o tema, o estudo realizou uma revisão da literatura recente a respeito da relação entre tráfico de drogas e presídios. Para tanto, foi necessária a escolha de um método apropriado ao levantamento e análise crítica dos dados objetivados, haja vista a complexidade do fenômeno.

Mesmo diante da inexistência de estudos especificamente voltados às ações que permitiriam a integração dos presídios às redes externas do tráfico, ainda assim, constatou-se possível a identificação destas estratégias em pesquisas (envolvendo a relação cárcere-tráfico) com objetos e objetivos diversos, tornando viável o objetivo inicialmente estabelecido, por intermédio de uma inferência e de um tratamento semiótico daquelas obras (BITTAR, 2016).

O desafio residiu, portanto, na escolha de um conjunto de procedimentos aptos a permitir a seleção de registros encontrados em diferentes propostas, com vistas a subsidiar, ao final, uma classificação em categorias científico-analíticas compreensíveis (BARDIN, 2011).

Considerando, assim, que as fontes da pesquisa (primárias ou secundárias [FLICK, 2013]) representavam uma *visão de mundo* oriunda da *racionalidade* de outros pesquisadores (CRESWELL, 2014), ora por contato presencial, ora por meio de registros oficiais, entrevistas, etc., adotou-se, neste estudo, o método *hermenêutico e dialético* (STEIN, 1983; HABERMAS, 1987; MINAYO, 2002) como substrato teórico-metodológico fundante.

Partiu-se da premissa de que a comunicação é a base do conhecimento sensível (HABERMAS, 1987), e, como tal, deve subsidiar o processo científico-analítico, afinal, cada texto, em seu conteúdo, representava uma *comunicação efetiva* havida em diferentes contextos, e, portanto, cognoscível (MINAYO, 2002).

Contudo, não se tomou a informação como um dado *bruto*. Para revelar a essência das obras, foi necessário compreender que a linguagem sempre é afetada pelo contexto social, econômico, político e histórico em que é emitida, denotando-se como uma *linguagem sistematicamente perturbada* (HABERMAS, 1987) pela dissimetria das relações sociais de poder (FOUCAULT, 2015). Assim, o método propugnou pela sujeição dos dados a um movimento que desvelasse a perturbação linguística e propiciasse uma compreensão do contexto social em que ela se originara, o que, por sua vez, se realizou por meio da consideração dos aspectos históricos de cada obra, do respeito pela racionalidade dos autores; e, pela busca de um sentido (intenção) do emissor das mensagens (MINAYO, 2002).

Seguiu-se, após esses cuidados, a uma atividade de *triangulação* (MINAYO, 2005), consistente na uniformização interna dos dados, bem como, na confrontação (STEIN, 1983) destes com a teoria fundante do estudo. Assim, restaram comparadas (MINAYO, 2005) diferentes *visões*, no sentido de transcender parcialidades teóricas e, assim, atingir o fenômeno buscado: as *estratégias* e os *mediatos* identificados por cada autor, em essência.

Adotou-se, por sua vez, uma abordagem qualitativa (preponderante e com foco no conteúdo de cada obra) que não excluiu uma breve discussão numérica baseada em procedimentos descritivos dos achados.

Assim, na qualidade de revisão de literatura, o estudo promoveu uma *busca seletiva* de trabalhos voltados ao objetivo proposto (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), conforme critérios pré-estabelecidos. Primeiramente, procedeu-se ao *planejamento* quanto à coleta (LEITE, 2008), momento em que foram selecionados: a) trabalhos que tratassem de maneira direta das variáveis *tráfico de drogas e cárcere*; b) para atualidade linguística, foi estipulado um recorte temporal entre os anos de 2011 a 2017; c) A seleção albergou: c.1) livros (científicos, jornalísticos ou biográficos – nestes dois últimos casos, desde que aprovados por conselho editorial, por questões éticas, de confiabilidade e de validade das amostras [MARTINS;

THEÓPHILO, 2016]); c.2) artigos, *papers* e trabalhos apresentados em eventos, desde que gratuitamente disponíveis, cuja busca seria efetivada com o auxílio de bases de dados *on line* - também gratuitas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013); d) a seleção tomaria por base artigos em português, inglês e espanhol.

Assim, desde o mês de maio de 2016, foram realizadas buscas bimestrais em livrarias públicas e privadas do Estado do Pará, assim como, buscas em livrarias virtuais. Quanto aos demais materiais, o levantamento teve periodicidade mensal, restringindo-se às bases de dados *www.scholar.google.com.br* e *www.scielo.org*, conforme os argumentos: “*tráfico de drogas e cárcere*”, “*tráfico de drogas e cadeia*”, “*tráfico de drogas e prisão*”, “*tráfico de entorpecentes e cárcere*”, “*tráfico de entorpecentes e cadeia*”, “*tráfico de entorpecentes e prisão*”, “*drogas e cárcere*”, “*drogas e prisão*”, “*drogas e cadeia*”.

A cada mês, eliminavam-se as obras repetidas, restando apenas textos recentes, sem olvidar que revisões literárias não necessitam reter absolutamente *tudo* sobre um tema, até mesmo, pela infinidade de fontes e potencial inacessibilidade relativa aos meios de busca (FLICK, 2013; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Porém, buscou-se ao máximo a obtenção de dados relevantes, o que, inclusive, importou numa atualização final dos resultados, em agosto de 2017.

A análise de conteúdo do material coletado (MINAYO, 2002; BARDIN, 2011), por sua vez, se deu conforme as seguintes etapas: a) procedeu-se à leitura flutuante dos textos, para identificação das *estratégias* e *mediatos* enunciados; b) seguiu-se à leitura em profundidade, para delimitação de *categorias de análise* (BARDIN, 2011) e *transcrições* de trechos em que se destacavam os dados perquiridos, organizando-os numa tabela de dupla entrada, onde, na horizontal (colunas) foram classificadas as estratégias identificadas, e, na vertical, restou inserido o trecho transcrito e demais informações espaço-temporais.

Para aferição da confiabilidade e validade das amostras, considerando seu caráter qualitativo, procedimento de busca e seleção, bem como, a classificação primária, restaram submetidos à análise de dois juízes (MARTINS, THEÓPHILO, 2016), detentores de conhecimentos sobre o tema. Ao início, ambos concordaram quanto aos procedimentos de busca e seleção. Mais adiante, no mês de maio/2017, sugeriram a inclusão de duas obras, além das já albergadas ao tempo – uma delas, recém-lançada (ABREU, 2017; TAVARES, 2016). Ao fim, manifestaram concordância com as amostras nas proporções de 95,03% (juiz 1) e 97,06% (juiz 2) (Ou seja, um percentual que, qualitativamente, expressa um considerável grau de concordância e pertinência [MARTINS; THEÓPHILO, 2016]).

Ambos, ainda, foram unânimes quanto à inadequação de 24 transcrições (numa amostra originária de 1430 trechos) selecionadas pelo autor (1,67% do total inicial), as quais foram eliminadas da etapa final da análise de conteúdo e triangulação de dados (respeitando o critério de validade e confiabilidade em questão).

Finalmente, procedeu-se à triangulação interna dos dados, comparando-se elementos linguísticos para adaptação das categorias analíticas, seguida de uma triangulação com a teoria fundante do estudo (RAFFESTIN, 1993). Os resultados, obtidos conforme tais critérios, se encontram expostos na seção subsequente.

4 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DAS OBRAS ANALISADAS E DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS

Ao final dos procedimentos de levantamento, foram selecionadas 138 obras, dentre livros, artigos etc. Destas, trinta e nove foram eliminadas por se encontrarem fora do recorte temporal da pesquisa. Em sede de leitura flutuante, deu-se a eliminação de uma obra que era um romance (sem dados reais); vinte, que não aprofundavam o contexto carcerário; vinte e seis, que, embora trabalhassem aquele contexto, não identificavam qualquer estratégia ou mediato; e, por fim, duas obras que, embora insinuassem estratégias, não as vinculavam a fatos ou dados concretos (sendo eliminadas para evitar meras especulações).

Por fim, restaram selecionadas cinquenta obras para o procedimento de análise em profundidade, das quais, foram extraídas 1416 transcrições de fragmentos textuais, expressivas de estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico para integração dos presídios às redes territoriais externas, as quais, por conseguinte, foram sujeitas ao procedimento de categorização (BARDIN, 2011).

O estudo havia partido da hipótese de que as estratégias girariam em torno da *corrupção de agentes públicos*, da *utilização de tecnologias* e da *utilização de parentes e associados para traficância*, o que restou superado ao fim da revisão. Encerrados os procedimentos, foram encontradas seis estratégias identificadas a partir da literatura, assim nominadas, após a triangulação de dados: “*estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere*”, “*estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário*”, “*utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere*”, “*estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere*”, “*estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas*”, e, por fim, “*enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público*”.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DA LITERATURA

Primeiramente, considerando a *relevância* das obras para o estudo, constatou-se que as obras de Dias (2011, 2013, 2014), Dias e Salla (2013) e Dias, Alvares e Salla (2013), Amorim (2011, 2015), Abreu (2017) e Varella (2012, 2015, 2017) englobaram 70,99% das 1416 transcrições selecionadas (sendo que, só da primeira autora, isoladamente ou em coautoria, foram usadas 24,72% das transcrições; do segundo, 22,81%; do terceiro, 15,20%; e, do último, 8,26%). O dado revela tais obras, portanto, como mais relevantes ao estudo.

Por conseguinte, levando-se em conta as categorias já descritas, constatou-se que a estratégia de *estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere* concentrou a 44,49% das transcrições - importe estatisticamente relevante em relação às demais (p-valor<0,05 [MARTINS, THEÓPHILO, 2016]).

Já a estratégia de *estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere* concentrou 17,66% das transcrições, a de *enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público* concentrou 13,63%, a de *utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere* concentrou 10,81%, a de *estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas* concentrou 9,82%, e, finalmente, a de *estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes sintagmáticos do sistema penitenciário* concentrou somente 3,60%.

É de se advertir, no entanto, que estas porcentagens não expressam a real prevalência prática das estratégias, senão, a *predominância* (dentro do recorte metodológico realizado) de seu tratamento na literatura analisada.

Quanto à distribuição temporal, constatou-se que 8% das obras selecionadas foram publicadas no ano de 2011, 24% em 2012, 16% em 2013, 20% em 2014, 14% em 2015, 12% em 2016, e, finalmente, 6% em 2017. Novamente, não se trata de dado que expresse o crescimento, ou não, do percentual de estudos sobre o tema. As porcentagens apenas demonstram os anos em que se desenvolveram os estudos que mais revelaram, em seu conteúdo, as estratégias ora pesquisadas (conforme os critérios de seleção usados).

4.3 ANÁLISE QUALITATIVA DA LITERATURA

A presente subseção se debruçou sobre os aspectos qualitativos a respeito das estratégias e mediatos utilizados para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas, em exposição que seguirá as categorias analíticas delineadas acima. Porém, a divisão tem fins meramente didáticos, já que, em termos práticos, as estratégias são empregadas de

maneira simultânea, se inter cruzando (DIAS, 2013) nos jogos de poder firmados entre os agentes territoriais (RAFFESTIN, 1993) de modo a permitir o afloramento da territorialidade do tráfico dentro e fora dos presídios.

Igualmente, deve-se frisar que as referidas estratégias podem ser manejadas de maneira independente (por um agente), por intermédio de *facções* (DIAS, 2013), ou, ainda, por outros criminosos que as utilizem para diversas finalidades. Afinal, sob a hegemonia de coletivos, é normal que outros usem de iguais trunfos para interação com o mundo externo.

4.3.1 Das Estratégias de estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os atores sintagmáticos internos ao cárcere

A literatura apontou como uma primeira estratégia adotada para integração dos presídios às redes externas do tráfico, um conjunto de ações que pode ser nominado como *estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere*, identificada, inclusive, em estudos estrangeiros, como o de Salazar (2014) - que referiu o uso do cárcere para construção de redes por Pablo Escobar -, de Campos (2016) e de Saviano (2014) - que registraram a associação entre presas (no Peru) e cartéis (no México).

No Brasil, por sua vez, também foi identificada a construção de redes a partir do cárcere (ABREU, 2017), bem como, de associações havidas em torno da dominação decorrente da dissimetria das relações de poder nas prisões, como nas *falanges* (embrião das atuais facções), nas quais presos eram obrigados a se associar por força de dívidas de drogas, dentre outros (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2013).

O fato é que a desterritorialização (HAESBAERT, 2014) ao cárcere, desacompanhada de medidas ressocializadoras, aproximou diferentes agentes territoriais do tráfico que passaram a representar, uns em relação aos outros, *trunfos de poder* (RAFFESTIN, 1993), na medida em que a proximidade permitiu a construção de redes internas (entre os encarcerados) e externas (a partir dos contatos externos - *nodosidades* – ligados àqueles) (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; SAVIANO, 2014; TEIXEIRA, 2015).

Mas, é assente que, no Brasil, esta estratégia teve consequências próprias: a gênese das *facções* a partir da agregação (inicialmente voltada à defesa das condições de vida dos presos) de redes de criminosos (sobretudo, traficantes). Foi o apontado por Amorim (2011, 2015) e Saviano (2014) ao tratar do surgimento do Comando Vermelho – CV - ao final da década de 1970 no Rio de Janeiro, assim como, por Dias (2013) e Dias, Alvarez e Salla (2013), em relação ao Primeiro Comando da Capital - PCC, na década de 1990, no Estado de São Paulo.

Esse fenômeno, aliás, teria sido responsável pelo surgimento de outros coletivos *antagônicos* àqueles (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; PIEDADE; CARVALHO, 2015). Dias (2013), inclusive, insinuou que a criação de alguns grupos teria contado com apoio de governos como forma de combater os coletivos em consolidação. Por óbvio, esta multiplicidade de atores gerou tensões em torno das redes e recursos (notadamente, da droga), eclodindo em confrontos emblemáticos nas prisões (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013).

A associação entre internos, igualmente, teve como facilitador as *transferências* de presos, que permitiram que lideranças iniciassem a construção de redes (sob forte *apelo ideológico*) junto a outras unidades prisionais (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015; GODOY; TORRES, 2017; TEIXEIRA, 2015). Com isso, consolidou-se a *designação de funções de liderança entre internos* do sistema penal, também apontada no âmbito internacional (SAVIANO, 2014, 2015; TELESE, 2011; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014), e, com registros desde meados Século XX (TELESE, 2011).

No Brasil, desde a fase embrionária das *Falanges* (onde a associação se dava mais por razões de sobrevivência do que sob uma ideologia [DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015]), era comum a reunião de grupos para controle do comércio de drogas e busca de proteção em relação a rivais, sendo a *violência* o principal mediato de ação (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013). Entretanto, com o advento das *facções*, organizadas inicialmente a partir de aspectos hierárquicos *piramidais*, e, atualmente, *celulares* (como apontou Dias [2013] em relação ao Primeiro Comando da Capital - PCC), sob a ideia propagação de uma ideologia de *paz entre os ladrões* (MARQUES, 2014; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; SAVIANO, 2014; LOURENÇO, ALMEIDA, 2013; FERRO, 2012; VARELLA, 2017), a centralidade das lideranças assumiu um papel diferenciado.

Como funções atuais, destacam-se: a decisão sobre o uso da violência em rebeliões ou no enfrentamento de rivais, bem como, por associados externos; a normalização do comportamento dos presos; a presidência do procedimento dos *debates* (tribunais do crime); a divisão dos territórios comerciais (externos e internos) do tráfico, contabilidade e controle das redes; recrutamento de líderes; negociação com o Estado; e, até mesmo, a decisão pelo enfrentamento direto deste último (OLIVEIRA; COSTA, 2012; AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2011, 2013; SILVA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; BARCELLOS, 2015; SAVIANO, 2014; MALVASI, 2012a; GODOY; TORRES, 2017).

Deve-se frisar que, embora não haja uma definição das razões da centralidade de lideranças nas mãos de agentes territoriais do tráfico no cárcere, autores como Dias (2013)

insinuam que os conhecimentos comerciais havidos por estes últimos seria a razão de tal preferência, sobretudo, após a inserção das facções no circuito internacional das drogas.

Além disso, Amorim (2013, 2015), Dias e Salla (2013), Lourenço e Almeida (2013) destacaram que a adoção do *Regime Disciplinar Diferenciado* – RDD – destinado a presos de alta periculosidade - teria sido determinante para aproximar lideranças nacionais, permitindo a criação de novas redes e a disseminação da ideologia das facções por diversos Estados da Federação (PIEIDADE; CARVALHO, 2015). Igualmente, o RDD teria sido fundamental à criação de imagens de *experiência* e *poder* em torno de seus presos (DIAS, 2013; MALLART, 2014), atribuindo-lhes um *status* especial no mundo do crime, inclusive, no seio de instituições destinadas a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes (MALLART, 2014).

Ainda, a literatura aponta que esta estratégia está ligada a um *recrutamento de presos sob forte disseminação ideológica*. Diante da falha estatal de estabelecimento de instâncias de debate em torno das necessidades dos encarcerados, permitiu-se que suas *demandas* fossem apropriadas pelas organizações criminosas, favorecendo seu prestígio e apoio interno (DIAS, 2013; VARELLA, 2017; ALVAREZ, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; MARQUES, 2014; SAVIANO, 2014). Instituiu-se uma *ideologia de paz entre os ladrões*, que, durante o período de consolidação das facções, restou imposta por meio da violência, da segregação de dissidentes para ambientes precários ou outros presídios, e, pela definição de um ideal de enfrentamento à administração prisional (MARQUES, 2014; DIAS, 2013; TEIXEIRA, 2015).

Porém, como os conflitos causavam turbulências às atividades dos traficantes, a superação das contendas se mostrou necessária para estabilidade das redes já tecidas – especialmente, as do comércio de drogas (VARELLA, 2017; DIAS, 2013).

Instituiu-se, dessa maneira, uma forma geral de *proceder* (DIAS, 2013; VARELLA, 2017; AMORIM, 2011; 2015; MARQUES, 2014), ou seja, um conjunto de regras comportamentais impostas por meio de estatutos que pregavam fidelidade às facções (mesmo aos não associados), que, se desobedecidos, ocasionavam sanções que não mais englobariam necessariamente a morte, senão, interdições para o comércio de drogas, isolamento, expulsão etc. (DIAS, 2013). E, como mencionado, as sanções seriam precedidas de julgamentos (*os debates*) a cargo de lideranças, como forma de *institucionalização da violência* (DIAS, 2013; ABREU, 2017; MARQUES, 2014; AMORIM, 2011, 2015).

A existência de *elementos simbólicos*, por sua vez, também foi um aspecto destacado na literatura quanto à estratégia em análise, em decorrência do apelo ideológico. À semelhança do observado em relação às máfias internacionais (SMITH, 2015; SAVIANO, 2012, 2014; CAMPOS 2016), os coletivos do tráfico se revestiram de imagens na narrativa de sua história

e em seu recrutamento, com o estabelecimento de *rituais* – envolvendo sangue, imagens, liturgias etc. (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; ABREU, 2017). O simbolismo também foi identificado na aplicação de penalidades (decapitações, mutilações, enforcamento, interdições, banimento etc.), variantes conforme o *status* do apenado no grupo ou fora dele (VARELLA, 2012; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015).

Quanto ao recrutamento, aliás, constatou-se uma preferência pelo ambiente prisional (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017; GODOY; TORRES, 2017; VARELLA, 2017), possivelmente, em razão da referida centralidade das lideranças no cárcere. Para tanto, os elementos *força física e capacidade de violência* deram lugar a qualidades como *inteligência e capacidade de articulação* (interessantes às atividades do tráfico), acompanhadas de uma verificação da vida pregressa do iniciando e do estabelecimento de meios de controle comportamental dos filiados – como, por exemplo, por meio da vinculação a padrinhos (FERRO, 2012; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA *ET AL*, 2013; ABREU, 2017; TAVARES, 2016; MARQUES, 2014; TEIXEIRA, 2015).

Estes aspectos ideológicos, segundo a literatura, moldaram a identidade dos internos em torno de uma *ideologia do crime* (MARQUES, 2014), permitindo uma organização, fluxo de poderes, e, sobretudo, uma fidelidade que se mantinha mesmo após transferência para outras unidades ou da saída do cárcere – transformando-os em agentes externos garantes da manutenção da rede com o cárcere, especialmente, no que toca ao tráfico (MALLART, 2014; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017; MALVASI, 2012a; GODOY; TORRES, 2017).

Mas, como somente a ideologia não seria suficiente para manter a fidelização dos agentes, os grupos se valeram de outro mediato também presente nas organizações internacionais (SAVIANO, 2012; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014): *o estabelecimento de uma rede assistencial aos internos*. Novamente, atuando sobre omissões estatais (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017; MALLART, 2014; MALVASI, 2012a; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013), os agentes do tráfico compreenderam que a fidelidade de seus membros também estava ligada, também, a favorecimentos pessoais.

Tanto nas organizações criminosas, quanto nos grupos independentes de traficantes, identificou-se a promoção de clientelismos aos aprisionados, tais como a contratação de advogados, aquisição de bens de consumo (de alimentos a objetos pessoais, destinados aos associados ou à população em geral), drogas e armas, o financiamento de eventos coletivos – como sarais, jogos de futebol, shows, etc. – e, o pagamento de pensões à familiares de presos – atraentes, sobretudo, aos menos abastados (AMORIM, 2011, 2015; SILVA, 2013; TEIXEIRA,

2015; MARQUES, 2014; GODOY; TORRES, 2017; DIAS, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; MALVASI, 2012a).

Em relação às facções criminosas, inclusive, constatou-se a criação de *caixinhas* (geridas sob cuidadoso controle contábil), financiadas inicialmente pelos presos, e, posteriormente, somente por membros em liberdade, que, além dos benefícios referidos, ainda, financiavam fugas e resgates, bem como, ações criminosas fora do cárcere – numa verdadeira *reinserção social às avessas* (AMORIM, 2011; 2015; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; DIAS, 2013; DIAS; SALA, 2013; MALVASI, 2012a; MALLART, 2014)

Além da fidelização do agente (DIAS; SALLA, 2013) garantiu-se o sucesso da *lei do silêncio* (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2013; ABREU, 2017) - a *Ormeta* (SAVIANO, 2012, 2014; FORGIONE, 2011) – e o convencimento a tomada de sacrifícios pessoais, como a assunção de crimes de terceiros, relativos à posse de drogas ou objetos proibidos (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; VARELLA, 2017; DIAS; ALVARES; SALLA, 2013).

Essas medidas, somadas aos demais meios descritos, são apontadas como fatores determinantes, também, para a consolidação de uma *capacidade de gestão da violência* (DIAS, 2013; SAVIANO, 2014), presente em presídios ao redor do mundo (FALCONI, 2012; TELESE, 2011; SALAZAR, 2014), mas, com diferenças específicas no Brasil.

Se, anteriormente à consolidação das facções criminosas, ou, ainda, durante o início de sua expansão, a violência era um mediato assente nas relações de poder, posteriormente, o seu controle e gestão pelas organizações gerou uma estabilidade interessante não só aos associados e à massa carcerária, como, em especial, ao mercado do tráfico, à administração prisional e ao poder público (QUEIROZ, 2016; MALLART, 2014; DIAS, 2011, 2013; DIAS; SALLA, 2013; ANDRADE, 2015; MALVASI, 2012a; SAVIANO, 2014; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; SILVA 2013; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; VARELLA, 2017; BARCELLOS, 2015).

Isso, no entanto, não significou a cessação da violência. Houve, ao revés, uma *racionalização* da mesma para evitar que contendas comuns prejudicassem as estratégias do comércio de drogas interno ou externo (DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013). Assim, em períodos de estabilidade, a violência se restringiu, basicamente, ao enfrentamento estatal e à aplicação de penalidades (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017), de modo que *surtos de violência* ocasionais podem sinalizar conflitos territoriais entre grupos (LUCCA, 2016), como os registrados no início de 2017 em presídios ao redor do país (MÜLLER; LACERDA, 2017).

Essa gestão da violência, inclusive, foi destacada como o motivo do banimento do *crack* de presídios, justamente, em razão das rupturas que o vício e o descontrole poderiam ocasionar em relação aos códigos de conduta estabelecidos (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013, 2014; ANDRADE, 2015; GODOY; TORRES, 2017; ALMEIDA *ET AL*, 2013; MALVASI, 2012a; VARELLA, 2017). O mesmo se diga das interdições temporárias de produção e consumo de bebidas artesanais clandestinas – a *Maria Louca* (DIAS, 2014; VARELLA, 2017).

Essas práticas, aliás, são ilustrativas do *uso da droga como trunfo de poder* pelos agentes do tráfico: Se o comércio de substâncias ilícitas representa uma estratégia importante ao tráfico, isto se dá porque, muito além de um viés comercial, as redes constituídas entre os presos podem se valer da droga como um instrumento de controle social e de (des)equilíbrio das relações de poder (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ALMEIDA *ET AL*, 2013)

O controle do tráfico ou o poder de interdição de seu comércio é apontado como uma forma de autoridade exercida sobre a população prisional (AMORIM, 2011; 2015; VARELLA, 2015), que pode propiciar um *direcionamento* dos lucros decorrentes da economia prisional para alguns grupos específicos (LOURENÇO; ALMEIDA, 2015; GODOY; TORRES, 2017), bem como, influenciar formas de territorialidade nas cadeias (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; ANDRADE, 2015; ALBUQUERQUE FIGUEIRO, 2014; GODOY; TORRES, 2017).

Antes da constituição das facções (como dito) o poder inerente à droga permitia a constituição de exércitos de viciados (AMORIM, 2011, 2015). Mas, também era comum a exigência de contrapartidas de natureza sexual (pelo preso ou por parentes) (MARQUES, 2014; ALMEIDA *ET AL*, 2013), ou, a assunção de culpa por crimes cometidos por terceiros (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013), como forma de saldar débitos. Posteriormente à hegemonia dos coletivos, no entanto, essas práticas foram proibidas por seus estatutos (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2013), que, como dito, baniram o uso de crack das penitenciárias (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; DIAS, 2014; ANDRADE, 2015; ALMEIDA *ET AL*, 2013; MALVASI, 2012a) e instituições de internação de adolescentes (MALLART, 2014), a despeito de sua permanência intencional no comércio das ruas (RUI, 2012).

A interdição de bebidas artesanais, repita-se, também se mostrou comum entre facções, como forma de evitar conflitos, ou, simplesmente, de exercer poder sobre as massas (VARELLA, 2017), afinal, não se trata somente de um controle do mercado das drogas, senão, de uma manipulação do *impulso consumista* humano (RUI, 2012; VARELLA, 2017).

Organizadas as redes internas, sob uma rígida disciplina, permitiu-se aos agentes do tráfico uma melhor gestão das demais estratégias a serem tratadas a seguir, que, por sua vez, retroalimentaram as associações internas garantindo sua permanência e solidez (DIAS, 2013).

4.3.2 Da estratégia de estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a atores sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere.

Por sua vez, o estabelecimento e a manutenção de redes e relações junto a atores sintagmáticos externos (sejam eles públicos ou privados) ilustrou outra estratégia influente na vinculação dos presídios às redes externas.

A tessitura dessas redes, por sua vez, foi atribuída a múltiplos fatores: em primeiro lugar, como dito, com a prisão de um agente sintagmático do tráfico, não se dá, de fato, a quebra da rede originária a que ele pertencia. Muitas vezes, este agente apenas passa a ser ligado a outras redes dentro do cárcere, criando novas nodosidades com o ambiente externo.

Além disso, a manutenção de tessituras internas, garantida por meio das já relatadas ações de assistência/controlado dos agentes do tráfico e da massa carcerária, importou, também, numa fidelização dos agentes reinseridos nas redes externas (SAVIANO, 2014): Quando libertados (por vias comuns ou não) os *egressos*, sejam membros batizados das facções, componentes de organizações avulsas, ou, somente, agentes territoriais comuns que usufruíram dos benefícios oferecidos, acabariam por assumir funções externas na rede do tráfico, seja por serem vinculados a essa atividade, seja por retribuição às medidas assistenciais dispensadas, ou, ainda, seja em razão da alternativa de *reinserção* na economia que o tráfico representa, após a liberdade (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; BARCELLOS, 2015).

Assim, as redes externas passariam a retroalimentar os fluxos de poder (DIAS, 2013) junto às redes internas, garantindo não só o escoamento de energia e informação do cárcere para o mundo exterior, como, de outro lado, promovendo a alimentação destas últimas com diversos recursos (drogas, armas, dinheiro, etc.). Trata-se de prática constatada, igualmente, no âmbito internacional (SAVIANO, 2015).

A literatura também indicou a mediação desta estratégia, por meio de uma gestão *da violência no âmbito externo, sob auxílio de agentes territoriais em liberdade*. Através dela, os internos garantiram a promoção de acertos de contas, e, em redes mais eficazes - como das máfias e facções -, a adoção de táticas (violentas) de *expansão territorial*, de *regulação social* da população comum e de membros das facções nos territórios sob seu domínio, assim como, a execução concreta de decisões sintagmáticas e de punições tomadas dentro do cárcere (SAVIANO, 2014; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2017, DIAS, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; DIAS, 2013; MALVASI, 2012a; LUCCA, 2016; TAVARES, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Igualmente, o recurso à violência por intermédio de agentes externos, foi apontado como meio de viabilizar fugas, resgates e outras formas de enfrentamento direto ao poder público - o que se intercrucza com outra estratégia, tratada à frente (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017), reforçando, nesse ciclo, as lideranças e redes internas.

Contudo, as relações com o mundo externo não são somente marcadas pelo aspecto da violência. A literatura também indicou que os meios assistenciais, ofertados a detentos, também seriam estendidos a parentes e contingentes populacionais ligados aos territórios externos do tráfico. Novamente, trata-se de tática também encontrada no âmbito internacional (SAVIANO, 2015) que foi apontada como de fundamental relevância à expansão das facções no Brasil (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015).

Esse *favorecimento de atores territoriais externos* teve forte adesão junto a comunidades carentes (AMORIM, 2011; 2015; VARELLA, 2017), caracterizando-se por medidas como custeio de funerais, concessão de pensões, cestas básicas e outros benefícios (remédios, roupas, materiais escolares, etc.) a familiares de membros presos ou mortos, empréstimos em dinheiro, custeio de transporte e aluguel de imóveis próximos às cadeias para visitantes, restauração de áreas (não atendidas pelos governos), organização de eventos e/ou sorteios/rifas (cuja arrecadação é destinada ao *caixa* das facções) e, até mesmo, pela oferta de cargos nas organizações para que familiares de membros presos ou mortos mantenham condições materiais das famílias (AMORIM, 2011, 2015; PICANÇO; LOPES, 2016; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012a; MALLART, 2014; VARELLA, 2017).

Outra atuação destacada diz respeito à pacificação de conflitos locais, inclusive, a pedido da população, o que, muito além de uma medida assistencial, se explica pela necessidade de um território tranquilo (para o comércio de drogas) e sem a presença constante de órgãos policiais ou judiciais (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013;).

Com isso, garantiu-se a *lei do silêncio* também nas comunidades externas (TEIXEIRA, 2015). E mais: o clientelismo potencializou outras estratégias (tratadas adiante) como o recrutamento de populares para atividades como a inserção de drogas nas cadeias e fluxo de informação (DIAS, 2013). Alguns autores (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2017, LUCCA, 2016), inclusive, insinuaram a participação de visitantes – a princípio, simples vítimas – em rebeliões, caracterizando-os, conforme Dias (2013), como um mediato daquelas ações, portanto, *trunfos populacionais de poder* (RAFFESTIN, 1993).

Mas, a lista de favorecidos vai além dos parentes e das comunidades ligadas às redes territoriais do tráfico. A literatura também apontou o envolvimento de instituições privadas e

profissionais liberais, tanto no âmbito nacional, quanto internacional (SAVIANO, 2015), numa simbiose que reforça e aperfeiçoa muitas das ações em debate neste estudo.

Amorim (2011, 2015) destacou relações entre o Comando Vermelho - CV - e a Igreja Católica no Rio de Janeiro, que, por meio da Pastoral Carcerária, teria inserido drogas e armas em presídios dominados pela facção. Já Dias (2013), insinuou simbioses entre denominações protestantes e o Primeiro Comando da Capital - PCC. As obras também destacaram outros profissionais (pilotos de avião e helicóptero, marítimos, radialistas, jornalistas, ativistas dos direitos humanos etc.) recrutados não só para o exercício de atividades típicas a suas profissões, mas, também, para o transporte de drogas e armas, participação em fugas e resgates etc. (ABREU, 2017; AMORIM, 2011, 2015; MALLART, 2014).

Muito mais significativo, no entanto, se mostrou o envolvimento de advogados e escritórios de advocacia junto a atores do tráfico (AMORIM, 2011, 2015). A literatura atribuiu-lhes não só o patrocínio de interesses jurídicos (especialmente, dos encarcerados), como, também, o desempenho de atividades como o estabelecimento de canais de comunicação com o mundo externo, o transporte de recursos como celulares e drogas, a coordenação de funções administrativas e contábeis, a corrupção de agentes públicos, e, a coordenação de atentados, resgates e fugas (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Dias (2013), inclusive, destacou que, no Primeiro Comando da Capital – PCC, a atuação dos advogados é tão estratégica que se foi criada uma *sintonia* (célula especializada) voltada ao seu recrutamento, coordenação, pagamento etc., e, até mesmo, ao custeio dos estudos acadêmicos como contrapartida da realização de serviços para a facção. Também foi destacada a existência de outras sintonias especializadas, voltadas, por exemplo, ao registro dos membros (*sintonia do livro*), com participação de contadores e administradores, numa mostra do aprofundamento das relações dos agentes do tráfico e a sociedade civil (DIAS, 2013).

E, essa simbiose, como foi também observado no âmbito internacional (FORGIONE; SALAZAR, 2014; SMITH, 2015), acabou por criar tessituras que, cedo ou tarde, também cooptaram agentes territoriais vinculados ao poder público, no âmbito externo ao cárcere.

A literatura destacou que a associação a estes agentes foi fundamental à sobrevivência e ocultação das redes do tráfico, apontando a corrupção de servidores das Polícias Cíveis e Militares (para ignorar ilícitos, burlar inquéritos e apreensões, etc.), das forças armadas (para evitar apreensões etc.), servidores e membros do Poder Judiciário e Ministério Público (para retardar processos, liberar informações privilegiadas, favorecer acusados de diversas formas etc.), aos quais restariam atribuíveis várias modalidades de crimes vinculados à ideia de improbidade (AMORIM, 2011, 2015; TEIXEIRA, 2015; VAN DUN, 2014; CAMPOS, 2016;

DIAS, 2015; ABREU, 2017). Adiante, por suas peculiaridades, se falará dos agentes públicos internos ao cárcere.

Embora essas associações sejam comuns a qualquer organização do tráfico (FORGIONE, 2011), mais uma vez, a literatura tem-na apontado como elemento fundamental ao sucesso dos agentes territoriais do cárcere no Brasil, justamente, por flexibilizar *barreiras territoriais* (HAESBAERT, 2014) que deveriam limitar, de várias maneiras, sua atuação.

Como resultado, vê-se que as facções, que, ainda no final do Século XX, representavam somente uma rede relativa a grupos aprisionados, e, num segundo momento, organizações que integravam morros e zonas precarizadas das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013), no início deste Século XXI, se tornaram uma grande rede interestadual, cada vez mais complexa, em função desta estratégia (AMORIM, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; DIAS, 2013).

Atualmente, estudos apontaram que estas redes teriam invadido países vizinhos, na América Latina, em busca de fornecedores de drogas e armas. Assim, identificou-se a atuação de facções brasileiras, coordenadas por lideranças encarceradas, na Colômbia, Bolívia, Argentina, Peru e Paraguai, além de sua relação com grupos armados como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – As FARC’S –, Máfias e Cartéis Internacionais (ABREU, 2017; SILVA, 2013; DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015).

Sob esse caráter transnacional, o exercício de poderes (inclusive, para enfrentamento do poder público) se ampliou de tal maneira que, como apontou a literatura, os agentes passaram a exercer influência direta sobre o rumo de algumas políticas públicas, numa verdadeira *associação política com o poder público* (SALAZAR, 2014; DIAS 2013).

O primeiro sinal dessa prática, no Brasil, disse respeito à autorização que lideranças concederam, de dentro do cárcere, para que candidatos (e outras autoridades) ingressassem em favelas cariocas (AMORIM, 2011, 2015). Amorim (2011, 2015) destacou, também, que o Comando Vermelho teria representado uma coalisão decisiva na eleição de governadores e deputados estaduais do Rio de Janeiro, nas Décadas de 1980 e 1990.

A literatura também insinuou momentos de *tréguas negociadas*, costuradas por meio de acordos políticos entre governos e criminosos ao longo de momentos no qual o enfrentamento ao Estado tomou proporções tão alarmantes (como na Megarrebelião do Primeiro Comando da Capital, em 2001), que o obrigou ao abandono da tática de criminalização das facções em prol da aceitação de seus pleitos, em troca de uma *paz velada* (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; LOURENÇO, ALMEIDA, 2015; TEIXEIRA, 2015; MALLART, 2014; ABREU, 2017).

Fato é que o tráfico, segundo a literatura, conseguiu, pela eficiência no fluxo de energia e informação em suas redes, medir forças com o poder político de tal maneira, que o obrigou a tecer alianças políticas em busca de um equilíbrio interessante a ambos (já que os governos dependem de uma *paz*, para se afirmar eficientes, ao passo que o tráfico depende de uma ordem para comercializar tranquilamente).

4.3.3 Da estratégia de estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de atores sintagmáticos do sistema penitenciário

Ainda em relação à interação entre redes internas e externas, deve-se destacar como estratégia adotada pelos agentes do tráfico, a cooptação de um grupo especial de agentes públicos, que detém uma posição híbrida por também transitarem constantemente no âmbito interno das prisões: os agentes públicos do cárcere. Assim, o *estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes sintagmáticos do sistema penitenciário* foi apontado na literatura como uma estratégia comum ao redor do globo (SAVIANO, 2014; TELESE, 2011; CAMPOS, 2016), também presente no Brasil.

Embora os servidores do sistema penitenciário sejam apontados como a linha de frente na manutenção de uma ordem prisional, há registros na literatura que revelam sua vinculação a atores do tráfico (DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; VARELLA, 2012, 2015; ABREU, 2017; TEIXEIRA, 2015), possivelmente, por serem componentes de uma rede (lícita), que se estende ao mundo exterior, contextualmente mais próxima dos traficantes.

Com isso, os agentes do tráfico obtiveram facilidades na efetivação de fugas e rebeliões, favorecimentos pessoais (priorização de saídas e atendimentos, transferências de presos, destinação de melhores celas, remédios e alimentos etc.), assim como, a entrada de bens de consumo, a rigor proibidos (eletrodomésticos e eletrônicos), celulares, armas, drogas, além da conivência quanto à realização de atividades ilícitas e ao uso da violência no âmbito interno dos presídios (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2015; TEIXEIRA, 2015; BARCELLOS, 2015; VARELLA).

Apesar da tímida exposição desta estratégia na literatura (possivelmente, em razão de sua clandestinidade [DIAS, 2014]), foram apontadas algumas contrapartidas ofertadas aos agentes: benefícios pessoais, como consideráveis quantias em dinheiro (sobretudo, se comparadas à remuneração padrão dos cargos) e drogas (para consumo ou revenda), além de favores em geral (como proteção pessoal, garantia de não agressão etc.) (DIAS, 2013, 2014; DIAS; SALLA, 2013; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2015; BARCELLOS, 2015).

De forma mais surpreendente, a literatura também referiu que, em face das naturais dificuldades (estrutura física, insuficiências materiais e pessoais etc.) e limitações (salariais, organizacionais etc.) enfrentadas pelas organizações penitenciárias no combate das ações dos presos (especialmente, em presídios onde instaladas as grandes facções), as primeiras acabariam por se tornar coniventes, independentemente de contrapartidas, com as ações das últimas, em razão da impossibilidade de obtenção de provas ou fiscalização ostensiva de suas práticas, bem como, em razão da ordem que estas impuseram no interior das cadeias, interessante ao Estado (DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; SILVA A., 2014; FIGUEIRO, 2014; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Por fim, de maneira mais rara (em razão da posição antagônica entre os agentes em questão), destacou-se a corrupção de agentes públicos do cárcere por intermédio de *cooptação ideológica*, ou seja, pelo convencimento da existência uma *causa comum* entre estes e os agentes encarcerados (SAVIANO, 2014).

Mediante contrapartidas ou não, o fato é que, estabelecidas as redes de facilidades junto aos agentes que constituiriam a vigilância territorial das redes dos internos, certamente, restaram eliminadas barreiras territoriais à extensão das redes dos atores do tráfico no cárcere, mais uma vez, garantindo a integração dos presídios ao mundo exterior.

4.3.4 Da estratégia de utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere

Também foi apontada pela literatura a adoção de uma estratégia voltada ao fluxo de informação do cárcere para o mundo externo (e vice-versa), permitindo a prática eficiente de todas as demais estratégias aqui tratadas: a utilização de *mediatos de comunicação*. Novamente, não se trata de exclusividade das redes do tráfico brasileiro (SAVIANO, 2015; FORGIONE, 2011), embora aqui, esta ação tenha manifestado caracteres peculiares, inclusive, identificados em instituições de internação de adolescentes (MALLART, 2014).

Atualmente, o mediato mais importante é o *telefone celular* (em substituição aos menos funcionais aparelhos de rádio [AMORIM, 2011, 2015]), que, desde a década passada têm se tornado um item comum em prisões, por permitir não só o controle interno dos negócios (PICANÇO; LOPES, 2016;), como, também, a realização de julgamentos (os *debates*), aplicação de penalidades e, até mesmo, a coordenação simultânea de rebeliões e revoltas – como ocorrido na Megarrebelião de 2001, comandada pelo Primeiro Comando da Capital - PCC (SAVIANO, 2014, 2015; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; SILVA, 2013; ANDRADE, 2015; BARCELLOS, 2015; ZOMIGHANI JR., 2013; CAPITANI, 2012;

TEIXEIRA, 2015; MALVASI, 2012a; FERRO, 2012; MALLART, 2014; GODOY, TORRES, 2017; VARELLA, 2017, ABREU, 2017).

Dias (2013, 2014), Lourenço e Almeida (2013), ao passo, apontaram que o poderio das facções do cárcere só foi possível em razão da centralidade do uso do celular, inclusive, destacando-o como instrumento que colocava seu detentor em situação de *superioridade* em relação aos demais (DIAS, 2013, 2014; GODOY; TORRES, 2017; ABREU, 2017).

A literatura também indicou a preferência por aparelhos modernos, justamente, em razão dos aplicativos que permitiriam facilidades comunicativas (como os aplicativos de *webmail* e *teleconferência*), clonagens e ocultações de centrais telefônicas (ABREU, 2017).

Mas, como a comunicação se dá entre agentes territoriais (RAFFESTIN, 1993), certamente, a presença física nos presídios ainda é a forma de comunicação mais comum no Brasil e no mundo (FORGIONE, 2011). Nesse contexto, a literatura apontou uma gama de atores que funcionariam como *mensageiros*: parentes, companheiras(os) de presos (sendo mais comum a presença de mulheres nesta função [AMORIM, 2015; VARELLA, 2017]), os já referidos advogados, dentre outros, responsáveis pelo transporte de bilhetes, cartas ou até mensagens memorizadas entre as lideranças encarceradas e o mundo externo (AMORIM, 2011, 2015; SAVIANO, 2014, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; SILVA, 2013; TEIXEIRA, 2015; FERRO, MALVASI, 2012a; FERRO, 2012; MALLART, 2014; DIAS, 2013; BARCELLOS, 2015; ABREU, 2017).

Estes registros, aliás, condizem com a lição de Raffestin (1993), segundo a qual a *população* representa não só uma *força*, uma energia, senão, um verdadeiro *receptáculo de informações*, que, em sua circulação, permite que dados também circulem ao longo das redes, no caso, garantindo o reputado sucesso dos projetos elaborados pelos agentes do tráfico.

4.3.5 Da estratégia de enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público

Por sua vez, a literatura apontou o *enfrentamento direto do poder público* como estratégia utilizada pelo tráfico no cárcere. Trata-se de um conjunto de ações que surgem em situações onde cessa o diálogo com o Estado, ou, se encontra obstado o fluxo de informação nas redes existentes. Conforme a teoria de Raffestin (1993) configura-se pela potencialização do fluxo de energia (violência) como contrapartida da cessação do fluxo de informação, sendo encontrada tanto na literatura brasileira, quanto estrangeira (SAVIANO, 2014; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014; BONELLA, 2016), assim como, em presídios comuns e instituições de internação de adolescentes (MALLART, 2014; LUCCA, 2016).

Esse enfrentamento direto é representado, primeiramente, pelas *fugas e resgates*, compreendidas por Dias (2013) como o *rompimento das barreiras do cárcere*, no primeiro caso, por ação exclusiva de internos, e, no segundo, com o auxílio de atores externos às prisões.

A literatura destacou as fugas como forma de (re)integrar agentes do tráfico às redes externas - para assunção de funções no comércio das drogas - ou, como consequência da *ideologia* de enfrentamento do sistema - típica das facções (AMORIM, 2011, 2015; TEIXEIRA, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2015; MARQUES, 2014; ABREU, 2017). Compreendem, por sua vez, desde métodos simples (como dispersão em meio a funcionários e visitas) a planos complexos (sequestros, ameaças, simulação de emergências, utilização de disfarces, explosivos e veículos como lanchas, helicópteros etc.) (AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; DIAS, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; BARCELLOS, 2015).

Por conseguinte, uma segunda forma de enfrentamento foi representada pelas *rebeliões, greves (brancas ou de fome) e revoltas internas*. Destacadas como meio de insurgência às normas de controle, como represália ao fracasso de fugas e resgates, como forma de *desmoralizar* ou *pressionar o Estado à aceitação de planos* dos agentes do tráfico (como a transferência de internos, a adoção de privilégios ou regimes especiais), ou, como forma de *guerrear contra facções rivais*, esta ação se mostrou marcada pelo uso de intensa violência, principalmente, contra agentes públicos do sistema carcerário, dissidentes ou membros de facções rivais (AMORIM, 2011, 2015; SILVA, 2013; CAPITANI, 2012; DIAS, 2011, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012b; GODOY, TORRES, 2017; LUCCA, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; BARCELLOS, 2015).

Ainda, no contexto das facções brasileiras, restou destacada pela literatura, por meio da afirmada estratégia de *estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere*, a adoção de um enfrentamento ao poder público através da *agressão à prédios e agentes públicos externos* (sobretudo, do sistema carcerário, policiais, do Ministério Público e Magistratura), bem como, à população em geral, de forma paralela, ou não, à realização de rebeliões (à exemplo da revolta protagonizada pelo Primeiro Comando da Capital - PCC, em São Paulo no ano de 2001) (AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; FERRO, 2012, DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Por fim, a literatura registrou um ponto relevante: Considerando a ciência das facções a respeito das ações tomadas por *órgãos de inteligência*, evidenciou-se que alguns grupos adotaram medidas de proteção dos fluxos de informação (o que, é chamado de *contra-*

inteligência [GONÇALVES, 2009]), por intermédio da criptografia de mensagens, recrutamento de informantes e agentes duplos nos órgãos policiais/judiciários, tecnologias de da informação (linhas virtuais, clonagem de telefones, grupos fraudulentos de teleconferência etc.), como forma de obscurecer suas ações (AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017).

Do conjunto em análise, contatou-se a adoção de estratégias de guerra, a partir do cárcere, para imposição da vontade e planos dos agentes sintagmáticos do tráfico.

4.3.6 Da estratégia de estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas

Ademais, uma última estratégia restou identificada. Ao contrário do que se possa pensar, a inserção de drogas no cárcere, comum ao redor do globo (TELESE, 2011; SAVIANO, 2014; SALAZAR, 2014) não se dá somente para a alimentação do *desígnio do vício* dos presos, senão, em função de o mercado interno ser um dos mais lucrativos ao tráfico (BASTOS, 2011).

Apontou-se que o valor dos entorpecentes no cárcere, além de seguir a lei da *oferta e demanda*, pode atingir valores até dez vezes maiores que nas ruas, questão compreendida pelos agentes territoriais do tráfico (sobretudo as facções), que voltaram especial atenção a este público (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013, 2014; VARELLA, 2017; SILVA, 2013; RUDNICKI, 2012; MARQUES, 2014; SILVA A. 2014; FIGUEIRO, 2014; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; ALMEIDA, 2013; MALVASI, 2012a; NEVES, 2014; GODOY; TORRES, 2017; TAVARES, 2016; ABREU, 2017).

Além do mais, como dito, dominar o comércio das drogas também significa utilizá-las como *trunfo de poder* (DIAS, 2013, 2014). Aliás, essa disputa comercial costuma gerar tensões entre os agentes da atividade que se enfrentam, seja através de denúncias mútuas (VARELLA, 2012), ou, por meio da violência (como já destacado no item acima).

A droga também foi apontada como *recurso polivalente*: ao mesmo tempo em que pode ser um *bem de consumo*, pode ser usada como *moeda* em diversos de negócios. Igualmente, sua aquisição pode ocorrer mediante a cessão de bens (sobretudo cigarros, uma moeda de escambo comum em presídios) e favores diversos (AMORIM, 2011, 2015; ANDRADE, 2015; GODOY; TORRES, 2017; DIAS, 2013; TAVARES, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Há autores que, inclusive, informam a ocorrência do pagamento de drogas mediante depósitos bancários realizados por parentes, no âmbito externo, ou, ainda, por intermédio de celulares possuídos pelos presos (ABREU, 2017; GODOY; TORRES, 2017).

Além das drogas, o consumo de álcool (industrializado ou artesanal) e remédios, também foi destacado como parte deste mercado – apesar de sua proibição nos presídios (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013, 2014; SILVA A. 2014; CAPITANI, 2012; ALMEIDA,

2013; GODOY; TORRES, 2017; VARELLA, 2017; ABREU, 2017) e em instituições de internação de adolescentes (MALLART, 2014).

Para abastecimento das redes, por sua vez, os agentes do tráfico se utilizam de *pontes* (agentes recrutados para inserção clandestina de drogas, celulares e outros bens, no cárcere), as quais, são constituídas por *parentes* ou terceiros (sobretudo, mulheres – ludibriadas ou conscientes do ato, e, que inserem o produto em seus corpos, pertences ou por meio de crianças), profissionais (advogados, principalmente), agentes públicos externos ou ligados ao cárcere, ou, outros presos (como trabalhadores externos), incumbidos de fazer o transporte de maneira remunerada, ou não (AMORIM, 2011, 2015; BASTOS, 2012; VARELLA, 2012, 2017; DIAS, 2013; VARELLA, 2015; SILVA H., 2014; SILVA A. 2014; RUDNICKI, 2012; CAPITANI, 2012; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2013; BERNADI, 2013; MALVASI, 2012a; BARCELLOS, 2015; TAVARES, 2016; GODOY; TORRES, 2017; ABREU, 2017).

De maneira excepcional, Saviano (2014) apontou a atípica inserção de droga nos presídios por meio de animais adestrados. Embora rara, no Brasil, já houve o caso de utilização de um rato para esta finalidade (G1, 2015). De forma igualmente rara, destacou-se que falhas estruturais dos presídios (ausência de segurança orgânica das instalações [GONÇALVES, 2009]) constitui uma oportunidade substancial para inserção de drogas no interior das prisões (CAPITANI, 2012; GODOY; TORRES, 2017).

Assim, com a consolidação dos comércios internos, estratégia viabilizada pelas demais ações ora analisadas, reforçam-se, também, as redes associativas internas e externas, que, como referido, se retroalimentam, possibilitando o fluxo de poderes de dentro para fora do cárcere, e vice-versa, consolidando a integração dos presídios às redes territoriais externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, apesar da não existência de estudos especificamente debruçados sobre a temática das estratégias e mediatos utilizados pelos atores territoriais do tráfico para integração dos presídios às redes territoriais externas, o tratamento integrativo e semiótico das obras ora selecionadas, propiciou uma primeira aproximação satisfatória sobre o tema.

Muito além da hipótese inicialmente presumida, foram reveladas seis diferentes estratégias, categorizadas a partir da análise das informações divulgadas por diversos pesquisadores que se aproximaram do contexto tráfico-cárcere: o estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, o estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, o estabelecimento/manutenção de

redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, o estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas, e, por fim, o enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Estas estratégias, como visto, são concretizadas de forma simultânea e inter cruzada, possibilitando um fluxo de energia e informação do interior das cadeias para territórios externos, e vice-versa, retroalimentando os poderes internos, consolidando lideranças e organizações e, ainda, viabilizando um lucrativo comércio interno de drogas.

Obviamente, o aprofundamento do tema ainda depende da realização de estudos empíricos, que se aproximem do contexto carcerário, bem como, das instituições e atores que o envolvam e se encontrem integradas ao problema do tráfico de drogas no cárcere, permitindo a verificação prática das categorias teóricas ora levantadas.

Contudo, a análise se mostrou capaz de oferecer uma primeira visão sobre o objeto eleito, e, assim, consolidar saberes e reflexões diferenciados em torno da relação cárcere-tráfico, numa superação da visão meramente jurídico-repressiva e de parcialidades hegemonicamente propugnadas sobre o problema da droga.

Mais que isso, o estudo deixou claro que o tráfico, de fato, tem se imposto *além das grades* por meio de estratégias utilizadas com eficiência, sobretudo, em face de reputadas omissões estatais no âmbito interno ou externo ao cárcere.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína - A rota caipira**: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ALMEIDA, Marco Antônio Betinne de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CHICARELI, Semiramis Costa; CIDRO, Débora. **Lazer e o presídio**: aspectos de um paradoxo. São Paulo: EACH, 2013.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história do crime organizado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV - PCC**: A irmandade do Crime. 13. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

ANDRADE, Eliakim Lucena de. **Sem Derramamento de Sangue**: Religião e Violência na Prisão. Revista de Campo de Ciências Sociais. N. 19. P. 155-176. 2015.

ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2012.

BARCELLOS, Caco. **Abusado**: O dono do morro Santa Marta. 26. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. Ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTOS, Alessandra Alfaro. **Escola e Vida no Cárcere**: uma etnografia no Presídio Regional de Santa Maria. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul, 2012.
- BERNARDI, Maria Luiza Lorenzoni. **Gênero, cárcere e família**: estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas. Dissertação de mestrado. Pelotas: universidade federal de pelotas, 2013.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BONELLA, Katryn. **Nevando Em Bali**. São Paulo: Geração Editorial, 2016.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Geografia Política das Drogas Ilegais**. Leme: Editora J. H. Mizuno, 2014.
- CAMPOS, Stephanie. The Santa Monica prison and illegal cocaine: a mutual relationship. **Crime Law Soc. Change**. N. 65, P. 251-268. 2016.
- CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso**: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves. Dissertação de mestrado. Rio Grande Do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.
- CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil**: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**. V.1, N. 1, p. 186-204. 2014.
- CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de Drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- DIAS, Camila Nunes. Disciplina, controle social e punição: O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**. V. 29, N. 85. P. 113-127. 2014.
- DIAS, Camila Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**. v. 23, n. 2. P. 213-233. 2011.
- DIAS, Camila Nunes. **PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

- DIAS, Camila Nunes; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; Das Comissões de Solidariedade ao primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Revista Tempo Social**. V. 25, N. 1, P. 61-82. 2013.
- DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC. **International Journal of Criminology and Sociology**, V. 2, N. 2, P. 397-408. 2013.
- FALCONI, Giovanni. *Coisas da Cosa Nostra: A máfia vista por seu pior inimigo*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- PICANÇO, Felícia Silva; LOPES, Natânia de Oliveira. O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. **Análise Social**. V. 1, n. 218, P. 96-120. 2016
- FERRO, Ana Luiza Almeida. Uma proposta legislativa para o enfrentamento da criminalidade organizada. **De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. V. 11, N. 19, P. 85-111. 2012.
- FIGUEIRO, Rafael Albuquerque. Apontamentos sobre a prisão na pós-modernidade: o caso brasileiro. Anais do **VI Congresso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXI**. Buenos Aires: Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.
- FORGIONE, Francesco. **Máfia Export: Como a N´drangueta, a Comorra e a Cosa Nostra colonizaram o mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- G1. **Rato é domesticado e usado para traficar drogas em presídio do TO**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2015/11/rato-e-domesticado-e-usado-para-trafficar-drogas-em-presidio-do.html>>. Acesso em: 15.11.2017. 2015
- GODOY, Gabriel; TORRES, Bolivar. *Baladas Proibidas: A história do rei do ecstasy*. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói: Impetus, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa – monografias, dissertações, teses e livros**. 3. Ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”. **Tempo Social**. V. 25, N. 1. P. 37-59. 2013.

LUCCA, Diogenes. **Diário de um policial**. São Paulo: Planeta, 2016.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: A fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da Vida Loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo (Tese)**. São Paulo: USP, 2012a.

MALVASI, Paulo Artur. Quebrada: etnografia das dobraduras do tráfico de drogas em periferias de São Paulo. **Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012b.

MARQUES, Adalton. **Crime e Proceder: Um experimento antropológico**. São Paulo: Alameda, 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica Aplicada às Ciências Sociais Aplicadas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais**. 20. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MÜLLER, Andreas. O Brasil do Crime. *In*: LACERDA, Ricardo. **Facções Criminosas do Brasil (Dossiê Superinteressante)**. São Paulo: Abril, 2017.

NEVES, Maria Ozanilda. Drogas na vida das mulheres: um estudo da realidade do Centro de Detenção Provisória de Parnamirim - RN. **Segurança, Justiça e Cidadania**. V. 4, n. 8, P. 142-157. 2014.

OLIVEIRA, Giovanni França; COSTA, Gustavo Villela Lima. Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. V. 11. N. 11. Pp. 2-24. 2012.

PIEIDADE, Fernando Oliveira; CARVALHO, Maria Luciene B. Sistema Prisional de Pedrinhas em São Luís do Maranhão: presente conturbado e futuro incerto. **Anais da VIII mostra de trabalhos jurídico científicos do XII seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

QUEIROZ, Paulo. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. V.1. 8. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

RUDNICKI, Dani. Três dias no Presídio Central de Porto Alegre: O cotidiano dos policiais militares. **Revista de Informação Legislativa**. V. 49, n. 193, P. 49-92. 2012.

RUI, Taniele Cristina. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. (Tese). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SALAZAR, Alonso. **Pablo Escobar: Ascensão e queda do grande traficante de drogas**. São Paulo: Planeta, 2014.

SAMPIEIRI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

SANTOS, Hugo Freitas dos. O “Coletivo” como Estratégia Territorial dos Cativos. **GEOgraphia**. V. 9. N 17. P. 89-116. 2007.

SAVIANO, Roberto. **A máquina da Lama: Histórias da Itália de hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SAVIANO, Roberto. **Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Antônio Marcos de Souza. A produção de práticas ilegais no presídio da PMCE: uma etnografia das sociabilidades dos policiais militares em situação prisional. **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal: RBA, 2014.

SILVA, Haroldo Caetano da. Sobre Violência, Prisões E Manicômios. **Responsabilidades**. V. 3, N. 2, P. 201-217. 2014.

SILVA, Leandro Damasceno e. A lei nº 9.034/95 e as organizações criminosas brasileiras. **THEMIS**. V. 11, N. 11, P. 267-280. 2013.

SMITH, Jo Durden. **A história da Máfia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015.

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia**. Síntese. V.1, N. 29, P. 21-48. 1983.

TAVARES, Andrea Souza. **Mulheres e tráfico de drogas no Distrito Federal: Entre os números e a invisibilidade feminina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo** (Tese). São Paulo: USP, 2015.

TELESE, Gay. **Honra Teu Pai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VAN DUN, MIRELA. Exploring Narcosovereignty/violence: Analyzing Illegal Networks, Crime, Violence, and Legitimation in a Peruvian Cocaine Enclave. **Journal of Contemporary Ethnography**. V. 43, N. 4, P. 395-418. 2014.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandirú**. 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. “Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio de Janeiro**. V.8, N. 14, P. 116-112. 2015.

VOLOCHKO, Danilo. Nova Produção das Periferias Urbanas e Reprodução do Cotidiano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Uso de Drogas e o Sistema Penal**: Entre o Proibicionismo e a Redução de Danos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ZOMIGHANI JR., James Humberto. Conexões geográficas e segregação sócio-espacial pelo uso das prisões no Estado de São Paulo. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. N. 35. P. 97-114. 2013.

2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 02

**A ASSOCIAÇÃO INTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS
ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO:**

A percepção dos agentes da Segurança Pública no Estado do Pará

Roberto Magno Reis Netto

Mestrando em Segurança Pública (UFPA). Especialista em Direito Processual Civil (UGF/DF), Docência Superior (UGF/DF) e Atividade de Inteligência e Gestão do Conhecimento (ESMAC/PA). Bacharel em Direito (UFPA). Oficial de Justiça Avaliador do TJPA. Professor e Pesquisador.
Universidade Federal do Pará.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5368010317556530>.

Endereço: Rodovia BR316, KM8, S/N, Condomínio Pleno Residencial, Torre Liberdade, APTO 1301, Centro, Ananindeua – PA. CEP 67033-000.

Telefone: (91)981216701

E-mail: Bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas

Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado (UFPA), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA) e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Professor Colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará e Professor Colaborador da Universidade de Cabo Verde no Programa de Pós Graduação em Segurança Pública. É associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Histórico Geográfico do Pará. É consultor do Roster pré aprovado para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) na categoria de Prevenção à Violência. Tem experiência de Segurança Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão do Território, Criminalidade, Homicídio e Cartografia.

Universidade Federal do Pará.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3537327292901649>.

Endereço: Universidade Federal do Pará, Faculdade de Cartografia e Geografia. Rua Augusto Corrêa, 1. Guamá. 66075110 - Belém, PA – Brasil.

Telefone: (91) 981147082.

E-Mail: claychagas@yahoo.com.br

A ASSOCIAÇÃO INTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO:

A percepção dos agentes da Segurança Pública no Estado do Pará

THE INTERNAL ASSOCIATION AS A FORM OF INTEGRATION OF THE PRISONS TO THE EXTERNAL TRAFFIC NETWORKS:

The perception of agents of Public Security in the State of Pará

RESUMO: O presente estudo buscou compreender a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do *estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere* como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. Pautado num método hermenêutico e dialético e, sob uma abordagem qualitativa, o mesmo se valeu da técnica de coleta de dados por entrevistas direcionadas a agentes territoriais da segurança no Estado do Pará, seguida de uma análise de conteúdo das falas. Como resultados, identificou-se a utilização da associação entre internos como uma das estratégias de integração do cárcere às redes externas do tráfico, verificando, em muito, postulados da literatura. Porém, também restaram apresentadas informações divergentes da literatura previamente consultada, e, principalmente, dados não tratados pela mesma, relativos à forma de inserção das facções do tráfico no cárcere paraense, bem como, relativos às possíveis causas da centralização de lideranças entre presos.

Palavras-Chave: Tráfico de Drogas; Cárcere; Redes e Relação entre Internos; Agentes Territoriais da Segurança Pública; Estado do Pará.

ABSTRACT: The present study sought to understand the perception of territorial actors of public security in the State of Pará regarding the *establishment and maintenance of networks or relations between the syntagmatic agents internal to the jail* as a way of integrating the prisons to external territorial networks of drug trafficking. It was based on a hermeneutic and dialectical method and, using a qualitative approach, it was used the technique of data collection by interviews directed to territorial security agents in the State of Pará, followed by a content analysis of the speeches. As a result, it identified the use of the association between inmates as one of the prison integration strategies to external trafficking networks, verifying, in a great way, the postulates of the literature. However, there were also divergent information from the previously consulted literature and, mainly, data not treated by the same, regarding the insertion of the trafficking factions in the prison of Pará, as well as the possible causes of the centralization of leaderships among prisoners.

Keywords: Drug Trafficking; Prison; Networks and Relation between Interns; Territorial Public Security Officers; State of Pará.

INTRODUÇÃO

A partir de uma revisão literária, seguida de uma atividade de análise de conteúdo, inferência e categorização das espécies pendentes de publicação em torno das estratégias e mediatos utilizados pelos atores territoriais do tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas da atividade desenvolvida junto ao programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, constatou-se que os agentes criminosos se

utilizariam, essencialmente, de seis conjuntos de ações, manejados de forma simultânea e intercruzada (DIAS, 2013) para atingir aquela conexão territorial.

A categorização realizada à luz da teoria base de Raffestin (1993), dessa forma, apontou como estratégias o estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, o estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, o estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, o estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas, e, por fim, o enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Contudo, a despeito da importância da atividade teórica realizada, vislumbrou-se que uma contribuição mais coerente aos problemas enfrentados pela segurança pública, como a insuficiência das ações meramente repressivas no enfrentamento do tráfico de drogas [RODRIGUES, 2004] e o surgimento das facções, que nos entorpecentes sua principal fonte lucrativa [DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2013]) dependia, ainda, de uma aproximação empírica da realidade, justamente para desvelar incoerências presentes na literatura, e, especialmente, para melhor compreensão de peculiaridades locais do fenômeno.

Desse modo, se debruçando de maneira específica sobre uma das estratégias destacadas, o presente estudo se propôs à análise do seguinte problema: Qual é a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas?

Objetivou-se, portanto, a verificação concreta dos dados teóricos inicialmente colhidos em sede de revisão literária por meio de uma triangulação com dados oriundos de pesquisa de campo (MINAYO, 2002), envolvendo percepções de agentes territoriais diretamente ligados ao seu enfrentamento. Para tanto, nas seções seguintes, foram delimitados os postulados teóricos e metodológicos que nortearam esta atividade.

1 DOS MARCOS TEÓRICOS DO ESTUDO

De início, é importante assinalar que uma visão aprofundada a respeito do tráfico de drogas, enquanto fenômeno social de significativa complexidade (DIAS, 2013; ARAÚJO, 2012), impõe a superação de sua análise sob um conceito estritamente jurídico-legal (RODRIGUES, 2004; CARVALHO, 2016), justamente em função da vinculação desta concepção com parcialidades oriundas da política internacional de guerra às drogas e sua

interessada postura de concentração de patentes do uso de substâncias ditas entorpecentes nas mãos de grupos econômicos específicos.

Em verdade, a legislação (artigos 33, 34, 37 e 38, da lei n. 11.343/06 - lei antidrogas) apenas conglobou a proibição de toda uma cadeia de atividades que revelavam um ciclo da produção e comercialização de drogas, pelo que, superando a visão comum, mostrou-se mais coerente compreender a ação do tráfico como algo análogo a uma empresa (CHAGAS, 2014).

Constatou-se que os agentes do tráfico buscavam a dominação e controle de territórios com importância comercial, conforme critérios de oferta/demanda, em contraposição aos interesses de outros atores, como o Estado, valendo-se de diversas estratégias, ou seja, conjuntos de ações coordenadas a um fim, e mediatos, meios utilizados para implementação daquelas estratégias para atingimento de finalidades planejadas conforme suas necessidades e interesses (RAFFESTIN, 1993).

Desta forma, denotaram-se como verdadeiros agentes sintagmáticos que agiriam de acordo com interesses predeterminados, que se estabeleceriam num espaço, dado originário, gerando o surgimento de territórios decorrentes dos conflitos de poder firmados no espaço que superariam a lógica meramente zonal, preponderante na ótica estatal, caracterizando-se, também, como efetivos territórios-rede, concretizados pela ligação de diversos pontos (nós no espaço), e como territórios simbólicos que vinculariam seus agentes por intermédio de uma afetividade ao espaço (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014).

Seguindo a lógica capitalista global, o tráfico de drogas se organizou de um lado em oligopólios de atuação transnacional, pouco visíveis pelos órgãos de segurança, e de outro, em fileiras de pequenos atravessadores e revendedores, estes, normalmente atingidos pelas políticas repressivas atualmente empregadas como política pública de enfrentamento do problema (RODRIGUES, 2004, D'ÉLIA FILHO, 2014).

Esta repressão, por sua vez, impôs, como também observado mundo afora, uma verdadeira política de aprisionamento seletivo de parcelas mais vulneráveis da população que viram no tráfico a oportunidade de inserção num mercado substancialmente excludente (RODRIGUES, 2004, D'ÉLIA FILHO, 2014) e, com isso, uma desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014) de grandes contingentes populacionais para o contexto do cárcere.

Obviamente, diante da ausência de políticas efetivamente ressocializadoras, este aprisionamento apenas desafiou os agentes encarcerados à efetivação de estratégias de resistência à política estatal preponderante, o que, no Brasil, resultou no advento de facções (organizações criminosas) que detém no tráfico de drogas sua principal atividade econômica (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015).

O tráfico de drogas, assim, se impôs além das grades, precisamente, em razão da eficiência das estratégias manejadas por seus agentes territoriais sintagmáticos na vinculação dos presídios às redes territoriais externas, bem como, em decorrência da falência das políticas estatais de compreensão e enfrentamento do problema (DIAS, 2013).

Após uma cuidadosa revisão da literatura envolvendo a relação entre tráfico e cárcere, seis espécies de estratégias restaram inferidas das ações relatadas por diversos autores, em especial, destacaram-se as obras de Dias (2011, 2013, 2014), Dias e Salla (2013) e Dias, Alvares e Salla (2013), Amorim (2011, 2015), Abreu (2017) e Varella (2012, 2015, 2017).

Por sua vez, como primeiro esforço de aprofundamento real em torno do problema, o presente estudo se dignou à análise de uma daquelas estratégias: o estabelecimento e manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere.

Esta estratégia representaria um conjunto de ações pelas quais, num primeiro movimento em prol da construção e, posteriormente, manutenção de redes de tráfico, os agentes da atividade promoveriam a construção de redes territoriais, isto é, relações de poder no espaço (RAFFESTIN, 1993) no interior das cadeias, propiciando condições para o eficiente manejo das demais estratégias que se inter cruzam e se aplicam de forma simultânea (DIAS, 2013) para interligação ao mundo externo.

Seu nascedouro é apontado no processo de desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014) ao cárcere, que, desacompanhado de medidas ressocializadoras, teria gerado substancial proximidade entre os agentes encarcerados, de modo que os mesmos passaram a interligar suas redes externas, não desfeitas com o simples aprisionamento, e representar, uns em relação aos outros, verdadeiros trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993) na ampliação de suas relações comerciais do tráfico (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015, SAVIANO, 2014; TEIXEIRA, 2015).

Esta associação, aliás, foi apontada como principal fator originário de grandes facções como o Comando Vermelho – CV – no Rio de Janeiro no final da década de 1970 e o Primeiro Comando da Capital – o PCC – (na década de 1990 em São Paulo, além de outras surgidas em razão das vantagens decorrentes desta associação entre agentes territoriais, ou, simplesmente, como forma de rivalizar pelo controle de territórios com os grupos em ascensão (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015).

Por sua vez, a literatura destacou que esta estratégia foi facilitada pelo uso indiscriminado de transferências de presos entre estabelecimentos prisionais, que não só teriam permitido a construção de novas redes entre agentes do tráfico encarcerados, como, sobretudo, teria ocasionado a disseminação da ideologia de paz entre os ladrões das facções por diversos

presídios do país (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015; GODOY; TORRES, 2017; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; SAVIANO, 2014; LOURENÇO, ALMEIDA, 2013; FERRO, 2012; VARELLA, 2017). Inclusive, a criação de regimes mais duros de encarceramento, notadamente, o RDD – o Regime Disciplinar Diferenciado – apenas teria reforçado imagens simbólicas de poder em torno de lideranças sem efetivamente promover uma quebra de suas relações de territorialidade (PIEIDADE; CARVALHO, 2015; DIAS, 2013; MALLART, 2014).

Com isso, ainda que sob razões não apontadas de forma clara na literatura, propiciou-se a consolidação de funções de liderança nas mãos de agentes encarcerados (SAVIANO, 2014, 2015; TELESE, 2011; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013), no sentido de atribuir-lhes poderes de organização de hierarquias e atividades internas e de decisões sobre planos, julgamentos (os debates) e ações territoriais externas (OLIVEIRA; COSTA, 2012; AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2011, 2013; SILVA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; BARCELLOS, 2015; SAVIANO, 2014; MALVASI, 2012a; GODOY; TORRES, 2017).

Ao passo, consolidou-se um controle da violência nas mãos das organizações criminosas, exatamente, como forma de instituir uma ordem interna fundamental ao exercício de atividades inerentes ao domínio territorial (DIAS, 2013; VARELLA, 2017; DIAS; ALVAREZ; SALLA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; MARQUES, 2014; SAVIANO, 2014) interessante não só às facções, que precisam de uma calma para realização do mercado de drogas, como, igualmente, ao sistema prisional e ao Estado, que seriam coniventes com esta paz velada (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015).

Essas lideranças passaram a organizar, portanto, o comportamento, o proceder dos presos, estabelecendo códigos de conduta, apreendendo demandas dos internos, consolidando de regras cogentes de convivência, instituindo julgamentos de transgressões (os debates) e mecanismos de controle do comércio interno de drogas (QUEIROZ, 2016; MALLART, 2014; DIAS, 2011, 2013; DIAS; SALLA, 2013; ANDRADE, 2015; MALVASI, 2012a; SAVIANO, 2014; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; SILVA 2013; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; VARELLA, 2017; BARCELLOS, 2015).

Além disso, as facções também teriam instituído uma rede assistencial, por intermédio da qual formavam caixinhas financiadas por seus membros para garantir benefícios aos internos associados, como a contratação de advogados, compra de benefícios e bens, financiamento de resgates e fugas etc., e não associados, concedendo-lhes cestas básicas e gêneros básicos de sobrevivência nos presídios (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; VARELLA, 2017; DIAS;

ALVARES; SALLA, 2013), cuja finalidade, além de assegurar o silêncio quanto à práticas ilícitas (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2013; ABREU, 2017), seria, notadamente, fidelizar os beneficiados às organizações (DIAS; SALLA, 2013).

Igualmente, passou-se a utilizar a droga como instrumento de poder, que garantiria a utilização da população carcerária para efetivação dos planos das organizações do cárcere, por meio não só de uma rede de comércio interno, mas, principalmente, pela possibilidade de interdição do uso e comércio de substâncias conforme os interesses daquelas viabilizado pelo controle que a prática associativa ocasionou em termos práticos (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; DIAS, 2014; ANDRADE, 2015; ALMEIDA ET AL, 2013; MALVASI, 2012a; ALBUQUERQUE FIGUEIRO, 2014; GODOY; TORRES, 2017).

Contudo, a despeito da coerência e consistência das informações colhidas em sede de revisão literária, é de se questionar até que ponto a literatura, de fato, apresentou proposições coerentes com a realidade das facções criminosas, especialmente, na base territorial deste estudo, o Estado do Pará.

Em razão disso, num segundo esforço concreto pela apreensão de dados mais próximos à realidade, este estudo firmou uma análise, de natureza qualitativa, das percepções de agentes vinculados à segurança pública na base territorial e tempo presente, como forma de verificação concreta das proposições teóricas, justamente no sentido de confirmar sua verossimilhança ou não e, ainda, acrescentar especificidades, conforme o caso.

Para tanto, mostrou-se necessária a adoção de um conjunto de técnicas metodológicas específicas e cuidados éticos pertinentes devidamente explicados na seção a seguir.

2 DO MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Primeiramente, como substrato epistemológico, o estudo adotou o método hermenêutico e dialético (STEIN, 1983; HABERMAS, 1987; MINAYO, 2002) consistente numa opção científica que toma a linguagem como base do conhecimento sensível, aspecto hermenêutico, não a considerando, entretanto, um dado bruto e definitivo.

O referido método parte da premissa de que o conhecimento e, portanto, a linguagem, é influenciável pelo contexto social, econômico, político e histórico em que se inserem os sujeitos envolvidos num determinado estudo, inclusive, o pesquisador. A comunicação desta feita surgiria por meio de uma linguagem sistemicamente perturbada (HABERMAS, 1987) pelas relações que permeiam seus emissores, devendo ser analisada como algo potencialmente alienável, movimento dialético.

Para desvelar as influências decorrentes das relações de poder inerentes aos agentes comunicativos, o método propugna alguns cuidados: a) a consideração dos aspectos históricos dos emissores das informações; b) o respeito à linguagem de cada pesquisado por mais simples que esta seja; e, c) a busca pelo real sentido da informação emitida por cada um. Após esses cuidados, é prudente a realização, ainda, de triangulações internas entre os emissores e externas, tanto junto a teoria fundante de um estudo e quanto em face da literatura produzida.

Dessa forma, o método adequou-se perfeitamente à proposta, justamente, por permitir, num primeiro momento, a inferência de informações decorrentes de obras com diferentes objetos de estudo, porém, sempre tocantes na relação tráfico e cárcere ora estudada, e, num segundo momento, por permitir a análise da visão de um grupo específico de agentes territoriais locais, agentes territoriais da segurança pública, desvelando eventuais distorções decorrentes de seu papel e situação dentro das relações de poder.

Por conseguinte, adotou-se uma abordagem qualitativa focada no conteúdo do discurso dos entrevistados e quantitativa, que, reforçando técnicas de análise de conteúdo, auxiliou na exposição dos resultados do estudo.

Como técnica de pesquisa, utilizou-se a coleta de dados por intermédio de entrevistas, que, no dizer de Olsen (2015), importa numa interação entre o pesquisador e sujeitos detentores de informações para apreensão de dados oriundos de saberes e percepções. Para tanto, restou elaborado um protocolo de entrevista (YIN, 2016) com trinta e duas questões semiestruturadas confeccionadas a partir de constatações literárias, controladas pela teoria e voltadas à hipótese do estudo (FLICK, 2009) em torno das seis espécies de estratégias mencionadas na parte introdutória, cujas repostas foram classificadas, neste trabalho, somente, em relação à estratégia de estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, conforme objetivo eleito. As demais estratégias deram origem a outros artigos específicos, em razão dos limites de extensão desta espécie de trabalho.

É de se reafirmar que as estratégias em estudo são manejadas, como constatou Dias (2013), de forma simultânea e intercruzada, pelo que, embora o protocolo tenha delimitado algumas perguntas relativas somente à estratégia acima, observou-se, quando de sua aplicação, a ocorrência de menções sobre a mesma ao longo de toda a fala dos entrevistados. Assim, para exposição de resultados, valeu-se o trabalho da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para categorização das falas e dados, aproveitando-se uma organização já anteriormente obtida na prévia atividade de revisão literária sobre o tema provocador do presente estudo.

A escolha dos entrevistados se deu, primeiramente, em razão dos objetivos do programa de Mestrado em Segurança Pública, ao qual a pesquisa se vinculou, voltado à capacitação

profissional e ao desenvolvimento de competências para uma atuação neste campo do conhecimento, o que, obviamente, foi determinante para a escolha de agentes territoriais locais da área da segurança como fonte primária de dados.

Principalmente, a seleção se deu em razão de indicações decorrentes da literatura inicialmente consultada: foram escolhidos entrevistados identificados como diretamente atuantes em órgãos e atividades que, por sua natureza de enfrentamento ao problema ou assessoria, teriam contato efetivo com os agentes territoriais do tráfico e suas respectivas estratégias, sendo, assim, detentores de conhecimentos interessantes ao estudo.

Ainda conforme recomendado por Yin (2016), houve uma aproximação cuidadosa junto ao campo de pesquisa facilitada pela condição de docentes da área de inteligência e segurança pública, ostentada pelos pesquisadores, para verificação das formas de acesso, obstruções a serem removidas, e, finalmente, se, de fato, os entrevistados seriam detentores das informações buscadas, após o que, finalmente, restaram definidos os sujeitos da entrevista.

Foram entrevistados desta forma: a) Na Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA: o Diretor do Núcleo de Inteligência Policial – NIP - e o Diretor da Delegacia de Narcóticos - DENARC, ambos, delegados em exercício da função no momento da entrevista; b) Na Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA: o comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária – BPOP, oficial no exercício da função no momento da entrevista; c) Na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE/PA: o diretor da Assessoria de Segurança Institucional - ASI, oficial da polícia militar no exercício da função no momento da entrevista; d) No Ministério Público do Estado do Pará - MPPA: o Diretor do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado - GAECO -, Promotor de Justiça em exercício da função no momento da entrevista; e, finalmente, e) Na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará – OAB/PA: o Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, advogado eleito para a função em exercício no momento da entrevista; f) na Polícia Federal: Superintendente da Polícia Federal no Pará, Delegado Federal em exercício da função no momento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas entre o fim do mês de abril/2017 e o início do mês de janeiro/2018 (em razão de afastamentos e questões emergenciais ocorridas em algumas das instituições) na sede dos órgãos indicados ou em locais escolhidos pelos entrevistados, em salas reservadas e em horários previamente agendados, justamente para manutenção de uma situação de tranquilidade e controle de interferências, gerando um clima amistoso que permitiu manifestações comprometidas com a proposta apresentada.

Como protocolo ético, o estudo: a) Escolheu somente sujeitos que exerciam funções diretivas, caracterizáveis, assim, como representantes legais autorizados a falar em nome dos

órgãos e entidades acima (CARVALHO FILHO, 2013), casos em que as autorizações seriam dadas pelos próprios entrevistados, quando a formalidade foi considerada desnecessária, ou, no caso de órgãos subordinados, mediante permissão da autoridade competente; b) As entrevistas foram precedidas da leitura, explicação e subscrição de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE –, expositivo da pesquisa, objetivos, vinculação institucional, interesses e riscos e desconfortos, bem como, da total garantia do sigilo de identidades e informações.

Como a identificação dos entrevistados não seria muito dificultosa, garantiu-se que os resultados não fariam qualquer menção a resposta ou visão de entrevistados ou suas instituições, nem tampouco mencionariam unanimidades em relação aos resultados, sempre se utilizando de expressões como opinião majoritária ou visão minoritária, por exemplo, em sua exposição, como forma de respeito ao sigilo das manifestações. Além disso, não serão transcritos trechos das entrevistas, senão, somente termos representativos das ideias, redução eidética que serão destacados em itálico, como outro cuidado tendente à não identificação do autor de cada fala.

Ademais, como dito, as respostas foram transcritas, fragmentadas em vários trechos conforme assuntos específicos inferidos de seu teor, e sujeitas a um procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), pelo qual foram organizadas em uma tabela de dupla entrada e submetidas a um processo de categorização, que tomou por base a anterior revisão literária realizada. Como resultados, na seção seguinte, foram expostas as percepções dos agentes da segurança pública entrevistados a respeito das ações utilizadas pelos atores territoriais do tráfico de drogas, notadamente, no que tange à estratégia de estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere.

3 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 BREVE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

Realizada a atividade de análise de conteúdo das falas dos entrevistados, foram classificados cento e quarenta e cinco trechos transcritos, relativos às manifestações sobre a estratégia em análise. Seguiu-se, após esta classificação, a uma triangulação dos dados diante dos anteriores achados teóricos. Desta forma, daquele total, um quantitativo de cento e trinta trechos se referiam a questões tratadas pela literatura (89,66% do total) e quinze (10,34% do total) apontavam questões sem referência literária, portanto, dados novos sobre o tema.

Por sua vez, dos trechos que encontravam assento literário, cento e quatro apresentaram concordância com as afirmações dos teóricos estudados (71,72%), ao passo que vinte e seis trechos (17,93% do total) apresentaram dados que, a despeito de encontrar referência na literatura, se mostravam divergentes da teoria.

Esta divisão quantitativa foi tomada por base, por sua vez, para exposição qualitativa dos resultados, dos quais se ocuparam as seções seguintes.

3.2 DOS DADOS EM CONFORMIDADE COM A LITERATURA

Em primeiro lugar, houve uma majoritária concordância na fala dos entrevistados com a hipótese literária (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015, SAVIANO, 2014; TEIXEIRA, 2015) de que a proximidade entre os agentes territoriais no cárcere, de fato, facilitaria o surgimento de associações e redes territoriais entre os mesmos.

Mencionou-se que problemas de alocação de presos no cárcere, como, por exemplo, a união de presos provisórios e definitivos, a união de líderes de tráfico de certas áreas, já que o cárcere não geraria a quebra de sua relação de territorialidade com sua anterior área comercial, ou a união de presos por crimes de natureza diferenciada sem maiores critérios ou cuidados, propiciaria a troca de conhecimentos e experiências entre eles, de modo a permitir a união das redes existentes entre os mesmos, ou ainda a conjugação de outras atividades (roubos e furtos) à atividade originária de uma determinada organização (tráfico). Igualmente, a permissão de proximidade entre membros de mesmas facções foi apontada como critério que potencializaria a comunicação interna entre os agentes territoriais internos, facilitando a elaboração e execução de planos sintagmáticos de poder, interna ou externamente.

Com a união de diversas *expertises* diferenciadas, bem como, com a compreensão de que o tráfico de drogas seria a atividade mais lucrativa a disposição dos criminosos, o que não significa um abandono das demais espécies, ressalte-se que os mesmos constatariam a necessidade de associação interna, sobretudo para manutenção de uma paz em seus pavilhões e, com isso, reduzir as intervenções das forças de segurança no local.

Novamente, apresentou-se uma concordância dos entrevistados com achados literários relativos ao controle da violência como consequência da associação entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere (DIAS, 2013; VARELLA, 2017; DIAS; ALVAREZ; SALLA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; MARQUES, 2014; SAVIANO, 2014), consistente num primeiro momento, numa proteção conferida aos internos cujas causas, entretanto, apresentaram divergências discutidas no tópico a seguir.

Algumas falas convergiram com a literatura, no sentido de apontar também que este controle estaria diretamente ligado à manutenção da tranquilidade necessária para o exercício do comércio de drogas e outras atividades ilícitas no cárcere, como a manutenção de armas e outros bens de consumo, afastando fiscalizações, da mesma maneira que esse controle residiria no poder de autorização ou vedação da instauração de rebeliões e greves mesmo que para

simples demonstração de poder, bem como na instituição de regras para gestão dos conflitos entre os internos, inclusive, quando se poderia matar).

Os entrevistados, majoritariamente, afirmaram que em muitos casos as cadeias ainda não foram totalmente derrubadas porque assim não o consentiram as organizações, especialmente, em situações como a da Colônia Penitenciária Agrícola de Santa Izabel – CPASI, onde o controle de todas as atividades, até de quem entraria e sairia, seria de lideranças do crime antes a total impossibilidade de enfrentamento do grande número de criminosos por parte do reduzido quantitativo de agentes e policiais.

Também houve majoritária concordância com a hipótese literária de que as transferências entre internos seriam um fato que, embora solucionasse problemas enfrentados num nível local de forma imediata, a longo e médio prazo, acabaria por constituir problemas maiores em razão dos intercâmbios ocasionados pelo deslocamento territorial (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015; GODOY; TORRES, 2017; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; SAVIANO, 2014; LOURENÇO, ALMEIDA, 2013; FERRO, 2012; VARELLA, 2017).

Num primeiro momento, a transferência de internos para presídios federais foi apontada como elemento que potencializaria a associação desses criminosos a redes regionais ou nacionais do tráfico. Quando de seu retorno, além de novas experiências, conhecimentos e contatos, a transferência também seria responsável pela construção de imagens (símbolos) de respeito sobre o interno agora integrado a níveis maiores no crime (PIEIDADE; CARVALHO, 2015; DIAS, 2013; MALLART, 2014). Metaforicamente, comparou-se a transferência a presídios federais a uma pós-graduação no mundo do crime.

Em segundo lugar, também se destacou que a transferência de presos, sejam líderes, sejam faccionados, da capital para o interior, novamente, acabaria por ocasionar os mesmos problemas destacados acima, pelo que seria necessário, conforme os entrevistados, refletir sobre novos mecanismos de segmentação das associações entre criminosos dentro do cárcere.

De igual maneira, foi majoritariamente reconhecida que essa associação entre os internos, em verdade, propiciaria a centralização de lideranças dentro do cárcere (SAVIANO, 2014, 2015; TELESE, 2011; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013), que, deste local, elaborariam os planos sintagmáticos das organizações do tráfico de drogas, proferindo ordens para execução no mundo livre (OLIVEIRA; COSTA, 2012; AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2011, 2013; SILVA, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; BARCELLOS, 2015; SAVIANO, 2014; MALVASI, 2012a; GODOY; TORRES, 2017).

Foi destacado pelos entrevistados, por sua vez, que caberia aos líderes encarcerados a definição de planos sintagmáticos externos das organizações criminosas, como decisões sobre o controle do tráfico até mesmo em âmbitos internacionais, a depender da organização, defesa e expansão territorial. Além disso, apontou-se também o exercício, pelos líderes, de um controle sobre a massa carcerária, definindo um conjunto de regras relativas ao comportamento ou o proceder daquela, dentro da cadeia, bem como utilizando essa população como um trunfo de poder, definindo momentos em que estas se rebelariam ou realizariam protestos no cárcere, ou, fazendo com que esta falasse em nome do líder, mantendo-o oculto, e, assim, protegido. Tudo de acordo com os planos das organizações do tráfico.

Destacou-se também que líderes ocupariam posições especiais dentro dos presídios, em razão do poder exercido pelos mesmos, com a função de faxineiro, por exemplo, justamente, porque as mesmas lhes permitiriam uma maior circulação dentro das cadeias e o consequente exercício tranquilo de suas atribuições em grande parte do território das prisões.

Por conseguinte, alguns entrevistados confirmaram, majoritariamente a ocorrência de um recrutamento por parte das facções criminosas entre os presos do universo carcerário, permeada por diversos elementos simbólicos e por uma ideologia de paz entre os ladrões e enfrentamento ao sistema, que seriam inerentes a esta prática (DIAS, 2013; AMORIM, 2011; 2015; GODOY; TORRES, 2017; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; SAVIANO, 2014; LOURENÇO, ALMEIDA, 2013; FERRO, 2012; VARELLA, 2017), embora tenham sido constatadas uma divergência majoritária em relação à literatura quanto ao papel destes simbolismos, como se expôs na seção seguinte.

Alguns entrevistados também destacaram quanto a este aspecto que seria justamente o descumprimento aos direitos previstos na Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/1984), especialmente, quanto às garantias de ressocialização, que criariam o ambiente apropriado para o recrutamento de agentes territoriais do tráfico e, conseqüentemente, o surgimento de organizações hierarquizadas no cárcere, que, por sua vez, criariam seus próprios estatutos de regência, a serem aplicados dentro e fora das cadeias.

Essa ausência estatal, por sua vez, foi apontada pelos entrevistados como determinante ao sucesso da fidelização de internos mediante concessão de medidas clientelistas aos faccionados e suas famílias, conforme também foi apontado pela literatura (ABREU, 2017; AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; VARELLA, 2017; DIAS; ALVARES; SALLA, 2013). A proteção da integridade física interna seria a primeira medida assistencial garantida ao faccionado, aliada à contratação de advogados para defesa de seus interesses, custeio do transporte de familiares para visitas no cárcere, assim como da concessão de bens das mais

variadas espécies e pensões, aos presos e/ou suas famílias. Confirmou-se junto aos entrevistados, igualmente, a existência de estruturas específicas das facções voltadas à gestão de advogados para defesa de interesses dos afiliados.

Também se verificou a existência das caixinhas, como destacado na literatura, mantidas pelas contribuições dos afiliados, bem como pela realização de ações como rifas e sorteios para levantamento de dinheiro voltado ao atendimento daquelas medidas clientelistas acima mencionadas. Igualmente, as caixinhas seriam abastecidas pelo comércio interno de drogas nas cadeias, que, além desta finalidade, ainda, seriam utilizadas como verdadeiros instrumentos de poder de igual forma à apontada na literatura (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013; DIAS, 2014; ANDRADE, 2015; ALMEIDA ET AL, 2013; MALVASI, 2012a; ALBUQUERQUE FIGUEIRO, 2014; GODOY; TORRES, 2017)

Conforme destacado por alguns entrevistados, nesta senda, a droga seria utilizada para aquisição de favores e bens, da mesma maneira que também serviria como forma de indução de consumidores viciados ao cumprimento de medidas determinadas pelos agentes territoriais do tráfico, assumindo a condição de veículo de degradação ou escravidão entre internos e, numa perspectiva mais grave, como forma de controle da cadeia, que seria acalmada ou agitada conforme a quantidade de droga disponibilizada à massa.

Isso explica, de acordo com o que informaram alguns entrevistados, da mesma forma apontada pela literatura, o fenômeno de interdição ou liberação temporária do comércio de certas substâncias entorpecentes nos presídios, segundo sua capacidade de agitação da massa, bem como, a presença mais comum, no Pará, da maconha nas prisões (em razão de seu poder de acalmar os usuários).

Entretanto, algumas divergências representativas foram identificadas junto aos entrevistados, conforme se passou a expor a seguir, que geraram o levantamento de novas hipóteses e reflexões sobre o problema originário.

3.3 DADOS DISCORDANTES DA LITERATURA

Como primeiro dado discordante da literatura, destacou-se na fala de alguns dos entrevistados a questão da influência da adoção de medidas ressocializantes como variável influente no processo de impedimento da associação entre criminosos dentro do cárcere.

Alguns dos entrevistados foram assentes em afirmar que a ressocialização só valeria *àqueles que detivessem desejo em ser ressocializados*, ao passo que outros presos deteriam uma *predileção irreversível* pela vida do crime. Minoritariamente, mencionou-se, no mesmo sentido, que não seria possível falar em medidas ressocializantes sem a prévia *garantia de*

diversos outros direitos do preso, inclusive, antes de seu aprisionamento, afirmando, de forma semelhante aos primeiros, que as medidas não funcionariam por este motivo.

Essas falas pareceram comungar com os postulados das novas posturas criminológicas advindas com o advento das sociedades de consumo massivo do século XXI, onde os Estados, sobretudo, os alinhados ao bloco neoliberal passaram a adotar posturas cada vez menos comprometidas com ideais de ressocialização, típicas do período do *Welfare State*, retomando políticas repressivas típicas das criminologias clássicas (ANITUA, 2015). Em todo caso, como nem mesmo a criminologia crítica conseguiu demonstrar o sucesso da ressocialização no combate ao crime, de fato, é natural o surgimento de opiniões divergentes sobre o assunto, até mesmo pela natural subjetividade humana, que não segue regras matemáticas para fins ressocializantes ou de autorreflexão sobre o crime e o castigo.

Então, diante da variedade de estudos em torno da ressocialização sem apontamentos concretos em torno de sua eficácia, é de se recomendar a expansão de pesquisas em torno do tema, principalmente, considerando a lucrativa variável do envolvimento com o tráfico e a oferta trazida pela atividade, de inclusão em uma sociedade de consumo bastante fragmentária (BAUMAN, 1998).

Por conseguinte, embora tenha sido majoritariamente reconhecida a existência de rituais e simbolismos inerentes ao processo de recrutamento das organizações do tráfico de drogas no cárcere, de outro lado, também de forma majoritária negou-se a importância ideológica normalmente atribuída pela literatura a estes elementos simbólicos.

Segundo se colheu da análise dos entrevistados o intento de lucro sempre estaria acima de qualquer ideal ou causa comum entre os criminosos, sendo que os simbolismos, por sua vez, seriam elementos com uma função de sedução, principalmente, dos menos experientes no mundo do crime, para obtenção de facionados, ou seja, um subterfúgio para ocultar as reais intenções das facções, já que o lucro do comércio de drogas ficaria concentrado junto às cúpulas, de modo a convencer os afiliados à adesão a um sistema de contribuições mensais e à realização de crimes e atos, muitas vezes de grande risco, em benefício das facções.

Inclusive, houve quem afirmasse que, em sua atividade profissional, já teria presenciado membros de facções *reclamando do comportamento* de facionados paraenses, uma vez que haveria uma grande dificuldade de fidelização de criminosos que mudariam de facções facilmente, conforme a *melhor oferta*.

Deve-se destacar, também, a fala alguns dos entrevistados que informaram que o elemento sobrevivência estaria fortemente vinculado ao processo de recrutamento. Nestes termos, os neófitos do sistema prisional, pelo contexto de violência e extorsão, se sentiriam

compelidos a escolher um lado e se faccionar, compreendendo-se, neste contexto, a proteção conferida aos mesmos como não como um *assistencialismo*, como destacou a literatura, senão, como algo fundamental à sobrevivência na cadeia, que, implicitamente, obrigaria o interno a se associar aos grupos. Inclusive, citou-se um exemplo relativo a uma cidade do Baixo Amazonas, na qual, no contexto do cárcere, haveria a imposição do pagamento de mensalidades a presos não faccionados, inclusive, mediante ameaças aos seus parentes.

Dessas informações, três hipóteses puderam ser levantadas: a) a primeira é a de que o sistema ideológico de recrutamento talvez não ainda não tenha sido eficientemente implantado no Pará, ao contrário do que se observaria no sudeste do país (contexto mais abordado na literatura); b) a segunda seria a de que no Pará, especificamente, o recrutamento utilizaria as imagens ritualísticas como uma forma simbólica de iludir os recrutas mostrando vantagens ou, explorando fragilidades no processo de adesão às facções; e, por fim, c) a terceira hipótese é a de que, num processo que negaria a literatura e, talvez, revelasse uma mudança paradigmática - que já foi insinuada por alguns autores (como Dias [2013] e Amorim [2011, 2015], que informaram que o ingresso de traficantes na cúpula das facções, a partir da década de 1990 e da tomada do tráfico como principal atividade destes grupos, teria flexibilizado sua dinâmica executiva e organizacional), os mecanismos ideológicos, atualmente, e, no país inteiro, representariam uma forma de ocultar os interesses econômicos das lideranças mediante ilusão dos presos em recrutamento, estendendo a segunda hipótese ao Brasil como um todo.

A verificação destes postulados, no entanto, dependeria da extensão da presente pesquisa a uma base geográfica muito maior e/ou, ainda, da realização de outros estudos com foco específico sobre a questão, o que se deixa como sugestão futura nestas linhas.

Ainda assim, tratam-se de dados bastante relevantes ao contexto da segurança pública do Pará, ao qual muito se afigura bastante coerente a segunda hipótese acima levantada, em razão de outro ponto destacado pelos entrevistados: a caixinha que se destinaria ao sustento de medidas clientelistas aos afiliados, ao menos no Pará, não seria de livre adesão. Os presos apenas contribuiriam com as finanças das facções como forma de garantir a proteção necessária a sua sobrevivência, conforme já destacado em relação ao processo de recrutamento.

E mais, ao contrário do que ocorreria, conforme a literatura, no sudeste do país, onde associados presos não são obrigados a contribuir com o caixa das facções, no Estado do Pará, não haveria, de acordo com os entrevistados, distinção entre afiliados presos ou soltos, e, até mesmo, entre faccionados ou não faccionados em alguns presídios, sendo obrigatória a contribuição sob pena de imposição de diversos malefícios físicos, inclusive, a morte.

3.4 DADOS NÃO PREVISTOS NA LITERATURA

O primeiro dado sem referência literária anterior, encontrado nas entrevistas, diz respeito ao processo de surgimento de facções no Estado do Pará, especificamente. Majoritariamente, apontou-se que o fenômeno teria ocorrido *por intercâmbio de agentes territoriais*, ou seja, por intermédio de internos, que, uma vez transferidos a presídios federais, teriam sido cooptados por organizações criminosas do tráfico, propugnando a integração de suas redes territoriais quando do seu retorno. A primeira facção aqui inserida, conforme informado por entrevistados, teria sido o Comando Vermelho – CV.

Esta afirmação apresenta, aliás, um alto grau de coerência, primeiramente, considerando que as facções hoje presentes no Estado (Comando Vermelho – CV, majoritariamente, e o Primeiro Comando da Capital – PCC) são notoriamente originárias de outros Estados, conforme apontou a literatura (Amorim, 2011, 2015), não havendo ainda, registro histórico do surgimento de falanges ou grupos locais, senão, após a existência daquelas e do contato de presos paraenses com suas lideranças.

Por conseguinte, surgiram nas falas dos entrevistados explicações a respeito das possíveis razões de centralidade das lideranças nas cadeias.

A primeira explicação atribuiu esta centralidade ao fato de que as lideranças veriam o cárcere *como local mais tranquilo para o exercício de suas atribuições*. Enquanto na rua os conflitos e ameaças seriam prementes, no cárcere, as mesmas estariam *blindadas* ou protegidas pelos associados ali presentes, bem como pelo próprio Estado, que teria o dever de lhes garantir proteção e respeito não só à vida, como a uma série de outros direitos (em algumas falas, mencionados como *regalias*). Como os mesmos já estariam presos, nada mais havia que o Estado pudesse fazer contra sua atuação, ao passo que os inimigos externos, e, até mesmo a polícia, não mais os poderiam atingir, em tese. Haveria até um desinteresse em fugir.

Minoritariamente, por sua vez, informou-se que a liderança seria uma *condição prévia* ao cárcere, em muitos casos, apenas se mantendo após o aprisionamento do líder, que, de dentro da cadeia, manteria o controle territorial por meio dos associados à atividade já existentes ou, ainda, de familiares que assumiriam suas funções. Afirmou-se, em sequência, que haveria sim interesse dos líderes em fugir, até mesmo, por ser esta uma *lei entre os criminosos*.

Novamente, constata-se que o tema é cercado de eventuais subjetividades inerentes aos interesses dos próprios internos e variável conforme condições prévias a cada um. Melhores esclarecimentos, portanto, dependem de um aprofundamento específico no fenômeno relativo à centralidade das lideranças, motivo pelo qual, talvez, não haja realmente maiores explicações na literatura, embora se constitua um tema de suma relevância à segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consideração final, deve-se asseverar que, predominantemente, há uma concordância entre as percepções dos entrevistados e os pressupostos teóricos que embasaram o presente estudo, o que torna verossímil muitas das informações já produzidas sobre o tema.

Entretanto, a existência de divergências, especialmente, sobre a influência ressocializadoras no processo de associação interna sobre os aspectos ideológicos e ritualísticos e aspectos do recrutamento interno, impõe a necessidade de prosseguimento das análises em torno da questão com aprofundamentos mais específicos.

Ademais, a coleta de dados até então desconhecidos na teoria, de maneira especial, sobre possíveis peculiaridades do Estado do Pará, a inserção das facções no âmbito local e os processos de construção da centralidade das lideranças, reforçou a importância do esforço científico ora realizado, assim como, da necessidade de fomento de investigações mais aprofundadas sobre a realidade da segurança pública local.

Por fim, atingido o objetivo da pesquisa, fica que a estratégia de estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, de forma simultânea aos demais conjuntos de ações identificados e, conforme tratado acima, tem se mostrado eficiente quanto à integração dos presídios às redes territoriais externas num ciclo de múltiplos culpados cuja vítima, certamente, é a ideia de dignidade seja do cidadão livre, seja do cidadão encarcerado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína - A rota caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ALMEIDA, Marco Antônio Betinne de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CHICARELI, Semiramis Costa; CIDRO, Débora. **Lazer e o presídio: aspectos de um paradoxo**. São Paulo: EACH, 2013.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV - PCC: A irmandade do Crime**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

ANDRADE, Eliakim Lucena de. **Sem Derramamento de Sangue: Religião e Violência na Prisão**. Revista de Campo de Ciências Sociais, n. 19, p. 155-176, 2015.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos Pensamentos Criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. São Paulo: Leya, 2012.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Santa Marta**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves**. Dissertação de mestrado. Rio Grande Do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

CARVALHO FILHO, José dos santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**. Boletim Amazônico de Geografia, v.1, n. 1, p. 186-204, 2014.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2014.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **Disciplina, controle social e punição: O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional**. Revista Brasileira De Ciências Sociais, v. 29, n. 85, p. 113-127, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões**. Tempo Social, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DIAS, Camila Nunes. **PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. **Das Comissões de Solidariedade ao primeiro Comando da Capital em São Paulo**. Revista Tempo Social, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. **Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC**. International Journal of Criminology and Sociology, v. 2, n. 2, p. 397-408, 2013.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **Uma proposta legislativa para o enfrentamento da criminalidade organizada**. De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, v. 11, n. 19, p. 85-111, 2012.

FIGUEIRO, Rafael Albuquerque. **Apontamentos sobre a prisão na pós-modernidade: o caso brasileiro**. Anais do VI Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XXI. Buenos Aires: Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORGIONE, Francesco. **Máfia Export: Como a N´drangueta, a Comorra e a Cosa Nostra colonizaram o mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GODOY, Gabriel; TORRES, Bolivar. **Baladas Proibidas: A história do rei do ecstasy**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre: LP&M, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. **“Quem mantém a ordem, quem cria desordem”**. Tempo Social, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: A fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da Vida Loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo (Tese)**. São Paulo: USP, 2012a.

MARQUES, Adalton. **Crime e Proceder: Um experimento antropológico**. São Paulo: Alameda, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. 20. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Giovanni França; COSTA, Gustavo Villela Lima. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**, v. 11. n. 11, p. 2-24, 2012.

OLSEN, Wendy. **Coleta de Dados: Debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PIEDADE, Fernando Oliveira; CARVALHO, Maria Luciene B. **Sistema Prisional de Pedrinhas em São Luís do Maranhão: presente conturbado e futuro incerto**. Anais da VIII mostra de trabalhos jurídico científicos do XII seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SALAZAR, Alonso. **Pablo Escobar: Ascensão e queda do grande traficante de drogas**. São Paulo: Planeta, 2014.

SAVIANO, Roberto. **Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia**. Síntese, v.1, n. 29, p. 21-48, 1983.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo (Tese)**. São Paulo: USP, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandirú**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

YIN, Robert. **Pesquisa Qualitativa: Do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

2.3 ARTIGO CIENTÍFICO 03

A ASSOCIAÇÃO EXTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO:

A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará

THE EXTERNAL ASSOCIATION AS A FORM OF INTEGRATION OF THE PRESSES TO THE EXTERNAL TRAFFIC NETWORKS: The perception of territorial agents of Public Security in the State of Pará

RESUMO: O presente estudo buscou compreender a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do *estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere* como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. Baseando-se no método hermenêutico e dialético e sob uma abordagem qualitativa e quantitativa, o mesmo se valeu das técnicas de coleta de dados por entrevistas direcionadas a agentes territoriais da segurança no Estado do Pará, seguida de uma análise de conteúdo das falas. Como resultados, identificou-se a utilização da associação à agentes territoriais em liberdade como uma das estratégias de integração do cárcere às redes externas do tráfico, tornando veríssimos, em muito, postulados da literatura. Foram também identificadas informações divergentes da literatura previamente consultada e, principalmente, dados sem referência preliminar um possível envolvimento entre tráfico e *milícias* no Pará, a *vedação à ocorrência de crimes* como forma atualmente predominante de relação com as comunidades, causas da presença de *favelas* no entorno dos presídios e a possibilidade de existência de conivências políticas com as organizações em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de Drogas; Cárcere; Associação à Agentes Externo; Agentes Territoriais da Segurança Pública.

ABSTRACT: The present study sought to understand the perception of territorial actors of public security in the State of Pará with regard to the establishment and maintenance of networks and relations with public or private syntagmatic agents external to the prison as a way of integrating the prisons to the external territorial networks of trafficking drugs. Based on the hermeneutical and dialectical method and using a qualitative and quantitative approach, data collection techniques were used for interviews with territorial security agents in the State of Pará, followed by an analysis of the contents of the speeches. As a result, the use of the association with territorial free agents was identified as one of the strategies of integration of the prison to the external networks of the trafficking, making very, very, postulates of the literature. Differing information from the previously consulted literature was also identified, and, mainly, data without preliminary reference of a possible involvement between traffic and militias in Pará, the fence to the occurrence of crimes as a predominantly predominant relation with the communities, causes of the presence of favelas in the prisons and the possibility of political acquiescence with the organizations under study.

KEYWORDS: Drug Trafficking; Prison; Association to External Agents; Territorial Public Security Agents.

1 INTRODUÇÃO

Em pesquisa desenvolvida junto ao programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, iniciada a partir de uma revisão literária, seguida de uma atividade inferencial e de categorização, constatou-se, sob a teoria de Raffestin (1993), que os agentes territoriais do tráfico de drogas se utilizariam, essencialmente, de seis conjuntos de ações, manejados de forma simultânea e intercruzada (DIAS, 2013) para garantir a integração dos presídios às redes territoriais externas.

As estratégias consistiriam no estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere, o estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, o estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, o estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas e, por fim, o enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Entretanto, como a atividade teórica, ainda assim, dependeria de uma verificação prática das proposições encontradas, essencial ao enfrentamento de problemas relativos ao tráfico de drogas, como a disseminação de facções e das áreas controladas pelo tráfico (AMORIM, 2011; 2015), bem como de uma apontada internacionalização das organizações criminosas brasileiras (ABREU, 2017; DIAS, 2013), o presente estudo se propôs à realização de um esforço empírico voltado à confirmação concreta das hipóteses teóricas, do mesmo modo que uma compreensão de eventuais peculiaridades locais.

Desse modo, se voltando a uma das estratégias destacadas, objetivou-se a análise do seguinte problema: Qual é a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico?

Pretendeu-se, assim, a análise dos dados teóricos colhidos da literatura, por meio de uma atividade de triangulação (MINAYO, 2002) com as informações obtidas junto àqueles agentes, assim escolhidos por sua proximidade do fenômeno. Nas seções seguintes, serão explanados os postulados teóricos e metodológicos sob os quais esta atividade foi desenvolvida.

2 DO REFERENCIAL TEÓRICO

De uma análise crítica do conceito jurídico-legal do crime de tráfico de drogas, concernente à uma série de condutas previstas nos artigos 33, 34, 37 e 38 da lei 11.343/2006 (lei antidrogas), constatou-se que a intenção pragmática do legislador brasileiro consistiria em proibir toda uma cadeia produtiva e comercial de substâncias classificadas como entorpecentes, olvidando, no entanto, uma série de questões históricas, políticas e econômicas ligadas a esta vedação (CARVALHO, 2016).

Como afirmou Rodrigues (2004), a proibição do consumo/comércio das drogas, em verdade, estaria diretamente ligada à concentração de monopólios sobre sua utilização nas mãos de grupos econômicos específicos, notadamente, a indústria farmacêutica, sob o disfarce de um discurso sanitário de defesa social que, de outro lado, em nada garantiu o real acesso da população, especialmente a pobre, a meios de provimento da saúde.

Em termos práticos, a complexidade do tráfico de drogas, enquanto fenômeno social, o denotou como uma atividade semelhante à de uma empresa (CHAGAS, 2014), diretamente ligada à questões de demanda/oferta e de controle de áreas comerciais, que se valeria de uma série de estratégias (conjuntos de ações voltadas à dominação de relações de poder) e mediatos (meios, dos mais diversos, utilizados na implementação estratégica) para atingir a finalidade de hegemonia territorial (RAFFESTIN, 1993).

Os agentes territoriais do tráfico de drogas, dessa forma, seriam classificáveis como verdadeiros agentes sintagmáticos atuantes, portanto, conforme planos específicos, que se apropriariam do espaço (dado originário) em busca da implementação de territórios nascidos, justamente, das relações de poder ali existentes (RAFFESTIN, 1993), que, no dizer de Haesbaert (2014) e, superando a lógica estatal, não seriam somente territórios-zona, senão, também, verdadeiros territórios-rede (pontos interligados por diferentes nós no espaço) e territórios-simbólicos, onde a vinculação do agente se dariam muito mais por uma afetividade do que por sua presença física.

Por sua vez, à imagem e semelhança da lógica produtiva mundial, o fenômeno tráfico de drogas se estratificaria, de um lado em oligopólios transnacionais, dificilmente atingidos pelas políticas repressivas da guerra às drogas (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014), que articulariam a atividade concentrando lucros no topo e, de outro lado, por meio de grandes contingentes de varejistas, que encontrariam no tráfico uma oportunidade de inserção no mercado e, por sua visibilidade, seriam os alvos principais das políticas de segurança, sofrendo, de forma mais veemente, o processo de superencarceramento (DIAS, 2013) e de desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014) decorrente do seu enfrentamento.

Este superencarceramento, no entanto, nem de longe mostrou qualquer contribuição efetiva ao problema: desacompanhado de medidas ressocializantes, a prisão dos agentes territoriais do tráfico de drogas, além de não promover uma quebra das redes comerciais preexistentes, aproximou seus atores, instituiu novas relações e, com isso, promoveu o surgimento de facções criminosas no Brasil (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015) que adotaram o tráfico, precisamente, como sua principal atividade econômica.

A partir de uma organização inicialmente interna, por sua vez, essas facções se expandiram além das grades dos estabelecimentos prisionais, exatamente, em razão da eficiência das estratégias manejadas por seus agentes territoriais, bem como, em decorrência da falência das políticas estatais relativas ao problema (DIAS, 2013).

Como referido na introdução do estudo, a partir da teoria, foi possível definir seis espécies de estratégias inferidas das ações relatadas por diversos autores, em especial, Dias (2011, 2013, 2014), Dias e Salla (2013) e Dias, Alvares e Salla (2013), Amorim (2011, 2015), Abreu (2017) e Varella (2012, 2015, 2017).

Por sua vez, como subsequente esforço de aprofundamento real em torno do problema, o presente estudo se dignou, como dito, à análise de uma daquelas estratégias: o estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere.

A origem desta estratégia é atribuída a vários fatores. O primeiro, já relatado, diz respeito aos novos nós e tessituras que surgiram nas redes do tráfico de drogas, quando da aproximação de seus agentes territoriais no contexto prisional: a aproximação entre estes, decerto, também teria ocasionado uma aproximação entre associados em liberdade vinculados aos primeiros, originando redes mais complexas do que as inicialmente existentes.

Além disso, com o advento das grandes facções e, com elas, o surgimento de medidas clientelistas (cestas básicas, proteção, contratação de advogados, oferta de gêneros de sobrevivência em geral, etc.) em relação a detentos associados ou não (AMORIM, 2011; 2015; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; DIAS, 2013; DIAS; SALA, 2013; MALVASI, 2012a; MALLART, 2014), com certeza, criaram-se mecanismos de fidelização que, quando da

libertação destes, garantiria sua adesão por dívida, por retribuição ou, ainda, por constituírem as organizações criminosas uma oportunidade de reinserção social às ações do tráfico de drogas (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; BARCELLOS, 2015).

Com isso, as redes externas passaram a retroalimentar os fluxos de poder decorrentes das redes internas ao cárcere, garantindo a existência vínculos entre agentes encarcerados e o tráfico de drogas extramuros (DIAS, 2013; SAVIANO, 2015).

Dentre outras consequências, restou apontado pela literatura o surgimento de uma capacidade de gestão da violência no âmbito externo, sob auxílio de agentes territoriais em liberdade, que seriam responsáveis pela expansão territorial, imposição de punições e enfrentamentos diretos, conforme decisões tomadas pelas lideranças, geralmente encarceradas, assim como, pela regulação social das comunidades presentes nos territórios das organizações e pela viabilização de fugas, resgates e outras formas de enfrentamento ao poder público (SAVIANO, 2014; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2017, DIAS, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; DIAS, 2013; MALVASI, 2012a; LUCCA, 2016; TAVARES, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Porém, também houve registro sobre interações não violentas com as comunidades onde se encontrariam instalados os agentes do tráfico, sobretudo, quando habitadas por familiares de envolvidos com a atividade: a garantia da lei do silêncio e da aceitação do tráfico em bairros, especialmente os pobres, seria conquistado por meio de medidas clientelistas: distribuição de produtos, como cestas básicas, realização de eventos sociais, pelo custeio de transporte de familiares às cadeias, restauração de áreas, dentre outros, bem como pela oferta de cargos nas organizações e, de maneira especial, pela pacificação de conflitos locais (AMORIM, 2011, 2015; PICANÇO; LOPES, 2016; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012a; MALLART, 2014; VARELLA, 2017), tudo como forma de manter aparatos estatais distantes das áreas de tráfico e, com isso, obter maior liberdade de ação e comércio.

A fidelização das comunidades, inclusive, foi apontada por alguns autores como garantia de sua utilização como trunfos de poder (RAFFESTIN, 1993), como restou registrado em rebeliões paulistas incomumente havidas em horários de visita, onde, mais tarde, se revelou a adesão e participação de parentes que, a princípio, seriam vítimas da ação (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2017, LUCCA, 2016).

Por sua vez, a literatura também identificou a participação de profissionais, como advogados, contadores, administradores, etc., e entidades privadas, como igrejas, escritórios etc. na prestação de serviços ao tráfico, como representação jurídica de interesses, administração de contabilidade de atividades ilícitas, dentre outros e, até mesmo, no controle direto de atividades ilícitas das organizações criminosas, promovendo, por exemplo, o fluxo de informações entre encarcerados e o mundo livre ou, até mesmo, inserindo objetos proibidos no cárcere, que, inclusive, teriam setores especializados para sua gestão (DIAS, 2013; MALLART, 2014; AMORIM, 2011; 2015; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Igualmente, demonstrou a literatura que a estratégia em questão seria viabilizada pela cooptação de agentes públicos envolvidos com o combate ao tráfico, como as Polícias Civil e Militar, Poder Judiciário, Ministério Público, entre outros, para a garantir a não interferência nos negócios das organizações e, até mesmo para obtenção de favorecimentos em flagrantes, investigações e processos judiciais (AMORIM, 2011, 2015; TEIXEIRA, 2015; VAN DUN, 2014; CAMPOS, 2016; DIAS, 2013; ABREU, 2017). Cumpre apenas assinalar, em tempo, que a cooptação de agentes do sistema penitenciário foi uma ação que apresentou peculiaridades tão próprias, que se tornou mais coerente sua classificação como uma estratégia autônoma, como visto ao início, pelo que não é abordada neste estudo, especificamente.

Assim, organizações criminosas que teriam surgido no âmbito dos presídios, e, num segundo momento, se espalhado por zonas pobres das cidades, teriam atingido uma capacidade de expansão territorial que, neste século XXI, ultrapassariam as barreiras dos centros urbanos

e, até mesmo, do próprio país, encontrando-se registro de sua atuação em outros Estados da América Latina como Colômbia, Bolívia, Argentina, Peru e Paraguai, além de sua relação com grupos armados, máfias e cartéis internacionais (AMORIM, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; DIAS, 2013).

Com tamanho poderio, apontou a literatura que os grandes grupos de agentes territoriais do tráfico teriam conseguido tecer, por intermédio de suas lideranças encarceradas, até mesmo, acordos políticos com o poder público, em verdadeiras tréguas negociadas nas quais, em troca de uma maior liberdade de atuação no cárcere, as organizações se comprometeriam à cessação de rebeliões, ataques e revoltas, bem como se comprometeriam à preservação de uma paz velada, muito interessante, aliás, a certos governos (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; LOURENÇO, ALMEIDA, 2015; TEIXEIRA, 2015; MALLART, 2014; ABREU, 2017).

Nestes termos, constatou-se que a estratégia de estabelecimento de redes e relações junto a agentes externos como importante elemento para integração do cárcere às redes territoriais externas do tráfico de drogas, o que, por sua vez, torna imperiosa a confirmação das proposições teóricas diante da realidade concreta.

Em razão disso, num segundo esforço concreto pela apreensão de dados próximos à realidade, este estudo firmou uma análise, de natureza qualitativa e quantitativa das percepções de agentes vinculados à segurança pública, na mencionada base territorial e tempo presente, como forma de verificação concreta das proposições teóricas, justamente, no sentido de confirmar sua verossimilhança ou não e, ainda, acrescentar especificidades, conforme o caso.

Para tanto, mostrou-se necessária a adoção de um conjunto de técnicas metodológicas específicas e cuidados éticos pertinentes, devidamente explicados na seção a seguir.

3 DO MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Primeiramente, como conjunto procedimental o estudo adotou o método hermenêutico e dialético (STEIN, 1983; HABERMAS, 1987; MINAYO, 2002).

Trata-se de técnica de pesquisa que toma a linguagem como base do conhecimento científico, sem, no entanto, olvidar que esta é influenciável pelo contexto social, econômico, político e histórico em que se inserem os sujeitos envolvidos num estudo, dando origem a uma linguagem sistemicamente perturbada (HABERMAS, 1987), devendo ser analisada, assim, como algo potencialmente alienável.

Para desvelar as influências decorrentes das relações de poder, o método propugna alguns cuidados: a) a consideração dos aspectos históricos dos emissores das informações; b) o respeito à linguagem de cada pesquisado por mais simples que esta seja; e, c) a busca pelo real sentido da informação emitida por cada um. Após esses cuidados, é prudente a realização, ainda, de triangulações internas entre os emissores e externas tanto junto a teoria fundante de um estudo e quanto em face da literatura produzida.

Dessa forma, o método adequou-se perfeitamente à proposta, justamente, por permitir, num primeiro momento, a inferência de informações decorrentes de obras com diferentes objetos de estudo e, num segundo momento, por permitir a análise da visão de um grupo específico de agentes territoriais locais (agentes territoriais da segurança pública), desvelando eventuais distorções decorrentes de seu papel e situação dentro das relações de poder.

Por conseguinte, adotou-se uma abordagem qualitativa focada no conteúdo do discurso dos entrevistados e quantitativa que, reforçando técnicas de análise de discurso, auxiliou na exposição dos resultados do estudo.

Como técnica de pesquisa, utilizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas, que, no dizer de Olsen (2015), importa numa interação entre o pesquisador e sujeitos detentores de informações, para apreensão de suas percepções e saberes.

Elaborou-se um protocolo de entrevista (YIN, 2016), com trinta e duas questões semiestruturadas confeccionadas a partir da literatura, controladas pela teoria e voltadas à hipótese do estudo (FLICK, 2009), em torno das seis espécies de estratégias mencionadas, cujas repostas foram classificadas, neste trabalho, somente em relação à estratégia de estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, conforme objetivo primário. As demais estratégias deram origem a outros artigos específicos em razão dos limites da espécie de trabalho.

É de se reafirmar que as estratégias em estudo são manejadas, como constatou Dias (2013), de forma simultânea e intercruzada, pelo que, embora o protocolo tenha delimitado algumas perguntas relativas somente à estratégia acima, observou-se, quando de sua aplicação, a ocorrência de menções sobre a mesma ao longo de toda a fala dos entrevistados. Portanto, para exposição de resultados, valeu-se o estudo da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para categorização de dados e falas, aproveitando-se uma organização já anteriormente obtida na prévia atividade de revisão literária sobre o tema provocador da presente pesquisa.

A escolha dos entrevistados, por conseguinte, se deu, primeiramente, em razão dos objetivos do programa de Mestrado em Segurança Pública, ao qual o estudo se vinculou, voltado à capacitação profissional e ao desenvolvimento de competências para uma atuação neste campo do conhecimento, o que, obviamente, foi determinante para a escolha de agentes territoriais locais da área da segurança como fonte primária de dados.

Principalmente, a seleção se deu em razão de indicações decorrentes da literatura inicialmente consultada: foram escolhidos entrevistados identificados como diretamente atuantes em órgãos e atividades que, por sua natureza de enfrentamento ao problema ou assessoria, teriam contato efetivo com os agentes territoriais do tráfico e suas respectivas estratégias, sendo, assim, detentores de conhecimentos interessantes ao estudo.

Ainda, conforme recomendado por Yin (2016), houve uma aproximação cuidadosa junto ao campo de pesquisa facilitada pela condição de docentes da área e inteligência e segurança pública, ostentada pelos pesquisadores para verificação das formas de acesso, obstruções a serem removidas e, finalmente, se, de fato, os entrevistados seriam detentores das informações buscadas, após o que, finalmente, restaram definidos os sujeitos da entrevista.

Foram entrevistados desta forma: a) Na Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA: O Diretor do Núcleo de Inteligência Policial – NIP – e o Diretor da Delegacia de Narcóticos – DENARC, ambos, delegados em exercício da função no momento da entrevista; b) Na Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA: O comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária – BPOP, Oficial em exercício da função no momento da entrevista; c) Na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE/PA: O diretor da Assessoria de Segurança Institucional - ASI, oficial da polícia militar no exercício da função no momento da entrevista; d) No Ministério Público do Estado do Pará - MPPA: O Diretor do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado – GAECO –, Promotor de Justiça em exercício da função no momento da entrevista; e, finalmente, e) Na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará – OAB/PA: o Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, advogado eleito para a função em exercício no momento da entrevista; f) na Polícia Federal: Superintendente da Polícia Federal no Pará, Delegado Federal em exercício da função no momento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas entre o fim do mês de abril/2017 e o início do mês de janeiro/2018, em razão de afastamentos e questões emergenciais ocorridas em algumas das instituições, na sede dos órgãos indicados ou em locais escolhidos pelos entrevistados, em salas reservadas e em horários previamente agendados, justamente para manutenção de uma situação de tranquilidade e controle de interferências, gerando um clima amistoso que permitiu manifestações comprometidas com a proposta apresentada.

Como protocolo ético, o estudo: a) Escolheu somente sujeitos que exerciam funções diretivas, caracterizáveis, assim, como representantes legais autorizados a falar em nome dos

órgãos e entidades acima (CARVALHO FILHO, 2013), casos em que as autorizações seriam dadas pelos próprios entrevistados, quando a formalidade foi considerada desnecessária ou, no caso de órgãos subordinados, mediante permissão da autoridade competente; b) As entrevistas foram precedidas da leitura, explicação e subscrição de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, expositivo da pesquisa, objetivos, vinculação institucional, interesses e riscos e desconfortos, bem como da total garantia do sigilo de identidades e informações.

Como a identificação dos entrevistados, ainda assim, não seria muito dificultosa, garantiu-se que os resultados não fariam qualquer menção a resposta ou visão de entrevistados ou suas instituições, nem tampouco mencionariam unanimidades em relação aos resultados, sempre se utilizando de expressões como opinião majoritária ou visão minoritária, por exemplo, em sua exposição, como forma de respeito ao sigilo das manifestações. Além disso, não serão transcritos trechos das entrevistas, senão, somente termos bem representativos das ideias (redução eidética) que serão destacados em itálico, como outro cuidado tendente à não identificação do dono de cada fala.

Ademais, como dito, as respostas foram transcritas, fragmentadas conforme assuntos específicos inferidos de seu teor e sujeitas a um procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) pelo qual foram organizadas em uma tabela de dupla entrada e submetidas a um processo de categorização, que tomou por base a anterior revisão literária realizada. Como resultados, na seção seguinte, foram expostas as percepções dos agentes da segurança pública entrevistados a respeito das ações utilizadas pelos atores territoriais do tráfico de drogas, notadamente, no que tange à estratégia de estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere.

4 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BREVE ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

Realizada a atividade de análise de conteúdo das falas dos entrevistados, foram classificados noventa trechos transcritos, relativos às manifestações sobre a estratégia em análise. Seguiu-se, após esta classificação, a uma triangulação dos dados diante dos anteriores achados teóricos, havidos após revisão literária. Desta forma, dos noventa trechos, um quantitativo de setenta e sete se referiam a questões tratadas pela literatura (85,56% do total) e treze (14,44% do total) apontavam questões sem referência literária anterior.

Por sua vez, dos trechos que encontravam previsão teórica, setenta e três apresentaram concordância com as afirmações dos autores estudados (81,11%), ao passo que quatro trechos (aproximadamente 4,45% do total) apresentaram dados que, a despeito de encontrar referência na literatura, se mostravam divergentes de seus postulados.

Esta divisão quantitativa foi tomada por base, por sua vez, para exposição qualitativa dos resultados, dos quais se ocuparam as seções seguintes.

4.2 DOS DADOS EM CONFORMIDADE COM A LITERATURA

Em primeiro lugar, constatou-se que a fala dos entrevistados apresentou concordância majoritária com a literatura (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015) quanto à afirmação de que a associação entre internos no cárcere promoveria, também, a união entre suas redes territoriais externas, cuja territorialidade não seria simplesmente quebrada com o encarceramento.

De igual maneira, houve concordância, também majoritária, de que a cooptação de internos pelas facções, mais tarde, os tornaria agentes territoriais externos nas ruas, vinculados àquelas organizações (AMORIM, 2011; 2015; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; DIAS, 2013;

DIAS; SALA, 2013; MALVASI, 2012a; MALLART, 2014). Porém, embora reconhecida a concessão de benefícios, conforme as falas dos entrevistados, as principais causas dessa fidelização apresentariam divergência em relação à teoria, como se tratou adiante.

Por sua vez, tem-se que a associação dos agentes sintagmáticos do tráfico no cárcere a agentes externos, majoritariamente, foi apontada como responsável pelo sucesso de uma gestão da violência no mundo livre (SAVIANO, 2014; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2017, DIAS, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MALVASI, 2012a; LUCCA, 2016; TAVARES, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017), especialmente, para fins de controle territorial das áreas de comércio de drogas. Nesse sentido, traficantes, afiliados, contariam com o apoio armado das facções, sob o aval das lideranças encarceradas para fins de manutenção de sua hegemonia territorial por meio da defesa de territórios, cobrança de dívidas, dentre outros, como afirmado por alguns entrevistados.

De igual maneira, a existência de associados externos garantiria a execução de medidas de aplicação das leis do tráfico nas ruas, como a punição de transgressões aos estatutos das organizações e vinganças determinadas pelos agentes encarcerados, bem como de realização de ações colocadas como verdadeiros testes à fidelidade do faccionado, tais quais o enfrentamento ao poder público e seus agentes, em especial, agressões à policiais no âmbito externo às cadeias e auxílio em fugas e resgates e crimes em geral, como assaltos, por exemplo, cujos lucros seriam divididos com as organizações criminosas.

Além disso, também houve menção majoritária sobre uma interação das organizações do tráfico no cárcere junto a parentes de agentes encarcerados, concedendo-lhes, além de proteção pessoal, outros benefícios como pensões, cestas básicas e o custeio de funerais e de transporte para fins de visitação daqueles últimos, inclusive, noutros estados ou municípios, como forma de comprar seu silêncio sobre a organização ou cooptá-los para práticas criminosas, assim como, junto à comunidades de áreas comerciais das organizações criminosas, para fins de garantia do silêncio e convivência destas, confirmando a afirmação de existência destas práticas na literatura (AMORIM, 2011, 2015; PIKANÇO; LOPES, 2016; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012a; MALLART, 2014; VARELLA, 2017), embora, presentes algumas divergências mencionadas adiante.

Ainda a respeito da interação com comunidades inerentes às áreas comerciais do tráfico, constatou-se a verossimilhança da informação da concessão serviços, mesmo que ilegais à população, como água, gás, televisão a cabo, sobretudo, nas grandes cidades do Sudeste do País. Igualmente, foi apontada pelos entrevistados a utilização da violência como medida de pacificação de conflitos territoriais locais, por óbvio, como meio de afastamento do crime, e, consequentemente, dos órgãos de segurança, deixando o território mais calmo para as atividades inerentes ao comércio de drogas. Entretanto, peculiaridades locais bastante significativas, relativas a este aspecto, foram identificadas e, assim, discutidas adiante.

Por conseguinte, a fala dos entrevistados apontou, majoritariamente, que a vinculação de parentes com o tráfico se daria de uma maneira quase que natural, diante do aprisionamento de um agente territorial da atividade. Embora não fosse descartado o aspecto sentimental, a maioria das falas foi assente em afirmar que a manutenção de um padrão de vida, bem como a necessidade de sustento individual ou familiar seriam as principais razões daquela vinculação.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados apresentaram as mesmas divergências literárias em torno do tema. Porém, ainda assim, tornaram verossímil a afirmação literária de que há forte vinculação de parentes com o tráfico de drogas, especialmente, em relação à figura das esposas e companheiras de agentes territoriais do tráfico de drogas.

Outro aspecto encontrado na fala majoritária dos entrevistados, também presente na literatura (DIAS, 2013; MALLART, 2014; AMORIM, 2011; 2015; VARELLA, 2017; ABREU, 2017), diz respeito à associação junto a diversos profissionais privados, contratados para o desenvolvimento de atividades junto às organizações criminosas, conforme planos

sintagmáticos das lideranças encarceradas, sendo mencionados advogados, especialmente, além de contadores e administradores e, até mesmo, arquitetos. As menções recaíram significativamente sobre a figura dos advogados, considerando que os mesmos deteriam privilégios relativos às suas inviolabilidades profissionais, que, muitas vezes, seriam utilizadas como facilitadores do acesso às cadeias e, em hipóteses mais graves, como favorecedores para a inserção de drogas e objetos ilícitos, conforme também apontado na teoria.

Além disso, também foi confirmada a existência de setores específicos em algumas facções, notadamente o Primeiro Comando da Capital – PCC, nos mesmos moldes mencionados por Dias (2013), que seriam responsáveis pelo recrutamento de advogados para atuação junto às aquelas organizações. Foi mencionada, também, a existência de setores comerciais e contábeis com atribuições específicas.

É interessante afirmar que, inclusive, o discurso de alguns entrevistados, no mesmo sentido de Chagas (2014), foi expresso em comparar a atividade das organizações do tráfico no cárcere e fora dele a uma empresa, sendo assente, em algumas das falas, que o exercício de atividades junto às facções seria encarado, por muitos profissionais privados, com certa normalidade, como se estivessem exercendo qualquer outro empreendimento comum.

Apontou-se, também, o envolvimento de líderes vinculados a grupos religiosos, o que também foi mencionado na literatura (AMORIM, 2011, 2015), principalmente, no que tange à concessão aos grupos criminosos, de informações privilegiadas das comunidades e exercício da função de pombos-correios das informações das lideranças encarceradas a associados externos.

Por conseguinte, confirmando novamente informações presentes na literatura (AMORIM, 2011, 2015; TEIXEIRA, 2015; VAN DUN, 2014; CAMPOS, 2016; DIAS, 2013; ABREU, 2017), houveram menções dos entrevistados a respeito do envolvimento de agentes públicos com as organizações do tráfico, com especial destaque à figura dos agentes penitenciários (que, por suas especificidades, compõem a análise de uma espécie diferenciada de estratégia, no âmbito macro deste estudo, não sendo aqui abordados, portanto), policiais civis e militares e, até mesmo, membros do Poder Judiciário e Ministério Público, embora, quanto a estes últimos, as falas, apesar de majoritárias, tenham sido bastante reservadas em afirmar não ter provas, senão, uma grande crença em razão de fatos evidenciados concretamente.

Este envolvimento, por sua vez, consistiria não só na concessão de informações privilegiadas a respeito de questões interessantes às facções (processuais, por exemplo), como indicação dos dias de revistas e intervenções no cárcere, mas, atuações diretamente voltadas às suas atividades, como inserção de bens proibidos e, até mesmo, drogas e armas nas cadeias.

Ainda, no que tange ao envolvimento das organizações do tráfico num nível político, nos mesmos termos apontados pela teoria, constatou-se que a fala majoritária dos entrevistados apontou que acordos, realmente, aparentariam ter sido celebrados em contextos de conflito havidos nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo na década passada (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; LOURENÇO, ALMEIDA, 2015; TEIXEIRA, 2015; MALLART, 2014; ABREU, 2017), afirmando, no entanto, desconhecer a existência destas práticas no Estado do Pará, ainda que, como foi discutido mais à frente, algumas informações destacadas como elementos não referidos na literatura, pareçam contrariar esta afirmação.

Finalmente, verificou-se a afirmação literária de que os agentes territoriais do tráfico de drogas teriam consubstanciado ramificações por diversos setores da sociedade, o que, o passo, teria lhes permitido uma larga expansão territorial de caráter regional, nacional e, até mesmo, internacional (AMORIM, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; DIAS, 2013). Mencionou-se, nesse sentido, que o tráfico seria equiparável a um polvo com inúmeros tentáculos, que, à cada prisão, buscaria angariar novos afiliados e redes, utilizando esta técnica para a vinculação de associados externos vinculados aos agentes encarcerados.

Desse modo, as facções de âmbito nacional, de maneira especial, prometeriam apoio a facções locais, incorporando suas redes em troca da autorização para uso de seu nome, bem

como em troca da conjugação de redes e proteção territorial, ampliando, à imagem e semelhança de um regime de franquias, o comércio do tráfico de drogas no âmbito nacional e internacional, vinculando-o aos planos das lideranças normalmente encarceradas.

4.3 DADOS DISCORDANTES DA LITERATURA

Por sua vez, embora se tenha confirmado que a fidelização de agentes aprisionados, mais tarde, após a libertação dos detentos, por meios convencionais ou não, garantiria sua associação externa às organizações do cárcere, a fala majoritária dos entrevistados apontou, por outro lado, que no Pará a dívida de drogas firmada ainda nas cadeias seria a principal causa que levaria o agente externo ao cumprimento de ações violentas determinadas pelos agentes territoriais encarcerados. Negou-se, dessa forma, a afirmação literária de que a fidelização se daria, sobretudo, pela adoção de medidas clientelistas oferecidas pelas organizações do tráfico no cárcere.

Trata-se, possivelmente, de uma realidade identificada em relação ao Estado do Pará, que, além de confirmar a existência de outra estratégia relativa ao comércio dentro do cárcere – tratada em outro trabalho nascido desta mesma pesquisa –, ainda, revelaria que a fidelização das facções, ao menos no âmbito regional, se impõe mais pelo fator medo do que por qualquer outro aspecto ideológico, o que parece insinuar que a forma tradicionalmente simbólica de recrutamento apontada pela literatura em relação às organizações criminosas, ao menos neste Estado, parece não se aplicar.

Além disso, também houve uma negação de afirmações teóricas, novamente em razão de possíveis peculiaridades locais, relativas à dinâmica comercial do tráfico de drogas, no que toca à proibição de comercialização de drogas fora de territórios delimitados pelas facções. Mencionou-se que, no Pará, não haveria uma determinação relativa a *quem vender*, contrariando a afirmação literária de que áreas comerciais específicas deveriam ser repartidas e severamente respeitadas, senão, apenas indicações de *exclusividades relativas aos fornecedores* dos produtos do tráfico, que, obrigatoriamente, seriam os agentes territoriais indicados pelas facções, aproximando sua atuação, como mencionado acima, a um sistema de franquias.

As razões desta dinâmica, entretanto, permanecem ocultas na fala dos entrevistados, sendo possível presumir, no entanto, que razões comerciais possivelmente estabelecem esse comportamento diferenciado. Em todo caso, trata-se de ponto que roga aprofundamento em pesquisas específicas.

4.4 DADOS NÃO PREVISTOS NA LITERATURA

Em relação às informações novas, obtidas na pesquisa, destacou-se, em primeiro lugar, a fala *minoritária* dos entrevistados no sentido de afirmar que, além de associados comuns, (criminosos em liberdade, ex-detentos ou não), vinculados às redes territoriais, no Estado do Pará, haveria o envolvimento de milícias com as organizações do tráfico no cárcere. Embora esta informação possa apresentar relativa discordância com as finalidades e *modus operandi* relativos aos grupos milicianos nos termos apontados por Cano e Duarte (2014), ainda assim, trata-se de hipótese que não pode ser destacada em relação ao Estado.

Primeiramente, porque mesmo sendo as milícias compostas, até mesmo por reputados agentes da segurança pública (o que, nem de longe, seria garantia de honestidade ou confiabilidade de sua atuação), ainda assim, sua ação não deixa de ser ilegal e abusiva, sendo admissível, portanto, que o tráfico figurasse entre suas atividades. Em segundo lugar, não é inconcebível, numa sociedade de consumo desenfreado (BAUMAN, 1998), que a busca pelo lucro tenha subvertido os propósitos daqueles grupos em sua suposta luta contra o mal, usada

como pretexto para extorsão da população, sobretudo, considerando o potencial econômico inerente à atividade de tráfico de drogas.

Em todo caso, trata-se de ponto sobre o qual se recomenda aprofundamento em estudos futuros, sob foco e técnicas metodológicas diferenciadas e cuidados muito específicos, especialmente, considerando que muitas das investigações sobre as milícias no Pará ainda se encontram sob sigilo de justiça (fase investigatória), bem como envolvem riscos a serem devidamente calculados pelos pesquisadores.

Por sua vez, outro conjunto de informações inéditas diz respeito à forma de interação entre os agentes territoriais encarcerados e as comunidades locais. Apesar de referida pelos entrevistados a existência de áreas que tenham sido objeto de medidas clientelistas em troca do silêncio e da convivência com o comércio de drogas (tendo sido exemplificado, inclusive, o bairro da Terra Firme, em Belém – PA), relatou-se também que, no Pará, a vedação de roubos e furtos seria a principal forma de interação praticada pelas organizações criminosas na atualidade. Majoritariamente, foi referida a existência de avisos públicos de vedação do cometimento de crimes, disseminados por pichações e mensagens verbais de criminosos locais.

Embora, mais uma vez, se trate de situação que exija estudos específicos, certamente, se pode confirmar a verossimilhança dessas afirmações por meio de registros fotográficos firmados pelos próprios pesquisadores, obtidos de seus contatos presenciais com algumas áreas onde há a identificação do comércio de drogas, como se vê da Figura 01, abaixo.

FIGURA 01 – Avisos Públicos (pichações), atribuídos à organizações locais do tráfico vinculadas à facções criminosas, vedando o cometimento de roubos nas comunidades locais, apostos (à esquerda) no muro de uma Escola Pública no bairro do Centro em Santa Bárbara – PA e (à direita) no muro de residência particular no bairro do Mangueirão em Belém-PA, registrados pelos pesquisadores em dezembro de 2017.



Fonte: Acervo dos pesquisadores (2017).

Nota: C.V.R.L. (Comando Vermelho Rogério Lemgruber). C.V. (Comando Vermelho). F.D.N. (Família do Norte). P.G.N. (Primeira Guerrilha do Norte).

Por conseguinte, a fala minoritária dos entrevistados mencionou, em relação à associação de agentes sintagmáticos do cárcere com entidades privadas, que uma prática nova no Estado e em alguns lugares do Brasil, consistiria no financiamento da criação de Organizações Não Governamentais – ONG's, que atuariam na defesa de direitos de oprimidos, no caso, os encarcerados, mas que, na prática, usariam deste disfarce para obtenção de informações privilegiadas e atuação voltada ao interesse das organizações criminosas.

E, explicando um fenômeno que foi insinuado por Amorim (2011, 2015), que comentou que sempre surgiriam favelas próximas aos presídios, encontrou-se, na fala de alguns entrevistados, a explicação de que esses aglomerados (invasões) decorreriam do natural deslocamento de familiares de presos, às vezes, pobres, para as proximidades dos presídios.

Contudo, além dessa questão afetiva, tais territórios constituiriam verdadeiros centros de apoio a fugas, bem como de recepção e transmissão de informações locais privilegiadas por meio de outra estratégia identificada: o uso de mediadores de comunicação com o cárcere, como, por exemplo, detalhes a respeito da chegada nas imediações, de forças policiais ou militares destinadas a realização de revistas e intervenções internas nos presídios.

Conforme se observa na Figura 02 abaixo, essa proximidade entre invasões e presídios, de fato, é uma realidade evidenciada em relação ao principal complexo prisional do Estado, o Americano em Santa Izabel – PA: O presídio (predominantemente situado nos quadrantes inferiores da imagem), tem em seu entorno não só a Vila de Americano (quadrante superior esquerdo), onde são identificadas diversas áreas irregulares, como, também, uma grande invasão situada às proximidades do complexo (quadrante superior direito).

Figura 02 – Foto, via *satélite*, do Complexo Prisional de Americano e entorno em Santa Izabel do Pará -PA, registrada no mês de janeiro de 2018.



Fonte: Google Maps (2018).

Ademais, embora majoritariamente negada a realização de acordos, num nível político, entre as organizações do tráfico e suas lideranças encarceradas com o Poder Público paraense, de outro lado, constatou-se que algumas das falas dos entrevistados sugeriram uma certa conivência com a permanência de líderes de organizações em presídios, onde seu grupo deteria relativa hegemonia, como forma de acalmar as unidades. Igualmente, seria tranquilamente aceito que alguns destes líderes ocupassem funções que permitissem uma maior circulação e contato com seus associados dentro dos presídios, como a de faxineiros, por exemplo.

Esta informação, que, certamente é de ciência de membros componentes dos níveis políticos do estado, no mínimo, poderia caracterizar a existência de eventuais acordos tácitos, como forma de manutenção de uma já mencionada paz velada nos presídios, conforme apontado pela teoria em relação a estados do sudeste do país (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; LOURENÇO, ALMEIDA, 2015; TEIXEIRA, 2015; MALLART, 2014; ABREU, 2017), o que, por sua vez, seria inédito no Estado.

Em todo caso, as informações mencionadas neste tópico dependem de maiores aprofundamentos em estudos específicos, sob métodos e técnicas voltados às peculiaridades dos casos e sensibilidade de possíveis informações obtidas, o que se recomenda desde logo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta análise, deve-se afirmar que a os dados colhidos junto aos agentes territoriais da segurança pública paraense, de fato, confirmaram que a estratégia de estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere propicia o surgimento de vínculos entre o cárcere e as redes territoriais externas do tráfico de drogas.

Além disso, restaram verificadas dissidências entre os dados colhidos e algumas informações teóricas já enunciadas em torno do assunto, principalmente, no que tange a peculiaridades da dinâmica comercial do tráfico no Estado e da utilização do fato medo como principal mecanismo de fidelização de associados externos.

Igualmente, a revelação de dados sem referência literária anterior, como a menção de envolvimento entre organizações do tráfico e milícias no Pará, a predominância da vedação à ocorrência de crimes como forma atual de relação com as comunidades, explicações em torno da presença de favelas nas proximidades dos presídios e a participação de suas comunidades em atividades junto aos agentes territoriais do tráfico no cárcere e, finalmente, a possibilidade de existência de conivências políticas com as organizações em estudo foi identificada ao fim deste estudo, enunciando sua relevância

Deve-se asseverar, ainda, que o conjunto de informações colhidas, além de representar o atingimento do objetivo inicial, traz à baila um conjunto de conhecimentos sensíveis e significantes aos órgãos de segurança pública local e que, nesta perspectiva, devem ser submetidos a posteriores aprofundamentos específicos, o que, de pronto, se recomenda.

Ademais, a partir das falas dos entrevistados, restou comprovada, além da eficácia da estratégia em comento, a efetiva integração dos presídios às redes externas do tráfico de drogas, o que, novamente, ressalta não só a pertinência dos dados colhidos, como, novamente, a necessidade de aprofundamento reflexivo em torno do contexto denunciado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína - A rota caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV - PCC: A irmandade do crime**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. São Paulo: Leya, 2012.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Santa Marta**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CAMPOS, Stephanie. **The Santa Monica prison and illegal cocaine: a mutual relationship**. *Crime Law Soc. Change*, n. 65, p. 251-268, 2016.

CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. **Milícias. Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves**. Dissertação de mestrado. Rio Grande Do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

CARVALHO FILHO, José dos santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**. *Boletim Amazônico de Geografia*, v.1, n. 1, p. 186-204, 2014.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2014.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de Drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **Disciplina, controle social e punição: O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 85, p. 113-127, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões**. *Tempo Social*, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DIAS, Camila Nunes. **PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. **Das Comissões de Solidariedade ao primeiro Comando da Capital em São Paulo**. *Revista Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. **Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC**. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 2, n. 2, p. 397-408, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOOGLE MAPS (ON LINE). **Registro fotográfico do Complexo Prisional de Americano, em Santa Izabel do Pará – PA.** Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-1.2940279,-48.0528156,3302a,35y,270h/data=!3m1!1e3> >. Acesso em 10.01.2018.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer.** Porto Alegre: LP&M, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “**Quem mantém a ordem, quem cria desordem**”. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: A fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da Vida Loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo (Tese).** São Paulo: USP, 2012a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais.* 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OLIVEIRA, Giovanni França; COSTA, Gustavo Villela Lima. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**, v. 11, n. 11, p. 2-24, 2012.

OLSEN, Wendy. **Coleta de Dados: Debates e métodos fundamentais em pesquisa social.** Porto Alegre: Penso, 2015.

PICANÇO, Felícia Silva; LOPES, Natânia de Oliveira. **O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro.** *Análise Social*, v. 1, n. 218, p. 96-120, 2016.

QUEIROZ, Nana. **Presos que Menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SAVIANO, Roberto. **Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia.** Síntese, v.1, n. 29, p. 21-48, 1983.

VAN DUN, MIRELA. **Exploring Narcosovereignty/violence: Analyzing Illegal Networks, Crime, Violence, and Legitimation in a Peruvian Cocaine Enclave.** Journal of Contemporary Ethnography, v. 43, n. 4, p. 395-418, 2014.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandirú.** 2 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo (Tese).** São Paulo: USP, 2015.

YIN, Robert. **Pesquisa Qualitativa: Do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.

2.4 ARTIGO CIENTÍFICO 04

O ENFRENTAMENTO AO PODER PÚBLICO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO:

A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará

RESUMO: O presente estudo buscou compreender a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. Baseando-se no método hermenêutico e dialético e, sob uma abordagem qualitativa e quantitativa, o mesmo se valeu das técnicas de coleta de dados por entrevistas direcionadas a agentes territoriais da segurança no Estado do Pará, seguida de uma análise de conteúdo das falas. Como resultados identificou-se que o enfrentamento é usado como forma de demonstrar poder e manter estabilidade de redes existentes, bem como, que o tráfico se utilizaria de medidas de contra-inteligência no combate ao estado, propondo-se, ao fim, uma geografia das facções criminosas no maior complexo prisional do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de Drogas; Estado; Enfrentamento Direto; Integração ao Cárcere.

ABSTRACT: The present study sought to understand the perception of territorial actors of public security in the state of Pará regarding the direct confrontation of syntagmatic agents and the attainment of symbols linked to public power as a way of integrating the prisons into the external territorial networks of drug trafficking. Based on the hermeneutical and dialectical method, and using a qualitative and quantitative approach, it was used the techniques of data collection by interviews directed to territorial security agents in the State of Pará, followed by a content analysis of the speeches. As results, it was identified that the confrontation is used as a way to demonstrate power and maintain stability of existing networks, as well as, that the traffic would be used of measures of counterintelligence in the fight against the state, proposing, in the end, a geography of criminal factions in the largest state prison complex.

KEYWORDS: Drug trafficking; State; Direct confrontation; Integration with the prison.

1 INTRODUÇÃO

Por meio de estudo desenvolvido junto ao programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e, partindo de uma revisão literária, seguida de uma atividade de inferência e categorização, constatou-se, que os agentes territoriais do tráfico de drogas se utilizariam, essencialmente, de seis conjuntos de ações, aplicados de forma simultânea e inter cruzada (DIAS, 2013) para garantir a integração dos presídios às redes territoriais externas.

As estratégias consistiriam, sob uma interpretação baseada nos estudos de Raffestin (1993), teoria fundante da análise, no estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os

agentes sintagmáticos internos ao cárcere, o estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, o estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, o estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas e, por fim, o enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Entretanto, como a confirmação dos postulados teóricos ainda dependeria de uma verificação prática das informações evidenciadas, muito importante ao enfrentamento de problemas relativos, por exemplo, ao comando de rebeliões e revoltas a partir de lideranças do tráfico encarceradas (AMORIM, 2011; 2015), bem como de uma apontada organização de fugas e resgates como forma de reintegração à atividade de líderes presos (ABREU, 2017; DIAS, 2013), este estudo se propôs à verificação prática das afirmações teóricas, a partir da percepção de agentes da segurança pública, sobretudo, para compreensão de eventuais peculiaridades locais relativas à base física do estudo, o Estado do Pará.

Desse modo, se atendo a uma das estratégias destacadas, o presente estudo tomou por base o questionamento: Qual é a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico?

Pretendeu-se, assim, a triangulação de dados colhidos a partir da teoria, com as informações obtidas junto aos mencionados agentes (MINAYO, 2002), assim escolhidos por sua proximidade do fenômeno. Nas seções seguintes, serão explanados os postulados teóricos e metodológicos sob os quais esta atividade foi desenvolvida.

2 DO REFERENCIAL TEÓRICO

De uma análise do conceito jurídico-legal do crime de tráfico de drogas, constatou-se que o mesmo, em termos práticos, apenas conclama a imprecisa proibição de diversas condutas previstas nos artigos 33, 34, 37 e 38 da lei 11.343/2006 (lei antidrogas), vedando, dessa forma, uma cadeia de produção e comércio de entorpecentes, sem considerar uma série de questões históricas, políticas e econômicas ligadas a esta vedação (CARVALHO, 2016).

A proibição em questão, em verdade, estaria diretamente alinhada a uma política internacional responsável concentração do monopólio produtivo e de utilização de diversas substâncias nas mãos de grupos hegemônicos no cenário internacional, especialmente, a

indústria farmacêutica ligada aos países precursores da chamada guerra às drogas, como afirmado por D'élia Filho (2014).

Numa visão pragmática, o tráfico em muito se assemelha a de uma empresa (CHAGAS, 2014), conquanto ligado às ideias de demanda/oferta e de controle e expansão de áreas comerciais. Para tanto, o tráfico se valeria de uma série de estratégias (conjuntos de ações voltadas à dominação de relações de poder) e mediatos (meios, dos mais diversos, utilizados para colocar as estratégias em prática) para atingir a finalidade de dominação territorial (RAFFESTIN, 1993). Os atores do tráfico, dessa forma, seriam caracterizáveis como verdadeiros agentes sintagmáticos que, portanto, elaboram e seguem planos de poder específicos, que se apropriariam do espaço (dado originário) em busca da expansão de territórios, nascidos das relações de poder ali existentes (RAFFESTIN, 1993), utilizando-se, se necessário, de verdadeiras táticas de guerra e enfrentamento a outros atores.

Com isso, surgiriam os territórios do tráfico que, nos termos apontados por Haesbaert (2014), superariam a lógica estatal meramente zonal e constituiriam verdadeiros territórios-rede, interligados por diferentes nós no espaço, e territórios-simbólicos, onde a vinculação do agente se dariam muito mais por uma afetividade do que por sua presença física.

Por sua vez, à imagem e semelhança das posturas comerciais do capitalismo do século XXI, o tráfico de drogas se estratificaria, de um lado, em oligopólios transnacionais, raramente atingidos pelas políticas repressivas dos órgãos de segurança (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014), que articulariam a atividade concentrando lucros em um nível transnacional e nacional, e, de outro lado, por meio de uma população de trabalhadores informais que encontrariam no tráfico uma oportunidade de inserção socioeconômica, constituindo, por sua maior vulnerabilidade, os alvos principais das políticas de segurança e, assim, vivendo o processo de superencarceramento (DIAS, 2013) e de desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014) decorrentes da guerra às drogas.

Este superencarceramento, no entanto, nem de longe teria resultado em qualquer solução concreta ao problema: sem a consagração de medidas ressocializantes, a prisão dos agentes territoriais do tráfico de drogas, além de não promover uma quebra das redes comerciais preexistentes, aproximou seus atores, instituiu novas relações e, com isso, promoveu o surgimento de facções criminosas no Brasil (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015) que adotaram o tráfico como sua principal atividade econômica.

A partir de uma organização inicialmente interna, por sua vez, essas facções se expandiram além das grades dos estabelecimentos prisionais, justamente, em razão da eficiência das estratégias manejadas por seus agentes territoriais, bem como em decorrência da falência das políticas estatais relativas ao problema (DIAS, 2013).

Como referido na introdução do estudo, a partir da teoria, foi possível definir seis espécies de estratégias, inferidas das ações relatadas por diversos autores, em especial, Dias (2011, 2013, 2014), Dias e Salla (2013) e Dias, Alvares e Salla (2013), Amorim (2011, 2015), Abreu (2017) e Varella [2012, 2015, 2017].

Por sua vez, como subsequente esforço de aprofundamento real em torno da eficácia do comando realizado a partir das cadeias e, atualmente, constatando que as mesmas adotariam verdadeiras táticas bélicas de imposição de certos planos, o presente estudo se dignou à análise de uma das estratégias acima mencionadas pela literatura: o enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Esta estratégia surgiria, especialmente, em situações extremas, onde haveria uma interrupção do fluxo de informações das lideranças do tráfico encarceradas com o ambiente externo ou, ainda, há premente necessidade de restituição daqueles líderes ao mundo livre, ocasionando um total desembocar de energia na forma de violência voltada a tal finalidade, conforme se inferiu a partir da literatura (SAVIANO, 2014; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014; BONELLA, 2016; MALLART, 2014; LUCCA, 2016).

Uma primeira manifestação desse enfrentamento direto ocorreria através das fugas e resgates, consistentes, conforme afirma Dias (2013), no rompimento das barreiras do cárcere, no primeiro caso, por esforço do próprio agente preso e no segundo, com o auxílio de associados externos, seja através de métodos simples, como dispersão na multidão, uso de disfarces etc. ou de táticas complexas, como sequestros, ameaças, ações envolvendo o uso de explosivos ou veículos, etc. (AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; DIAS, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; BARCELLOS, 2015).

Em qualquer dos casos, os objetivos seriam a (re)integração de agentes do tráfico às redes externas para assunção de funções no comércio das drogas ou, simplesmente, em decorrência de uma ideologia de enfrentamento do sistema, onde fugir seria uma atitude esperada daquele que se identificasse como adepto do crime (AMORIM, 2011, 2015; TEIXEIRA, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2015; MARQUES, 2014; ABREU, 2017).

Uma segunda manifestação dessa estratégia, por sua vez, seria representada pelas rebeliões, greves (brancas ou de fome) e revoltas internas, apontadas pela literatura como meio de insurgência ao controle institucional, represália ao fracasso de fugas e resgates, como forma de demonstrar poder em face do Estado, no sentido de lhe compelir à aceitação de planos dos agentes do tráfico, como a transferência de internos, a adoção de privilégios ou regimes especiais ou, ainda, como instrumento para guerrear contra facções rivais, em todo caso, sendo uma ação marcada pelo uso de violência, seja contra internos dissidentes ou rivais, seja contra agentes públicos do sistema carcerário (AMORIM, 2011, 2015; SILVA, 2013; CAPITANI, 2012; DIAS, 2011, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012b; GODOY, TORRES, 2017; LUCCA, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; BARCELLOS, 2015).

Como terceira manifestação, no contexto das facções brasileiras, apontou-se que, por meio do uso paralelo da estratégia de estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, se evidenciaria um enfrentamento ao Estado por meio da agressão à prédios e agentes públicos externos sobretudo, do sistema judiciário, policiais, do Ministério Público e Magistratura, bem como à população em geral, de forma aleatória ou paralela à ocorrência de revoltas ou rebeliões (AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; FERRO, 2012, DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017).

Em todo caso, contatou-se, ademais, a utilização de uma série de medidas de proteção de informações e estratégias dos agentes sintagmáticos do tráfico no cárcere, como a criptografia de informações e uso de centrais clandestinas, por exemplo, caracterizando o que a literatura denomina de contrainteligência (GONÇALVES, 2009), como forma de obscurecer suas ações (AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017).

Esse enfrentamento, conforme os postulados ora destacados, seria fundamental para a manutenção de redes existentes e para forçar o Estado à adoção de exigências que, na prática, apenas retroalimentam aquelas primeiras, garantindo, assim, a existência do vínculo entre os agentes do tráfico encarcerados e o mundo externo

Entretanto, buscando não só a confirmação destas proposições teóricas, mas, buscando a verificação prática do funcionamento desta estratégia, este estudo firmou uma análise, de natureza qualitativa e quantitativa, das percepções de agentes vinculados à segurança pública na mencionada base territorial e tempo presente, a respeito de sua aplicação. Para tanto, mostrou-se necessária a adoção de um conjunto de técnicas metodológicas específicas e cuidados éticos, devidamente explicados na seção a seguir.

3 DO MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA

Primeiramente, como conjunto procedimental o estudo adotou o método hermenêutico e dialético (STEIN, 1983; HABERMAS, 1987; MINAYO, 2002). Trata-se de técnica de pesquisa que toma a linguagem como base do conhecimento científico, sem, no entanto, olvidar que esta é influenciável pelo contexto social, econômico, político e histórico em que se inserem os sujeitos envolvidos num estudo, dando origem a uma linguagem sistemicamente perturbada (HABERMAS, 1987), devendo ser analisada, assim, como algo potencialmente alienável.

Para desvelar as influências decorrentes das relações de poder, o método propugna alguns cuidados: a) a consideração dos aspectos históricos dos emissores das informações; b) o respeito à linguagem de cada pesquisado por mais simples que esta seja; e c) a busca pelo real sentido da informação emitida por cada um. Após esses cuidados, é prudente a realização, ainda, de triangulações internas entre os emissores e externas, tanto junto a teoria fundante de um estudo e quanto em face da literatura produzida.

Dessa forma, o método adequou-se perfeitamente à proposta, justamente, por permitir, num primeiro momento, a inferência de informações decorrentes de obras com diferentes objetos de estudo e, num segundo momento, por permitir a análise da visão de um grupo específico de agentes territoriais locais (agentes territoriais da segurança pública), desvelando eventuais distorções decorrentes de seu papel dentro das relações de poder.

Por conseguinte, adotou-se uma abordagem qualitativa, focada no conteúdo do discurso dos entrevistados, e quantitativa que, reforçando técnicas de análise de discurso, auxiliou na exposição dos resultados do estudo.

Como técnica de pesquisa, utilizou-se a coleta de dados por meio de entrevistas que, no dizer de Olsen (2015), importa numa interação entre o pesquisador e sujeitos detentores de informações para apreensão de suas percepções e saberes.

Elaborou-se um protocolo de entrevista (YIN, 2016), com trinta e duas questões semiestruturadas confeccionadas a partir da literatura, controladas pela teoria e voltadas à hipótese do estudo (FLICK, 2009) em torno das seis espécies de estratégias mencionadas, cujas repostas foram classificadas, neste trabalho, somente, em relação à estratégia de estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, conforme objetivo primário. As demais estratégias deram origem a outros artigos específicos em razão dos limites da espécie de trabalho.

É de se reafirmar que as estratégias em estudo são manejadas, como constatou Dias (2013), de forma simultânea e intercruzada, pelo que, embora o protocolo tenha delimitado algumas perguntas relativas somente à estratégia acima, observou-se, quando de sua aplicação, a ocorrência de menções sobre a mesma ao longo de toda a fala dos entrevistados. Assim, para exposição de resultados, valeu-se o trabalho da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) para categorização das falas e dados, aproveitando-se uma organização já anteriormente obtida na prévia atividade de revisão literária sobre o tema provocador do presente estudo).

A escolha dos entrevistados, por conseguinte, se deu, primeiramente, em razão dos objetivos do programa de Mestrado em Segurança Pública, ao qual o estudo se vinculou, voltado à capacitação profissional e ao desenvolvimento de competências para uma atuação neste campo do conhecimento, o que, obviamente, foi determinante para a escolha de agentes territoriais locais da área da segurança, como fonte primária de dados.

Principalmente, a seleção se deu em razão de indicações decorrentes da literatura inicialmente consultada: foram escolhidos entrevistados identificados como diretamente atuantes em órgãos e atividades que, por sua natureza de enfrentamento ao problema ou assessoria, teriam contato efetivo com os agentes territoriais do tráfico e suas respectivas estratégias, sendo, assim, detentores de conhecimentos interessantes ao estudo.

Ainda, conforme recomendado por Yin (2016), houve uma aproximação cuidadosa junto ao campo de pesquisa facilitada pela condição de docentes da área e inteligência e segurança pública, ostentada pelos pesquisadores para verificação das formas de acesso, obstruções a serem removidas e, finalmente, se, de fato, os entrevistados seriam detentores das informações buscadas, após o que, finalmente, restaram definidos os sujeitos da entrevista.

Foram entrevistados, desta forma: a) Na Polícia Civil do Estado do Pará – PC/PA: O Diretor do Núcleo de Inteligência Policial – NIP – e o Diretor da Delegacia de Narcóticos – DENARC, ambos, delegados em exercício da função no momento da entrevista; b) Na Polícia Militar do Estado do Pará – PM/PA: O comandante do Batalhão de Polícia Penitenciária – BPOP, Oficial em exercício da função no momento da entrevista; c) Na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE/PA: O diretor da Assessoria de Segurança Institucional – ASI, oficial da polícia militar no exercício da função no momento da entrevista; d) No Ministério Público do Estado do Pará – MPPA: O Diretor do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado - GAECO -, Promotor de Justiça em exercício da função no momento da entrevista; e, finalmente, e) Na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará – OAB/PA: o Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, advogado eleito para a função

em exercício no momento da entrevista; f) na Polícia Federal: Superintendente da Polícia Federal no Pará, Delegado Federal em exercício da função no momento da entrevista.

As entrevistas foram realizadas entre o fim do mês de abril/2017 e o início do mês de janeiro/2018, em razão de afastamentos e questões emergenciais ocorridas em algumas das instituições, na sede dos órgãos indicados ou em locais escolhidos pelos entrevistados, em salas reservadas e em horários previamente agendados, justamente, para manutenção de uma situação de tranquilidade e controle de interferências, gerando um clima amistoso que permitiu manifestações comprometidas com a proposta apresentada.

Como protocolo ético, o estudo: a) Escolheu somente sujeitos que exerciam funções diretivas, caracterizáveis, assim, como representantes legais autorizados a falar em nome dos órgãos e entidades acima (CARVALHO FILHO, 2013), casos em que as autorizações seriam dadas pelos próprios entrevistados quando a formalidade foi considerada desnecessária ou, no caso de órgãos subordinados, mediante permissão da autoridade competente; b) As entrevistas foram precedidas da leitura, explicação e subscrição de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, expositivo da pesquisa, objetivos, vinculação institucional, interesses e riscos e desconfortos, bem como da total garantia do sigilo de identidades e informações.

Como a identificação dos entrevistados, ainda assim, não seria muito dificultosa, garantiu-se que os resultados não fariam qualquer menção a resposta ou visão de entrevistados ou suas instituições, nem tampouco mencionariam unanimidades em relação aos resultados, sempre se utilizando de expressões como opinião majoritária ou visão minoritária, por exemplo, em sua exposição, como forma de respeito ao sigilo das manifestações. Além disso, não serão transcritos trechos das entrevistas, senão, somente termos bem representativos das ideias (redução eidética) que serão destacados em itálico, como outro cuidado tendente à não identificação do dono de cada fala.

Ademais, como dito, as respostas foram transcritas, fragmentadas conforme assuntos específicos inferidos de seu teor, e, sujeitas a um procedimento de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), pelo qual foram organizadas em uma tabela de dupla entrada e submetidas a um processo de categorização, que tomou por base a anterior revisão literária realizada. Como resultados, na seção seguinte, foram expostas as percepções dos agentes da segurança pública entrevistados a respeito das ações utilizadas pelos atores territoriais do tráfico de drogas, notadamente, no que tange à estratégia de enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

4 DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BREVE ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

Realizada a atividade de análise de conteúdo das falas dos entrevistados, foram classificados quarenta e oito trechos transcritos, relativos às manifestações sobre a estratégia em análise. Seguiu-se, após esta classificação, a uma triangulação dos dados diante dos anteriores achados teóricos havidos após revisão literária. Desta forma, dos quarenta e oito trechos, um quantitativo de trinta e três se referiam a questões tratadas pela literatura (68,75% do total) e quinze (31,25% do total) apontavam questões sem referência literária anterior.

Por sua vez, dos trechos que encontravam previsão teórica, vinte e oito apresentaram concordância com as afirmações dos autores estudados (58,33%), ao passo que cinco trechos (aproximadamente 10,42% do total) apresentaram dados que, a despeito de encontrar referência na literatura, se mostravam divergentes de seus postulados.

Esta divisão quantitativa foi tomada por base, por sua vez, para exposição qualitativa dos resultados, dos quais se ocuparam as seções seguintes.

4.2 DOS DADOS EM CONFORMIDADE COM A LITERATURA

Primeiramente, confirmou-se a hipótese literária de que o enfrentamento direto ao Estado seria utilizado em situações excepcionais (SAVIANO, 2014; FORGIONE, 2011; SALAZAR, 2014; BONELLA, 2016; MALLART, 2014; LUCCA, 2016), sobretudo, porque climas de instabilidade propiciariam maiores intervenções dos órgãos de segurança atrapalhando, dentre outros, o tráfico realizado dentro do cárcere, situação que, igualmente, confirma outra estratégia, aprofundada em outro artigo decorrente desta mesma pesquisa: estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas.

As medidas em questão, portanto, surgiriam quando houvesse alguma ruptura da normalidade, e, conforme apontado por alguns entrevistados, atualmente, por ordem das facções. Exemplificou-se a afirmação, inclusive, com situação ocorrida no ano de 2016 com a instalação de bloqueadores de sinais telefônicos em diversos presídios da Região Metropolitana de Belém – PA: as forças de segurança entraram em estado de alerta para eventuais repercussões externas, como queima de ônibus, ataques a agentes públicos, dentre outros, o que, afirmou-se peremptoriamente, só não ocorreu porque *não foi de interesse das organizações do tráfico no cárcere*, que resolveriam o problema de outras maneiras não explicadas pelos entrevistados.

O exemplo, aliás, tornou verossímil a afirmativa de Raffestin (1993) de que, com a cessação dos fluxos de informação, seria natural um maior dispêndio de energia, representada, no caso, pela violência que era esperada pelos órgãos de segurança.

Confirmou-se a literatura, também, no que toca à utilização do enfrentamento direto como forma de demonstração de poder de lideranças ou facções do crime organizado (AMORIM, 2011, 2015; SILVA, 2013; CAPITANI, 2012; DIAS, 2011, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012b; GODOY, TORRES, 2017; LUCCA, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; BARCELLOS, 2015).

De acordo a fala majoritária dos entrevistados, as medidas de enfrentamento seriam utilizadas para medir forças com o Estado, questionando sua capacidade de controle das cadeias para, com isso, barganhar a aceitação de pleitos de interesse das organizações. Minoritariamente, exemplificou-se que a inclusão de pautas sempre negadas pelo Estado, como o pernoite de visitas íntimas no cárcere, tido como inconcebível para os órgãos da segurança, seria uma simples maneira de provocar a população para levantes, unicamente, como forma de demonstrar poder de mobilização pelas organizações.

Por sua vez, confirmou-se majoritariamente as espécies de enfrentamento identificadas a partir da teoria: fugas e resgates (AMORIM, 2011, 2015; TEIXEIRA, 2015; DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MARQUES, 2014; ABREU, 2017), rebeliões e greves (AMORIM, 2011, 2015; SILVA, 2013; CAPITANI, 2012; DIAS, 2011, 2013; DIAS; SALLA, 2013; MALVASI, 2012b; GODOY, TORRES, 2017; LUCCA, 2016; VARELLA, 2017; ABREU, 2017; BARCELLOS, 2015), o atingimento à prédios e agentes públicos (AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; FERRO, 2012, DIAS, 2013; DIAS; SALLA, 2013; VARELLA, 2017; ABREU, 2017) e, finalmente, o uso de contra-inteligência (AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017), com algumas especificidades que serão tratadas nas seções seguintes.

Verificou-se, igualmente, que estas medidas, em muito, seriam viabilizadas pela utilização conjunta e intercruzada de outra estratégia aprofundada em outro artigo decorrente desta pesquisa: o estabelecimento e manutenção de redes ou relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere. Pela fidelização de agentes ainda no contexto do cárcere, as organizações garantiriam um numerário de associados externos que, após sua libertação, por meios convencionais ou não, participariam de futuras tentativas de fuga e resgates, agressões externas, dentre outros.

O intercruzamento da estratégia acima, aliás, seria fundamental para permitir o ingresso de armas de fogo dentro dos presídios, importante para a consagração das espécies, adiante referidas, de enfrentamento ao Poder Público.

No que toca às fugas, ainda, houveram falas que, de maneira concordante com a literatura (FORGIONE, 2011), informaram que quanto mais permissivo fosse o regime, mais fácil seria a sua ocorrência, sendo assente a indicação, como exemplo, da Colônia Prisional Agrícola de Santa Izabel, situada em Santa Izabel – PA, destinada ao cumprimento de regime semiaberto, onde, o afrouxamento do rigor carcerário e a ausência de maiores meios de contenção prisional permitiriam uma maior facilidade de fugas ou, ainda, problemas mais graves, conforme se destacou à frente.

Especialmente, quanto à contrainteligência (AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017), identificou-se a infiltração de pessoas insuspeitas em órgãos para obtenção de informações privilegiadas (como funcionários ou estagiários), utilização de linguagem diferenciada, cooptação de agentes públicos, principalmente, do próprio sistema penitenciário (caracterizando outra estratégia que, por suas peculiaridades, também foi aprofundada noutro artigo decorrente deste mesmo estudo), o uso de meios para proteger a informação (como aplicativos de criptografia ponta a ponta de mensagens e rádios comunicadores de frequência exclusiva, celulares com sistemas diferenciados, que dificultariam interceptação, e centrais telefônicas).

Finalmente, afirmou-se ainda o destacamento de parentes com a função de observar, nas proximidades dos estabelecimentos prisionais, a presença de forças de segurança para eventuais revistas ou intervenções internas, ação apontada como medida de contra-inteligência na literatura consultada (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013).

4.3 DADOS DISCORDANTES DA LITERATURA

Em primeiro lugar, surgiu, de maneira *minoritária* um dado a respeito do uso das *fugas* como demonstração de poder pelas organizações (a regra aponta o uso de *rebeliões* e *revoltas* para este fim). Afirmou-se que o *aspecto simbólico de força* teria a finalidade de atingimento não só do Estado, mas, igualmente, da *massa carcerária*, uma vez que *quanto maior fosse a fuga, quanto maior fosse a tentativa de resgate*, maior seria o *prestígio* que obteria a liderança ou organização junto à população do cárcere.

Embora não mencionada pela literatura, decerto, trata-se de informação que carrega possível verossimilhança, diante do natural antagonismo entre encarcerados e Estado. Aquele

que conseguisse se opor ao segundo, decerto, ganharia mais prestígio junto aos primeiros, demonstrando capacidades típicas de líder, convenientes, de fato, às organizações do tráfico e ao controle por elas exercidas. Além disso, acrescenta-se que esta demonstração de poder, certamente, também acabaria por atingir, de forma bastante substancial, os grupos rivais eventualmente existentes no contexto carcerário, com base no que se poderia afirmar, de fato, este aspecto simbólico polivalente das medidas de enfrentamento ao Poder Público.

Em segundo lugar, minoritariamente, também foi destacado que, embora o enfrentamento ao Poder Público seja uma estratégia muito utilizada pelas facções em outros Estados, no Pará, ela ainda não seria tão presente ou significativa. Informou-se, nesse sentido, que *aqui, os criminosos ainda teriam um relativo medo da polícia*, bem como, que *ainda não existiriam territórios inacessíveis às forças de segurança*.

Embora a afirmativa não tenha negado a prevalência local da estratégia, de fato, trata-se de tema que impende de maior aprofundamento, já que, na íntegra do estudo, restaram questionadas, também, as formas de *aproximação das facções das comunidades* e os meios de *fidelização de agentes territoriais externos*, sendo possível que, de fato, as facções não tenham atingido no Pará, os mesmos *níveis de poder* evidenciados nos Estados do Sudeste do Brasil. Trata-se de ponto em que se recomenda continuidade do estudo, sendo temerária a afirmação de verossimilhança ou não do afirmado.

Ademais, de forma minoritária, se encontrou a afirmação de que as organizações criminosas do tráfico no Pará, não se utilizariam de meios de contrainteligência no enfrentamento direto do Poder Público. Entretanto, os demais dados literários e, sobretudo, os dados majoritariamente obtidos nesta pesquisa provam, ostensivamente, a ausência de verossimilhança do afirmado. Igualmente, mesmo após larga tentativa de inferência das razões da declaração, ainda assim, não foi possível compreender as razões da incoerente negação minoritária em questão.

4.4 DADOS NÃO PREVISTOS NA LITERATURA

Como primeira informação não prevista na literatura, foi destacado, na fala *minoritária* dos entrevistados, que fragilidades relativas à segurança orgânica de presídios paraenses constituiriam um fato bastante explorado pelos agentes territoriais do tráfico em medidas de enfrentamento como *fugas* e *resgates*. Exemplificativamente, apontou-se o caso do estabelecimento CRPP III (Centro de Recuperação Penitenciária do Pará III, em Santa Izabel do Pará – PA), que, embora tenha sido construído nos *moldes* de penitenciárias norte-

americanas, ainda assim, se encontraria em área extremamente vulnerável por se encontrar bem ao lado de um presídio de regime semiaberto, a Colônia Prisional Agrícola de Santa Izabel – CPASI.

A verossimilhança dessa informação é aferível, de fato, da figura 01 abaixo, onde se constata que o referido presídio (canto inferior direito), por intermédio da Colônia Agrícola adjacente (área central do quadrante inferior direito), revela amplo contato com uma área de mata, e, com isso uma nítida falha de segurança orgânica facilitadora do acesso à área de segurança de ambos (bem como das fugas já descritas no tópico 4.2).

FIGURA 01 - Foto, via *satélite*, do Complexo Prisional de Americano e entorno, em Santa Izabel do Pará -PA, registrada no mês de janeiro de 2018.



Fonte: Google Maps (2018).

Conforme alguns entrevistados, isso permitiria que pessoas em liberdade ingressassem na área de segurança dos presídios, levantando suas fragilidades e, além disso, se aproximassem dos locais com armas potencialmente utilizáveis para neutralização dos policiais responsáveis pela defesa das muralhas, dentre outros fins, como recentemente foi apontado em relação a resgate efetivado no mês de novembro de 2017 (G1-PA, 2017).

Exemplificou-se, inclusive, que *rádios* já teriam sido encontrados dentro da referida mata, anexa aos estabelecimentos prisionais, os quais, estariam sintonizados na mesma frequência de rádios utilizados pela polícia, possivelmente para levantamento de informações relativas às rondas, trocas de postos e movimentações internas da força numa nítida técnica de *constrainteligência*.

Ainda, no que toca à *contrainteligência*, destacou-se que uma forma de preservação da imagem das lideranças seria a utilização de *porta-vozes* para contato direto com o Estado, quando de negociações havidas em contextos de greves e rebeliões. Explicou-se, de maneira bastante coerente, que a medida evitaria a imposição ou agravamento de sanções aos líderes, a despeito de suas já altas penas, como forma de tentar ajudar *sua saída* sem maiores problemas no futuro.

Informou-se, também, que para evitar o vazamento de informações sensíveis aos planos das organizações criminosas, identificou-se a prática de *segmentação de informações*, fazendo com que tentativas de enfrentamento sejam conhecidas somente pelos líderes e, somente quando da possível execução, sejam levadas ao conhecimento da massa carcerária.

E, como forma de burlar mecanismos de fiscalização internos ao cárcere, destacou-se, ainda, que os presos se utilizariam de técnicas específicas, como o uso de luvas eletroestáticas utilizadas por eletricitistas, por exemplo, para burlar os pórticos detectores de metal existentes, e, com isso, promover o ingresso de armas, além de celulares e drogas.

Destacou-se também o uso de *drones*. Embora ainda não tenha se precisado, com toda certeza, as finalidades de sua atuação, uma das hipóteses fortemente levantadas, segundo os entrevistados, foi a de que, além do transporte de celulares, drogas e outros bens, os mesmos estariam sendo utilizados para *plotar* (ou seja, identificar e mapear as áreas internas de segurança), justamente, para exploração de vulnerabilidades em medidas de enfrentamento direto.

Por fim, de maneira minoritária, surgiram apontamentos específicos sobre o comportamento de algumas facções, dentro do Estado do Pará.

O primeiro, informou que o Primeiro Comando da Capital – PCC, que ainda seria minoritário no Estado, teria um comportamento *menos combativo* ao Poder Público do que a facção hegemônica, o Comando Vermelho – CV, dado cuja verificação depende de aprofundamento teórico muito específico.

Em segundo lugar, conforme a Figura 02 abaixo, em razão das negociações havidas em sede de rebeliões e greves, restou informada, durante as entrevistas, uma espécie de *geografia interna das facções* no Complexo de Americano em Santa Izabel do Pará – PA (área circunscrita em vermelho), destacando-se que apenas uma casa penal local, o CTM III, Central de Triagem Metropolitana III (área circunscrita em amarelo), seria comandada pelo Primeiro Comando da Capital – PCC, ao passo que o restante das casas, à exceção do Centro de Recuperação Prisional

Coronel Anastácio das Neves – CRECAN, destinado à servidores públicos (circunscrito em verde), estariam sob *domínio* do Comando Vermelho – CV, o que faz sentido, diante do apontamento da hegemonia deste último no Estado.

Figura 02 - Foto, via *satélite*, do Complexo Prisional de Americano e entorno, em Santa Izabel do Pará -PA, registrada no mês de janeiro de 2018, com destaque a CTM III.



Fonte: Google Maps (2018), com adaptações dos autores.

Ainda, apontou-se que o CRPP II, Centro de Recuperação Penitenciária do Estado do Pará II (circunscrito em azul), albergaria a cúpula da Facção Comando Vermelho, detendo substancial controle sobre o CRPP I, Centro de Recuperação Penitenciária do Estado do Pará I, à frente (circunscrito em branco), cuja população seria utilizada como *trunfo de poder* para realização das variadas medidas de enfrentamento ao Estado, sob comando da organização.

Por fim, um último dado, bastante alarmante, restou destacado nas entrevistas. Por mais de uma vez, foi mencionada a desproporção numérica entre policiais do BPOP disponíveis para contenção territorial nas muralhas e o quantitativo de presos de algumas unidades prisionais. A título de exemplo, se referiu um quantitativo de três policiais contra um total de mais de mil internos atualmente encarcerados no CRPPI.

A despeito do alto grau de confiabilidade da informação, dada a proximidade dos entrevistados em relação ao fenômeno, ainda assim, trata-se de questão que roga de uma maior aproximação da realidade para verificação e apreensão de maiores explicações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do presente estudo, confirmou-se que, de fato, a estratégia de enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público tem importante papel para vinculação dos presídios às redes territoriais do tráfico de drogas, especialmente, como instrumento de demonstração de poder capaz de obrigar o Poder Público a aceitar planos sintagmáticos dos agentes do tráfico no cárcere, confirmando, em muito, a literatura já elaborada em torno do assunto.

Além disso, foram encontradas, ao longo das entrevistas, informações que diferem da literatura indicada, o que, por conseguinte, aponta alguns primeiros pontos de aprofundamento de futuros estudos sobre a questão.

Ademais, foram encontrados dados absolutamente novos sobre o tema relativos à vulnerabilidade de estabelecimentos prisionais, formas de uso de contra-inteligência pelas organizações do tráfico no cárcere e, finalmente, dados que comprovam uma geografia das facções no Complexo de Americano em Santa Isabel do Pará – PA, que, igualmente, denotam pontos específicos de prosseguimento do estudo, além de constituírem questões que, de pronto, exigem atenção especial por parte do Poder Público e sistema penitenciário.

Como consideração final, deve-se afirmar que a estratégia em questão deixa claro que, para os agentes sintagmáticos do tráfico de drogas (sobretudo, em razão de sua ilicitude), ir aos extremos para eliminação de resistências, decerto, pareceria uma consequência natural de sua *profissão*, de modo que o encarceramento, a despeito de constituir uma barreira territorial ao crime (HAESBAERT, 2014), de outro lado, deve ser repensado enquanto técnica estatal de enfrentamento que não tem se mostrado capaz de inibir a violência manejada em prol do controle de territórios comerciais das drogas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína - A rota caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV - PCC: A irmandade do Crime**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

ANDRADE, Eliakim Lucena de. **Sem Derramamento de Sangue: Religião e Violência na Prisão**. Revista de Campo de Ciências Sociais, n. 19, p. 155-176, 2015.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Santa Marta**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONELLA, Katryn. **Nevando Em Bali**. São Paulo: Geração Editorial, 2016.

CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves**. Dissertação de mestrado. Rio Grande Do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

CARVALHO FILHO, José dos santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**. Boletim Amazônico de Geografia, v.1, n. 1, p. 186-204, 2014.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2014.

D'ÉLIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **Disciplina, controle social e punição: O entrecruzamento das redes de poder no espaço prisional**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 85, p. 113-127, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões**. Tempo Social, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.

DIAS, Camila Nunes. **PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes; ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando. **Das Comissões de Solidariedade ao primeiro Comando da Capital em São Paulo**. Revista Tempo Social, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.

DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. **Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC**. International Journal of Criminology and Sociology, v. 2, n. 2, p. 397-408, 2013.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **Uma proposta legislativa para o enfrentamento da criminalidade organizada**. De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, v. 11, n. 19, p. 85-111, 2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORGIONE, Francesco. **Máfia Export: Como a N'drangheta, a Comorra e a Cosa Nostra colonizaram o mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

G1-PA. **Homens invadem Penitenciária de Santa Izabel para resgatar presos e trocam tiros com policiais.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/homens-invadem-penitenciaria-de-santa-izabel-para-resgatar-presos-e-trocam-tiros-com-policiais.ghtml>>. Acesso em: 01.10.2018. 2017.

GODOY, Gabriel; TORRES, Bolivar. **Baladas Proibidas: A história do rei do ecstasy.** Rio de Janeiro: Record, 2017.

GONÇALVES, Joannisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata.** Niterói: Impetus, 2009.

GOOGLE MAPS (ON LINE). **Registro fotográfico do Complexo Prisional de Americano, em Santa Izabel do Pará – PA.** Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-1.2894358,-48.0464786,1128a,35y,90h/data=!3m1!1e3>>. Acesso em 10.01.2018.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer.** Porto Alegre: LP&M, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. **“Quem mantém a ordem, quem cria desordem”.** Tempo Social, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.

LUCCA, Diogenes. **Diário de um policial.** São Paulo: Planeta, 2016.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: A fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos.** São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALVASI, Paulo Artur. **Quebrada: etnografia das dobraduras do tráfico de drogas em periferias de São Paulo.** Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2012b.

MARQUES, Adalton. **Crime e Proceder: Um experimento antropológico.** São Paulo: Alameda, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

OLSEN, Wendy. **Coleta de Dados: Debates e métodos fundamentais em pesquisa social.** Porto Alegre: Penso, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SALAZAR, Alonso. **Pablo Escobar: Ascensão e queda do grande traficante de drogas**. São Paulo: Planeta, 2014.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, Leandro Damasceno e. **A lei nº 9.034/95 e as organizações criminosas brasileiras**. THEMIS, v. 11, n. 11, p. 267-280, 2013.

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia**. Síntese, v.1, n. 29, p. 21-48, 1983.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo (Tese)**. São Paulo: USP, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandirú**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

YIN, Robert. **Pesquisa Qualitativa: Do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ARTIGO CIENTÍFICO 05

ALÉM DAS GRADES: Um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas.

BESIDE THE GRIDS: A case study on the strategies used to integrate prisons into the external territorial networks of drug trafficking.

ALLÁ DE LAS REJILLAS: un estudio de caso sobre las estrategias utilizadas para integrar las prisiones en las redes territoriales externas del narcotráfico.

RESUMO: O presente trabalho objetivou a realização de um estudo de caso instrumental para compreensão de como as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas condicionaram as relações de territorialidade de um determinado bairro do município de Ananindeua – PA. Valendo-se do método hermenêutico e dialético, bem como de técnicas de estudo de caso, pesquisa documental e cartografia temática, fez-se a análise do caso denominado *operação paradigma* para verificação do objetivo proposto. Como resultado, constatou-se que o uso das estratégias em questão influenciou diretamente as relações de territorialidade havidas no território situacional do estudo sob diversas perspectivas, confirmando e negando algumas proposições constantes da teoria, do mesmo modo acrescentando dados até então não enunciados em estudos sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de Drogas; Presídios; Estratégias e Mediatos; Territorialidade; Estudo de caso.

ABSTRACT: The present work aimed at the realization of an instrumental case study to understand how the strategies used to integrate the prisons to external territorial networks of drug trafficking conditioned the territorial relations of a certain neighborhood of the municipality of Ananindeua - PA. Using the hermeneutic and dialectical method, as well as techniques of case study, documentary research and thematic cartography, the analysis of the case called the *paradigm operation* to verify the proposed objective was perfected. As a result, it was found that the use of the strategies in question directly influenced the relations of territoriality in the situational territory of the study from different perspectives, confirming and denying certain propositions contained in the theory, likewise adding data hitherto not studies on the subject

KEYWORDS: Drug Trafficking; Prisons; Strategies and Mediates; Territoriality; Case study.

RESUMEN: el presente trabajo pretendió llevar a cabo un estudio de caso instrumental para comprender cómo las estrategias utilizadas para integrar las prisiones en las redes territoriales externas del narcotráfico han condicionado las relaciones de territorialidad de un Distrito particular del municipio de Ananindeua-PA. Con el método hermenéutico y dialéctico, así como las técnicas de estudio de caso, investigación documental y cartografía temática, perpez el

análisis del caso llamado operación paradigma para la verificación del objetivo propuesto. Como resultado, se constató que el uso de las estrategias en cuestión influyó directamente en las relaciones de las discusiones de la territorialidad en el territorio situacional del estudio bajo varias perspectivas, confirmando y negando algunas proposiciones en la teoría, del mismo modo Añadir datos hasta entonces no indicados en los estudios sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: Tráfico de Drogas; cárceles; Estrategias y Mediatos; territorialidad; Estudio de caso.

1 INTRODUÇÃO

Após assistir o surgimento das facções criminosas no final da década de 1970, bem como sua consolidação e expansão ao longo da década de 1990 e início da década de 2000, atualmente, o Brasil observa, sob relativa sensação de impotência, mostras do poderio dessas organizações em rebeliões constatadas em vários Estados ao fim desta segunda década do século XXI.

O início do ano de 2017 foi marcado por revoltas amplamente noticiadas em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia, Pará, Roraima, Amazonas e Rio Grande do Norte (UOL, 2017), situação que se repetiu no ano de 2018, no Estado de Goiás (UOL, 2018), ao passo que, desde setembro de 2017, os governos assistiram a uma guerra entre facções rivais pelo domínio do tráfico de drogas em morros do Rio de Janeiro (O GLOBO, 2017) ainda sem sinais de solução. O mais interessante, em todos os casos, é que foi apontado pela Administração Pública de vários destes Estados que as ações teriam sido deflagradas sob a reconhecida participação de lideranças do tráfico que se encontrariam encarceradas.

Dos mencionados fatos, reiteradamente, tem-se percebido que o encarceramento de agentes territoriais do tráfico não tem mostrado sucesso no desmantelamento de redes e relações de poder havidas fora da cadeia, sobretudo, em razão do caráter rentável dessa atividade e da existência de um mercado à espera de suas ofertas (RODRIGUES, 2004; DIAS, 2013).

Em razão disso, sob um questionamento inicial a respeito das estratégias utilizadas pelos agentes territoriais do tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas, dentro de linha de pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, e, após revisão literária sobre o assunto, seguida de atividade de inferência e categorização de espécies, constatou-se que a atividade se utilizaria de seis conjuntos de ações voltados aquele fim.

Essas estratégias, manejadas de forma simultânea e intercruzada (DIAS, 2013) consistiriam, sob uma interpretação baseada nos estudos de Raffestin (1993), no estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao

cárcere, no estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, na utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, no estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, no estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas e, por fim, no enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público.

Contudo, ainda se afigurava relevante e tentadora a realização de aproximações empíricas sobre o fenômeno, o que, por sua vez, deu origem a posteriores etapas de estudos em torno da percepção de agentes da segurança pública do Estado do Pará a respeito do assunto, e, ao longo das linhas deste estudo, de uma aproximação de um caso concreto, buscando a observância da aplicação prática daquelas estratégias e das consequências territoriais decorrentes de sua implementação.

Desta feita, novamente inspirado na teoria territorial de Raffestin (1993), o presente trabalho objetivou a realização de um estudo de caso instrumental, para compreensão de como a utilização, simultânea e inter cruzada (DIAS, 2013), das estratégias em questão condicionaram as relações de territorialidade do bairro de Águas Lindas no município de Ananindeua – PA no período do ano de 2016. Para tanto, tornou-se necessária a explicação de contornos teóricos e metodológicos adotados pelo estudo, questão da qual se ocuparam as seções seguintes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, para compreensão do fenômeno chamado tráfico de drogas, mostrou-se necessária a superação de sua imprecisa visão jurídico-legal, determinada por proibições historicamente influenciadas por uma política internacional de guerra às drogas, que, embora detivesse em seu discurso oficial um propósito de proteção da saúde pública, na prática, apenas acabou por promover a concentração do monopólio e utilização de substâncias ditas entorpecentes nas mãos de grupos hegemônicos, notadamente a indústria farmacêutica, dos países que encabeçaram esse movimento (RODRIGUES, 2004; D'ÉLIA FILHO, 2014).

A aplicação concreta dos limitados mecanismos legislativos da lei antidrogas (a lei 11.343/06), que, em seus artigos 33, 34, 37 e 38, per fez uma tentativa de proibir toda uma cadeia produtiva e comercial de entorpecentes (CARVALHO, 2016), por sua vez, acabou por consagrar um atingimento seletivo dos setores mais visíveis do tráfico, notadamente, os revendedores e pequenos investidores sem, com isso, dismantelar os oligopólios responsáveis pela articulação da atividade e concentração dos lucros em um nível nacional e transnacional (D'ÉLIA FILHO, 2014). De maneira especial, a repressão ao tráfico acabou por recair, ao

menos de forma mais veemente, sobre zonas pobres e estigmatizadas das cidades, promovendo uma desterritorialização precária (HAESBAERT, 2014) de grandes contingentes populacionais ao contexto do cárcere sem, no entanto, garantir qualquer contrapartida prática de reinserção social (DIAS, 2013; D'ÉLIA FILHO, 2014).

Sufragados pelas condições vividas nas prisões, muitos destes agentes territoriais se viram desafiados a permanecer na economia do crime (AMORIM, 2011; 2015; DIAS, 2013) que, àquela altura, lhes representava uma forma de inclusão numa sociedade de consumo materialista (BAUMAN, 1998), passando a adotar, com isso, formas de resistência (RAFFESTIN, 1993) à quebra de suas relações com o território originário e ao encarceramento.

No Brasil, esse fenômeno foi apontado como um fator determinante para o surgimento das facções do crime organizado, a partir do final da década de 1970 (RODRIGUES, 2004), que, a partir da década de 1980, adotaram o tráfico de drogas como sua principal atividade (DIAS, 2013; D'ÉLIA FILHO, 2014; AMORIM, 2011; 2015).

E, para se manter em integração, mesmo no cárcere, com o circuito externo do tráfico de drogas, os agentes territoriais da atividade passaram a se valer de determinadas estratégias (conjuntos de ações planejadas) e mediatos (meios, instrumentos, utilizados para viabilização de seus planos) (RAFFESTIN, 1993) que, paralelamente à ineficácia das ações repressivas do Estado em seu enfrentamento, conseguiram impor sua vontade além das grades.

Diante desta complexidade social, portanto, se mostrou muito mais prudente interpretar o fenômeno do tráfico de drogas como algo análogo a uma atividade empresarial (CHAGAS, 2014) a despeito de sua ilicitude. Ao passo, seus atores seriam caracterizáveis como verdadeiros agentes sintagmáticos, ou seja, que trabalhariam conforme planos de poder estabelecidos) (RAFFESTIN, 1993), cuja ação estaria voltada à expansão, consolidação e manutenção de territórios comerciais em contraposição à postura proibitiva do Estado.

Por meio de relações de poder estabelecidas entre esses agentes e um espaço (dado originário), por sua vez, seriam constituídos os territórios do tráfico em existência simultânea a vários outros territórios e agentes, que, em interação ora simbiótica, ora conflituosa, constituiriam relações de territorialidade ou de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2014) condicionantes do espaço e condicionadas pelo mesmo (RAFFESTIN, 1993). Assim, as estratégias manejadas pelos agentes sintagmáticos em um determinado território, constituído a partir do espaço, moldariam e influenciariam a (multi)territorialidade ali existente, ou seja, o processo de existência e interação entre diversos territórios e agentes das mais diversas espécies (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014).

Contudo, essa conclusão também impôs a necessidade de superação da interpretação zonal, preponderante na lógica estatal, de território (RAFFESTIN, 1993). Além de constituir territórios zonais em constante fluidez, por conta das relações de poder desenvolvidas no espaço, as estratégias manejadas pelos agentes territoriais também propiciariam o surgimento de territórios-rede, representados por diferentes nós ligados no espaço, e de territórios simbólicos, que se ligariam a seus agentes por relações de afetividade (HAESBAERT, 2014).

Esses preceitos teóricos foram de fundamental valia para a compreensão de questões como a existência de presídios pertencentes a determinadas facções (em verdade territórios-zona), territórios pertencentes a grupos criminosos ligados a lideranças encarceradas, que mesclam as lógicas zonais e reticulares e, ainda, de áreas controladas por facções, que além de envolverem aspectos zonais e reticulares, especialmente, representam territórios simbólicos ligados às organizações.

Como mencionado ao início, em esforço de revisão literária, inferência e categorização das espécies, restou identificado que os agentes territoriais do tráfico, por sua vez, se valeriam de seis estratégias para promover a vinculação do cárcere a suas redes territoriais externas.

Primeiramente, identificou-se que o estabelecimento e a manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere representariam um conjunto de ações voltadas à integração de lideranças e população prisional (esta, um trunfo de poder [RAFFESTIN, 1993]), bem como de controle de comportamentos e estabelecimento de um equilíbrio interno fundamental à organização de grupos criminosos e, com isso, a possibilidade de vinculação das prisões ao ambiente externo. Por sua vez, a interação se concretizaria, ainda, por meio do estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, que, sob diversas formas, fariam valer, no mundo externo, os planos sintagmáticos das lideranças e grupos encarcerados.

Para tornar mais eficientes essas redes, seria adotada como estratégia, também, a utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere, garantida por uma série de medidas voltadas a viabilizar a construção de canais comunicativos com o mundo externo.

Além disso, mostrou-se especialmente significativo o estabelecimento e manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário, como forma de aproveitamento de uma rede híbrida (interna e externa) de agentes contextualmente mais próximos dos traficantes encarcerados, mediante diversas formas de cooptação.

Constatando, igualmente, que o âmbito do cárcere também se afigurava como um comércio em potencial, assim como que a droga representava não só uma importante moeda de troca, senão, um verdadeiro instrumento de poder, adotou-se como estratégia o estabelecimento

de redes comerciais internas do tráfico de drogas, que viabilizaria a instalação de uma considerável rede comercial dentro do cárcere.

E, por fim, seja para demonstração de poder, seja para forçar o estado à adoção de medidas de interesse dos agentes do tráfico no cárcere ou, sobretudo, para restabelecer fluxos e redes, evidenciou-se a adoção de estratégias de enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público, como genuína tática de guerra.

No entanto, como dito acima, muito além da identificação daquelas estratégias (atividade teórica), para concreta contribuição aos problemas enfrentados pela segurança pública (especialmente na base territorial deste estudo, o Estado do Pará), afigurou-se necessária a compreensão de como aquelas poderiam repercutir atividade empírico-pragmática nas relações territoriais havidas num determinado tempo e espaço.

Para tanto, sob o referencial ora elencado, este trabalho se propôs à realização do estudo de um caso concreto, onde se evidenciou a ação de grupos vinculados a uma facção de extensão nacional (o Comando Vermelho – CV) no âmbito do bairro de Águas Lindas no município de Ananindeua-PA, vinculado à região metropolitana do Estado do Pará. Antes da verificação prática dos postulados da pesquisa, no entanto, foi de suma importância a delimitação dos aspectos metodológicos e técnicos que circunscreveram o estudo, conforme se expôs a seguir.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para atingimento do objetivo proposto, o estudo adotou o método hermenêutico e dialético (STEIN, 1983; HABERMAS, 1987; MINAYO, 2002), caracterizado como proposta que toma a linguagem como ponto de partida, sem olvidar, no entanto, que esta é condicionada por aspectos sociais, econômicos, políticos e históricos em que é emitida, se apresentando, assim, como uma linguagem sistemicamente perturbada (HABERMAS, 1987), que, para ser apreendida, depende de uma atividade que desvele as relações de poder que a permeiam.

A escolha se justificou, por sua vez, em razão da complexidade inerente ao objeto de estudo, o fenômeno do tráfico de drogas, em especial, em função da complexidade linguística das fontes de estudo, conforme se argumentou adiante.

Por sua vez, para garantir a atividade de depuração da essência linguística, seguiu-se a recomendação de Minayo (2002, 2005) de respeito às fontes, consideração dos aspectos históricos das mensagens e consideração da intencionalidade dos emissores, seguida, por sua vez, de uma atividade de triangulação de dados interna com a teoria base do estudo (RAFFESTIN, 1993) e externa com a literatura previamente produzida sobre o tema.

Como a técnica principal da pesquisa foi o estudo de caso, conforme delineado adiante, a abordagem adotada foi preponderantemente qualitativa, focada, portanto, no conteúdo do fenômeno analisado, conforme o costume dessa prática (OLSEN, 2015).

Após aproximação de agentes territoriais da segurança pública, quando da realização de anterior pesquisa envolvendo suas percepções sobre as estratégias em comento, houve o contato dos pesquisadores com casos práticos envolvendo a vinculação territorial entre cárcere e redes externas do tráfico de drogas, que, por sua vez, motivaram o surgimento da questão norteadora deste trabalho, como consequência natural do aprofundamento da pesquisa.

Optou-se, assim, pela realização de um estudo de caso, ou seja, a tomada de um esforço interpretativo voltado a um fenômeno constatado no universo empírico-analítico da pesquisa social, verificando peculiaridades de sua história, contexto e características (FREITAS; JABBOUR, 2011; VENTURA, 2007). Por conseguinte, de acordo com o objetivo proposto e diante do intento de compreensão prática de postulados teóricos previamente levantados, utilizou-se a espécie de estudo de caso denominada instrumental (VENTURA, 2007).

Embora, conforme ensinou Alvez-Mazzotti (2006), o *case* a ser escolhido sempre represente o resultado de opções paradigmáticas dos pesquisadores, ainda assim, restaram preestabelecidos critérios de seleção recomendados pela autora, em análise a outros pesquisadores representativos da técnica: a) Prévia delimitação de um problema de pesquisa; b) A Escolha de um caso representativo da complexidade teórica em discussão e, por óbvio, bastante intrigante à sociedade e, conseqüentemente, à ciência; c) potencialidade de universalização de resultados a despeito da existência de eventuais peculiaridades.

Em razão disso, este estudo se propôs a uma atividade descritiva de relações de territorialidade identificadas em uma investigação criminal, doravante denominada *operação paradigma*, conforme o protocolo ético a seguir especificado, referente à apuração de crimes ocorridos no município de Ananindeua, preponderantemente, mas não exclusivamente no bairro das Águas Lindas entre os meses de janeiro e agosto de 2016.

O caso apresentou intensa repercussão na imprensa no mundo da segurança pública e junto ao Poder Judiciário, especialmente, pela participação de diversos agentes territoriais locais, de grupos criminosos aliados externos à área e de agentes territoriais encarcerados tanto em presídios estaduais, quanto federais, bem como pelas características das mortes causadas ao longo da atuação criminosa e, especialmente, pela provada vinculação ao tráfico de drogas.

Quanto aos aspectos éticos do estudo, cumpre assinalar, em primeiro lugar, que a operação já foi concluída e, atualmente, compõe peça informativa dos autos ação penal pública em andamento junto ao judiciário paraense, sendo, portanto, plenamente acessível (dado aberto)

e livre de qualquer limitação legal ou administrativa quanto ao uso das informações constantes dos autos do inquérito ou do processo, haja vista a não decretação de segredo de justiça (conforme art. 792, do Código de Processo Penal Brasileiro⁷). Inclusive, o próprio sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará destaca algumas decisões proferidas neste processo como representativas da atuação desta colenda corte.

No entanto, mesmo diante da fácil identificação do caso e sujeitos da pesquisa em respeito aos nomes dos envolvidos, especialmente os mortos, sentimentos dos familiares e amigos, respeito às localidades envolvidas e, sobretudo, em respeito ao direito ao esquecimento (DIVINO; SIQUEIRA, 2017) dos acusados, optou-se pela não indicação de nomes, endereços, ou quaisquer dados identificadores, principalmente, porque o foco do estudo diz respeito ao fenômeno (OLSEN, 2015) em si e não às pessoas, embora estas perpassem pelos fatos. Assim, os agentes territoriais serão identificados por siglas: ATEPF – Agente Territorial Encarcerado em Presídio Federal; ATEPE - Agente Territorial Encarcerado em Presídio Estadual; ATL – Agente Territorial em Liberdade; ATS – Agente Territorial Subordinado; ATP – Agente Territorial Privado; e, ATM – Agente Territorial Morto pela organização.

Para execução do estudo, foi utilizada, primeiramente, uma ampla pesquisa documental sobre o inquérito policial da *operação paradigma* (fonte primária de análise) de forma paralela à consulta de peças processuais e notícias veiculadas nos jornais (fontes secundárias produzidas com base na primeira e desde que desprovidas de especulações não apontadas nos documentos) (LAKATOS; MARCONI, 2016). Optou-se pela não realização de entrevistas para evitar eventual deturpação das constatações do estudo e sua utilização como fonte no processo, ainda em andamento, como já se observou como inconveniente havido em pesquisas jurídicas de outros casos polêmicos, haja vista a repercussão do caso após seu desfecho público.

Para análise dos dados coletados, por sua vez, o estudo se inspirou no protocolo recomendado por Freitas e Jabbour (2011), com adaptações, inclusive, incentivadas pelos mesmos autores: a) Organização e descrição dos registros e evidências coletadas; b) Análise das evidências à luz da literatura; c) triangulação interna e externa das fontes com a teoria fundante e literatura abarcada pelo estudo, conforme recomendado por Minayo (2005). Cumpre assinalar que a atividade de triangulação afigurou-se de fundamental importância, justamente,

⁷ Art. 792. As audiências, sessões e os atos processuais serão, em regra, públicos e se realizarão nas sedes dos juízos e tribunais, com assistência dos escrivães, do secretário, do oficial de justiça que servir de porteiro em dia e hora certos, ou previamente designados.

§1o Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara ou turma poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes.

porque o inquérito, além de uma linguagem típica dos órgãos policiais envolvidos, igualmente, continha registros telefônicos de contatos entre os agentes territoriais do tráfico, com linguagem contendo significantes absolutamente diferenciados em uma mostra da natural complexidade do fenômeno e necessidade de tratamento linguístico.

Por sua vez, a exposição dos resultados seguiu a proposta *descritiva* para comparação à teoria, já mencionada acima (VENTURA, 2007), utilizando-se, além da exposição escrita, de organograma explicativo da organização (Figura 1), bem como de uma representação cartográfica baseada em mapas temáticos (FITZ, 2008), elaborados a partir de dados constantes das mencionadas fontes de pesquisa e de levantamentos feitos pelos pesquisadores no local para uma melhor compreensão do fenômeno em estudo (MARTINELLI, 2014).

Para tanto, foram elaborados dois mapas temáticos. No primeiro (Figura 2) buscou-se estabelecer uma compreensão do território-zona de atuação da organização criminosa, tomando o contexto situacional do bairro das Águas Lindas, sede do grupo, no município de Ananindeua-PA entre os meses de janeiro e agosto de 2016, período em que as relações de poder foram identificadas pela operação, destacando pontos representativos dos domicílios dos agentes territoriais envolvidos na atividade do tráfico de drogas e outros crimes, relacionando-os com pontos representativos das mortes decorrentes das disputas de poder local, que puderam ser inequivocamente situadas no espaço. Salienta-se que, em respeito ao já destacado protocolo ético, a escala foi mantida a uma distância que não permitisse a perfeita identificação dos domicílios dos envolvidos e locais dos óbitos sem, entretanto, impossibilitar a compreensão dos fenômenos em estudo.

No segundo mapa (Figura 3) buscou-se a representação do território-rede da organização e sua clara vinculação com o cárcere, em interação com a área zonal estabelecida no primeiro mapa, tomando como contexto situacional a região metropolitana entre os meses de janeiro e agosto de 2016.

Utilizando destes recursos, a seção de resultados, a seguir, buscou a demonstração de como a utilização simultânea e intercruzada das estratégias manejadas pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas influenciou a territorialidade do bairro das Águas Lindas no município de Ananindeua – PA ao longo do período de tempo em que a criminalidade foi acompanhada na operação de janeiro a agosto de 2016.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BREVE HISTÓRICO DA OPERAÇÃO *PARADIGMA*

A *Operação Paradigma* teve início a partir investigações em torno da morte de um militar estadual – ATM07 – em Janeiro de 2016, alvejado por cerca de trinta tiros, disparados por dois homens encapuzados em uma moto, dos quais vinte o atingiram. A arma do militar também foi roubada durante o crime.

A execução, ocorrida fora da área situacional do estudo, por si só já caracterizava uma nítida demonstração de poder, tomando-se por base a quantidade de projéteis utilizados, e, de igual forma, chamou a atenção pelo fato de o militar ser acusado de vários crimes e do suposto envolvimento com milícias locais, dentre eles, dois assassinatos de supostos criminosos no bairro do Aurá, em Ananindeua-PA, contíguo ao bairro das Águas Lindas.

Iniciadas as investigações, apurou-se que o assassinato teria ocorrido como represália à ação territorial do militar contra os interesses de uma organização do tráfico de drogas local, cujos integrantes passaram a ser identificados progressivamente, em ações de campo desenvolvidas pela Polícia Civil.

Nesse interregno, várias mortes passaram a ocorrer progressivamente na área, sendo apontadas em relação aos mesmos integrantes da organização em questão: a) em 21.02.2016, um indivíduo (ATM01) foi assassinado a tiros, descobrindo-se, nas investigações, que em razão de o mesmo ter cometido um furto contra parentes de um membro da organização e, sobretudo, por tê-lo identificado como criminoso, na área situacional do estudo; b) dois dias depois, em 22.02.2016, registrou-se a morte de mais dois indivíduos (ATM02 e ATM03), na área situacional do estudo, em razão de sua condição de seguranças locais, supostamente envolvidos com milícias da área; c) em 07.03.2016 constatou-se a morte de mais dois vigilantes locais (ATM 04 e ATM 05) dentro da área situacional do estudo, enquanto realizavam rondas num conjunto do bairro, supostamente, pelo envolvimento com milícias locais e, especialmente, por terem se oposto ao tráfico no local. Mais adiante, a organização ainda foi responsável pela morte: d) em 15.07.2016, uma jovem de 19 anos (ATM 08), que detinha dívidas junto à organização, foi encontrada morta com vários tiros no interior da mata do Utinga, já dentro dos limites do bairro do Curió-Utinga, contíguo à zona situacional do estudo, cuja localização exata do local do óbito não foi precisada quando das visitas dos pesquisadores a despeito das buscas).

Em todos os casos, houve a utilização de números consideráveis de projéteis.

Desde o primeiro mês de investigação, instaurada ainda em janeiro de 2016, a Polícia Civil, sob autorização judicial, passou a realizar interceptações de linhas telefônicas identificadas como pertencentes à organização, a partir de trabalhos de campo, inclusive, chegando a tentar evitar algumas das mortes acima.

A relevante constatação, no entanto, foi a de que os crimes estavam ligados a uma organização criminosa local atuante, principalmente, no tráfico de drogas da área situacional e contígua interligada, além disso, a outras organizações de traficantes na Região Metropolitana de Belém, cujo principal líder se encontrava preso por outros crimes (ATEPE 03). Mesmo encarcerado, o líder comandava não só o comércio de drogas na área, como, especialmente, determinou a realização vários outros crimes e planos de expansão, sendo assim, sujeito determinante no estabelecimento dos planos sintagmáticos da organização. Ainda, contatou-se que o mesmo estava associado a outros elementos de alta periculosidade e afiliado à facção de extensão nacional Comando Vermelho – CV.

Durante o período da investigação, verificou-se que a organização, comandada a partir do cárcere, detinha amplo controle sobre o tráfico local, além de guardar consigo um amplo arsenal, pertencente ao Comando Vermelho – CV à disposição para realização de medidas de violência e crimes. Ainda, evidenciou-se que o grupo se encontraria numa verdadeira guerra contra supostos *milicianos* e contra agentes da segurança pública na área.

O procedimento foi encerrado após a expedição, pelo Poder Judiciário, de vinte e cinco mandados de prisão preventiva, quatro de prisão temporária e vinte mandados de busca e apreensão, cumpridos em operação conjunta das Polícias Civil e Militar e Ministério Público no mês de agosto de 2016.

De uma análise aprofundada do caso, por sua vez, pode-se perceber que a aplicação simultânea e intercruzada (DIAS, 2013) das diversas estratégias identificadas na teoria, garantiram o sucesso dos planos sintagmáticos da organização, conforme se passa a expor, condicionando significativamente as relações de territorialidade local.

4.2 – DA APLICAÇÃO PRÁTICA DAS ESTRATÉGIAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS EM RELAÇÃO À TERRITORIALIDADE LOCAL

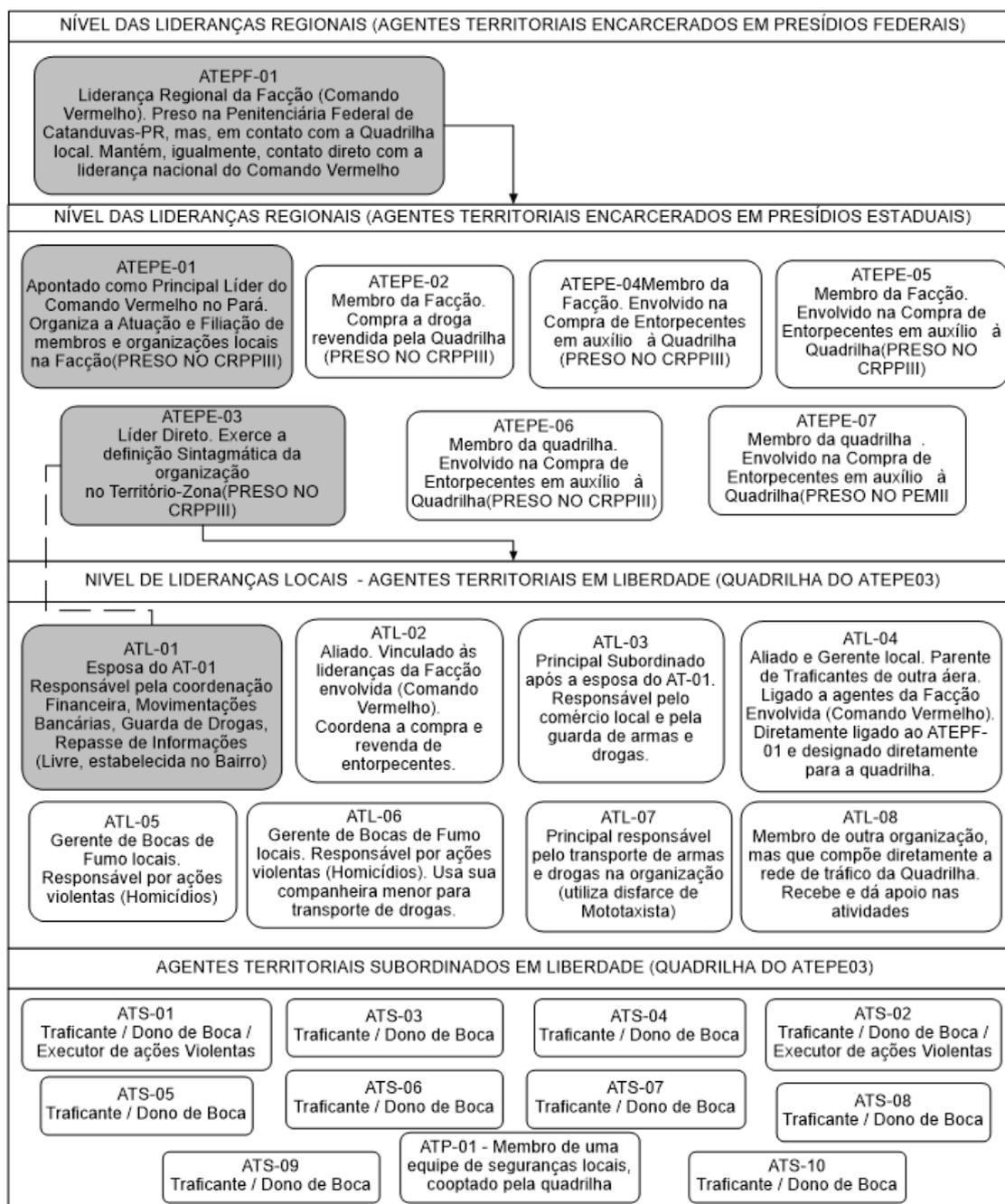
Primeiramente, de uma ampla análise dos documentos relativos ao caso, foi possível constatar que o grupo detinha um nível de organização dentro do cárcere (Centro de Recuperação Penitenciária III – CRPP III na região de Americano, município de Santa Izabel do Pará, Região Metropolitana de Belém - PA), de onde a principal liderança do grupo (ATEPE 03) exarava as ordens e definia planos sintagmáticos de maneira associada a outros dois membros da quadrilha, dos quais, o primeiro estava preso na mesma cadeia (ATEPE 06) e o segundo num presídio existente em outro município (Presídio Estadual Metropolitano II – PEM II em Marituba-PA, também na Região Metropolitana de Belém - PA).

A associação, ainda, se estenderia a outros presos (ATEPE 01, apontado como líder do Comando Vermelho – CV no Estado do Pará e vinculado a outros crimes mencionados no inquérito; ATEPE 02, traficante paraense que deteria negócios com a quadrilha; e ATEPE's 04 e 05, identificados como comerciantes de drogas, que, igualmente, deteriam negócios com vários traficantes da Região Metropolitana de Belém - PA; todos presos no CRPPIII), que apoiariam a quadrilha em razão de sua inicial afiliação ao Comando Vermelho – CV, e que, foram apontados como detentores de grandes quantidades de armas e como *nós* (RAFFESTIN, 1993) ligados à redes comerciais para aquisição de drogas em um nível nacional, cujos produtos seriam destinados à venda dentre outros locais, na área situacional do estudo.

Além disso, havia ainda outro associado que, ao longo da investigação, se encontrava preso na Penitenciária Federal de Catanduvas – PR (ATEPF 01), mas que, ainda assim, foi indiciado como responsável pelo controle sintagmático do tráfico local e coautor das mortes ocorridas, conjuntamente ao ATEPE 03, e que, certamente, se encontrava em condições de construir novas redes a partir daquele território, onde também se encontrava encarcerada a cúpula de diversas facções de extensão nacional, dentre elas, do Comando Vermelho – CV.

A seguir, se destacou um organograma da quadrilha e sua rede.

FIGURA 1 – Organograma da Organização Criminosa identificada como atuante no tráfico de drogas no Bairro das Águas Lindas, em Ananindeua-PA, ao longo da *Investigação Paradigma*, durante os meses de janeiro a agosto de 2016.



Fonte: Documentos da Pesquisa e registros dos pesquisadores.

Estes fatos tornaram evidente que a estratégia de estabelecimento e manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere nos termos apontados pela literatura (AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2013; SAVIANO, 2014; TEIXEIRA, 2015), de fato, se afigurou como uma ação capaz de ampliar os poderes de uma organização local, alterando significativamente a territorialidade inicialmente havida com sua zona comercial, uma vez que propiciou a consecução de novos contatos para aquisição de drogas e armas, desequilibrando as relações de poder em prol da satisfação dos planos sintagmáticos dos agentes do tráfico.

Por sua vez, foi nítido que a estratégia propiciou, como também indicado na literatura (OLIVEIRA; COSTA, 2012; AMORIM, 2011, 2015; DIAS, 2011, 2013; SILVA, 2013;

LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MARQUES, 2014; ABREU, 2017; VARELLA, 2017; BARCELLOS, 2015; SAVIANO, 2014; MALVASI, 2012a; GODOY; TORRES, 2017), a concentração de funções de liderança entre a cúpula encarcerada e membros do Comando Vermelho, igualmente presos, sobretudo, no que toca aos planos comerciais de drogas e decisões pela tomada de medidas violentas no território situacional. A junção de redes a partir de vínculos estabelecidos entre os encarcerados, por sua vez, trouxe consequências à organização territorial local da quadrilha, conforme se expôs adiante.

Evidenciou-se, no nível do bairro das Águas Lindas e adjacências, a presença de lideranças locais em liberdade, em especial, a ATL 01, companheira do líder da organização, ATEPE 03, e, apontada como gerente financeira do grupo aos quais era incumbida a guarda e comercialização de drogas. Também lhes eram atribuídas as funções de guarda de armas (ATL 03), transporte de drogas e armas (ATL 07, que, inclusive, usaria como disfarce sua profissão de moto taxista) e a prática de homicídios (ATL 05 e ATL 06), dentre outras atividades. Todos residiam, como se depreende do mapa da área (Figura 2), ou no mencionado bairro ou em áreas contíguas ao mesmo. De igual modo, restaram identificados dez Agentes Territoriais Subordinados (ATS 01 a 10), incumbidos do comércio de drogas, bem como no caso dos ATS's 01 e 02 da execução de ações).

Alguns agentes territoriais do tráfico, inclusive, foram especificamente destinados pelo Comando Vermelho para auxiliar o comércio de drogas no bairro, seja ali se instalando, caso do ATL 08, seja fornecendo auxílios mesmo à distância, caso do ATL 02 e do ATL 04, que, mesmo domiciliados no bairro do Tapanã e no Distrito de Icoaraci – ambos em Belém-PA, comporiam a rede de tráfico controlada pela facção na Região Metropolitana, conforme decisões sintagmáticas tomadas no âmbito interno das cadeias.

Além disso, como apontado por Amorim (2013, 2015), Dias e Salla (2013), Lourenço e Almeida (2013), verificou-se que o envio de um dos associados (ATEPF 01) à prisão afeto ao Regime Disciplinar Diferenciado – RDD, ainda antes do início das investigações, não se mostrou suficiente para quebra de sua *territorialidade* (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014) com a região situacional do estudo, uma vez que o mesmo ostentava a condição de depositário de armas do Comando Vermelho, sob posse do ATEPE 01, tendo sido identificados contatos telefônicos entre os dois agentes nos autos do inquérito. Inclusive, foi justamente o encarceramento do ATEPF 01 numa prisão federal permitiu, conforme mencionado a seguir, o estabelecimento de novas redes a nível nacional e a mudança de afiliação da organização em razão de vantagens econômicas milionárias, destaque-se, que adviriam desta nova rede.

O caso demonstrou, também, que a relação entre os líderes locais e as facções não estaria permeada, substancialmente, por valores ou ideologias, como apontado por alguns autores (FERRO, 2012; DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA ET AL, 2013; ABREU, 2017; TAVARES, 2016; MARQUES, 2014; TEIXEIRA, 2015), ao menos, no contexto do Estado do Pará: ao final da investigação, por interesses voltados à formação de redes mais lucrativas à quadrilha, observou-se o rompimento de relações com o Comando Vermelho – CV e uma afiliação ao Primeiro Comando da Capital – PCC por intermédio de uma quadrilha (Comando Classe A – CCA) que se instalara no município de Altamira-PA, pouco antes da deflagração da fase de campo da *Operação Paradigma*.

Isso, sem se mencionar outro fato não apontado pela literatura, mas, identificado no teor do inquérito: ao longo dos conflitos havidos pela organização com outros agentes territoriais, em seu processo de expansão e combate à reputados milicianos, o líder ATEPE 01, em ligação realizada do presídio ao ATL 07, informou que enviaria alguns associados que se encontrariam cumprindo pena em Regime Semiaberto na Colônia Penitenciária Agrícola de Santa Izabel (contígua ao CRPP III) para reforçar a segurança de bocas de fumo da organização e de seus aliados, os quais ficariam sob o comando dos associados externos e lideranças.

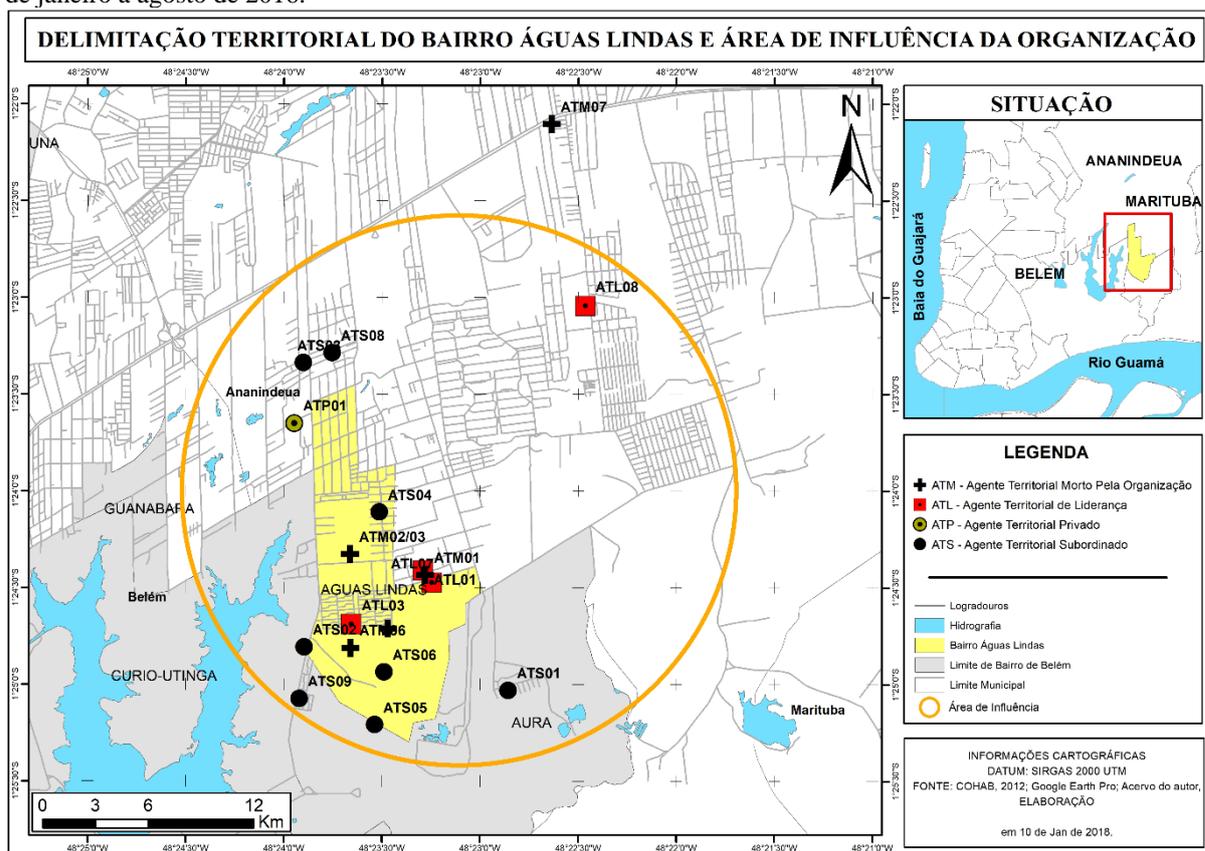
Constata-se também, desse conjunto de informações, que a estratégia de estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere, se afigurava bastante funcional no caso em estudo, já que, o significativo número de associados e aliados identificados, representava uma série de trunfos de poder, tanto no comércio de entorpecentes, quanto, em especial, na imposição da vontade dos líderes através da violência e demais decisões sintagmáticas tomadas a partir do cárcere (SAVIANO, 2014; AMORIM, 2011, 2015; VARELLA, 2012, 2017, DIAS, 2013; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MALVASI, 2012a; LUCCA, 2016; TAVARES, 2016; ABREU, 2017).

Inclusive, verificou-se no caso, como também foi apontado na literatura (ABREU, 2017; AMORIM, 2011, 2015; MALLART, 2014), a cooptação de agentes territoriais privados para a satisfação de interesses dos agentes do tráfico: foi o caso do ATP 01, vigilante do mesmo grupo territorial de duas das vítimas da ação dos criminosos (ATM's 04 e 05), que ao conceder informações privilegiadas para o assassinato, assumiria, como contrapartida, a direção da equipe de vigilância após o fato passando a aceitar, assim, as atividades do tráfico.

Além do mais, esta estratégia também foi evidenciada em relação à garantia de visitas por parentes ao ATEPF 01 no Presídio Federal de Catanduvás – PR, sob custos da organização, segundo captado em conversas telefônicas, o que, além de demonstrar sua fidelização ao grupo,

certamente, favoreceu a permanência de seu vínculo com o território da organização nos mesmos termos destacados pela teoria (DIAS, 2013; AMORIM, 2011, 2015; ABREU, 2017; MALLART, 2014; MALVASI, 2012a; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

FIGURA 02 – Mapa da área situacional do estudo (Bairro das Águas Lindas, em Ananindeua – PA) e de possível área de influência da quadrilha, em interação com o domicílio apurado dos Agentes Territoriais da organização (ATL's e ATM's) e local do óbito dos Agentes Territoriais Mortos (ATM's) pela atuação da quadrilha no período de janeiro a agosto de 2016.



Fonte: Documentos da Pesquisa e registros dos pesquisadores.

Nota: Não foi possível apurar o domicílio no local do ATL 05 (preso em outro município), do ATL 06 e da ATS 07, foragidos durante a investigação, bem como o local do óbito da ATM 08, cujo corpo foi encontrado em coordenada não indicada na investigação dentro de mata no Bairro do Curió-Utinga.

Acima (Figura 02) foi possível compreender a presença territorial da organização criminosa na área situacional do estudo. Igualmente, pode-se abstrair uma possível zona de influência territorial da quadrilha, que faz sentido prático, considerando, por exemplo, que o corpo da ATM 08 não foi encontrado dentro bairro em destaque, senão, em mata pertencente a bairro contíguo englobado pela área de influência estimada no mapa.

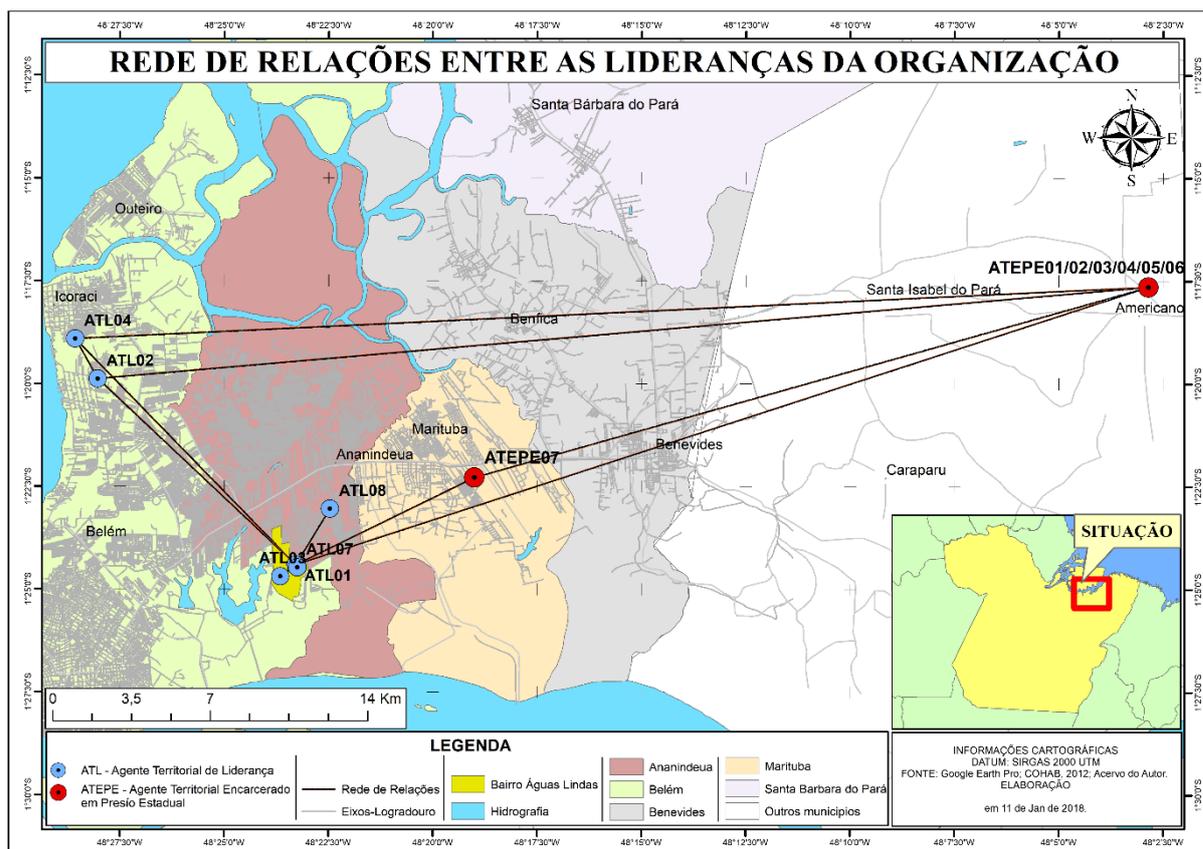
Por sua vez, foi nítida a importância da estratégia de utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere no caso concreto, uma vez que a velocidade de informação dos planos sintagmáticos da organização e das decisões de expansão comercial e aplicação de medidas violentas, concretizadas por associados externos atuantes na zona situacional do estudo, certamente foi potencializada pela preocupação da organização em estabelecer canais

comunicativos entre o cárcere e o mundo externo, como bem apontou a literatura ao tratar da funcionalidade e importância de celulares no contexto das facções (SAVIANO, 2014, 2015; AMORIM, 2011, 2015; LOURENÇO; ALMEIDA, 2013; SILVA, 2013; ANDRADE, 2015; BARCELLOS, 2015; ZOMIGHANI JR., 2013; CAPITANI, 2012; TEIXEIRA, 2015; MALVASI, 2012a; FERRO, 2012; MALLART, 2014; GODOY, TORRES, 2017; VARELLA, 2017, ABREU, 2017).

Ao longo da operação, só em relação ao ATEPE 01, foram identificadas cinco possíveis linhas de telefonia celular em utilização. Isso, sem contar os contatos diretamente firmados junto a sua companheira (ATL 01), quando de visitas ao presídio. Como mencionado por Raffestin (1993), a potencialização dos fluxos da informação, com certeza, propiciou uma melhor gestão da energia despendida pela organização na realização de suas atividades locais. Prova disso, foi a identificação nas ligações interceptadas do uso dos celulares para indicação de contas correntes nas quais deveriam ocorrer os depósitos pelas negociações de drogas, sob controle do ATEPE 01 e sob gestão direta de sua companheira, ATL 01, bem como de detalhes das ações violentas a serem realizadas durante as ações de expansão do grupo.

Além disso, permitiu-se a criação de uma rede (Figura 03) que interligou dois presídios da Região Metropolitana de Belém – PA com a área situacional, bem como com membros de outra organização em Belém – PA, que prestavam apoio às atividades do tráfico realizadas pela quadrilha estudada. Deve-se lembrar, também, que a rede local ligava a Região Metropolitana, por meio do ATEPF 01 a outras redes nacionais, às quais o mesmo representava um nó (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014) no Presídio Federal de Catanduvas – PR. Abaixo (Figura 03), é possível observar uma possível delimitação do território-rede (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014) da quadrilha estudada no caso, que, conforme destacado ao início, se coloca totalmente alheia à lógica zonal preponderante na visão estatal.

FIGURA 03 – Rede territorial instituída pela organização criminosa junto ao território zona identificado em interação com os presídios do PEM II (Marituba – PA), CRPP III (Santa Isabel do Pará – PA) e com membros de outra organização criminosa (sediada em Belém – PA) ao longo dos meses de janeiro a agosto de 2016.



Fonte: Documentos da Pesquisa e registros dos pesquisadores.

Por conseguinte, também foi possível constatar, no caso concreto, o funcionamento da estratégia de enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento de símbolos vinculados ao Poder Público. Em várias das ligações interceptadas, os agentes encarcerados e em liberdade manifestavam a necessidade de realização de agressões a policiais atuantes na região, como forma de expor seu poder no processo de expansão territorial e consolidação de seus agentes nas áreas conflituosas.

Deve-se assinalar, entretanto, que estas táticas de violência se encontravam inseridas numa batalha da organização por um domínio territorial (RAFFESTIN, 1993) local, não sendo destinadas somente a agentes públicos da área, senão, a diversos outros atores territoriais: apontou-se no inquérito que os traficantes estariam em conflito com milícias locais, embora não se tenha comprovado de fato sua existência, questão excluída desta análise por compor outros inquéritos ainda sigilosos.

Comprovou-se, no entanto, o embate direto da organização com agentes territoriais privados pertencentes a uma empresa de segurança local, cuja atuação representaria uma das maiores formas de resistência a sua expansão. Inclusive, com o desequilíbrio de formas ocasionado pela já afirmada associação no interior do cárcere dos líderes da quadrilha e o Comando Vermelho – CV, este conflito ocasionou a morte de quatro membros desta empresa

de segurança (ATM's 02, 03, 04 e 05), em diferentes momentos, como apontado acima, o que foi motivo de comemoração pelos associados em diversas ligações legalmente interceptadas pela polícia civil, até mesmo, junto ao ATEPF 01, foram do Estado.

Todos os fatos ora relatados comprovaram que o manejo, simultâneo e inter cruzado (DIAS, 2013), das estratégias (RAFFESTIN, 1993) utilizadas para integração dos presídios às redes externas do tráfico de drogas, condicionaram as redes territoriais locais das seguintes maneiras a seguir destacadas

- a) A associação havida dentro do cárcere propiciou, em primeiro lugar, que a quadrilha angariasse novos agentes territoriais em liberdade, tanto no nível das lideranças, quanto dos subordinados, para exercício de suas atividades (notadamente, o tráfico). Conforme Raffestin (1993), componentes da população caracterizariam trunfos de poder no exercício das mais diversas atividades, no caso, ilícitas, e, ao mesmo tempo, nós integrativos de redes que, com esta associação, seriam ampliadas e otimizadas.
- b) Além disso, a integração acima também teria propiciado a ampliação dos recursos (RAFFESTIN, 1993) à disposição da organização, especialmente, armas (utilizadas nos conflitos territoriais necessários à sua expansão), tal como drogas para oferta no comércio instituído na área situacional do estudo e adjacências, ampliando os presumidos lucros da organização, o que também explica seu crescimento local.
- c) A ampliação dos recursos, por sua vez, permitiu não só o uso da violência por associados externos de forma mais eficiente, como, sobretudo, permitiu que esta violência assumisse aspectos simbólicos expressivos da força da organização perante os demais agentes territoriais locais, o que se constata da violência das ações e grande número de munição empreendida. A área passou a ser identificada como de domínio dos traficantes, assumindo, assim, um aspecto territorial simbólico.
- d) Com isso, conforme manifestado em diversas das ligações interceptadas, houve a expansão territorial pretendida pelos agentes sintagmáticos, bem como, a eliminação de resistências e de agentes territoriais adversos, de maneira especial, os membros da empresa de segurança assassinados durante a investigação.
- e) As estratégias comunicativas empregadas (obtenção e uso de celulares, assim como uso de parentes como pombos-correios, especialmente, no caso do ATEPF 01, que recebia constantes visitas em Presídio Federal, sob custos da organização) potencializaram, como dito acima, o fluxo de informações pela rede constituída, permitindo um menor dispêndio de energia para imposição dos planos da quadrilha,

do mesmo modo que uma melhor gestão financeira da organização, como visto a cargo da ATL 01.

- f) A comunicação também permitiu uma maior efetividade da elaboração dos planos da organização, entre os agentes encarcerados e em liberdade, possibilitando ações mais rápidas e consistentes no controle do território.
- g) Com o crescimento periódico, permitiu-se a formação de novas redes, tanto no nível do território situacional, o que foi expresso pelas negociatas de drogas firmadas junto a agentes não identificados em ligações telefônicas interceptadas, no nível da Região Metropolitana de Belém, como exposto na Figura 03, e nos níveis Federal e Regional, como evidenciado, ao fim da operação, a partir do rompimento da organização com o Comando Vermelho – CV, seguida, por sua vez, da associação ao Primeiro Comando da Capital – PCC, por meio da organização surgida em Altamira – PA, o Comando Classe A – CCA.

Com isso, como se fosse uma verdadeira empresa (CHAGAS, 2014), a organização buscou alianças, empreendeu recursos e esforços, angariou suportes humanos e, especialmente, procurou uma otimização de suas atividades ilícitas, condicionando as relações territoriais locais de forma a atender seus planos sintagmáticos de poder, confirmando, em muito, indicações constantes da literatura inicialmente consultada.

Ademais, coube a realização de duas observações.

Primeiramente, não se pode constatar, no caso, a utilização da estratégia de estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas, identificada na literatura, não se descartando, entretanto, sua existência, em razão do poder de acesso às redes de drogas constatado, sobretudo, em relação às lideranças do Comando Vermelho – CV no cárcere.

Por conseguinte, em razão do foco da investigação, mais voltado às consequências territoriais externas da atuação da quadrilha, não foi constatada a estratégia de estabelecimento e manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário. Por outro lado, observando detalhes das ligações interceptadas junto aos agentes territoriais encarcerados, constatou-se que as mesmas se realizavam nos mais diversos horários e durante significativos lapsos temporais.

Nestes termos, é difícil conceber a não concorrência de agentes penitenciários responsáveis pela vigilância dos agentes encarcerados, principalmente, em razão do fato de que os mesmos se encontravam presos no CRPP III, que ostenta a condição de presídio de segurança máxima, no sistema prisional paraense, sendo presumida, decerto, a realização daquela última estratégia comentada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo ao propósito de comparação e verificação dos postulados teóricos inicialmente colhidos, o presente estudo de caso de natureza instrumental, seguindo os cuidados metodológicos e técnicos especificados, ao fim, comprovou que as estratégias manejadas pelo tráfico para integração dos presídios às redes territoriais externas, de fato, são capazes de propiciar uma série de novos vínculos e, por meio destes, angariar diversos recursos e trunfos de poder que, se bem empregados, podem favorecer e otimizar a ação dos agentes territoriais do tráfico de drogas em seus respectivos territórios, desequilibrando relações de poder e, com isso, condicionando e trazendo significativas consequências à territorialidade havida num determinado espaço.

Por óbvio, a utilização simultânea e inter cruzada das referidas estratégias variará conforme cada organização criminosa e seus respectivos planos sintagmáticos de poder, bem como, de acordo com especificidades de cada espaço onde estas venham a se estabelecer elementos também condicionante daquelas, conforme afirma Raffestin (1993).

No entanto, a possibilidade de influência nas relações de poder estabelecidas no espaço ora constatada, certamente, constitui um fato que assume caracteres universalizáveis, sendo assim, constatação importante à segurança pública e à ciência social, de modo que o movimento estratégico de agentes territoriais encarcerados se afigura como elemento merecedor de especial atenção, contrariando o senso comum de que, com o seu simples aprisionamento, seriam desconstituídas as suas relações de territorialidade e redes originárias.

Ao passo, também foram encontradas algumas peculiaridades no teor do caso, diferenciadas dos apontamentos literários: a) a negação da importância dos aspectos ideológicos inerentes às facções, destacados na literatura, o que restou evidente diante da fácil desvinculação da quadrilha estudada ao Comando Vermelho, seguida da afiliação ao Primeiro Comando da Capital – PCC, por intermédio do Comando Classe A – CCA, conforme interesses econômicos e sem maiores conflitos aparentes; b) a ocorrência do suposto deslocamento de agentes territoriais do tráfico, encarcerados no regime semiaberto, para atendimento aos interesses externos da organização, dado até então não encontrado na literatura sobre o tema.

Estes dados diferenciados, por sua vez, podem representar peculiaridades do tráfico no Estado do Pará, ou, ainda, uma transformação dos valores regentes das facções ao redor do país, que, como informado por autores como Amorim (2011, 2015) e Dias (2013), cada vez mais se voltam para uma economia do crime, em abandono à ideologia de paz entre os ladrões, valendo-

se cada vez mais de falhas do sistema jurídico-penal e penitenciário para protagonismo de suas ações territoriais.

Em todo caso, é recomendada a realização de outros estudos de caso instrumentais em torno de casos emblemáticos, como o presente, para fins comparativos a respeito das hipóteses então renovadas sobre o assunto, bem como acompanhamento da evolução em uma atividade, na medida do possível, preditiva das ações das organizações criminosas do século XXI.

REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. **Cocaína - A rota caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

ALMEIDA, Marco Antônio Betinne de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; CHICARELI, Semiramis Costa; CIDRO, Débora. **Lazer e o presídio: aspectos de um paradoxo**. São Paulo: EACH, 2013.

ALVEZ-MAZZOTTI, Alda Judith. **Usos e Abusos do Estudo de Caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV - PCC: A irmandade do Crime**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

ANDRADE, Eliakim Lucena de. **Sem Derramamento de Sangue: Religião e Violência na Prisão**. Revista de Campo de Ciências Sociais, n. 19, p. 155-176, 2015.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O dono do morro Santa Marta**. 26. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. **Introdução à Análise de Discurso**. 3. Ed. Campinas: Unicamp, 2012.

CAPITANI, Rodrigo. **O meio ambiente prisional brasileiro e a saúde do preso: um estudo no Presídio Estadual de Bento Gonçalves**. Dissertação de mestrado. Rio Grande Do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. **Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém**. Boletim Amazônico de Geografia, v.1, n. 1, p. 186-204, 2014.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DIAS, Camila Nunes. **PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes; SALLA, Fernando. **Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC**. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 2, n. 2, p. 397-408, 2013.

DIVINO, Sthéfano Bruno Santos; SIQUEIRA Lucas André Viegas Carvalho de. **O direito ao esquecimento como tutela dos direitos da personalidade na sociedade da informação: uma análise sob a ótica do direito civil contemporâneo**. *Revista eletrônica do curso de direito da UFSM*, v. 12, n. 1, p. 218-237, 2017.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **Uma proposta legislativa para o enfrentamento da criminalidade organizada**. *De jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*, v. 11, n. 19, p. 85-111, 2012.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008.

FREITAS, Wesley; JABBOUR, Charbel. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa**. *Estudo & Debate*, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

GODOY, Gabriel; TORRES, Bolivar. **Baladas Proibidas: A história do rei do ecstasy**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre: LP&M, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. **“Quem mantém a ordem, quem cria desordem”**. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.

LUCCA, Diogenes. **Diário de um policial**. São Paulo: Planeta, 2016.

MALLART, Fábio. **Cadeias Dominadas: A fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da Vida Loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo (Tese)**. São Paulo: USP, 2012a.

MARQUES, Adalton. **Crime e Proceder: Um experimento antropológico**. São Paulo: Alameda, 2014.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

O GLOBO. **Entenda a guerra na Favela da Rocinha**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/entenda-guerra-na-favela-da-rocinha-21836363>>. Acesso em: 01.01.2018.

OLIVEIRA, Giovanni França; COSTA, Gustavo Villela Lima. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul**, v. 11, n. 11, p. 2-24, 2012.

OLSEN, Wendy. **Coleta de Dados: Debates e Métodos Fundamentais em Pesquisa Social**. Porto Alegre: Penso, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SAVIANO, Roberto. **Gomorra: a história real de um jornalista infiltrado na violenta máfia napolitana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SILVA, Leandro Damasceno e. **A lei nº 9.034/95 e as organizações criminosas brasileiras**. THEMIS, v. 11, n. 11, p. 267-280, 2013.

STEIN, Ernildo. **Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia**. Síntese, v.1, n. 29, p. 21-48, 1983.

TAVARES, Andrea Souza. **Mulheres e tráfico de drogas no Distrito Federal: Entre os números e a invisibilidade feminina**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo (Tese)**. São Paulo: USP, 2015.

UOL. **Guerra entre PCC e CV causou rebelião em vários presídios do país, diz secretário de RR**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2016/10/17/guerra-entre-pcc-e-cv-causou-rebeliao-em-varios-presidios-do-pais-diz-secretario-de-rr.htm>>. Acesso em: 01.01.2018.

UOL. **Rebelião em Goiás foi motivada por disputa entre PCC e o Comando Vermelho**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/04/rebeliao->

em-goias-foi-motivada-por-disputa-entre-pcc-e-o-comando-vermelho.htm>. Acesso em: 04.01.2018.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. Revista SOCERJ, v. 5, n. 20, p. 383-386, 2007.

ZOMIGHANI JR., James Humberto. **Conexões geográficas e segregação sócio-espacial pelo uso das prisões no Estado de São Paulo**. GEOUSP – Espaço e Tempo, n. 35, p. 97-114, 2013.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO E PONDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, constatou-se, primeiramente, o atingimento do objetivo geral inicialmente proposto: identificar quais seriam as estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas.

Nestes termos, após revisão da literatura recente sobre a temática tráfico de drogas e cárcere (conforme critérios de seleção e levantamento específicos), seguida da realização de atividade de análise de conteúdo, inferência e categorização de espécies, constatou-se que as referidas estratégias e mediatos comporiam um conjunto muito maior do que o enunciado na hipótese originária.

Assim, a integração em questão seria garantida por meio do manejo simultâneo e intercruzado de seis estratégias: *estabelecimento/manutenção de redes e relações entre os agentes sintagmáticos internos ao cárcere*, o *estabelecimento/manutenção de relações e cooptação de agentes do sistema penitenciário*, a *utilização de mediatos para comunicação a partir do cárcere*, o *estabelecimento/manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere*, o *estabelecimento de redes comerciais internas do tráfico de drogas*, e, por fim, o *enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público*.

Por sua vez, após a realização de pesquisa de campo, pautada em entrevistas sobre o tema (analisado a percepção dos agentes territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito das estratégias em questão), confirmou-se a existência e pertinência das espécies acima consignadas (bem como, dos mediatos utilizados em cada uma), bem como, constatou-se a existência de peculiaridades locais em torno da aplicação daquelas estratégias (como peculiaridades do recrutamento de faccionados no Estado do Pará, questões referentes ao enfrentamento direto local), e, ainda, divergências a respeito da percepção dos agentes e a literatura.

Além disso, foi possível observar a existência de constatações em torno de dados, até então, não enunciados na literatura recente sobre o tema (como a utilização de *drones*, constatações a respeito da geografia local das facções criminosas e seu surgimento no Pará, falhas estruturais apontadas como elementos de contribuição ao enfrentamento direto do tráfico ao Estado, dentre outros).

Por meio de estudo de caso instrumental, em seguida, verificou-se que o manejo simultâneo e inter cruzado das estratégias em questão, de fato, é capaz causar consequências determinantes à expansão territorial e domínio de organizações criminosas, mesmo diante do encarceramento de suas lideranças (até mesmo, em Presídios Federais ou Estaduais de segurança máxima).

Notou-se, ainda, que as organizações do tráfico se manteriam numa constante busca pela atualização e modernização dos meios utilizados para implementação das estratégias verificadas, o que foi notado, especialmente, pelas apontadas técnicas de contra-inteligência identificadas tanto na fase teórica, quanto na fase empírica do presente estudo.

Nesta esteira, tornou-se possível ponderar que os agentes sintagmáticos do tráfico, mesmo no contexto do cárcere, se utilizariam das estratégias identificadas como verdadeiras técnicas de guerra, por meio das quais buscariam a expansão das suas redes, sobretudo, para garantir hegemonia territorial sobre zonas relevantes ao comércio de entorpecentes (inclusive, dentro das cadeias) e, como consequência, manter o lucro (significativo) decorrente desta atividade ou, simplesmente, seu poderio sobre demais agentes territoriais.

Conforme discutido no referencial teórico, os territórios seriam condicionantes e condicionados pelas relações havidas num tempo-espaço, conforme a capacidade de cada agente em exercer diferentes níveis de poder que os colocariam em posições de vantagem ou desvantagem, domínio ou sujeição. Ficou claro, nesta senda, que onde o Estado (agente territorial, em tese, de maior peso dentro de seus próprios territórios-zona) se fizesse ausente, outros poderes fluiriam com maior liberdade, permitindo o surgimento de diferentes *hegemonias* e novos agentes territoriais *adversos*, neste estudo, representados pelas organizações criminosas do tráfico de droga.

E, embora o consumo e comércio de entorpecentes seja um fenômeno decorrente de variáveis sócio-políticas muito mais amplas, conforme analisado na introdução do estudo, ainda assim, seria possível asseverar que sua expansão ocorreria na exata medida em que Poder Estatal estivesse ausente nas localidades sob sua responsabilidade (e, como aqui tratado, também, nos presídios). Assim, não só por meio de medidas relativas à Segurança Pública, mas, igualmente, na garantia de medidas mínimas de promoção social, seria possível refrear o fenômeno e gerar a inclusão econômica hoje oferecida pelas organizações do tráfico.

De todo modo, a constatação da presença de *profissionais valorizados* em associação aos agentes territoriais do tráfico, decerto, permitiria insinuar que não só medidas assistenciais seriam suficientes ao combate do problema: a economia do tráfico de drogas, numa sociedade

que toma como *valor* o consumo desenfreado, decerto, sempre representará um atrativo a qualquer um que deseje encurtar o caminho da inclusão econômica.

O tráfico, neste contexto, à imagem e semelhança das mais ousadas empresas, não dispensou e nem dispensará o manejo de estratégias que viabilizem seus planos sintagmáticos de dominação comercial (e, por sua ilegalidade, bélica). Para tanto, este desprezou e continuará desprezando a lógica zonal utilizada pelo Estado (preponderantemente) para estabelecimento de suas políticas (inclusive, de Segurança Pública), constituindo territórios-rede que irrompem as barreiras territoriais dos órgãos oficiais.

É por isso que, antagônico ao Estado, as organizações do tráfico se impuseram e, decerto, continuarão em seu intento de se impor *além das grades*. Compreender suas estratégias e mediatos, nesta senda, é fundamental ao enfrentamento de suas *ações de guerra*, e, assim, fundamentais para a *resistência* ao seu poderio, em proteção à sociedade civil e a toda uma gama de servidores, e, principalmente, cidadãos encarcerados que (como visto) são obrigados, pelo medo, a se associar as organizações em questão.

3.2 DAS SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO

Em vista do contexto analisado no estudo, algumas sugestões de intervenção poderiam ser delineadas neste momento de encerramento formal da pesquisa, claro, sob necessário aprofundamento de questões identificadas neste estudo, conforme constou a seguir.

Por parte da Superintendência do Sistema Penitenciário:

- a) O fortalecimento do aparato (material e pessoal) de Inteligência e Contra-inteligência atualmente a cargo da Assessoria de Segurança Institucional (ASI), para melhor mapeamento das organizações e redes do tráfico de drogas no sistema, conforme as estratégias acima enunciadas.
- b) Revisão e análise sobre a efetiva aplicação dos Procedimentos Operacionais Padrão, relativos aos servidores das casas penais e setores administrativos da autarquia em questão, para garantia de uma maior fiscalização interna.
- c) Instituição de políticas de valorização dos servidores (como forma de tentar evitar a cooptação pelos agentes sintagmáticos do cárcere), como, por exemplo, através de planos de cargos, carreiras e remunerações, ou, ainda, de políticas de capacitação e valorização de qualidades apresentadas pelos mesmos.
- d) Revisão e análise sobre a efetividade dos procedimentos de seleção de servidores (o que já parece ter sido objeto de passos iniciais, nos últimos processos seletivos e no concurso público em andamento).

- e) Revisão da atual aplicação da tecnologia de *bloqueio de sinais telefônicos*, para verificação de como a mesma estaria (ou não) funcionando, estudando, desde logo, medidas paralelas para identificar e neutralizar eventuais retaliações (com o auxílio dos órgãos de inteligência).
- f) Revisão das estruturas das casas penais, com identificação e eliminação de possíveis fragilidades apontadas.
- g) Instituição de canais formais de registro e mensuração da ocorrência de ações vinculadas às estratégias em questão, por intermédio de sistemas interligados e de fácil alimentação.

Por parte da Polícias Militar e Civil e da Secretaria de Segurança Pública:

- a) Definição junto ao Governo do Estado a respeito do papel do Batalhão de Polícia Penitenciária e dificuldades evidenciadas no estudo.
- b) Delimitação dos papéis de cada instituição a respeito do sistema penitenciário.
- c) Instituição de redes e canais de diálogo e ação conjunta entre os órgãos de inteligência do sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, com protocolos e ações especificamente voltadas ao sistema penitenciário.

Por parte dos pesquisadores e Programa de Mestrado em Segurança Pública:

- a) Aprofundamento em questões controvertidas abordadas no estudo, bem como, pontos sensíveis ao sistema de segurança pública, se possível, mediante convênios para acesso mais facilitado a dados e locais de análise, e, ainda, pela instituição de grupos de pesquisa com objetos especificamente delimitados.

Obviamente, não se tratam de propostas simples e diretas, especialmente, porque o problema ora abordado, como mencionado ao longo de todo o trabalho, resguarda alto nível de complexidade, o que, por sua vez, demanda diálogos e propostas de igual nível.

3.3 DAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Por fim, considerando que a vivência havida neste estudo, certamente, poderia inspirar ou ser objeto de desafio a outros pesquisadores, afigurou-se pertinente destacar alguns pontos teórico-metodológicos referentes à dificuldades e potencialidades evidenciadas *ao longo caminho então trilhado*.

Primeiramente, deve-se destacar que análises sociais em torno do fenômeno *tráfico de drogas*, certamente, não podem olvidar sua perspectiva histórica e, sobretudo, as consequências decorrentes das políticas proibicionistas que o circunscreveram. Afinal, foi a partir delas que decorreram boa parte das consequências geradoras de fenômenos territoriais graves (como guerras e conflitos), bem como, determinou-se a atual formatação das organizações nacionais e internacionais do tráfico de drogas.

Em segundo lugar, compreendeu-se a insuficiência da análise *meramente jurídica do problema*, uma vez que a atual lei antidrogas (lei n. 11.340/06), em muito, revelou problemas práticos em sua aplicação, que redundam na apontada seletividade penal e superencarceramento populacional, apontados na seção introdutória, sem o desmantelamento das redes territoriais e efeitos nefastos da econômica do tráfico.

Por sua vez, como discutido nas seções metodológicas, estudos que envolvam temas essencialmente complexos, decerto, exigem métodos que abarquem essa complexidade. Para tanto, o método adotado no estudo se mostrou satisfatório do ponto de vista de exigir revisões históricas do fenômeno e triangulações de dados empíricos e teóricos.

Como dito, trata-se de um método que busca inclusive a superação das próprias visões parciais do pesquisador. E isso, é de se admitir, ocorreu ao longo deste trabalho, permitindo que uma visão jurídico-criminalizante de compreensão do tráfico fosse substituída por outra que enxerga sob contornos econômicos tão amplos quanto os das grandes empresas e marcas transnacionais no comércio.

O método também se mostrou interessante por apregoar uma *interdisciplinaridade* propícia ao desenvolvimento das ciências sociais, sem as parcialidades e bairrismos típicos dos *ultrapassados períodos de enfrentamento* entre teóricos das ciências sociais e naturais. O tráfico, nesta senda, se mostrou por conteúdos e números.

Quanto às dificuldades enfrentadas, em primeiro lugar, evidenciou-se o caráter esparso da literatura sobre o tema. Nesse ponto, a pesquisa em plataformas foi de fundamental valia à realização do estudo, que, igualmente, exigiu significativo dispêndio para a aquisição de livros de substancial importância, muitos, indisponíveis no Estado do Pará.

Em segundo lugar, o sub-registro e péssima qualidade dos dados lançados nas plataformas dos órgãos de segurança pública, certamente, figuraram como um dos principais problemas enfrentados na pesquisa, que, inclusive, redirecionaram o estudo de forma drástica, conforme já argumentado no primeiro capítulo.

Outro ponto de substancial dificuldade disse respeito à adequação das entrevistas às agendas profissionais e pessoais dos sujeitos da pesquisa. Quanto mais estratégico for o cargo

ocupado ou o órgão pesquisado, é importante destacar, mais complicada pode se afigurar o processo de aproximação, conquista de confiança e efetivação da pesquisa. É ponto que se registra para futura reflexão por parte de estudiosos que embarquem nessa pretensão.

Mais ainda: tratando-se da área da segurança pública, há que se levar em conta, ainda, o surgimento inesperado de crises, trocas de ocupantes de cargos, mudanças de políticas institucionais, dentre outros fatores que podem interferir não só no acesso, mas, sobretudo, na confiabilidade da fonte de pesquisa. Neste estudo, estas dificuldades prolongaram a pesquisa por substancial período de tempo.

Ademais, propugna-se por um esforço que, neste estudo, se mostrou satisfatório: a aproximação entre o que já foi identificado na teoria (capaz de constituir uma base teórica apta a permitir uma melhor exploração do campo) e a prática de agentes territoriais envolvidos nas atividades em discussão (que podem referendar, explicar, ou, até mesmo, negar elementos teóricos que constituam visões parciais de uma realidade maior).

Levantadas estas observações, destacam-se, como *ponto de encerramento formal* da pesquisa em questão, possíveis sugestões de continuidade:

- a) A realização de pesquisas quantitativas sobre eventuais dados pertencentes às corregedorias de órgãos prisionais, para levantamento ou confirmação de hipóteses aqui levantadas sobre o papel dos servidores do sistema penitenciário em relação às estratégias estudadas.
- b) A realização de pesquisas pautadas na observação direta ou na etnografia, para desvelar de forma mais efetiva a realidade das estratégias e mediatos dentro das prisões (talvez, a mais dificultosa das propostas, em razão dos desafios éticos e dos perigos impostos ao pesquisador).
- c) A ampliação de estudos de casos instrumentais, como o aqui realizado.
- d) A ampliação das entrevistas para outros atores territoriais envolvidos no fenômeno, assim como, outras bases territoriais.
- e) A análise de notícias a respeito do tema, que, como visto, já adiantavam algumas questões que, somente após revisão teórica ou pesquisa de campo foram realmente verificadas.

Estes, portanto, são possíveis *caminhos* para continuidade do estudo.

ABRANTES, Talita. Guerra entre CV e PCC pode chegar as ruas, diz promotor. **Revista Exame**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/guerra-entre-pcc-e-cv-pode-chegar-as-ruas-diz-promotor/>>. Outubro/2016. Acesso em: 31.12.2016.

ACSELRAD, Gilberta. O Proibicionismo em Questão – Alternativas. *In*: BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Geopolítica das Drogas: Textos Acadêmicos**. 1. Ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar**: as Fronteiras da Discórdia. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi. Cascudo, Cachaça e a Histórica das Bebidas no Brasil. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos**. 2015. Disponível em: <http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/avelar_cascudo_cachaca_historia_bebidas_brasil.pdf>. Acesso em: 02.04.2016.

AMBROZIO, Júlio. O Conceito de Território como Campo de Poder Microfísico. **Revista de Geografia**. V. 3, N. 2, P. 1-10. 2013.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história do crime organizado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

AMORIM, Carlos. **CV-PCC: A Irmandade do Crime**. 13. ed., Rio de Janeiro: Record, 2013.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **História dos Pensamentos Criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas**. São Paulo: Leya, 2012.

ARRUDA, Raimundo Ferreira de; SÁ, Alcindo José de. Por uma Geografia do Cárcere: Territorialidades nos pavilhões do Presídio Professor Aníbal Bruno - Recife-PE. Dissertação (Mestrado). **Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco**. UFPE: Recife, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6858?show=full>>. Acesso em: 25.11.2016.

BAGLEY, Bruce. The Evolution of Drug Trafficking and Organized Crime in Latin America. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**. V.1, N. 71, P. 99-123. 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA, Marcos. A Vitrine e a Guerra: Estratégias Territoriais de Ocupação e Integração das Favelas. **Revista Continentes (UFRRJ)**. V. 3, N. 5, P. 45-75. 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis**: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BICALHO, Lucinéia; OLIVEIRA, Marlene. Teoria e Prática da Interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. V.16. N.13. P.47-74. 2011.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática da Monografia para os Cursos de Direito**. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O 'Problema Público' da Maconha no Brasil: Anotações sobre Quatro Ciclos de Atores, Interesses e Controvérsias. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. V. 7, N. 4, P. 703-740. Outubro a Novembro/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN/MJC. **Levantamento Nacional De Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP/MJC. **A polícia judiciária no enfrentamento às drogas ilegais**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014b.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 344/1998 - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial**. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 4.451, de 4 de novembro de 1964**. Brasil: Presidência da República, 1964.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei n. 159, de 10 de fevereiro de 1967**. Brasil: Presidência da República, 1967.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei N. 385, de 26 de dezembro de 1968**. Brasil: Presidência da República, 1968.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 5.726, de 29 de outubro de 1971**. Brasil: Presidência da República, 1971.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Brasil: Presidência da República, 1976.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei N. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Brasil: Presidência da República, 2006.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Geografia Política das Drogas Ilegais**. Leme: Editora J. H. Mizuno, 2014.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A História da Maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. V. 55, N.4, P. 314-317. 2006

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Metageografia: Ato de Conhecer a Partir da Geografia. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. A Emergência da Política Mundial de Drogas: O Brasil e as Primeiras Conferências Internacionais do Ópio. **Revista Oficina do Historiador**. V.7, N. 1, P. 153-176. 2014.

CARVALHO, Salo de. **A política Criminal de Drogas no Brasil**: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**. V. 1, N. 1, P. 186-204. 2014.

CLAVAL, Paul. O território na Transição da Pós-Modernidade. **Revista GEOgraphia**. V. 1, N. 2, P. 7-26. 1999.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. Salvador: Editora Jus Podivm, 2013.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada**: Quem são os traficantes de Drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia**. 3. Ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de Pesquisa como Exercício Científico e Artesanato Intelectual. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. 30. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Discrecionalidade administrativa na Constituição de 1988**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **PCC: Hegemonia nas Prisões e Monopólio da Violência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**. São Paulo, V. 1, n. 24, P. 85-116, Setembro/1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24.12.2016.

FERNANDES, João Azevedo. Cuinagens e Bebedeiras: Os Índios e o Alcool na História do Brasil. **Revista AntHropológicas**. Vol. 13. N.2 . P. 39-59. 2002.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre, Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: Curso dado no Còllege de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite**: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LABROUSSE, Alain. **Geopolítica das Drogas**. São Paulo: Desatino, 2010.

LEMGRUBER, Julita; RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. O Fracasso na Guerra às Drogas. *In*: RATTON, José Luis; LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Penal Especial Comentada**. 2. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2014.

MACHADO, Lia Osório. O Comércio Ilícito de Drogas e a Geografia da Integração Financeira: uma simbiose? *In*: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Brasil**: Questões Atuais da Reorganização do Território. 5. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

MALLART, Fábio. **A Fundação CASA, suas Dinâmicas e as Trajetórias de Jovens Internos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Miguel; MARTINS, Rodrigo. Na desordem, a Força do Mal. **Carta Capital**. V. 23, N. 935, P. 16-21. Janeiro/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento**: epistemologia e método. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINGARDI, Guaracy. Crime Organizado. *In*: RATTON, José Luis; LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios*. **Mana**. Rio de Janeiro, V. 20, N. 1, P. 125-161. Abril/ 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

PEREIRA, Jeferson Botelho. **Tráfico e Uso Ilícitos de Drogas: Atividade Sindical Complexa e Ameaça Transnacional**. Leme: Editora J. H. Mizuno, 2012.

QUEIROZ, Paulo. **Curso de Direito Penal: Parte Geral**. V.1. 8. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. *Produção Contraditória do Espaço e Resistências*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

RICARDO, Raphael Martins. *Os Jesuítas e o Processo de Proibição da Cachaça no Brasil*. **Anais do Congresso Internacional de História – Ano 2013**. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/523_trabalho.doc>. Acesso em: 01.07.2016.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Drogas y Prisión: La Represión Contra las Drogas y el Aumento de la Población Penitenciaria em Brasil*. **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos**. 2015. Disponível em: <http://neip.info/novo/wp-content/uploads/2015/04/boiteux_sistemas_sobrecargados_20101.pdf>. Acesso em: 26.12.2016.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SAMPIEIRI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria Del Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Hugo Freitas dos. O “Coletivo” como Estratégia Territorial dos Cativos. **GEOgraphia**. V. 9. N 17. P. 89-116. 2007.

SAVIANO, Roberto. **Zero, Zero, Zero**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Drogas e Criminologia*. In: RATTON, José Luis; LIMA, Renato Sérgio de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, José Adaumir Arruda da. **A privatização de Presídios: Uma Ressocialização Perversa. Incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

SILVA, Luiza Lopes da. **A Questão das Drogas nas Relações Internacionais: Uma perspectiva brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: Ou Como o País se Deixa Manipular pela Elite**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Redes e Sistemas do Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro: Uma Tentativa de Modelagem. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**. V. 19, N. 1, P. 45-60. 1996.

STEIN, Ernildo. Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia. **Síntese**. V.1, N. 29, P. 21-48. 1983.

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ – SUSIPE. **A SUSIPE em números – dezembro de 2017**. Belém: SUSIPE, 2017.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC/ONU. **World Drug Report 2015**. New York: ONU, 2015.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. “Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio de Janeiro**. V.8. N. 14. P. 116-112. Janeiro/Junho/2015.

VOLOCHKO, Danilo. Nova Produção das Periferias Urbanas e Reprodução do Cotidiano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. 2. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: A Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos. A Onda Punitiva**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **Uso de Drogas e o Sistema Penal: Entre o Proibicionismo e a Redução de Danos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência x Pobreza x Criminalidade x Migração. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, V. 10. N. 1. P. 213-217. 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações Civil-Militares: O legado Autoritário da Constituição Brasileira de 1988. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que Resta da Ditadura?** São Paulo: Boitempo, 2010.

APÊNDICE A – AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DA REVISÃO LITERÁRIA (1º ARTIGO)⁸

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MÉTODO DE BUSCA APLICADO EM REVISÃO LITERÁRIA	
1) O PROCEDIMENTO DE BUSCA APLICADO, CONFORME METODOLOGIA DO ARTIGO, APARENTA EFICIÊNCIA NA OBTENÇÃO DOS RESULTADOS ATINENTES AO OBJETIVO ELEITO?	
1ª VERIFICAÇÃO DATA: <u>10/02/17</u>	
JUIZ 1: <u>[Assinatura]</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO
Obras à recomendar:	
<u>/</u>	
JUIZ 2: <u>[Assinatura]</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO
Obras à recomendar:	
2ª VERIFICAÇÃO DATA: <u>27/04/17</u>	
JUIZ 1: <u>[Assinatura]</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO
Obras à recomendar:	
JUIZ 2: <u>[Assinatura]</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO
Obras à recomendar:	
3ª VERIFICAÇÃO DATA: <u>03/05/17</u>	
JUIZ 1: <u>[Assinatura]</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO
Obras à recomendar:	
<u>recomendar ao autor o livro "Cocina" de Alan de Abreu e a obra "Moléculas do Desenvolvimento" de Tânia S. Gomes, Sônia M. L. e Família em Lendas do Povo do Nordeste.</u>	
JUIZ 2: <u>[Assinatura]</u>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO
Obras à recomendar:	

⁸ Juiz 1: Professor Msc. Wando Dias Miranda (UFPA/ESMAC). Juiz 2: Professor Msc. Luis Roberto Lobato dos Santos (ESMAC).

FICHA DE AVALIAÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DE DADOS EM REVISÃO LITERÁRIA

1) COM BASE NA TABELA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO, A CATEGORIZAÇÃO DE ESPÉCIES SE APRESENTA CORRETA E ALINHADA À TEORIA BASE DO ESTUDO?

SIM () NÃO

Obs:

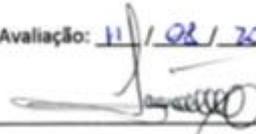
2) QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS TRECHOS EXTRAÍDOS DA LITERATURA, HÁ TRECHOS INADEQUADOS À CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA, QUE, DESTA FORMA, DEVAM SER RETIRADOS DO ESTUDO?

Enumerar aqui quais são os trechos, conforme seu número identificador na tabela:

15, 31, 39, 41, 57, 60, 65, 70, 109, 135, 351, 167, 168, 170, 173, 185, 191, 197, 203, 210, 224, 234, 250, 254, 279, 291, 301, 305, 349, 357, 379, 380, 391, 401, 423, 438, 441, 474, 501, 598, 601, 606, 609, 612, 634, 670, 689, 701, 704, 740, 742, 766, 771, 798, 801, 804, 809, 854, 898, 900, 911, 924, 998, 1002, 1005, 1020, 2029, 1037, 1097, 1112, 1430.

Total: 71.

Data da Avaliação: 11 / 08 / 2017

JUIZ 2:  _____

FICHA DE AVALIAÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DE DADOS EM REVISÃO LITERÁRIA

1) COM BASE NA TABELA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO, A CATEGORIZAÇÃO DE ESPÉCIES SE APRESENTA CORRETA E ALINHADA À TEORIA BASE DO ESTUDO?

SIM () NÃO

Obs:

2) QUANTO À CLASSIFICAÇÃO DOS TRECHOS EXTRAÍDOS DA LITERATURA, HÁ TRECHOS INADEQUADOS À CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA, QUE, DESTA FORMA, DEVAM SER RETIRADOS DO ESTUDO?

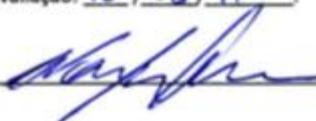
Enumerar aqui quais são os trechos, conforme seu número identificador na tabela:

15, 23, 41, 57, 63, 70, 109, 143, 167, 168, 169, 180, 191, 199, 203, 208, 209, 224, 254, 278, 301, 302, 349, 360, 380, 399, 401, 474, 607, 609, 770, 798, 801, 804, 809, 900, 930, 1005, 1030, 1097, 1112, 1430.

Total: 42.

Data da Avaliação: 10/08/17

JUIZ 1: _____



**APENDICE B – SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA JUNTO À
ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO
SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARÁ**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Belém, 19 de Abril de 2017,

OFÍCIO Nº 027/2017-PPGSP

Exmo. Sr. Coronel André Luiz de Almeida e Cunha

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE

Assunto: Solicitação de realização de pesquisa qualitativa

Prezado Senhor,

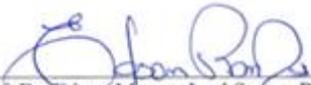
O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará cumprimenta vossa senhoria e, na oportunidade, apresenta o discente **Roberto Magno Reis Netto**, regularmente matriculado neste Programa de Pós-Graduação, área de concentração em Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal, na linha de pesquisa Conflitos, Criminalidade e Tecnologias da Informação, sob a Orientação do Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

O objetivo do presente é solicitar a vossa senhoria autorização para que o discente acima possa proceder à pesquisa qualitativa neste Órgão, em especial, realizando entrevista com o Assessor de Segurança Institucional, Sr. [REDACTED] e quem mais o mesmo eventualmente indicar, internamente, para esta finalidade (técnica bola de neve) conforme contato prévio realizado junto ao mesmo. Insta salientar que a pesquisa respeitará a todos os pressupostos éticos pertinentes inerentes à pesquisa científica em ciências sociais.

Estas informações irão viabilizar a realização da dissertação de Mestrado do referido discente (que promove estudo envolvendo o cárcere e a questão do tráfico de drogas e as redes territoriais que as permeiam) e favorecerá a elaboração de futuras Políticas Públicas na área da Segurança Pública.

Congratulando vossa senhoria e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarda à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.

Atenciosamente,


 Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
 Coordenador – PPGSP/UFPA
 Portaria Nº 991/2017 - Reitoria

PROTOCOLO
GABINETE
SUSIPE
 20/04/2017
 AS: CSH
Camela Almeida



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Belém, 19 de Abril de 2017,

OFÍCIO Nº 027/2017-PPGSP

Exmo. Sr. Coronel André Luiz de Almeida e Cunha

Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE

Assunto: Solicitação de realização de pesquisa qualitativa

A ASI.

1. Autorizo.

20/04/2017

André Luiz de Almeida e Cunha
Superintendente do Sistema
Penitenciário do Pará

Prezado Senhor,

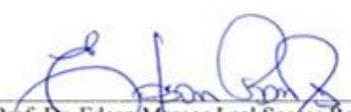
O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará cumprimenta vossa senhoria e, na oportunidade, apresenta o discente **Roberto Magno Reis Netto**, regularmente matriculado neste Programa de Pós-Graduação, área de concentração em Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal, na linha de pesquisa Conflitos, Criminalidade e Tecnologias da Informação, sob a Orientação do Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

O objetivo do presente é solicitar a vossa senhoria autorização para que o discente acima possa proceder à pesquisa qualitativa neste Órgão, em especial, realizando entrevista com o Assessor de Segurança Institucional, Sr. [REDACTED] e quem mais o mesmo eventualmente indicar, internamente, para esta finalidade (técnica bola de neve) conforme contato prévio realizado junto ao mesmo. Insta salientar que a pesquisa respeitará a todos os pressupostos éticos pertinentes inerentes à pesquisa científica em ciências sociais.

Estas informações irão viabilizar a realização da dissertação de Mestrado do referido discente (que promove estudo envolvendo o cárcere e a questão do tráfico de drogas e as redes territoriais que as permeiam) e favorecerá a elaboração de futuras Políticas Públicas na área da Segurança Pública.

Congratulando vossa senhoria e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarida à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Coordenador - PPGSP/UFPA
Portaria Nº 991/2017 - Reitoria

**APENDICE C – SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTA JUNTO À
ASSESSORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA DO
SISTEMA PENITENCIÁRIO DO PARÁ**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA – PPGSP
RESOLUÇÃO N.º 4.091, DE 27/01/2011-CONSEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por intermédio do presente documento, V. S^a. é convidado a participar voluntariamente de pesquisa de campo, sob abordagem qualitativa e mediante entrevistas semiabertas, envolvendo questão afeta à área da segurança pública (sua área de atuação).

1 DESCRIÇÃO: O objetivo geral da presente pesquisa é identificar as estratégias e os mediatos utilizados pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas. A entrevista ora objetivada, por sua vez, está voltada ao atendimento de dois objetivos específicos, quais sejam: a) a análise da percepção de agentes da segurança pública, indicados a partir de primeira aproximação da literatura, a respeito do objeto de análise; b) a verificação dos problemas inerentes à notificação e enfrentamento do problema, que se subdividirão em dois capítulos diferenciados do desenvolvimento do trabalho.

2 DOS PESQUISADORES: A pesquisa é desenvolvida pelo Sr. Roberto Magno Reis Netto, discente do programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, professor do referido programa.

3 ESCOLHA DO ENTREVISTADO: A escolha de V. S^a., assim como, dos demais entrevistados, levou em conta a indicação literária a respeito de possíveis conhecimentos em torno do tema debatido, bem como, a técnica de indicações consecutivas (bola de neve).

4 DADOS A SEREM COLETADOS: Nos termos do roteiro de entrevistas em anexo, a pesquisa buscará o levantamento de dados para identificação das estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico de drogas para integração dos presídios às redes territoriais externas.

5 RISCOS E DESCONFORTOS: Como a pesquisa envolve conhecimentos específicos da área de atuação deste entrevistado, compreende-se pela existência de mínimos riscos na participação.

6 SIGILO DAS INFORMAÇÕES: Conforme apregoado em lei, e, garantido por este termo, a pesquisa resguardará total sigilo das informações aqui prestadas, eliminando-se eventuais elementos passíveis de gerar a identificação dos fornecedores dos dados a serem posteriormente analisados, justamente, para que se possa perfazer investigação idônea sobre o objeto de análise.

7 GRATUIDADE E BENEFÍCIOS DA PESQUISA: Sendo pesquisa desenvolvida para finalidades acadêmicas, a mesma não pressupõe qualquer remuneração ao entrevistado ou ao pesquisador, em razão da presente entrevista. De outro lado, a pesquisa poderá garantir benefícios por intermédio de informações importantes a vosso exercício e atuação profissional, se constituindo de dados abertos plenamente disponíveis.

8 DO REGISTRO E LIBERDADE DE PARTICIPAÇÃO: A entrevista será gravada, por intermédio de aparelhos de registro de mídia (gravador), podendo, a pedido do entrevistado, ocorrer a supressão de itens ou a desistência da entrevista.

Sob estes termos, concordo em participar, respeitadas as garantias pertinentes e legais.

Belém, 30 de abril de 2017.

ENTREVISTADO: Sr . _____

CARGO: _____

INSTITUIÇÃO: _____.

PESQUISADOR: _____

ROBERTO MAGNO REIS NETTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1 FASE PREAMBULAR

1.1 NOME DO ENTREVISTADO

1.2 PROFISSÃO

1.3 LOTAÇÃO PROFISSIONAL

1.4 TEMPO DE ATIVIDADE TOTAL E NA ATUAL LOTAÇÃO

2 FASE DE LEVANTAMENTO DE DADOS – 1ª ETAPA.

- 2.1 Você compreende que há uma ligação entre os agentes do tráfico no cárcere e as redes territoriais externas?
- 2.2 Você já teve contato profissional com situação desta natureza ou, por sua função, tem conhecimento a respeito dessa prática?
- 2.3 Você compreende que os agentes do tráfico se utilizam da associação (ou seja, da união entre si e entre grupos) dentro das cadeias, como forma de garantir o sucesso do vínculo entre presídios e o mundo externo?
- 2.4 Você entende que esta associação é facilitada pela proximidade entre os agentes do tráfico que estão encarcerados?
- 2.5 Você entende que esta associação é facilitada pela falta de medidas ressocializantes destináveis aos agentes do tráfico que estão encarcerados?
- 2.6 Você entende que estas associações foram determinantes para a formação de facções do crime organizado, cuja principal atividade é o tráfico?
- 2.7 Você entende que a transferência de presos pode favorecer essa associação?
- 2.8 Você compreende que essa associação favorece a centralização de lideranças do tráfico entre agentes encarcerados?
- 2.9 Você compreende que essa associação está ligada à fortes elementos ideológicos, em torno de uma causa comum dos criminosos?

- 2.10 Você compreende que possíveis elementos ideológicos influem na forma de recrutamento de internos para atividades do tráfico de drogas?
- 2.11 Você compreende que o controle de instabilidades (violência e conflitos) pelos traficantes favorece sua atuação?
- 2.12 Você compreende que a adoção de medidas clientelistas entre os agentes do tráfico favorecem a fidelização de agentes encarcerados?
- 2.13 Você entende que a droga pode ser usada como instrumento de exercício de poder entre os agentes encarcerados?
- 2.14 A fidelização de agentes, nas cadeias, pode repercutir mais tarde nas ruas?
- 2.15 Os agentes do tráfico, encarcerados, se utilizariam de agentes externos para executar ações violentas e controle de territórios?
- 2.16 Você tem conhecimento do favorecimento de comunidades externas por grupos de traficantes no cárcere?
- 2.17 Você tem conhecimento do envolvimento de agentes (profissionais em geral: advogados, contadores, administradores, pilotos etc.) e instituições privadas (igreja, escritórios etc.) com agentes do tráfico de drogas? Que funções exerceriam?
- 2.18 Você tem conhecimento do envolvimento de agentes públicos com o tráfico a partir do cárcere?
- 2.19 Você tem conhecimento do envolvimento de parentes com o tráfico a partir do cárcere?
- 2.20 Você tem conhecimento da celebração de acordos políticos entre agentes do tráfico no cárcere e o Estado?
- 2.21 Você tem conhecimento do envolvimento de agentes do sistema penitenciário com os agentes do tráfico no cárcere? O que permearia esta relação (contraprestações, uma convivência com a ilegalidade, uma concordância ideológica)?
- 2.22 Você tem conhecimento do uso de tecnologias da informação para comunicação a partir do cárcere, pelos agentes do tráfico?
- 2.23 Você tem conhecimento do uso de outros agentes para comunicação a partir do cárcere, pelos agentes do tráfico?
- 2.24 Você compreende que o enfrentamento direto do Estado pode configurar uma estratégia do tráfico para integração dos presídios as suas redes externas (por meio de fugas, resgates, rebeliões, greves, agressões a prédios e agentes etc.)?
- 2.25 Você tem conhecimento do uso de meios de contra inteligência (criptografia de informações, uso de centrais clandestinas etc.), pelos agentes do tráfico no cárcere?

- 2.26 Você tem conhecimento da existência de um comércio de drogas dentro do cárcere?
- 2.27 Você tem conhecimento do uso de pontes (agentes responsáveis pela inserção da droga nos presídios)? Quem costumam ser essas pontes? Como se dá sua atuação?
- 2.28 Você tem conhecimento se este comércio interno é mais ou menos lucrativo que o externo às cadeias?
- 2.29 Você tem conhecimento da exploração de fragilidades estruturais das cadeias para exercício do tráfico?
- 2.30 Você tem conhecimento de situações atípicas, como o adestramento de animais para exercício do tráfico?
- 2.31 Você tem conhecimento se a droga representa não só um bem de consumo, mas uma forma de moeda ou consecução de favores e serviços no cárcere?
- 2.32 Há alguma forma de ação não destacada neste roteiro que poderia ser destacada?

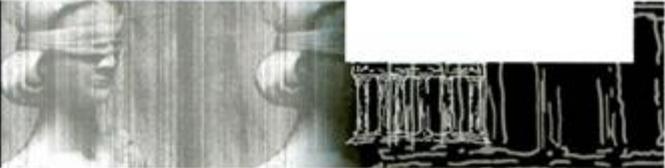
3 FASE DE LEVANTAMENTO DE DADOS – 2ª ETAPA.

- 3.1 Você compreende que há um registro de todas as medidas de traficância identificadas pelo poder público? Se não, quais seriam os fatores conducentes a essa ausência de registro?
- 3.2 As funções e papéis das instituições de controle e enfrentamento do tráfico no cárcere estão bem definidos e são respeitadas?
- 3.3 Poderia se falar num sub registro das ações utilizadas pelo tráfico para integração dos presídios às redes territoriais externas? Ao que você atribui essa situação?
- 3.4 Há algo que gostaria de destacar a respeito do tema?

ANEXO 1 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (ARTIGO CIENTÍFICO 01)

06/01/2018
Submissões

REVISTA OPINIÃO JURÍDICA
JOURNAL JURIDICAL OPINION



e-ISSN: 2447-6641 ISSN 1806-0420

Capa Sobre Acesso Cadastro Pesquisa Atual Anteriores
Notícias Submissão Normas de publicação Tutorial (Autores) Tutorial
(Avaliadores) Tutorial (Editores)

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

Submissões

- Submissões Online
- Diretrizes para Autores
- Declaração de Direito Autoral
- Política de Privacidade

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)?
ACESSO

Não tem login/senha?
ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

Informamos que a idoneidade e a veracidade do conteúdo enviado pelos articulistas são de sua exclusiva responsabilidade, devendo, portanto, cada um dos autores zelar pela observância de uma conduta ílibada, isenta de plágio, fraudes e de toda e quaisquer possíveis violações de caráter ético.

Orientações gerais:

TAMANHO DE FONTE

IDIOMA



USUÁRIO

Login

Senha

Lembrar usuário

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos ▼

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por título
- Outras revistas

PALAVRAS-CHAVE

Ação civil pública. Direitos fundamentais dos contribuintes. Acesso à justiça. Contabilidade internacional. IFRS. Microempresas. Pequenas empresas. Dignidade. Direitos difusos. Fundamentação. Dignidade. Pessoa humana. Evolução do pensamento

<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/about/submissions#onlineSubmissions>

1/8

Todos os manuscritos a serem considerados para publicação na Opinião Jurídica devem ser submetidos por via eletrônica. A responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito é inteiramente do autor e de seus co-autores.

Para submeter artigos é necessário prévio cadastro através do link:

<http://201.20.109.36:2627/index.php/opiniaojuridica/user/register>

Para os que já possuem cadastro, somente serão aceitas submissões eletrônicas dos artigos, no seguinte endereço:<http://201.20.109.36:2627/index.php/opiniaojuridica>

Por meio desse serviço os autores podem submeter o artigo e acompanhar o status do mesmo durante todo o processo editorial. Essa forma de submissão garante maior rapidez e segurança na submissão do seu manuscrito, agilizando o processo de avaliação.

O autor deve escolher uma categoria para o manuscrito (Artigos, Entrevistas). A responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito é inteiramente do autor e seus co-autores.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO:

1 LINHAS DE PESQUISA

Os temas poderão receber abordagens variadas, tanto de natureza mais dogmática, quanto teórica. São admissíveis leituras históricas, políticas, jurídicas, metodológicas e interdisciplinares. É facultado aos autores abordar apenas aspectos específicos no contexto maior da linha de pesquisa escolhida. São elas:

- 1) Constituição, Estado e Sociedade
- 2) Direito, Acesso à Justiça e Solução de Litígios
- 3) Direito, Estado e Acesso ao Desenvolvimento

ocidental. Direito Civil. Processo Civil. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Direito à Educação. Universalização. Constituição de 1824. Políticas Públicas. Direitos fundamentais. Função extrafiscal. Juventude. Políticas públicas. Efetividade do Processo. Supremo Tribunal Federal. Controle Concentrado de Constitucionalidade. Eficácia horizontal. Direitos Fundamentais. Constitucionalização do Direito Civil. Global Environmental Law and Governance. Sustainability. Globalization. Global Environmental Constitutionalism. Global Environmental constitutionalism. Principle of sustainability. Ecocentrism. História Constitucional. Constitucionalismos. Crise das Democracias. Tribunal Constitucional Internacional. Integração. Cooperação. Mercosul. União Europeia. Judicialização. Saúde. Políticas públicas. Direitos sociais. Jurisdição. Democracia. Acesso à Justiça. Conciliação. Mediação. Inovações normativas. Metodologia jurídica. Direito Administrativo. Direito Econômico. Direito Regulatório. Regulação. Economia. Agências reguladoras. Organismos geneticamente modificados. Propriedade privada. "Liberty Link". TIRFAA. Direito à saúde Prescrição. Ato infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Medida Socioeducativa. Processo coletivo. Tutela provisória. Tutela antecipada e antecedente. Tutela cautelar antecedente e incidente. Reparação dos prejuízos. Responsabilidade subjetiva. Novo CPC. Lei da Ação Civil Pública. Saúde. Controle social. Pesquisa. Seres humanos. Sustentabilidade. Benefícios. Reformas. Retrocesso social.

INFORMAÇÕES

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

OPEN JOURNAL SYSTEMS

NOTIFICAÇÕES

- Visualizar
- Assinar

Ajuda do sistema

- 4) Direitos Humanos e Fundamentais
- 5) Epistemologia Jurídica, Metodologia Jurídica e Editoria Jurídica
- 6) Teoria Política e do Direito

2 ESTRUTURA GERAL DO ARTIGO CIENTÍFICO (15 a 30 PÁGINAS)

Elementos pré-textuais:

Título e subtítulo (se houver), separado por dois pontos;

Resumo na língua do texto: sequência de frases concisas e objetivas, e não uma simples enumeração de tópicos, de 150 a 250 palavras, espaçamento entre linhas simples. Seguem-se as palavras-chave, representativas do conteúdo do trabalho, separadas por ponto e finalizadas por ponto (de 3 a 5 palavras).

Elementos textuais:

Modelo A:

- 1 Introdução
- 2 Desenvolvimento
- 3 Conclusão

Modelo B:

- 1 Introdução
- 2 Referencial Teórico
- 3 Metodologia da Pesquisa
- 4 Análise dos Resultados (deve conter a análise dos dados obtidos)
- 5 Conclusão

Elementos pós-textuais:

Referências

Notas de fim, após as referências, em Times New Roman 10.

3 FORMATAÇÃO DO ARTIGO

O título deve estar centralizado, em negrito e em caixa alta, sendo escrito em tamanho 14.

O texto deve ser digitado com letra **Times New Roman**, tamanho 12, usando espaço entrelinhas 1,5 e espaçamento entre parágrafos de 0 pt antes e 06pt depois. O espaço da primeira linha dos parágrafos é de 1cm. As citações de mais de três linhas, as notas de rodapé, as referências e os resumos em vernáculo e em língua estrangeira devem ser digitados em espaço simples.

O formato do papel a ser utilizado, tanto na versão eletrônica quanto na impressa, deve ter formato A4 (210 mm x 297 mm), com as seguintes margens: superior e esquerda - 3,0cm; inferior e direita - 2,0 cm. O trabalho deve estar **obrigatoriamente** digitalizado em WORD.

4 REFERÊNCIAS

As referências devem ser constituídas por todas as obras **citadas** no artigo e devem ser listadas de acordo com a norma ABNT-NBR-6023/2002, conforme exemplos abaixo:

Livros

ALVES, Roque de Brito. **Ciência Criminal**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

BANDEIRA, Manuel (Org). **Gonçalves Dias**: poesia. 11. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983.

Artigos em periódicos

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. O pão do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, n. 84, p. 763-789, set. 2003.

06/01/2018

Submissões

O MELHOR de dois mundos. **Após**, São Paulo, ano 1, p. 24-25, fev. 2003.

Artigos em revistas, jornais, etc.

MONTEIRO NETO, Armando. Desoneração da folha salarial. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, n. 22.368, p. 9, 26 mar. 2003.

Sites

CONY, Carlos Heitor. O frágil lenho. **Folha online**, São Paulo, 19 jan. 2004. Disponível em:
<www.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult505u135.shtml>.
Acesso em: 19 jan. 2004.

FREIRE, José Bessa. O patrimônio cultural indígena. In: WELFORT, Francisco; SOUZA, Márcio (Org.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura, 1998. Disponível em: <<http://www.minc.gov.br/tex-tos/olhar/patrimonioindigena>>.
Acesso em: 20 jan. 2004.

5 CITAÇÕES

Adota-se o sistema numérico, onde a indicação da fonte é feita por uma numeração única e consecutiva, em algarismos arábicos.

As citações deverão ser feitas da seguinte forma (NBR 10520): citações de até três linhas devem estar contidas entre aspas duplas; as citações de mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4cm da margem esquerda, em Times New Roman 10, sem aspas.

Para enfatizar trechos da citação, deve-se destacá-los indicando essa alteração com a expressão "grifo nosso" entre parênteses após a chamada da citação ou "grifo do autor", caso o destaque já faça parte da obra consultada.

A referência da citação será feita em nota de fim, após as referências do texto.

6 ABSTRACT E KEYWORDS

Após as referências, seguem-se as notas de fim; após as notas de fim, culminando todo o trabalho, deve-se fazer constar o título do artigo, o resumo e as palavras-chave em versão para o inglês, com recuo de 4cm, em espaço simples.

7 IDIOMAS DE PUBLICAÇÃO

A Opinião Jurídica aceita artigos escritos em português, espanhol, francês, italiano e inglês. Artigos em alemão serão aceitos apenas de autores previamente convidados. Todos os artigos, independentemente da língua em que estejam escritos, devem fazer constar título, resumo e palavras-chave em inglês – atendendo-se às exigências do Programa Qualis da Capes.

8 INEDITISMO

A Opinião Jurídica visa à publicação e divulgação de trabalhos inéditos, devendo o autor fazer constar, sob as penas da lei, qualquer condição em contrário, por ocasião da submissão de seu trabalho. Em caso de existência de publicação prévia, deve o autor explicitar o veículo de publicação e o suporte utilizado (virtual ou impresso), a fim de que a equipe de Editores-Institucionais delibere, soberanamente, a respeito da conveniência de uma eventual republicação.

9 TAXAS DE PROCESSAMENTO, SUBMISSÃO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

Nenhuma taxa será cobrada dos autores pela submissão e publicação dos artigos.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".

2. O arquivo da submissão está em extensão .doc, .txt ou .rtf.
3. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.
4. Todos os autores do artigo estão informados sobre as políticas editoriais da Revista, leram o manuscrito que está sendo submetido e estão de acordo com ele.

Declaração de Direito Autoral

TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

A submissão de artigo à apreciação da Equipe Editorial da Revista Opinião Jurídica implica, por este mesmo ato, a cessão, por parte do(s) autor(ES), para o Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, da referida OBRA para fins de reprodução, divulgação, distribuição, impressão, publicação e disponibilização, Normas de Publicação 414 R. Opin. Jur., Fortaleza, ano 12, n. 16, p.1-414, jan./dez. 2014 a encargo da UNICHRISTUS, em qualquer forma ou meio que exista ou venha a existir, nos termos do art. 49 e os seguintes da Lei 9.610/98. Parágrafo Primeiro. A cessão, objeto deste Termo, é feita a título não exclusivo e gratuito, abrangendo a totalidade da OBRA.

Parágrafo Segundo. A UNICHRISTUS poderá disponibilizar, para fins didáticos, a OBRA no todo ou em partes, vedada a alteração de seu conteúdo textual, ressalvadas correções e formatações que se fizerem necessárias.

Parágrafo Terceiro. A cessão é válida em quaisquer países, em língua portuguesa ou tradução, a critério da UNICHRISTUS.

DAS RESPONSABILIDADES

Ao submeter(em) artigo de sua lavra, o autor (e co-autores, se houver) assume(m), por este ato, a responsabilidade exclusiva pela integralidade do conteúdo da obra de sua autoria. Dessa forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais

06/01/2018

Submissões

concernentes ao seu conteúdo serão de sua inteira responsabilidade.

Parágrafo único. Em caso de pluralidade de autores, considera-se solidária a responsabilidade, ressalvadas as provas em contrário.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Indexadores

Indexada em	Diretórios	Redes Sociais	Fale Conosco
	Latindex		
Qualis/CAPES	Diadorim	Facebook	Contatos
Sumários	Sherpa/Romeo	Twitter	
Google Scholar	Latindex	Instagram	
RVBI	Catálogo		
REDIB	Ulrichsweb		
DOAJ			

Unichristus 2016. Todos os direitos reservados.

REVISTA OPINIÃO JURÍDICA
JOURNAL JURIDICAL OPINION



e-ISSN: 2447-6641 ISSN 1806-0420

[Capa](#) [Sobre](#) [Página do usuário](#) [Pesquisa](#) [Atual](#) [Anteriores](#)
[Notícias](#) [Submissão](#) [Normas de publicação](#) [Tutorial \(Autores\)](#)
[Tutorial \(Avaliadores\)](#) [Tutorial \(Editores\)](#)

Capa > Usuário > Autor > Submissões > #1949 > Resumo



#1949 Sinopse

[RESUMO](#) [AVALIAÇÃO](#) [EDIÇÃO](#)

Submissão

Autores	ROBERTO MAGNO REIS NETTO, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Título	ESTRATÉGIAS E MEDIATOS UTILIZADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS PARA INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES TERRITORIAIS EXTERNAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA
Documento original	1949-6425-1-SM.DOCX 2018-01-06
Docs. sup.	Nenhum(a) INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR
Submetido por	ROBERTO ROBERTO MAGNO REIS NETTO
Data de submissão	janeiro 6, 2018 - 09:56
Seção	Constituição, Estado e Sociedade
Editor	Editora Chefe

TAMANHO DE FONTE

IDIOMA



USUÁRIO

Logado como:
roberto1983

- Meus periódicos
- Perfil
- Sair do sistema

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Pesquisar

Procurar

- Por Edição
- Por Autor
- Por título
- Outras revistas

AUTOR

Submissões

- Ativo (1)
- Arquivo (0)

Comentários do Autor Este artigo corresponde a capítulo desenvolvido em dissertação em submissão no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará.

Situação

Situação Em avaliação
Iniciado 2018-01-06
Última alteração 2018-01-06

Metadados da submissão

EDITAR METADADOS

Autores

Nome	ROBERTO MAGNO REIS NETTO 
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	—
Resumo da Biografia	MESTRANDO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. POS-GRADUADO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL (UGF/DF), DOCÊNCIA SUPERIOR (UGF/DF) E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (ESMAC/PA). GRADUADO EM DIREITO (UFPA). PROFESSOR.

· Nova submissão

PALAVRAS-CHAVE

Ação civil pública. Direitos fundamentais dos contribuintes. Acesso à justiça. Contabilidade internacional. IFRS. Microempresas. Pequenas empresas. Dignidade. Direitos difusos. Fundamentação. Dignidade. Pessoa humana. Evolução do pensamento ocidental. Direito Civil. Processo Civil. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Direito à Educação. Universalização. Constituição de 1824. Políticas Públicas. Direitos fundamentais. Função extrafiscal. Juventude. Políticas públicas. Efetividade do Processo. Supremo Tribunal Federal. Controle Concentrado de Constitucionalidade. Eficácia horizontal. Direitos Fundamentais. Constitucionalização do Direito Civil. Global Environmental Law and Governance. Sustainability. Globalization. Global Environmental Constitutionalism. Global Environmental constitutionalism. Principle of sustainability. Ecocentrism. História Constitucional. Constitucionalismos. Crise das Democracias. Tribunal Constitucional Internacional. Integração. Cooperação. Mercosul. União Europeia. Judicialização. Saúde. Políticas públicas. Direitos sociais. Jurisdição. Democracia. Acesso à Justiça. Conciliação. Mediação. Inovações normativas. Metodologia jurídica. Direito Administrativo. Direito Econômico. Direito Regulatório. Regulação. Economia. Agências reguladoras. Organismos geneticamente modificados. Propriedade privada. "Liberty Link". TIRFAA. Direito à saúde. Prescrição. Ato infracional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Medida Socioeducativa. Processo coletivo. Tutela provisória. Tutela antecipada e antecedente. Tutela cautelar antecedente e incidente. Reparação dos prejuízos. Responsabilidade subjetiva. Novo CPC. Lei da Ação Civil Pública. Saúde. Controle social. Pesquisa. Seres humanos. Sustentabilidade. Benefícios. Reformas. Retrocesso social.

INFORMAÇÕES

- Para leitores
- Para Autores
- Para Bibliotecários

OPEN JOURNAL SYSTEMS

NOTIFICAÇÕES

	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR DO TJ/PA.	<ul style="list-style-type: none"> - Visualizar - Gerenciar
Contato principal para correspondência.		Ajuda do sistema
Nome	CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS 	
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	
País	Brasil	
Resumo da Biografia	<p>Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará - UFPA. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia e no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - UFPA.</p>	
Título e Resumo		
Título	ESTRATÉGIAS E MEDIATOS UTILIZADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS PARA INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES TERRITORIAIS EXTERNAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA	
Resumo	RESUMO: Este estudo teve como objetivo a realização de uma revisão literária em torno da relação droga e cárcere, para identificação das estratégias e mediatos utilizados pelo tráfico de drogas, para integração dos presídios às redes territoriais externas. Sob um método	

hermenêutico e dialético, foi proposta a análise de obras selecionadas conforme critérios metodológicos específicos, seguida de uma análise de conteúdo para construção de categorias científico-analíticas. Ao fim, muito além da hipótese originária, foram identificadas seis espécies de estratégias que, aplicadas de forma simultânea e intercruzada, garantem o exercício de poderes no mundo externo por agentes territoriais dentro dos presídios.

Indexação

Área e sub- área do Conhecimento	DIREITO; SEGURANÇA PÚBLICA
Palavras- chave	Tráfico de Drogas. Cárcere. Estratégias e Mediatos. Revisão Literária
Geo-espacial	BRASIL
Cronológica ou histórica	CONTEMPORANEIDADE
Características da amostragem da pesquisa	LITERATURA RECENTE
Tipo, método ou ponto de vista	MÉTODO HERMENÊUTICO DIALÉTICO; PÓS- MODERNIDADE
Idioma	pt

Agências de fomento

Agências —

Referências

Referências REFERÊNCIAS

ABREU, Allan de. Cocaína - A rota caipir
no principal corredor de drogas do Bra:

ANEXO 2 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA *DIREITO GV* (ARTIGO CIENTÍFICO 02)

Revista DIREITO GV

FGV DIREITO SP

POLÍTICA EDITORIAL

A *Revista Direito GV* publica artigos inéditos (nacional e internacionalmente) com as mais diversas abordagens teóricas e metodológicas, inclusive artigos interdisciplinares e de pesquisa aplicada. Será dada prioridade para artigos que contribuam para a inovação teórica, metodológica e empírica, especialmente nos campos de pesquisa de Direito e Desenvolvimento (*law & development*), Direito e Sociedade (*law & society*) e Direito e Economia (*law & economics*). A Revista busca artigos que examinem o papel do direito, das instituições jurídicas e dos sistemas jurídicos nacionais e internacionais nos processos de desenvolvimento social e econômico, particularmente nos países em desenvolvimento, nos mercados emergentes e nas nações em transição e que busquem determinar como o direito pode inibir ou promover mudanças desejadas.

A *Revista Direito GV* publica ainda resenhas inéditas e traduções. A seção de resenhas tem como objetivo chamar a atenção dos leitores para obras publicadas nos últimos 24 meses (a contar do prazo de envio do texto). A resenha deve estabelecer a relevância da obra para o campo na qual está inserida e suscitar discussões críticas sobre ela. As resenhas devem privilegiar títulos de interesse acadêmico em detrimento de publicações de uso profissional. Resenhas meramente descritivas e que apenas resumam o argumento da obra não serão aceitas. A seção de traduções privilegia textos clássicos ou de difícil acesso aos leitores brasileiros. Elas são selecionadas por meio da análise da relevância e da qualidade técnica do texto traduzido.

A Revista é publicada em formato digital (ISSN 2317-6172) e tem periodicidade quadrimestral.

1. AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Todos os artigos passam por uma avaliação prévia (*desk review*) realizada pela editora-chefe, verificando o atendimento aos requisitos formais de submissão, sua adequação à política editorial da Revista e seu potencial para publicação.

Nessa fase inicial, também é realizada a verificação de similitude por meio do software antiplágio iThenticate.

Após essa etapa, os artigos aprovados são remetidos a pareceristas anônimos para a avaliação, de acordo com o processo conhecido como *double blind peer review*. Recebidos os

pareceres, estes são encaminhados para o autor do artigo a fim de tomar ciência ou para que incorpore as modificações sugeridas. Nesse último caso, o texto modificado deverá ser remetido para a Revista. Será novamente avaliado em função das alterações realizadas.

Excepcionalmente, haverá convites para publicação, que serão formulados exclusivamente pela editoria da Revista.

Resenhas e traduções serão avaliadas e selecionadas pela editoria da Revista.

2. SUBMISSÃO DE MANUSCRITOS

Os artigos e resenhas enviados devem ser inéditos e não podem estar sob avaliação em outro periódico. Os autores só poderão submeter um artigo por vez, seja como autor principal ou em coautoria, exceção feita às chamadas de trabalhos temáticas ou dossiês especiais.

Os textos devem ser escritos em português, inglês ou espanhol. Se incentiva a submissão de manuscritos em inglês, independentemente da nacionalidade dos autores.

A submissão de artigos e resenhas deve ser feita por meio do sistema online **ScholarOne Manuscripts**, disponível no endereço: <https://mc04.manuscriptcentral.com/rdgv-scielo>. As traduções são publicadas em português e também devem ser submetidas pelo sistema online. Em caso de dúvidas na submissão online, pode-se consultar o [Tutorial de submissão de manuscritos](#) ou encaminhar um e-mail para revistadireitogv@fgv.br.

Não serão cobradas quaisquer taxas de submissão, avaliação ou publicação.

A **Revista Direito GV** orienta seus procedimentos de gestão e avaliação de artigos conforme o [Código de Boas Práticas Científicas](#) disponibilizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), as diretrizes básicas formuladas pelo [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico \(CNPq\)](#) e pelo [Committee on Publication Ethics \(COPE\)](#), bem como os [Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas](#) e o [Código de Conduta e Boas Práticas para Editores](#), também do COPE.

Solicita-se aos pareceristas da **Revista Direito GV** que sigam as [diretrizes do COPE para revisores](#), assim como exige-se dos autores que atendam aos parâmetros indicados no documento ["Publicação Acadêmica Responsável: padrões internacionais para autores"](#), além daqueles citados acima.

Artigos que envolvem pesquisa com seres humanos ou animais devem obedecer aos padrões éticos exigidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS). As pesquisas que envolvem seres humanos devem atender às normas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, ou órgão equivalente no país de origem da pesquisa.

As opiniões emitidas e a integridade do conteúdo dos artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores.

Solicita-se que os autores informem à Revista qualquer financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não comerciais, e que declarem não haver conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado, nos campos específicos do sistema online e também na folha de rosto.

Os artigos devem ter até 63.000 caracteres com espaços. Textos mais extensos do que o padrão serão publicados, a critério da editoria, caso seu tamanho seja justificável.

As resenhas devem ter até 21.000 caracteres com espaços, apresentar um título (em português e inglês) e não precisam ser precedidas de resumo.

Os artigos deverão obedecer às seguintes regras:

2.1. Regras de submissão

2.1.1. Formatação

- Editor de texto: Microsoft Word
- Papel: A4
- Margens: esquerda, direita, superior e inferior de 2,5 cm
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12
- Paginação: canto inferior direito
- Parágrafo: alinhamento justificado; espaçamento entre linhas: 1,5

2.1.2. Folha de Rosto

Em arquivo separado, o autor deverá enviar uma folha de rosto contendo as seguintes informações:

- Título do artigo;
- Identificação do(s) autor(es): nome completo, titulação, instituição à qual está ligado, link para o currículo Lattes, endereço para correspondência, telefone e e-mail;
- Informações sobre financiamento ou benefícios recebidos, bem como eventuais conflitos de interesses e agradecimentos.

Toda identificação de autoria deve ser incluída somente na folha de rosto.

2.1.3. Artigo

A primeira página do artigo deve conter obrigatoriamente:

- Título em português e inglês com, no máximo, oito palavras cada;
- Resumo em português e inglês (com 150 a 200 palavras cada) contendo campo de estudo, objetivo, método, resultado e conclusão;
- Palavras-chave em português e inglês (5 para cada idioma).

Caso o idioma do artigo seja espanhol, acrescentar título, resumo e palavras-chave nesse idioma.

O artigo também deverá atender às seguintes regras:

- Seções: Introdução não numerada, desenvolvimento (que deve ser dividido e numerado sequencialmente com algarismos indo-arábicos) e Conclusão não numerada.
- Citações: deve ser usado o sistema de chamada autor-data (conforme ABNT NBR-10520), isto é, as citações devem vir no corpo do texto com indicação do sobrenome, ano e página de publicação. Exemplo:

“A chamada ‘pandectista’ havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular” (LOPES, 2000, p. 225).

- Citações extensas (de 4 linhas ou mais) devem ser apresentadas em parágrafo destacado com recuo (de 2 cm) e fonte menor (10).

- Lista de referências bibliográficas: deverá ser apresentada em ordem alfabética no final do texto (conforme ABNT NBR-6023).
- Notas explicativas: devem ser reduzidas ao mínimo necessário e apresentadas no rodapé das páginas.
- Diagramas, quadros e tabelas: devem apresentar título e fonte e ser colocados ao final do texto, após as referências. Sua posição deve ser indicada no próprio texto, constando referência a eles no corpo do artigo. Deve-se evitar a repetição de informações contidas no texto.

Nenhum tipo de identificação de autoria deverá ser incluído no artigo. Qualquer informação que leve ao reconhecimento do(s) autor(es) deve vir apenas na folha de rosto. A descaracterização de autoria é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

3. DIREITOS AUTORAIS

A **Revista Direito GV** detém os direitos patrimoniais dos artigos, resenhas e ensaios que publica, inclusive os de tradução.

A **Revista Direito GV** adota a licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](#), exceto onde estiver expresso de outro modo, permitindo-se cópias e reproduções, no todo ou em parte, desde que para fins não comerciais e com identificação de sua fonte. Para controle e registro da editoria, solicita-se que tais usos da Revista – com exceção de citações de pequenos trechos em trabalhos acadêmicos – sejam comunicados pelo e-mail revistadireitogv@fgv.br.

Caso haja interesse em utilizar textos da **Revista Direito GV** com finalidade comercial, é necessário realizar contato prévio com a Revista pelo e-mail revistadireitogv@fgv.br, solicitando uma autorização para a publicação. Os termos e condições, caso a publicação seja autorizada, serão definidos caso a caso pela editoria da Revista.

Recomendações de Leitura

- [Código de Boas Práticas Científicas](#), FAPESP
- [Diretrizes](#), CNPQ
- [Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing](#), COPE
- [Code of Conduct and Best Practice Guidelines for Journal Editors](#), COPE

Revista DIREITO GV

 FGV DIREITO SP

- COPE Ethical Guidelines for Peer Reviewers, COPE
- Responsible research publication: international standards for authors, COPE
- Recomendações práticas para jovens pesquisadores, Érica de Cássia Ferraz e Ana Luiza G. P. Navas

Revista Direito GV

Direito GV Law Review

Escola de Direito de São Paulo | FGV DIREITO SP

Rua Rocha, 233 – Bela Vista

São Paulo, SP – Brasil

+ 55 11 3799 2172 | revistadireitogv@fgv.br

 Revista Direito GV

Submission Confirmation

 Print

Thank you for your submission

Submitted to

Revista Direito GV

Manuscript ID

RDGV-2018-0031

Title

A ASSOCIAÇÃO INTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO

Authors

REIS NETTO, ROBERTO
CHAGAS, CLAY

Date Submitted

27-Jan-2018

[Author Dashboard](#)

ANEXO 3 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA *ESTUDOS GEOGRÁFICOS* (ARTIGO CIENTÍFICO 03)



CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES	Ajuda do sistema USUÁRIO Logado como: roberto1983 Meus periódicos Perfil Sair do sistema
Capa > Sobre a revista > Submissões	IDIOMA Selecione o idioma Português (Brasil) ▾ <input type="button" value="Submeter"/>
<h3>SUBMISSÕES</h3> <ul style="list-style-type: none"> • Submissões Online • Diretrizes para Autores • Declaração de Direito Autoral • Política de Privacidade 	CONTEÚDO DA REVISTA Pesquisa <input type="text"/> Escopo da Busca Todos ▾ <input type="button" value="Pesquisar"/>
<h3>SUBMISSÕES ONLINE</h3> <p>Já possui um login/senha de acesso à revista Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia? ACESSO</p> <p>Não tem login/senha? ACESSO A PÁGINA DE CADASTRO</p> <p>O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.</p>	Procurar Por Edição Por Autor Por Título Outras revistas
<h3>DIRETRIZES PARA AUTORES</h3> <p>NORMAS EDITORIAIS</p> <p>1- Fonte Arial, corpo 12; espaço simples; tabulação 1,25 cm; margens (todas) de 2,5 cm, página tamanho A4.</p> <p>2- Número máximo de páginas (inclusive ilustrações, anexos e bibliografia):</p> <p>Artigos - 25 páginas Notas - 10 páginas Resenhas - 5 páginas</p> <p>3 - Idioma: poderão ser publicados textos idiomas diversos do português, como o inglês, o francês, o espanhol e o italiano, desde que correspondam ao idioma original do(s) autor(es).</p> <p>4 - Unidade de Medida: A Revista utiliza o Sistema Internacional de Unidades (métrico). Outras unidades devem ser indicadas entre parêntesis.</p> <p>5 - É de responsabilidade do autor a correção ortográfica e gramatical do texto.</p> <p>6 - A redação do texto deverá respeitar as seguintes prescrições:</p> <p>a) Título do Trabalho: Maiúsculas, Centralizado, Fonte Arial 18; b) Nome do (s) autor (es): Arial, minúsculas, centralizado, fonte 16, com nota de rodapé numerada indicando a instituição a qual pertence cada autor, seu endereço para contato e e-mail. c) Resumo: (somente para artigos): em português e outro em inglês ou francês, contendo de 100 a 150 palavras, com indicação de três a cinco palavras-chave em português e na outra língua escolhida. O título também deve ser traduzido. Deve ser inserido antes do início do texto, separado por uma linha antes e outra depois. d) Capítulos, títulos e subtítulos: devem destacados no texto com uma linha antes e outra depois: Título 1: Arial, maiúsculas, FONTE 16, esquerda; Título 2: Arial, maiúsculas, fonte 14, esquerda; Título 3: Arial, maiúsculas, fonte 12, esquerda. e) Notas e comentários: deverão vir ao pé da página em fonte Times New Roman 9 f) Tabelas, gráficos e figuras: deverão vir incluídos no texto, no local e sequência em que serão publicados. Deverão ter, no máximo, as seguintes dimensões: 14 x 23 cm. Devem ser legíveis, concisos e referenciados no texto. As ilustrações poderão ser coloridas, sendo que os gráficos não devem envolver mais que 6 cores diferentes. g) Equações- Devem constar no texto em estilo adequado. Autores devem deixar claro a distinção entre os diferentes tipos de letras e entre letras e números h) Citações bibliográficas: deverão seguir o sistema de chamada autor-data conforme as normas da ABNT (NBR 10520 –apresentação de citações em documentos) e listadas alfabeticamente no final do trabalho. As referências no texto devem ser citadas entre parêntesis na seguinte ordem: sobrenome do autor, ano de publicação e número da página. Nas citações, as entradas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas, e quando estiverem entre parêntesis devem ser em letras maiúsculas.</p> <p>Exemplos: Oliveira (2012, p.08) considera a territorialização dos monopólios um processo... Segundo Raffestin (1993, p. 143), espaço e território não são termos equivalentes... "A territorialização dos monopólios atua, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária" (OLIVEIRA, 2012, p.08). "Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 143).</p> <p>As transcrições no texto de até três linhas devem estar encerradas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.</p> <p>Exemplo: Segundo Souza (2013, n/p) [...] "a análise das estratégias de espoliação, ou acumulação primitiva – originária em Marx (1974) –, presentes no conflito entre 'fazendeiros' e indígenas no país, o que em verdade aparece como um conflito 'produtivo x não-produtivo', 'brancos x índios', configurando-se em um prestidigitado de um processo central de acumulação via captura da renda fundiária".</p>	TAMANHO DE FONTE <hr/>

As transcrições no texto com mais de três líneas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor (tamanho 11) que a do texto utilizado e sem aspas.

g) Referências Bibliográficas: deverão ser redigidas conforme as normas da ABNT (NBR 6023). Deverão constar todas as referências citadas no texto.

Exemplos:

SOUZA, J. G. A Geografia Agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 34, p.147-176, 2010.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital. *Série Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 417p.

OLIVEIRA, A. U. O Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul - uma visão multidisciplinar*. 1ª ed. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 01, p. 05-14.

MOTTA, J. M. Territórios e territorialidades Guarani e Kalowa: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD - MS, Brasil).

h) Agradecimentos: se houver, devem ser colocados sob a forma de nota ao final do artigo.

DIRECTRICES PARA AUTORES
Normas Editoriales

1- Fuente Arial; tamaño 12; interlineado simple; tabulación de 1,25 cm; márgenes (todas) de 2,5 cm, página tamaño A4.

2- Número máximo de páginas (incluyendo ilustraciones, adjuntos y bibliografía):

Artículos - 25 páginas

Notas - 10 páginas

Reseñas - 5 páginas

3 - Idioma: los textos podrán ser publicados en idiomas diversos del portugués, como lo inglés, lo francés, lo español y lo italiano, desde que correspondan al idioma original de los autores.

4 - Unidad de Medida: la Revista utiliza lo Sistema Internacional de Unidades (métrico). Otras unidades deberán ser mencionadas entre paréntesis.

5 - Es de responsabilidad del autor la corrección ortográfica y gramatical del texto.

6 - La redacción del texto deberá respetar las siguientes prescripciones:

a) Título del Trabajo: Mayúsculas, Centralizado, Fuente Arial 18;

b) Nombre de los(s) autor (es): Arial, minúsculas, centralizado, fuente 16, con nota a pie de página numerada, indicando la institución al que cada autor pertenece, su dirección postal para contacto y correo electrónico.

c) Resumen: (somente para artículos): en portugués y otro en inglés o francés, contiendo de 100 a 150 palabras, indicando de 3 a 5 palabras clave en portugués y en lo otro idioma elegido. Lo título también deberá ser traducido. Lo resumen deberá ser insertado antes del comienzo del texto, separado por una línea antes y otra después.

d) Capítulos, títulos y subtítulos: deben ser salientados en el texto con una línea antes y otra después:

Título 1: Arial, mayúsculas, fuente 16, izquierda;

Título 2: Arial, mayúsculas, fuente 14, izquierda;

Título 3: Arial, mayúsculas, fuente 12, izquierda.

e) Notas y comentarios: deberán vir al pie de la página en fuente Times New Roman 9

f) Tablas, gráficos y figuras: deberán ser incluidos en el texto, en el local e secuencia en que se publicarán. Los mismos deberán ter, lo máximo, las siguientes dimensiones: 14 x 23 cm. Deben ser legibles, concisos y referenciados en el texto. Las ilustraciones podrán ser coloridas, pero que los gráficos no deben envolver más que 6 cores distintas.

g) Ecuaciones - Deben contener en el texto en estilo adecuado. Autores deben dejar claro la distinción entre los diferentes tipos de letras e entre letras y números.

h) Citas bibliográficas: utilizar lo sistema de chamada autor-data conforme las normas de la ABNT (NBR 10520 - presentación de citas en documentos) y listadas alfabéticamente en la página final del trabajo. Las referencias no texto deben ser citadas entre paréntesis en la siguiente orden: apellido del autor, año de publicación y número de la página.

En las citas, las entradas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas, e quando estiverem entre parênteses devem ser em letras maiúsculas.

Ejemplos:

Oliveira (2012, p.08) considera a territorialização dos monopólios um processo...

Según Raffestin (1993, p. 143) el espacio y el territorio no son equivalentes...

"A territorialização dos monopólios atua, simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária" (OLIVEIRA, 2012, p.08).
"Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Las transcripciones en el texto de un máximo 3 líneas deben encerrar entre comillas dobles. Las comillas simples se utilizan para indicar la cita dentro de otra cita.

Ejemplos:

Según Souza (2013, n/p) [...] "a análise das estratégias de espoliação, ou acumulação primitiva - originária em Marx (1974) -, presentes no conflito entre 'fazendeiros' e indígenas no país, o que em verdade aparece como um conflito 'produtivo x não-produtivo', 'brancos x índios', configurando-se em um prestidigitado de um processo central de acumulação via captura da renda fundiária".

Las transcripciones em el texto con más de 3 líneas deben ser destacadas con un retiro de 4 cm de la margen izquierda, con letra más pequeña (tamaño 11) que el texto y sin comillas.

g) Referencias Bibliográficas: deben estar escritas de acuerdo con las normas da ABNT (NBR 6023). Deberá incluir todas las referencias citadas en el texto.

Ejemplos:

SOUZA, J. G. A Geografia Agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, v. 34, p.147-176, 2010.

LUXEMBURGO, R. A acumulação do capital. *Série Os Economistas*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 417p.

OLIVEIRA, A. U. O Nó da Questão Agrária em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul - uma visão multidisciplinar*. 1ª ed. Campo Grande: UFMS, 2008, v. 01, p. 05-14.

MOTTA, J. M. Territórios e territorialidades Guarani e Kalowa: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD - MS, Brasil).

h) Agradecimientos: si hay, deben ser colocados en forma de notas al final del artículo.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
 2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)
 3. Todos os endereços de URLs no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.
 4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
 5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
 6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos). Em caso de citação de autores, "Autor" e ano são usados na bibliografia e notas de rodapé, ao invés de Nome do autor, título do documento, etc.
-

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL



Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1678-698X está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.



[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO USUÁRIO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ANTERIORES](#)

[Capa](#)
[> Usuário](#)
[> Autor](#)
[> Submissões](#)
[> #12994](#)
[> Resumo](#)

#12994 SINOPSE

[RESUMO](#)
[AVALIAÇÃO](#)
[EDIÇÃO](#)

SUBMISSÃO

Autores Roberto Magno Reis Netto, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Título A ASSOCIAÇÃO EXTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará
Documento original 12994-68276-1-SM.DOCX 2018-01-30
Docs. sup. Nenhum(a) [INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR](#)
Submetido por Roberto Roberto Magno Reis Netto
Data de submissão Janeiro 30, 2018 - 02:12
Seção Artigos
Editor Nenhum(a) designado(a)

SITUAÇÃO

Situação Aguardando designação
Iniciado 2018-01-30
Última alteração 2018-01-30

METADADOS DA SUBMISSÃO

[EDITAR METADADOS](#)

AUTORES

Nome Roberto Magno Reis Netto
Instituição/Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País —
Resumo da Biografia MESTRANDO EM SEGURANÇA PÚBLICA (UFFPA). ESPECIALISTA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL (UGF/DF), DOCÊNCIA SUPERIOR (UGF/DF) E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (ESMAC/PA). GRADUADO EM DIREITO (UFFPA). OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR DO TJ/PA. PROFESSOR E PESQUISADOR.
Contato principal para correspondência.
Nome CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Instituição/Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País —
Resumo da Biografia Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (1998), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2002) e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Professor Colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará e Professor Colaborador da Universidade de Cabo Verde no Programa de Pós Graduação em Segurança Pública. É associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Histórico Geográfico do Pará. É consultor do Roster pré aprovado para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) na categoria de Prevenção à Violência.

TÍTULO E RESUMO

Título A ASSOCIAÇÃO EXTERNA COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESÍDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará
Resumo RESUMO: O presente estudo buscou compreender a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do estabelecimento e manutenção de redes e relações junto a agentes sintagmáticos públicos ou privados externos ao cárcere como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. Baseando-se no método hermenêutico e dialético e sob uma abordagem qualitativa e quantitativa, o mesmo se valeu das técnicas de coleta de dados por entrevistas direcionadas a agentes territoriais da segurança no Estado do Pará, seguida de uma análise de conteúdo das falas. Como resultados, identificou-se a utilização da associação à agentes territoriais em liberdade como uma das estratégias de integração do cárcere às redes externas do tráfico, tornando verossímeis, em muito, postulados da literatura. Foram também identificadas informações divergentes da literatura previamente consultada e, principalmente, dados sem referência preliminar um possível envolvimento entre tráfico e milícias no Pará, a vedação à ocorrência de crimes como forma atualmente predominante de relação com as comunidades, causas da presença de favelas no entorno dos presídios e a possibilidade de existência de conivências políticas com as organizações em estudo.

INDEXAÇÃO

Idioma pt

AGÊNCIAS DE FOMENTO

Agências —

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO

Logado como:
roberto1983
[Meus periódicos](#)
[Perfil](#)
[Sair do sistema](#)

AUTOR

[Submissões](#)
[Ativo \(1\)](#)
[Arquivos \(0\)](#)
[Nova submissão](#)

IDIOMA

Selecionar o idioma
 Português (Brasil) ▾
[Submeter](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Filtro de Busca
 Todos ▾

Procurar

[Por Edição](#)
[Por Autor](#)
[Por Título](#)
[Outras revistas](#)

TAMANHO DE FONTE

ANEXO 4 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA GEOGRAFIA E ORDENAMENTO TERRITORIAL (ARTIGO CIENTÍFICO 04)



ISSN 2182-1267
[versão online]

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- [Escopo e política](#)
- [Forma e preparação de manuscritos](#)
- [Artigos originais](#)

Escopo e política

Política editorial da revista

A GOT oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. De forma a garantir a qualidade científica dos artigos publicados, assim como garantir a imparcialidade da revisão e aceitação de artigos para publicação, a GOT, possui um sistema de revisão cega por pares.

Áreas de interesse da publicação e tipo de artigos que publica

A GOT tem por objetivo central a divulgação de trabalhos científicos nos domínios da Geografia e do Ordenamento do Território, particularmente os que se relacionem com os interesses das linhas que estruturam a investigação do CEGOT: Natureza e dinâmicas ambientais; Cidades, competitividade e bem-estar; Paisagens culturais, turismo e desenvolvimento. Os textos publicados incluem-se na seção de artigos, devendo a contribuição ser original e inédita e não se encontrar sob revisão ou para publicação por outra revista. Ocasionalmente são publicados textos de autores convidados

Procedimentos de avaliação por pares (*peer review*) da revista

Para compreensão do processo de avaliação por pares, apresentam-se 18 pontos que descrevem sequencialmente todos os procedimentos realizados.

1. De forma a garantir a qualidade científica dos artigos publicados, assim como garantir a imparcialidade da revisão e aceitação de artigos para publicação, a GOT possui um sistema de revisão cega por pares.
2. O processo de revisão inicia-se no dia seguinte ao encerramento do convite à submissão de artigos para o número em questão: a 1 de fevereiro e a 1 de agosto.
3. A equipa editorial faz uma primeira análise dos textos (para verificar o cumprimento das normas apresentadas nos pontos I e II), podendo solicitar elementos adicionais

aos autores ou optar pela rejeição imediata do artigo em situações devidamente justificadas.

4. Verificado o cumprimento das normas são retirados dos textos todos os elementos que permitem identificar os seus autores.

5. O processo de revisão compreende duas fases.

6. Na primeira fase, os artigos são enviados a dois revisores (escolhidos em função da temática e natureza do texto) para avaliação. O prazo para avaliação é de 5 semanas, cabendo ao revisor o registo na plataforma da sua decisão relativamente à publicação ou não do texto. O revisor deve fazer acompanhar a sua decisão de um formulário de revisão (fornecido pela equipa editorial) e/ou de comentários ao texto.

7. A decisão do revisor deve ser uma das seguintes: aceitar para publicação; aceitar à condição para publicação (mediante pequenas correções que serão verificadas pelos editores); submeter novamente para revisão; rejeitar; ou submeter a outra revista.

8. É política editorial da GOT rejeitar e arquivar o texto sempre que pelo menos um dos revisores recomenda a rejeição.

9. Todos os elementos enviados pelo revisor são remetidos aos autores (sem identificação do revisor) aquando da comunicação da decisão editorial.

10. No fim da primeira fase de revisão é concedido um prazo de 4 semanas aos textos aceites condicionalmente e aos textos que necessitam de revisões mais profundas, para darem resposta aos comentários e sugestões dos revisores, devendo enviar novo documento com todas as alterações assinaladas.

11. Todos os autores que não cumprem o prazo veem os seus artigos arquivados.

12. Inicia-se depois a segunda fase de revisão. Nesta todos os artigos reformulados (ver ponto 10) são reenviados ao revisor ou apreciados pelos editores (em função do caso) para avaliação final no prazo de 4 semanas.

13. A decisão do revisor deve ser uma das seguintes: aceitar ou rejeitar o artigo.

14. Em função das avaliações o editor seleciona entre 10 a 13 textos para publicação. Sempre que necessário recorre a critérios de apreciação qualitativa e a comentários confidenciais enviados pelos revisores à edição.

15. Inicia-se de seguida o processo de formatação e edição dos textos por parte da equipa editorial, com uma duração de 3 semanas.

16. Concluída a edição os artigos a publicar são enviados aos autores para leitura das provas, devendo estes comunicar todas as correções ou alterações no prazo de 1 semana.

17. Segue-se a preparação eletrónica da publicação e a atribuição de DOI aos artigos.

18. A publicação acontece duas vezes por ano, a 30 de junho e a 30 de dezembro.

Público da revista

A revista destina-se a todos os interessados em temas relacionados com a Geografia e o Ordenamento do Território.

Forma e preparação de manuscritos

Formatos e padrões de apresentação dos artigos

1. Os artigos devem incluir o template de identificação da revista e dos autores, conforme modelo disponibilizado no ficheiro template_GOT.doc. Neste template de abertura do artigo deve ser incluído o título do artigo e a identificação dos autores. A identificação dos autores tem obrigatoriamente de incluir: apelido e nome; afiliação completa (por exemplo Universidade, Faculdade e Departamento/Centro); código-postal, país e cidade; endereço de email. No caso do autor de correspondência deve ainda ser incluída a morada completa.

2. Os artigos devem ter um mínimo de 5 páginas e um máximo de 25 páginas. Estes limites consideram todo o corpo do artigo (incluindo identificação e referências bibliográficas), exceto os elementos anexos.

3. As margens do documento deverão ser todas (superior, inferior, interior e exterior) de 2,54 cm.

4. Deve ser incluído um resumo no idioma do artigo e ainda no idioma português e inglês, quando estes não são o idioma principal do texto. O resumo deve ter entre 5 e 10 linhas.

5. O tipo de letra para o resumo é calibri, tamanho 12, sem espaçamento entre parágrafos e com espaçamento simples entre linhas. O tipo de letra para o título ("Resumo") é calibri, tamanho 12, a negrito, sem espaçamento entre parágrafos e com espaçamento simples entre linhas.

6. Devem ser incluídas palavras-chave no idioma do artigo e ainda no idioma português e inglês, quando estes não são o idioma principal do texto. Os artigos devem ter entre 4 e 8 palavras-chave.

7. O tipo de letra é calibri, tamanho 12, sem espaçamento entre parágrafos e com espaçamento simples entre linhas. O tipo de letra para o título ("Palavras-chave") é calibri, tamanho 12, a negrito, sem espaçamento entre parágrafos e com espaçamento simples entre linhas. Não deve ser feito parágrafo entre o título e as palavras-chave.

8. O tipo de letra para o corpo de texto é calibri, tamanho 12, com espaçamento de 6pto antes dos parágrafos e com espaçamento de 1,5 entre linhas.

9. O tipo de letra para os títulos é calibri, tamanho 16, negrito, com espaçamento de 6pto antes e depois dos parágrafos e com espaçamento de 1,5 entre linhas. Os títulos devem ser numerados sequencialmente.

10. O tipo de letra para os subtítulos é calibri, tamanho 12, negrito, com espaçamento de 6pto antes dos parágrafos e com espaçamento de 1,5 entre linhas. Os subtítulos devem ser numerados sequencialmente.

11. Todas as imagens, tabelas, esquemas, desenhos ou outros elementos constituintes do artigo devem vir referidos no texto e acompanhados da respetiva legenda. O tipo de letra da legenda (para título e fonte) deve ser calibri, tamanho 11, sem espaçamento entre parágrafos e com espaçamento simples entre linhas. Todos os elementos devem ser numerados sequencialmente.

12. As notas de rodapé devem ser colocadas no fim da página onde são introduzidas. O tipo de letra deve ser calibri, tamanho 10, sem espaçamento entre parágrafos e com espaçamento simples entre linhas. As notas de rodapé devem ser numeradas sequencialmente.

13. As referências bibliográficas devem seguir o modelo das normas internacionais ISO 690, conforme apresentado em baixo. O tipo de letra é calibri, tamanho 10, com espaçamento de 6pto depois dos parágrafos e com espaçamento simples entre linhas.

Formas de envio do original para a revista

1. A submissão dos artigos é feita por via eletrónica, na plataforma da revista GOT, em <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/author/submit/1>. Para aceder ao formulário de submissão de artigos deve estar registado (ou efetuar o seu registo) como autor na plataforma da revista.

2. Antes de iniciar o processo de submissão deve garantir que o artigo é original e inédito, não tendo merecido qualquer publicação prévia noutra revista.

3. Se tiver submetido o artigo para revisão noutra revista em simultâneo deve informar o editor dessa situação (em comentários ao editor).

4. O artigo deve respeitar todas as regras de formatação apresentadas no ponto anterior e disponibilizadas no ficheiro template_GOT.doc.

5. O artigo deve respeitar todas as regras de introdução de referências bibliográficas, descritas no ponto IV deste documento.

6. Devem ser fornecidos os DOI de todos os artigos citados no texto, sempre que este esteja disponível.

7. A submissão é efetuada em cinco passos:

a. Início – para seleção da seção (deverá ser “artigos”, salvo indicação em contrário), seleção do idioma, aceitação das condições de submissão, declaração de direito autoral e envio de comentários ao editor;

b. Transferência do manuscrito – para submissão do artigo;

c. Inclusão de metadados – para identificação de todos os autores (não apenas de quem submete o artigo), título, resumo e entidades financiadoras;

d. Transferência de documentos suplementares – no caso de ser necessário enviar esquemas, imagens ou outros elementos separadamente para garantir maior resolução (opcional);

e. Confirmação – para concluir submissão.

Padrões para referências bibliográficas da revista

1. As referências bibliográficas devem seguir o modelo das normas internacionais ISO 690.

2. International Organization for Standardization (ISO) é o organismo internacional de referência para a normalização. As normas internacionais, ISO 690:1987 e ISO 690-2:1997 estabelecem a ordem dos elementos na elaboração das referências bibliográficas, bem como as convenções para a transcrição e apresentação da informação proveniente das mais diversas fontes de informação.

3. Todos os documentos citados no texto devem constar das referências bibliográficas.

4. Para documentos impressos devem seguir-se os seguintes modelos:

Livros

APELIDO, Nomes. *Título*. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. ISBN.

Volumes e partes de livros

APELIDO, Nomes. *Título da parte*. Edição. Numeração.
Local de publicação: Editor, Ano de publicação.
Localização da parte.

Artigos, capítulos, etc. em livros

APELIDO, Nomes. Título da contribuição. In APELIDO, Nomes. *Título da monografia*. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação, Localização na monografia.

Artigos de revistas, jornais

APELIDO, Nomes. Título do artigo. . *Título da publicação em série*. Edição. Ano de publicação, Numeração, Localização na publicação. ISSN.

Teses, dissertações e outras provas académicas

APELIDO, Nomes. *Título*. Nota suplementar, Instituição Académica, Ano.

Atas/Comunicações em congresso

APELIDO, Nomes. Título da comunicação. In *Título das atas do congresso, número, local, data*. Local de publicação: Editor. Localização na publicação. ISBN.

Normas

Sigla e Número da Norma: Ano. Área - Título. Edição. Ano de publicação

Patentes

ENTIDADE RESPONSÁVEL. *Título*. **Responsabilidade secundária**. País Tipo de documento Número. Data de publicação

5. Para documentos eletrónicos devem seguir-se os seguintes modelos

E-books, bases de dados e programas informáticos

APELIDO, Nomes. Título. [Tipo de suporte]. Edição.
Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Data de atualização/revisão. [Data de consulta].
Disponibilidade e acesso. ISBN.

Artigos e capítulos, etc. em e-books

APELIDO, Nomes. Título da contribuição. In Título da monografia [Tipo de suporte]. Edição. Local de publicação: Editor, Ano de publicação. Data de atualização/revisão [Data de consulta]. Localização na monografia. Disponibilidade e acesso.

Artigos em documentos eletrónicos: revistas, jornais, etc.

APELIDO, Nomes. Título do artigo. Título da publicação [Tipo de suporte]. Edição. Numeração. Data de atualização/revisão [Data de consulta], Localização na publicação. Disponibilidade e acesso. ISSN.

Artigos originais

Todos os artigos publicados pela GOT são originais. Durante o processo de submissão o autor deve declarar que a contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou para publicação por outra revista.



UTILIZADOR

Ligado como:
roberto1983

- Perfil
- Sair do sistema

NOTIFICAÇÕES

- Visualizar
- Gerir

[CAPA](#)
[SOBRE](#)
[PÁGINA DO UTILIZADOR](#)
[PESQUISA](#)
[ACTUAL](#)
[ANTERIORES](#)
[NOTÍCIAS](#)

Capa > Utilizador > Autor > Submissões > #683 > **Resumo**

#683 Sinopse

RESUMO REVISÃO EDIÇÃO

Submissão

Autores Roberto Magno Reis Netto, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Título O ENFRENTAMENTO AO PODER PÚBLICO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESIDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará
Documento original [683-9193-1-SM-DOCX](#) 2018-01-30
Docs. Sup. Nenhum(a) [ADICIONAR DOCUMENTO SUPLEMENTAR](#)
Submetido por Roberto Roberto Magno Reis Netto
Data de submissão Janeiro 30, 2018 - 03:32
Secção Artigos
Editor Nenhum(a) designado(a)
Comentários do Autor

Situação

Situação Aguardando designação
Iniciado 2018-01-30
Última alteração 2018-01-30

Metadados da submissão

[EDITAR METADADOS](#)

Autores

Nome Roberto Magno Reis Netto
Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País --

Resumo da Biografia Pessoal
 MESTRANDO EM SEGURANÇA PÚBLICA (UFG/DF), ESPECIALISTA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL (UGF/DF), DOCÊNCIA SUPERIOR (UGF/DF) E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (ESMAC/PA). GRADUADO EM DIREITO (UFG/PA). OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR DO TJ/PA. PROFESSOR E PESQUISADOR.

Contato principal para correspondência.

Nome CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País --

Resumo da Biografia Pessoal
 Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (1998), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2002) e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Professor Colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará e Professor Colaborador da Universidade de Cabo Verde no Programa de Pós Graduação em Segurança Pública. É associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Histórico Geográfico do Pará. É consultor do Roster pré aprovado para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/DNU) na categoria de Prevenção à Violência.

Título e Resumo

Título O ENFRENTAMENTO AO PODER PÚBLICO COMO ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DOS PRESIDIOS ÀS REDES EXTERNAS DO TRÁFICO: A percepção dos agentes territoriais da Segurança Pública no Estado do Pará

Resumo
RESUMO: O presente estudo buscou compreender a percepção de atores territoriais da segurança pública do Estado do Pará a respeito do enfrentamento direto de agentes sintagmáticos e atingimento símbolos vinculados ao poder público como forma de integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas. Baseando-se no método hermenêutico e dialético e, sob uma abordagem qualitativa e quantitativa, o mesmo se valeu das técnicas de coleta de dados por entrevistas direcionadas a agentes territoriais da segurança no Estado do Pará, seguida de uma análise de conteúdo das falas. Como resultados identificou-se que o enfrentamento é usado como forma de demonstrar poder e manter estabilidade de redes existentes, bem como, que o tráfico se utiliza de medidas de contra-inteligência no combate ao estado, propondo-se, ao fim, uma geografia das facções criminosas no maior complexo prisional do Estado.

[SISTEMA ELETRÔNICO DE NOTIFICAÇÃO DE REVISTAS](#)
[Ajuda do sistema](#)

AUTOR

Submissões
 • [Ativo \(1\)](#)
 • [Arquivo \(0\)](#)
 • [Nova submissão](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Todos

Pesquisar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por Título](#)

TAMANHO DA FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para Leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

IDIOMA

Português (Portugal)

ANEXO 5 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA GEOSUL (ARTIGO CIENTÍFICO 05)

Universidade Federal de Santa Catarina | periodicos.ufsc.br

ISSN: 1982-5153

UFSC

GEOSUL

CAPA | SOBRE | PÁGINA DO USUÁRIO

PESQUISA | ATUAL | ANTERIORES

NOTÍCIAS | RESUMOS DE TESES

DEPARTAMENTO GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ESTATÍSTICAS

PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC

ARTIGOS MAIS CITADOS

USUÁRIO

Logado como:
roberto1983

- [Meus periódicos](#)
- [Perfil](#)
- [Sair do sistema](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca

Todos

Pesquisar

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

IDIOMA

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

Ajuda do sistema

Open Journal Systems

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

Submissões

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Declaração de Direito Autoral](#)
- [Política de Privacidade](#)

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Geosul?
ACESSO

Não tem login/senha?
ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

A partir do dia 30 de junho de 2017 os artigos devem seguir as seguintes normas

Os textos devem ser digitados em Word, fonte Times New Roman 12, espaçamento de 1,5 linhas, formato A4.

Mínimo de 15 páginas e máximo de 25 páginas com bibliografia inclusa.

Margens esquerda e direita de 2,5 cm. Margem superior de 2,56 cm e margem inferior de 1,5 cm.

Incluir resumo em português, inglês e espanhol (**não usar tradutor automático – eletrônico/computador**). Resumos com o máximo de 10 linhas e até 5 palavras-chave, em português, inglês e espanhol. (recomenda-se passar por revisão de profissional especializado).

O título deve ser digitado em português, inglês e espanhol. Título em Word, fonte Times New Roman 12, negrito, letras maiúsculas e centralizado.

As notas de rodapé devem ser digitadas com a mesma fonte do texto, em tamanho 10 e de acordo com o processador utilizado.

As referências bibliográficas devem ser organizadas de acordo com as normas da ABNT (títulos, artigos e revistas em **negrito**).

As ilustrações (mapas, figuras, tabelas, gráficos, fotos) devem ser inseridas no texto, com indicação prevista no texto.

O texto deve ser encaminhando completo, revisado, cabendo aos autores a responsabilidade sobre o original.

Todos os artigos encaminhados para publicação são submetidos à apreciação por pareceristas do Conselho Científico da Revista Geosul, ou por pareceristas "ad hoc". Não deve-se incluir no artigo nome(s) do(s) autor(es) e nem informações que possam identificar os autores.

Sobre preenchimento dos metadados no momento da submissão:

Pedimos aos autores que confirmem o preenchimento dos metadados dos seus artigos. É necessário clicar em "Editar Metadados" e:

- 1: Todas as informações devem ser preenchidas (Nome, Instituição/Afiliação, País, Resumo da Biografia). Atendem-se para incluir **TODOS** os autores do artigo.
- 2: Título do artigo no preenchimento dos metadados: letra inicial maiúscula, demais letras minúsculas com exceção de nomes próprios, não colocar ponto final no título.
- 3: Palavras-chave devem ser inseridas com letras iniciais maiúsculas, devem ser separadas por ponto e vírgula e não deve-se inserir ponto final após as palavras-chave. Exemplo: Geografia; Ensino; Universidade
- 4: Título, resumo e palavras-chave também devem ser inseridas em inglês e espanhol. Basta clicar em Editar Metadados> Idioma do Formulário para proceder com a inclusão das informações. Lembrem-se de "Salvar Metadados".

E-mail: geosul@cfh.ufsc.br

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".
2. Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapasse os 2MB)
3. Todos os endereços de páginas na Internet (URLs), incluídas no texto (Ex.: <http://www.ibict.br>) estão ativos e prontos para clicar.

4. O texto está em espaço de 1,5 linhas, emprega itálico ao invés de sublinhar (exceto em endereços URL); com figuras e tabelas inseridas no texto, e não em seu final.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na seção Sobre a Revista.
6. A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo desta forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em [Assegurando a Avaliação por Pares Cega](#).
7. A partir de 19 de outubro de 2017 a revista Geosul passa a aceitar um número máximo de três autores por artigo submetido. Textos com mais de três autores serão desconsiderados.
8. A revista Geosul informa que o mesmo autor(a) ou coautor(es) poderão submeter artigos à Geosul mais de uma vez. Contudo, somente após um intervalo de dois anos os mesmos autores ou coautor(es) serão publicados.
9. A revista Geosul não publicará artigos de graduados ou pós-graduados **sem** a inclusão de pelo menos um coautor com a titulação de doutor.

Declaração de Direito Autoral



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](#).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou à terceiros.

Geosul, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. eISSN 2177-5230



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](#).

Universidade Federal de Santa Catarina | periodicos.ufsc.br
ISSN: 1982-5153

GEOSUL

CAPA	SOBRE	PÁGINA DO USUÁRIO
PESQUISA	ATUAL	ANTERIORES
NOTÍCIAS	RESUMOS DE TESES	
DEPARTAMENTO GEOCIÊNCIAS		
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA		
ESTATÍSTICAS		
PORTAL DE PERIÓDICOS UFSC		
ARTIGOS MAIS CITADOS		

USUÁRIO

Logado como:
roberto1983

- [Meus periódicos](#)
- [Perfil](#)
- [Sair do sistema](#)

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca
Todos ▼

Pesquisar

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)
- [Outras revistas](#)

AUTOR

Submissões

- [Ativa \(1\)](#)
- [Arquivo \(0\)](#)
- [Nova submissão](#)

IDIOMA

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)

Capa > Usuário > Autor > Submissões > #55029 > **Resumo**

#55029 Sinopse

RESUMO [AVALIAÇÃO](#) [EDIÇÃO](#)

Submissão

Autores	Roberto Magno Reis Netto, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
Título	ALÉM DAS GRADES: Um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas.
Documento original	55029-185042-1-5M.DOCX 29/01/2018
Docs. sup.	Nenhum(a) INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR
Submetido por	Roberto Roberto Magno Reis Netto
Data de submissão	janeiro 29, 2018 - 08:53
Seção	Artigos
Editor	Nenhum(a) designado(a)
Comentários do Autor	Favor, antes de eventual publicação, permitir inclusão do mapa com o registro dos autores.

Situação

Situação	Aguardando designação
Iniciado	29/01/2018
Última alteração	29/01/2018

Metadados da submissão

EDITAR METADADOS

Autores

Nome Roberto Magno Reis Netto 

Instituição/Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

País Brasil

Resumo da Biografia MESTRANDO EM SEGURANÇA PÚBLICA (UFPA). ESPECIALISTA EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL (UGF/PA), DOCÊNCIA SUPERIOR (UGF/DF) E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (ESMAC/PA). OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR DO TJPA, PROFESSOR E PESQUISADOR.

Contato principal para correspondência.

Nome CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS 

Instituição/Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

País —

Resumo da Biografia Graduado em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (1998), Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (2002) e doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é Vice Reitor da Universidade do Estado do Pará, participa do Programa de Pós Graduação em Geografia e do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará. Professor da Universidade do Estado do Pará atuando no curso de graduação em Geografia. Professor Colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado Pará e Professor Colaborador da Universidade de Cabo Verde no Programa de Pós Graduação em Segurança Pública. É associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Histórico Geográfico do Pará. É consultor do Roster pré aprovado para a América Latina do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) na categoria de Prevenção à Violência.

Título e Resumo

Título ALÉM DAS GRADES: Um estudo de caso sobre as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas.

Resumo RESUMO: O presente trabalho objetivou a realização de um estudo de caso instrumental para compreensão de como as estratégias utilizadas para integração dos presídios às redes territoriais externas do tráfico de drogas condicionaram as relações de territorialidade de um determinado bairro do município de Ananindeua - PA. Valendo-se do método hermenêutico e dialético, bem como de técnicas de estudo de caso, pesquisa documental e cartografia temática, fez-se a análise do caso denominado operação paradigma para verificação do objetivo proposto. Como resultado, constatou-se que o uso das estratégias em questão influenciou diretamente as relações de territorialidade havidas no território situacional do estudo sob diversas perspectivas, confirmando e negando algumas proposições constantes da teoria, do mesmo modo acrescentando dados até então não enunciados em estudos sobre o tema.

Indexação

Área e sub-área do Conhecimento GEOGRAFIA; SEGURANÇA PÚBLICA; DIREITO; INTERDISCIPLINAR

• [Para Bibliotecários](#)

[Ajuda do sistema](#)

[Open Journal Systems](#)

Palavras-chave	Tráfico de Drogas; Presídios; Estratégias e Mediatos; Territorialidade; Estudo de caso.
Geo-espacial	Estado do Pará
Cronológica ou histórica	Atualidade
Características da amostragem da pesquisa	Inquérito Policial e Processo Judicial
Tipo, método ou ponto de vista	Método hermenêutico e Dialético
Idioma	pt

Agências de fomento

Agências —

Geosul, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. eISSN 2177-5230



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

ANEXO 06 – CARTA DE ACEITE DO ARTIGO BASEADO NA INTRODUÇÃO DO TRABALHO



CARTA DE ACEITE DE TRABALHO SUBMETIDO

LIVRO “ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: O BRASIL E AS TRINCHEIRAS DO SÉCULO XXI”.

A Comissão Organizadora do Livro “ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: O BRASIL E AS TRINCHEIRAS DO SÉCULO XXI”, vem, honrosamente, informar que, após dupla avaliação às cegas pelo Conselho Científico instituído conforme procedimentos internos, o trabalho submetido por V. S.^a, intitulado:

“SEGINT0010 - TRÁFICO DE DROGAS E SÉCULO XXI: UMA RECONSTRUÇÃO GENEALÓGICA.”, cujos autores são: ROBERTO MAGNO REIS NETTO E CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS.

Foi aceito para publicação na obra em menção.

Ademais, em função do número considerável de submissões realizadas, bem como, em razão da demora no procedimento de emissão do ISBN da obra, junto às entidades públicas pertinentes, a publicação do E-Book será postergada para o mês de março/2018, possivelmente, se alinhando a evento interno da Escola Superior Madre Celeste.

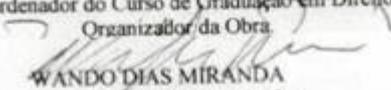
No mais, a comissão agradece sua participação, parabenizando-o pelo material submetido, bem como, compromete-se a informar maiores detalhes sobre o lançamento da obra.

Atenciosamente,

A Comissão Organizadora.



LUIS ROBERTO LOBATO DOS SANTOS
Coordenador do Curso de Graduação em Direito
Organizador da Obra



WANDO DIAS MIRANDA
Professor e Pesquisador
Organizador da obra

ANEXO 07 – COMPROVANTES DE SUBMISSÃO RELATIVOS AOS ARTIGOS BASEADOS NO REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

28/01/2018 #29611 Sinopse



Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Escola de Humanidades
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do S

IDIOMA [PT](#) [EN](#)

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES
PPGSS PORTAL DE PERIÓDICOS DA PUCRS

Capa > Usuário > Autor > Submissões > #29611 > **Resumo**

#29611 Sinopse

RESUMO AVALIAÇÃO EDIÇÃO

Submissão

<p>Autores</p> <p>Título</p> <p>Documento original</p> <p>Docs. sup.</p> <p>Submetido por</p> <p>Data de submissão</p> <p>Seção</p> <p>Editor</p> <p>Comentários do Autor</p>	<p>ROBERTO MAGNO REIS NETTO, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS</p> <p>O MÉTODO HERMENÊUTICO-DIALÉTICO APLICADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: Uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas</p> <p>29611-122626-1-SM.DOCX 2018-01-06</p> <p>Nenhum(a) [INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR]</p> <p>Roberto ROBERTO MAGNO REIS NETTO <input type="checkbox"/></p> <p>janeiro 6, 2018 - 05:20</p> <p>Artigos e Ensaios</p> <p>Nenhum(a) designado(a)</p> <p>Trata-se de texto adaptado em artigo, envolvendo escolha teórica aprovada em banca de qualificação junto ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA.</p>
--	--

Situação

Situação	Aguardando designação
Iniciado	2018-01-06
Última alteração	2018-01-06

Metadados da submissão

[EDITAR METADADOS](#)

Autores

Nome	ROBERTO MAGNO REIS NETTO <input type="checkbox"/>
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	Brasil
Resumo da Biografia	Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, Pós-Graduado em Direito Processual Civil (UGF/DF), Docência Superior (UGF/DF) e Atividade de Inteligência e Gestão do Conhecimento (ESMAC/PA). Graduado em Direito. Professor Universitário. Oficial de Justiça Avaliador do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Contato principal para correspondência.	
Nome	CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS <input type="checkbox"/>
Instituição/Afiliação	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
País	Brasil
Resumo da Biografia	Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará - UFPA. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia e no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - UFPA. claychagas@yahoo.com.br

Título e Resumo

Título	O MÉTODO HERMENÊUTICO-DIALÉTICO APLICADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: Uma análise sobre sua utilização para o estudo do tráfico de drogas
---------------	---

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/author/submission/29611>

1/4

28/01/2018

#29611 Sinopse

Resumo O presente estudo teve como objetivo demonstrar aplicabilidade do método hermenêutico-dialético como forma de interpretar e analisar a complexidade inerente ao fenômeno social, político, econômico e territorial denominado tráfico de drogas. Para tanto, perfez uma breve discussão a respeito dos métodos mais comuns no estudo do tema e suas respectivas limitações. Igualmente, explicou as principais linhas e procedimentos relativos ao método hermenêutico-dialético. Por fim, demonstrou como o método em questão pode representar, por sua postura de valorização da linguagem (sem olvidar variáveis que a influenciam no contexto do tempo-espço), não só um procedimento coerente ao tratamento de questões complexas nas ciências sociais (com enfoque sobre o tráfico de drogas), mas, também, uma postura epistemológica que propicia uma autorreflexão dos próprios postulados do estudo e da postura científica de seus autores.

Indexação

Área e sub-área do Conhecimento Ciências Humanas; Segurança Pública; Metodologia; Epistemologia

Palavras-chave Método Hermenêutico-Dialético; Ciências Sociais; Tráfico de Drogas.

Geo-espacial Brasil

Cronológica ou histórica Contemporaneidade

Características da amostragem da pesquisa Teórica

Idioma pt

Agências de fomento

Agências —

Referências

- Referências**
- ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva; NASCIMENTO, Maria Ângela Alves do; ALENCAR, Bruno Rodrigues. Hermenêutica Dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. *Revista Brasileira de Promoção da Saúde*. V. 25, N. 2, Pp. 243-250. 2012.
- ALVES, Rubens. *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 18. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história do crime organizado*. 1. ed., Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.
- AMORIM, Carlos. *CV-PCC: A Irmandade do Crime*. 13. ed., Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos Pensamentos Criminológicos*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- ARAÚJO, Tarso. *Almanaque das Drogas*. 1. Ed. São Paulo: Leya, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar da Pós-modernidade*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BICALHO, Lucinéa Maria; OLIVEIRA, Marlene. Aspectos Conceituais da Multidisciplinaridade e da Interdisciplinaridade e a Pesquisa em Ciência da Informação. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. v. 16, n. 32, p. 1-26, 2011.
- CARVALHO, Salo de. *A política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo Criminológico e Dogmático da Lei 11.343/06*. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: Quem são os traficantes de Drogas*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.
- FROMM, Deborah. *Deus e o Diabo na Terra do Crack: uma etnografia da "cosmopolítica" batista*. Monografia. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2014.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. 2. Ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- GARCIA, Eduardo da Silva. *Sujeitos Responsáveis: Notas etnográficas sobre o consumo de drogas entre jovens paulistanos de classe média*. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos do consumo e do II Encontro Lusó-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo. 2012.
- GOMES, Romeu; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; MALAQUIAS, Juaci Vitória; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Organização, Processamento, Análise e Interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. 20. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *Dialética e Hermenêutica: Para a crítica da Hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- MARQUES, Adalton. *Crime e Proceder: Um experimento antropológico*. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2014.

28/01/2018

#29611 Sinopse

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓFILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica Aplicada às Ciências Sociais Aplicadas. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATALLO JR. Heitor. A problemática do Conhecimento. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni (org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica. 24. Ed. Campinas: Papirus, 2012.

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIROS, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. 1 Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: Funcionalidade ou Utopia? Revista Saúde e Sociedade. V. 3, N.2, Pp. 42-64. 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de Métodos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edmilsa Ramos de. Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais. 20. Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MORAIS, João Francisco Regis de. Ciência e Perspectivas Antropológicas Hoje. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni (org.). Construindo o Saber: Metodologia Científica. 24. Ed. Campinas: Papirus, 2012.

OLSEN, Wendy. Coleta de Dados: Debates e Métodos Fundamentais em Pesquisa Social. 1. Ed. Porto Alegre: Penso, 2015).

PICANÇO, Felícia Silva; LOPES, Natália Pinheiro de Oliveira. O tráfico de drogas em formas: notas de pesquisas sobre o Rio de Janeiro. Análise Social. V. 218, N. 1, 96-120. 2016.

ROCHA, Andréa Pires. Estudo de Fenômenos Vinculados ao Tráfico de Drogas: Caminhos Metodológicos Percorridos. Textos & Contextos. V. 9, N. 1, P 103-117. 2010.

RODRIGUES, Thiago. Política e Drogas nas Américas. 1. Ed. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.

SAVIANO, Roberto. Zero, Zero, Zero. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

STEIN, Ernildo. Dialética e Hermenêutica: Uma controvérsia sobre o método em filosofia. Síntese. V.1, N. 29, P. 21-48. 1983.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC/ONU. World Drug Report 2015. New York: ONU, 2015.

ZALUAR, Alba. Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Violência x Pobreza x Criminalidade x Migração. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, V. 10. N. 1. P. 213-217. 1994.



Exceto onde especificado diferentemente, a matéria publicada neste periódico é licenciada sob forma de uma [licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Textos e Contextos (Porto Alegre)

eISSN: 1677-9509

DOI: 10.15448/1677-9509

[Avaliação do Qualis CAPES - 2016](#)

Área Capes - Serviço Social

Classificação: A2

E-mail: textos@pucs.br

<http://twitter.com/TextosContextos>



Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras. [Disponibilidade para depósito: Azul](#)

28/01/2018

#29611 Sinopse



Copyright: © 2006-2017 EDIPUCRS

Vis. today	14
Visits	1 898 168

28/01/2018

#1235 Sinopse



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da U

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS
FACEBOOK

Capa > Usuário > Autor > Submissões > #1235 > **Resumo**

#1235 Sinopse

RESUMO AVALIAÇÃO EDIÇÃO

Submissão

Autores
Título ROBERTO MAGNO REIS NETTO, CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS
POR UMA GEOGRAFIA DO TRÁFICO DE DROGAS: Reinterpretando o tráfico de drogas a partir da teoria de Claude Raffestin

Documento original
Docs. sup. [1235-5035-2-SM.DOCX](#) 2018-01-06
[1235-5037-1-SP.DOCX](#) 2018-01-06 [INCLUIR DOCUMENTO SUPLEMENTAR](#)

Submetido por ROBERTO MAGNO REIS NETTO 

Data de submissão January 6, 2018 - 11:13 PM

Seção Artigos

Editor Nenhum(a) designado(a)

Comentários do Autor Artigo adaptado a partir de referencial teórico de projeto de qualificação apresentado e aprovado junto ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da UFPA (mestrado).

Situação

Situação Aguardando designação

Iniciado 2018-01-06

Última alteração 2018-01-06

Metadados da submissão

[EDITAR METADADOS](#)

Autores

Nome ROBERTO MAGNO REIS NETTO 

Instituição/Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

País Brasil

Resumo da Biografia MESTRANDO PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. POS-GRADUADO EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL (UGF/DF), DOCÊNCIA SUPERIOR (UGF/DF) E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (ESMAC/PA). GRADUADO EM DIREITO (UFPA). PROFESSOR. OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR DO TJ/PA.

Contato principal para correspondência.

Nome CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS 

Instituição/Afiliação UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

País Brasil

Resumo da Biografia Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará - UFPA. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia e no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará - UFPA. claychagas@yahoo.com.br

Título e Resumo

Título POR UMA GEOGRAFIA DO TRÁFICO DE DROGAS: Reinterpretando o tráfico de drogas a partir da teoria de Claude Raffestin

Resumo RESUMO: O presente trabalho buscou o estabelecimento de um marco teórico que permitisse uma nova compreensão do tráfico de drogas enquanto fenômeno/ator social. Para tanto, adotou-se como parâmetro interpretativo a teorização construída pelo geógrafo Claude Raffestin, a respeito das relações territoriais, justamente, pela proposta de concepção do fenômeno de produção sócio-territorial desvinculada da tradição clássica estatal. Assim, através de um método materialista histórico-dialético, bem como, de uma metodologia pautada em uma revisão bibliográfica de textos conexos à proposta teórica, constatou-se que o tráfico de drogas, em verdade, se constitui como um fenômeno análogo a uma empresa, ou seja, um agente territorial que age em reprodução às lógicas da sociedade de consumo, manifestando resistências que, sobretudo na precariedade do cárcere, explicam muito do contexto de crise que hoje é enunciado.

Indexação

Área e sub-área do Conhecimento GEOGRAFIA; SEGURANÇA PÚBLICA

Assunto TERRITORIALIDADE; SEGURANÇA; TRÁFICO DE DROGAS

Palavras-chave TRÁFICO DE DROGAS; CLAUDE RAFFESTIN; AGENTE TERRITORIAL.

Geo-espacial BRASIL

Cronológica ou histórica CONTEMPORANEIDADE

Características da amostragem da pesquisa REVISÃO TEÓRICA

Tipo, método ou ponto de vista MÉTODO CRÍTICO DIALÉTICO

Idioma pt

Agências de fomento

Agências —

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO

Logado como:
roberto1983

- [Perfil](#)
- [Sair do sistema](#)

AUTOR

Submissões

- [Ativo \(1\)](#)
- [Arquivo \(0\)](#)
- [Nova submissão](#)

IDIOMA

Selecione o idioma
Português (Brasil) ▼

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escopo da Busca
Todos ▼

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por título](#)

INFORMAÇÕES

- [Para leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

TAMANHO DE FONTE

28/01/2018

#1235 Sinopse

Niterói: UFF, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1999 – Quadrimestral - ISSN 15177793 (eletrônico). Os conteúdos da Revista GEOgraphia estão licenciados em CC BY.

 Periódicos CAPES  Geodatos  Latindex

GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense